



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

João Henrique Catraio Monteiro Aguiar

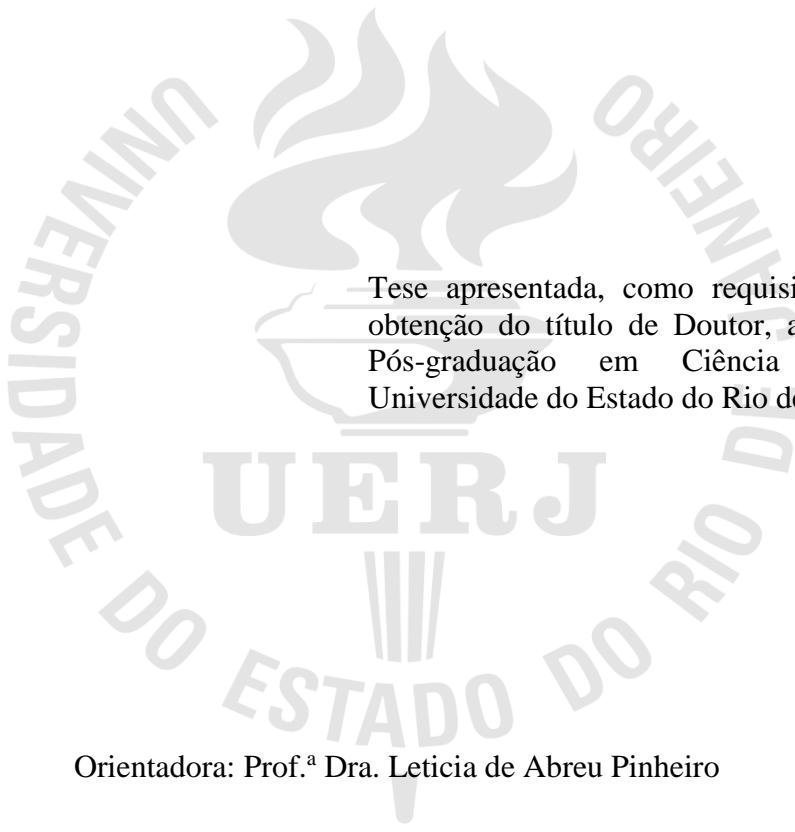
A resiliência harmônica na política externa independente

Rio de Janeiro

2019

João Henrique Catraio Monteiro Aguiar

A resiliência harmônica na política externa independente



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Leticia de Abreu Pinheiro

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

A282 Aguiar, João Henrique Catraio Monteiro.
A resiliência harmônica na política externa independente / João Henrique
Catraio Monteiro Aguiar. – 2019.
280f.: il.

Orientador: Leticia Pinheiro de Abreu.
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos

1. Política externa – Teses. 2. Políticas públicas – Brasil - Teses. I.
Pinheiro, Leticia de Abreu. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 327

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese,
desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

João Henrique Catraio Monteiro Aguiar

A resiliência harmônica na Política Externa Independente

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 31 de agosto de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Leticia de Abreu Pinheiro (Orientadora)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof.^a Dra. Maria Regina Soares de Lima
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof. Dr. Dawisson Belém Lopes
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Marcelo Viana Estevão de Moraes.
Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof. Dr. Renato Petrocchi
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Gratidão é a palavra melhor associada à caminhada intelectual guiada pela luz e bonomia do inefável, a qual percorri até o presente momento. O início se deu em 2005 na graduação, em 2006 iniciava nas pesquisas; ao chegar em 2019 sou Doutor. Meu mais profundo agradecer para minha orientadora Letícia Pinheiro; precisa, motivadora, lapidadora, companheira, e, sobretudo, bastião do pensar/fazer acadêmico. Alguém a se espelhar e cuja influência intelectual será observada por olhos atentos à tese. Agradeço a todos que me orientaram na academia, pois o bom passado me ajudou a aparar arestas nesta tese e em produtos acadêmicos a ela associados: Gláucia Villas Bôas; Mônica Leite Lessa; Maria Lucia Werneck Vianna; Fausto Braga; Christian Lynch e Leticia Pinheiro. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”; sou grato pelas bolsas de Doutorado e de Mestrado.

Aos membros da banca: Letícia Pinheiro; Maria Regina Soares de Lima; Dawisson Belém Lopes; Marcelo Vianna; Renato Petrocchi pelas presenças e falas; aprendi muito com eles. Só tenho a agradecer pela gentileza das presenças, que trouxeram tamanha sabedoria e conhecimento que fizeram da sala de defesa um espaço banhado de saber. Aos professores de Estudos Exemplares (Wanderley Guilherme; Fabiano; Luiz Augusto; Breno; Ricardo; Carlos Antonio) por acrescentar novas camadas ao entendimento sobre democracia e sobre o fazer intelectual. Ao professor Fabiano Santos por me ajudar a organizar meu projeto, e indicar forças e vulnerabilidades que poderia ter minha futura tese antes não vislumbradas. Aos que participaram da minha qualificação, pelas ponderações preciosas: Dawisson, Christian e Letícia. Aos professores Argelina Figueiredo e Fernando Guarnieri, os quais muito me ajudaram a formatar a parte de contexto e vislumbrar formas mais precisas e menos impressionistas de lidar com minha própria tese; Seminários de Tese preciosos, com colegas de turmas e dinâmicas que acrescentaram nos primeiros passos. Às conversas elucidativas sobre os personagens e a época dessa tese com Christian Lynch, Cristina Buarque, Luiz Antônio, Sátiro, Bruno Lima, Laila Galvão, Marcos Palermo e Fernando Fontainha. Estendo a gratidão aos oráculos vivos de informações em bibliotecas, arquivos e ruas.

À Letícia Pinheiro, como professora, por guiar-me em Política Externa. Devo agradecer à Maria Regina e ao Carlos Milani, pois mostraram novas possibilidades intelectuais para mim através da Geopolítica. Ao César Guimarães e ao Pedro Villas Bôas por apresentarem-me a teoria política e formas variadas de encarar a vida intelectual. Aos professores Ricardo

Ceneviva, Thiago Moreira da Silva e Júlio Canello pelos conhecimentos de metodologia/dados, a Elize Fonseca Massard e Carolina de Paula pelos ensinamentos qualitativos; a todos por me ajudar a ver belos horizontes de pesquisa. Aos companheiros no Neape e no Beemote e aos camaradas de Adesg e cursos online. Especialmente a Luiz Ramiro e a Kaio Felipe, por me encaminharem para determinadas experiências intelectuais. Quero agradecer especialmente aos intelectuais africanos com quem convivi na Casa Caiada da Rua da Matriz: Timóteo, Pedro, Bernardino e Jochua. Amizades que me ensinaram um continente, no sotaque da lusofonia. Antes desse momento, tive ensinamentos com Antônio João da Costa no Nusc-UFRJ, com Dhiego Mapa na Uerj, com Pio Penna Filho em Brasília. Do Atlântico vieram algumas origens, talvez um dia eu retorne às outras margens desse rio, regaço de barcaças e povos, e vitrine de aves e estrelas. Aos colegas que participaram da pesquisa sobre processo decisório. Ao Diego, ao Décio, ao Bruno, ao João Rafael, a Lorena, ao Magno, ao Carlos, ao André, e ao Shatterson pelas boas conversas sobre assuntos avulsos, internacionais, nacionais e estratégicos.

Ao Sátiro Nunes no Arquivo Nacional, pelos estimulantes conselhos e por me auxiliar no acesso a dados que se mostraram valiosos para a tese, e por sua equipe. Ao Luiz Antônio na Biblioteca Lúcio de Mendonça, por sua sabedoria, pelo seu conhecimento e pelo auxílio com os escritos de alguns dos tomadores de decisão desta tese; estendo aos que me ajudaram na ABL, como André e Cátia. A José Murilo de Carvalho e a Alberto Venâncio Filho por indicações e conselhos. A Gelson Fonseca Jr. pelas sugestões e a todos do Arquivo Histórico do Itamaraty (Ereio). Aos funcionários da Biblioteca da Escola Superior de Guerra, em especial à Coronel Durán e à Juliana. Ao bibliotecário Gabriel da FGV, por auxílio com os intelectuais e livros do contexto. Ao Saturnino Braga pela conversa/entrevista e ao Pablo pela generosidade. Ao Christian Lynch, meu guru do Pensamento Político desde 2013.

A todos meus alunos na Universidade Católica de Petrópolis. Meus chefes Pedro Paulo, Regina, Marlone e Vanessa, e meus colegas de trabalho Daniel, Maurício, Henrique, Átila, Carla, Adrian, Tiago, Luiza e tantos outros. A todos os funcionários, em especial Élcio, que muito me ajudou no início da jornada, e a Madalena no fim. A todos funcionários da Secretaria, da Biblioteca, da Portaria/Segurança e demais do Iesp-Uerj, que trabalham de forma ímpar, independentemente da situação que se apresente. Um especial agradecimento ao Magnífico Reitor Padre Pedro Paulo da UCP, por me orientar sobre a Doutrina Social da Igreja e sobre boas práticas profissionais. A todos intelectuais que acolheram meus livros no Brasil e/ou no exterior, dispostos a seguir mais ou menos por ordem cronológica: Mônica Lessa; Hugo Suppo; Letícia; Christian; Thiago Rodrigues; Solene Marie; Mário Schettino Valente; Ediane; Camila Lippi; Bernardino Bilério; Timóteo Saba M'Bunde; Pedro Guiliche; Leslie Bethell; Fausto

Braga; Luiz Salomão; Gelson Fonseca; Celso Amorim; Carlos Escudé; Marcelo Gullo; Fabiano Guilherme dos Santos, Ana Paula Tostes; Ana Karine Pereira; Francisco Albernaz; Jairo Nicolau; Luiz Osório; Gustavo Alvim; Anai Vera; Roberto Yamato; Matias Spektor; Guilherme Casarões; Harsh Pant; Jef Huysmans; Victor Miguel; Pedro Villas Bôas e Del Rio. Às demais pessoas que estimularam publicações, como avaliadores e/ou as que apresentaram opções até então desconhecidas. Aqui vai um agradecimento especial às pessoas com quem convivi no curso de Comércio Exterior da Funcex e no de Estudos de Futuro da Casa Firjan.

A todos os demais que folhearam meus livros e/ou leram meus artigos de forma anônima; e em especial à gentileza de quem já me mencionou em recentes agradecimentos e/ou trabalhos acadêmicos, como Glaucia Villas Bôas, Jéssica Garcia, Andréia Zulian, Sabrina Parracho e Wanderley Guilherme dos Santos (in memoriam). Às editoras dos livros que lancei durante o Doutorado: Paco Editorial, Prismas, ContraCapa e Appris. Com elas minha motivação em seguir escrevendo sempre encontrou eco em relação exemplar. Reforço o agradecimento à Moderna e ao grupo com quem experimentei minha primeira publicação coletiva. Aos professores da Escola de Governo da Universidade Cândido Mendes, por me ajudarem a compreender melhor o Executivo. A Carolina de Paula e Saulo Said por me desvelarem como um pesquisador pode lidar com o Poder Legislativo. Ao professor Fernando Fontainha e ao beemotiano Leonardo Sato por me desvelarem como um pesquisador pode lidar com Poder Judiciário. Agradeço aos sinceros acadêmicos em busca de melhores condições para o povo brasileiro, rumo ao grandioso destino que cabe ao país. Que nosso alfa e ômega fora dos muros acadêmicos sejam a possibilidade de criar algo novo e melhor para o máximo de pessoas.

Por fim, perdoo a todos que me desviaram do caminho doutoral, por seus motivos nobres. Peço perdão aos que não foram nominalmente citados, como meus familiares, mas que pertencem ao rol de pessoas imprescindíveis para minha vida. Não há como negar que na trajetória de construção da tese muitos colaboram indiretamente, até de forma anônima e à distância. Quero estender a minha gratidão a esses auxiliares, que, se não intervieram diretamente na tese, ao menos permitiram ao andarilho continuar no caminho correto. Amigos, familiares, irmãos de missão, que possamos sempre andar juntos, a trabalhar os problemas complexos das coletividades, trazendo soluções profundas, conciliatórias e que perdurem.

RESUMO

AGUIAR, João Henrique Catraio Monteiro. *A resiliência harmônica na Política Externa Independente*. 2019. 280 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A tese a seguir investiga a dinâmica de manutenção de um paradigma de política externa apesar de seus elementos desestabilizadores; entre janeiro de 1961 e abril de 1964. Pretendeu-se investigar a construção da política pública, os indícios de manutenção, e as formas como os homens de estado pensavam. Em essência, a manutenção do paradigma recém-instaurado se dá quando há resiliência dos atos e harmonia dos pensamentos. Para provar essa hipótese dados em arquivos foram mobilizados, e recorreu-se a teorias de Análise de Política Externa, Políticas Públicas e Pensamento Político. Essa tese se subdivide em cinco partes. Leitores encontrarão um perfil da tese e uma síntese teórica e metodológica. O segundo capítulo trabalha sobre as dimensões internas e externas do contexto da época. No terceiro capítulo, observa-se a política externa independente tal como foi executada pelos tomadores de decisão; a cada gestão corresponde uma subseção. No quarto capítulo é possível observar o pensamento dos chanceleres e chefes de governo da época estudada. O último capítulo mobiliza teorias e dados, e expõe a hipótese. Em seguida, algumas conclusões são delineadas através dos conceitos criados pelo autor da tese e há uma síntese final.

Palavras-chave: Análise de Política Externa. Pensamento Político. Brasil. Política Externa Independente. Resiliência Harmônica.

ABSTRACT

AGUIAR, João Henrique Catraio Monteiro Aguiar. *The Harmonic Resilience in the Independent Foreign Policy*. 2019. 280 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Políticos e Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This thesis researches the dynamics of the maintenance of a paradigm of foreign policy despite their destabilizing elements; between January 1961 and April 1964. It was intended to investigate the building of a public policy, the evidences of preservation, and the way political leaders used to think. In essence, the maintenance of the newborn paradigm occurs when there is resilience of acts and harmony of thoughts. In order to prove this hypothesis, data from archives was marshaled, and the thesis resorted to theories of Foreign Policy Analysis, Public Policy and Political Thought. This thesis is subdivided in five parts. Readers will find a profile of the work and a theoretical/methodological synthesis in the first one. The following will be occupied with the internal and external dimensions of the context from the period. At the third chapter, the Independent Foreign Policy will be observed as the decision-makers conducted it; each administration is corresponded by a subsection. At the fourth chapter, it is possible to observe the Chancellor and government leaders of the period highlighted. The last chapter uses theories and data, and exposes a hypothesis. After that, there are the conclusions and a final synthesis, underpinned by the author's concepts.

Keywords: Foreign Policy Analysis. Political Thought. Brazil. Independent Foreign Policy. Harmonic Resilience.

RÉSUMÉ

AGUIAR, João Henrique Catraio Monteiro Aguiar. *La résilience harmonique dans la Politique Extérieure Indépendante*. 2019. 280 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Políticos e Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

La thèse cherche le dynamique de maintien d'un paradigme de politique étrangère malgré tout les éléments destabilizants; depuis janvier 1961 jusqu'à avril 1964. En ayant eu l'intention de chercher la construction de cette politique publique, les évidences de preservation, et les façons comme pensait les hommes d'État. Par essence, le maintien du paradigme nouveau-instauré est évident quand il y a résilience des actes et harmonie des pensées. Pour prouver cette hypothèse, données en archives ont été mobilisés, et ont recouru à théories de Analyse de Politique Étrangère, Politiques Publiques et Pensée Politique. Cette thèse est divisé en cinq parts. Lecteurs.trices trouveront un profil de la thèse et une synthèse teorique et methodologique au début. Le deuxième chapitre travaille sur les dimensions internes et externes au contexte à l'époque. Dans le troisième chapitre, chaque gestion de la politique extérieure indépendante est analysée vis-à-vis les décideurs. Dans le quatrième chapitre, le focus est la pensée des chanceliers et les chefs de gouvernement de l'époque. Le dernier chapitre mobilise théories et données, et expose une hypothèse. Ensuite, quelque conclusions seront présentées travers des concepts inventé par l'auteur de la thèse et il y a une synthèse final.

Mots-clés: Analyse de Politique Étrangère. Pensée Politique. Brésil. Politique Exterieur Indépendante. Résilience Harmonique.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Evolução dos gastos em armamentos nos anos 1960 | 79 |
| Figura 2 – Processo de apreciação das decisões sob o regime presidencialista | 129 |
| Figura 3 – Processo de apreciação das decisões sob o regime parlamentarista | 130 |
| Figura 4 – Obra de Raimundo de Araújo Castro autografada | 205 |
| Figura 5 – O modelo da perpetuação da transmutação | 222 |
| Figura 6 – Saldo do Comércio Exterior, 1960 a 1965 (ano x bilhões de dólares) | 224 |
| Figura 7 – Distribuição do Comércio Exterior Brasileiro, 1956-1966 (% x Ano) | 225 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Comércio Exterior do México com o Brasil, 1960-1964 | 89 |
| Tabela 2 – Transformações Globais Necessárias para Araújo Castro | 219 |
| Tabela 3 – Quadro de possibilidades (Harmonia X Resiliência) e seus resultados | 223 |
| Tabela 4 – Padrões esperados de comportamento estatal | 235 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | | | |
|-------|--|---------|---|
| ABI | Associação Brasileira de Imprensa | CNC | Confederação Nacional do Comércio |
| ABL | Academia Brasileira de Letras | CNI | Confederação Nacional da Indústria |
| ADESG | Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra | COCAP | Comissão para a Aliança para o Progresso |
| ADP | Ação Democrática Parlamentar | COLESTE | Grupo de Coordenação com os Países Socialistas do Leste Europeu |
| AGNU | Assembleia Geral das Nações Unidas | COMECON | Conselho para Assistência Econômica Mútua |
| ALALC | Área Latino-Americana de Livre Comércio | CPI | Comissão Parlamentar de Inquérito |
| APE | Análise de Política Externa | CSNU | Conselho de Segurança das Nações Unidas |
| ARENA | Aliança Renovadora Nacional | ED | Esquerda Democrática |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento | ESG | Escola Superior de Guerra |
| BIRD | Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento | EUA | Estados Unidos da América |
| BNDE | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico | IBAD | Instituto Brasileiro de Ação Democrática |
| CAMDE | Campanha da Mulher pela Democracia | IBC | Instituto Brasileiro do Café |
| CECLA | Comissão Especial de Coordenação Latinoamericana | IBESP | Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política |
| CEE | Comunidade Econômica Europeia | IBEU | Instituto Brasil Estados Unidos |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina | IDA | Associação Internacional do Desenvolvimento |
| CGT | Comando Geral dos Trabalhadores | IHGB | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro |
| CIAP | Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso | INDIPO | Instituto de Direito Público e Ciência Política |
| CIJ | Corte Internacional de Justiça | | |
| CNA | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, antes Confederação Rural do Brasil | | |

| | | | |
|-------|--|------------|--|
| IPES | Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais | MRE | Ministério das Relações Exteriores |
| IPRI | Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais | MSD | Movimento Sindical Democrático |
| IRBR | Instituto Rio Branco | MTIC | Ministério da Indústria e Comércio |
| ISEB | Instituto de Estudos Superiores Brasileiros | MTR | Movimento Trabalhista Renovador |
| FAO | Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura | OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| FIESP | Federação de Indústrias do Estado de São Paulo | OCDE | Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| FJD | Frente da Juventude Democrática | OEA | Organização dos Estados Americanos |
| FMI | Fundo Monetário Internacional | OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| FPN | Frente Parlamentar Nacionalista | ONU | Organização das Nações Unidas |
| FUNAG | Fundação Alexandre de Gusmão | OPA | Operação Pan-Americana |
| GATT | Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio | OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| GB | Guanabara, antes capital (Distrito Federal), e, depois, cidade do Rio de Janeiro | PALOPs | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| G-77 | Grupo de 77 países em desenvolvimento unidos desde 1964 para atuar na ONU | PCB | Partido Comunista Brasileiro e/ou Partido Comunista do Brasil |
| JID | Junta Interamericana de Defesa | PDC | Partido Democrata Cristão |
| LDN | Liga das Nações | PEI | Política Externa Independente |
| MIDC | Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio | PIB | Produto Interno Bruto |
| MES | Ministério da Educação e Saúde; depois MEC, da educação e cultura e MS, da saúde | PIDE | Polícia Internacional e de Defesa do Estado, com função política, de inteligência e de vigilância de fronteiras, em Portugal de 1945 a 1969, sob o governo Salazar |
| MNA | Movimento dos Não-Alinhados | PL | Partido Libertador |
| MPLA | Movimento Popular de Libertação de Angola, partido angolano criado em 1956 | PMDB / MDB | (Partido do) Movimento Democrático Brasileiro |
| | | PPS | Partido Popular Sindicalista |
| | | PR | Partido Republicano |
| | | PRP | Partido da Representação Popular |
| | | PRT | Partido Republicano Trabalhista |
| | | PSB | Partido Socialista Brasileiro |

| | | | |
|-----------|---|--------|--|
| PSD | Partido Social Democrático | UEG | Universidade do Estado da Guanabara |
| PSP | Partido Social Progressista | UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| PST | Partido Social Trabalhista | UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro | UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| PTN | Partido Trabalhista Nacional | UNCDF | Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas |
| PUC-Rio | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro | UNCTAD | Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento |
| RDA | República Democrática Alemã, ou Alemanha Oriental | UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| REDESTRAL | Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres | UNIDIR | Instituto das Nações Unidas para a Pesquisa sobre Desarmamento |
| RFA | República Federal Alemã, ou Alemanha Ocidental | UNIDO | Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial |
| RI | Relações Internacionais | UNITA | União Nacional para a Independência Total de Angola; desde 1966, rival do MPLA |
| RBPI | Revista Brasileira de Relações Internacionais | URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| SAPPP | Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco | USAID | Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional | | |
| STF | Supremo Tribunal Federal | | |
| SUMOC | Superintendência da Moeda e do Crédito | | |
| TIAR | Tratado Interamericano de Assistência Recíproca | | |
| TPI | Tribunal Penal Internacional | | |
| UDF | Universidade do Distrito Federal | | |
| UDN | União Democrática Nacional | | |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|-----|
| | INTRODUÇÃO | 17 |
| 1 | DISCUSSÃO TEÓRICA | 20 |
| 1.1 | Sobre Instituições e Políticas Públicas | 20 |
| 1.2 | Sobre Relações Internacionais e Análise de Política Externa | 28 |
| 1.3 | Abordagens historiográficas do poder e o Pensamento Político Brasileiro | 35 |
| 2 | CONTEXTO | 43 |
| 2.1 | Contexto interno | 43 |
| 2.2 | Contexto externo | 55 |
| 3 | A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE EM AÇÃO | 62 |
| 3.1 | Gestão Afonso Arinos, Presidência Jânio Quadros (Janeiro 1961 – Agosto 1961) | 63 |
| 3.2 | Gestão San Tiago Dantas, Gabinete Tancredo Neves (Setembro 1961 – Julho 1962) | 75 |
| 3.3 | Gestão Afonso Arinos, Gabinete Brochado da Rocha (Julho 1962 – Setembro 1962) | 95 |
| 3.4 | Gestão Hermes Lima, entre o Gabinete Hermes Lima e a Presidência João Goulart (Setembro 1962 – Junho 1963) | 102 |
| 3.5 | Gestão Evandro Lins e Silva, Presidência João Goulart (Junho 1963 – Agosto 1963) | 113 |
| 3.6 | Gestão Araújo Castro, Presidência João Goulart (Agosto 1963 – Abril 1964) | 117 |
| 3.7 | Reformas da Política Externa (1961-1964) e considerações finais sobre a gestão da PEI | 123 |
| 3.7.1 | <u>Reformas da Política Externa Independente</u> | 123 |
| 3.7.2 | <u>Considerações finais sobre a gestão da PEI</u> | 128 |
| 4 | O PENSAMENTO DOS CHANCELERES E CHEFES DE GOVERNO | 132 |
| 4.1 | Afonso Arinos e Jânio Quadros | 133 |
| 4.1.1 | <u>Pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco</u> | 133 |
| 4.1.2 | <u>Pensamento de Jânio Quadros</u> | 149 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 4.2 | San Tiago Dantas e Tancredo Neves | 156 |
| 4.2.1 | <u>Pensamento de Francisco Clementino de San Tiago Dantas</u> | 156 |
| 4.2.2 | <u>Pensamento de Tancredo de Almeida Neves</u> | 170 |
| 4.3 | Hermes Lima e Brochado da Rocha | 175 |
| 4.3.1 | <u>Pensamento de Hermes Lima</u> | 175 |
| 4.3.2 | <u>Pensamento de Francisco Brochado da Rocha</u> | 188 |
| 4.4 | Evandro Lins e Silva e João Goulart | 192 |
| 4.4.1 | <u>Pensamento de Evandro Lins e Silva</u> | 192 |
| 4.4.2 | <u>Pensamento de João Belchior Marques Goulart</u> | 199 |
| 4.5 | João Augusto de Araújo Castro | 204 |
| 4.6 | Considerações finais sobre o pensamento dos tomadores de decisão | 220 |
| 5 | FATORES, RESILIÊNCIA HARMÔNICA E POSTURA NA REORIENTAÇÃO SUSTENTADA DA POLÍTICA EXTERNA | 222 |
| 5.1 | Fatores das instituições e das ações que comprovam a hipótese | 226 |
| 5.2 | Fatores do pensamento e da formação que comprovam a hipótese | 230 |
| 5.3 | Sobre a resiliência harmônica e a postura internacional | 234 |
| | CONCLUSÃO | 239 |
| | REFERÊNCIAS | 242 |

INTRODUÇÃO

Esta tese assume que a dinâmica de interligação entre pensamento e ação é inerente ao exercício do poder e à prática intelectual¹. A união clássica entre saberes que se comunicam será “contemplada” na coesão entre Política Externa e de Pensamento Político. Para entender melhor os dois campos e a situação de interseção na qual esta pesquisa se situa, será necessário rever algo sobre os campos de estudos citados. *O recorte temporal dessa tese encontra-se entre 31 de janeiro de 1961 e 31 de março de 1964, e situa-se no Brasil*; voltada para a política externa e as unidades decisórias últimas a ela associadas. A ação externa do país daquele momento foi batizada como Política Externa Independente, cujo surgimento e cuja manutenção se deram apesar de todos os indícios que seria dissolvida já em seus primeiros passos.

O *objetivo principal* deste estudo foi investigar a dinâmica – que ocorre apesar de elementos desestabilizadores² – de manutenção de um paradigma³ de política externa que, recém-inaugurado, destrona outro mais consolidado. Especificamente analisou-se o fenômeno no Brasil entre 1961 e 1964. Elencou-se os *objetivos específicos* a seguir: a. investigar o

¹ Desde o Mundo Antigo já existiam estudos sobre as relações de poder entre indivíduos, entre coletividades, ou de uma forma abstrata, especialmente gerados para a tomada de decisões. Das práticas imperiais, monárquicas, ou de cidades-estado, fez-se ciência. As Ciências Humanas tiveram seu primeiro esplendor com os polímatas da Grécia Antiga, como Tales, Parmênides, Heráclito, Pitágoras, Platão, Aristóteles e demais. O tempo tratou de exterminar o campo unificado do saber, cindindo o que poderia ser unificado, despedaçando a pretensão de um saber universal. Quanto mais circulavam os conhecimentos, menos aceitava-se qualquer centralidade do pensar; quanto mais se entendia o *modus operandi* do espaço de poder ocidental, como o de Antiga Grécia, de Roma, ou do mundo medieval, mais se geravam novas práticas e novas ideias. Surgia então a contemporânea Ciência Política; esse trabalho é uma proposta de retorno à forma mais clássica de praticar os estudos políticos.

² Tais como as mudanças de composição de governo, de sistema político, de mudanças ministeriais, de circunstâncias socioeconômicas, de segurança nacional e do jogo de poder como um todo, observadas no período que aborda a tese.

³ A apropriação do termo “paradigma” nas Ciências Humanas como um todo é plural, nos clássicos da Filosofia da História; aqui ele se associa ao termo “tradição”. Gunnell (1979) a discute como um corpo de pensamento integral e evolutivo que condiciona entendimentos teóricos e práticos. Para Pocock (2009, p. 187-216), tradição é uma série de ações repetidas, autorizadas pelo conhecimento de performances prévias; modos institucionalizados de transmitir comportamentos, cujas consciências do tempo, institucionalização, e autoridades podem variar. As interpretações também variam, como entre conservadores e radicais. Na utilização de “paradigma”, associo o mesmo à ideia de “tradição” em Gunnell e Pocock, mas também à forma como utilizaram Hirst e Lima. As autoras elencam como principais linhas da “orientação de política externa” chamada de “globalista”: “(...) a defesa da universalização das relações internacionais, para além do relacionamento especial com os Estados Unidos; a ênfase nas características restritivas da macroestrutura internacional, em especial a crítica ao ‘congelamento mundial’, na expressão do embaixador Araújo Castro; e a articulação da aliança terceiro-mundista nas negociações das questões de desenvolvimento e da reforma dos regimes econômicos internacionais. (HIRST; LIMA, 2002, p. 81)”. Para elas, o pós-guerra fria dificultou novo consenso das elites e fez surgir novas formas de se orientar a política externa.

processo de construção/manutenção de paradigma de política pública pelas elites decisórias; b. ampliar o entendimento da relação entre formulação/implementação de política externa e pensamento político; c. avaliar a atuação e o pensamento de homens de estado. A *hipótese* é que em meio a fatores adversos, é possível perpetuar a transmutação da política externa – mantendo o paradigma recém-instaurado – caso se verifique a resiliência dos atos e a harmonia dos pensamentos. Há pontos de contato em meio a rivalidade, meios de agir e pensar que devem ser avaliados mais profundamente para entender como eles ancoram a manutenção de uma forma de se projetar/fazer política externa que rompe com o que era feito antes. Como *hipóteses secundárias*, a tese pretendeu: a. demonstrar que a ampla margem de ação de ministros e a forte hierarquia no Ministério das Relações Exteriores e na política nacional dão aos ministros a precedência sobre o tema; b. provar que a sustentação paradigmática se dá via similitudes em decisões e pensamentos; c. as atitudes governamentais não vacilaram, e sem hesitar mantiveram-se no paradigma, apesar de elementos desestabilizadores.

Em termos humanos, pode-se encontrar relações negativas (conflito, lutas, etc.), de indiferença (neutralidade, isolamento, etc.), e positivas (cooperação, aliança, harmonia, etc.). Pretende-se nessa tese ver como a existência de relações positivas em meio a um cenário negativo nacional e internacionalmente foi vital para a existência de uma coerência, credibilidade, legitimidade, e expansão de determinadas inovações após uma ruptura em política pública. Um dos principais fatores da harmonia a ser comprovada é o pensamento político e a existência de similitudes em termos de práticas. Semelhanças não significam igualdade, não significam mimetismo. Após a assunção de novo paradigma, a sua manutenção envolve ajustes conjunturais, e não uma permanência estática.

Há igualmente a necessidade de entender melhor como as elites da política externa se envolvem com iniciativas inovadoras, como elas se harmonizam. Em geral, a literatura olha para as elites em termos de dominação ou competição, em termos negativos, ou, ainda, em termos neutros, como mais um ator dentro de uma visão sistêmica. A proposta aqui foi ver as elites de forma positiva, mas não afirmativa (o que geraria elitismo, e não um estudo de elites como se pretende aqui); e com isso, entender como agem as unidades decisórias últimas em suas lides cotidianas, especialmente em política externa. Almejou-se tornar-se parte do grupo a favor das interseções no conhecimento, trabalhando especialmente com pensamento político e política externa. Justificada a relevância deste trabalho, nos próximos parágrafos serão expostos objetivo principal, problema, hipótese e metodologia.

Procurou-se lidar com um fato histórico e não contemporâneo, de forma a ser mais viável a obtenção de dados primários. Seguindo a tradição interpretativa das Ciências Sociais,

os fenômenos foram estudados desde o ponto de vista dos atores envolvidos. Para tanto, foi realizada uma *pesquisa biográfica e bibliográfica* dos principais personagens envolvidos na política externa. Por ser um estudo voltado para a elite decisória, os principais indivíduos a que se dedicou o trabalho de pesquisa foram os ministros da época – Afonso Arinos de Melo Franco; Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Evandro Lins e Silva, Hermes Lima, João Augusto Araújo Castro. Igualmente, tentou-se criar um perfil dos presidentes e primeiros-ministros da época (Jânio Quadros, Tancredo Neves, Brochado da Rocha, Hermes Lima, João Goulart). A abordagem tratou de temas que vinculam poder e sociedade, típicos da sociologia política, como a abordagem sobre coletividades que exercem pressões sobre as instituições para determinada ação governamental ocorrer (SARTORI, 1972). Com isso, encetou-se uma análise moderna, tentando elucidar as influências que se relacionam formando as dinâmicas próprias do sistema político, enquanto um corpo complexo em que ações surgem por interações (DAHL, 1998). Assim, além dos tomadores de decisão últimos, pretendeu-se trazer algo do contexto doméstico e internacional à época, desvelando como se moviam os freios e contrapesos de então.

O *desenho de pesquisa fatorial* utilizado é aquele em que diferentes variáveis são analisadas em função da hipótese enunciada. Esta foi uma pesquisa baseada em métodos qualitativos, pois eles servem melhor para poucos casos e muitas variáveis. O estudo de caso com rastreamento do processo (“process tracing”) foi usado; assim, o pesquisador explorou a cadeia de eventos ou de processos de tomada de decisão através dos quais as condições iniciais foram transformadas em resultados (VAN EVERA, 1997: 64). Há trabalhos centrados em conjuntos de dados e outros voltados para processos causais, seguindo essa metodologia, mas ambos devem produzir uma descrição sequencial de onde se extraem evidências que fundamentam a análise (CUNHA; SILVA, 2014). Entre cientistas políticos uma grande dicotomia se faz, entre as explicações “externas”/positivistas, de lógica causal, e as explicações “internas”/deliberativas, que explica ações desde a perspectiva dos agentes (FEREJOHN, 2004). Pretende-se adotar as duas formas de explicação, ora olhando para os mecanismos causais, que se verifica no transcorrer da gestão e se observa nos seus atos, e a explicação interna, vendo como o governo lia as circunstâncias e tomava suas decisões. Analogamente, a construção de um pensamento individual tem dimensões deliberativas de contatos com outros autores e ideologias mais coletivas e, igualmente, tem uma dimensão causal, onde o pensar interage com o mundo. *A tese se divide em cinco partes.*

Nesta parte, *a primeira*, os fundamentos teóricos são abordados, após a apresentação dos traços gerais da tese, *o segundo capítulo* contextualiza o objeto desta pesquisa. Em seguida, no *terceiro capítulo* o foco é a gestão da Política Externa Brasileira desde a inauguração

paradigmática com Jânio Quadros até a queda do governo João Goulart, passando pelo parlamentarismo e pelas reformas encetadas na época. A disposição do capítulo segue a ordem cronológica dos fatos, e, ao mesmo tempo, se segmenta a partir das regiões do mundo. Assim, parte-se das relações brasileiras com o mundo (por exemplo, relações multilaterais globais), passa então para as Américas, a Europa e termina em Ásia e África. O principal material a subsidiar a análise é a documentação governamental, seja de reuniões de alto nível do Executivo, sejam do Itamaraty. O *quarto capítulo* tem por objetivo mapear o pensamento dos chanceleres e chefes de governo. Com a intenção de entregar aos leitores um perfil o mais completo possível, privilegia-se nessa parte da tese as obras publicadas e as tomadas de posição públicas que direta ou indiretamente associavam-se com a política externa e/ou a política internacional. A *parte conclusiva* discute a grande estratégia e a postura internacional cujos contornos são dados a partir de pensamento e prática. Ao fim, a tese traz a síntese sobre a reorientação sustentada da política externa, abrindo possibilidades de pesquisa.

1. DISCUSSÃO TEÓRICA

1.1. Sobre Instituições e Políticas Públicas

Três vertentes politológicas estão contempladas na tese – Políticas Públicas, Análise de Política Externa e Pensamento Brasileiro. A cada uma delas corresponderá uma subseção. Observa-se na contemporaneidade a ação externa do país como uma das várias políticas públicas, sujeita às inflexões domésticas, fato de mais fácil apreensão pelo advento de fenômenos como a globalização, a participação da sociedade em decisões, e internacionalização de outros ministérios e secretarias (MILANI; PINHEIRO, 2016). Para analisar toda e qualquer ação governamental, os estudiosos se voltaram para o ciclo da gestão pública – preparação, definição da agenda, formulação, implementação, avaliação e monitoramento – mobilizando variadas teorias politológicas (RODRIGUES, 2013). Cada “escola” enfatiza um fator – cultural, econômico, político, institucional – e molda as pesquisas conforme essa escolha, lidando pluralmente com tradições, opinião pública, conjunturas econômicas, organizações, corpo burocrático, entre outros temas (ADOLINO; BLAKE, 2011: 8-30). Se por um lado, o foco costuma ser o que é feito, por outro, a “não-decisão” pode ser um vetor para entender pontos que não são discutidos ou abordados pelo Estado (BARATZ; BACHRACH, 1963). Certas

questões não entram na agenda e/ou despertam paixões de tal forma que obrigam os estadistas refrearem qualquer ímpeto. Assim, toda mudança de paradigma é uma ação consciente, e a sustentação do paradigma recém-implementado também o é.

Conforme as circunstâncias reais e os objetivos almejados, os governos usam diversos recursos – força, lei, recursos humanos e econômicos, informação, manipulação de consensos, apoio, interações e tempo – e vários instrumentos – financeiros, de autoridade, de organização, informacionais, etc. (DODDS, 2013: 20-47). Wanderley Guilherme dos Santos e Olavo Brasil de Lima Júnior em artigo sobre o tema (1976) propõem um esquema para análise das políticas públicas. Para eles, há duas formas de analisar as políticas públicas, a “internalista” e a “externalista”. A primeira vê como mais importante a estrutura do governo, as instituições em si, e o processo decisório. A segunda vê como mais importantes na política pública as elites, os grupos e os recursos. O governo é uma organização complexa, e como entendê-lo? Maria Regina Soares de Lima e Maria Aparecida Hime (1977) recomendam identificar as arenas decisórias, os atores politicamente relevantes (e seus interesses/recursos), padrões de inter-relação entre atores, regras que determinam a utilização de recursos pelos atores.

É possível entender as políticas públicas, portanto, dentro de uma perspectiva sistêmica; assim David Easton (1970) fez com seu sistema. Nele, existiam três “etapas”. Primeiro há o “input”, a entrada de insumos – apoios, demandas e recursos – no sistema, em seguida processa-se o que entrou. Nessa segunda fase, ocorrem os “whitinputs”, que são os processos de tomada de decisão e de formulação de ações. Por fim, ocorre o “output”, as reações, ações e resultados que surgem desse processo contínuo e interligado. Após essa fase, há a retroalimentação por retorno (o feedback) de todo o processo para os fornecedores de insumos, os membros da sociedade e agentes estatais, que reiniciam o processo. Nessa visão, o sistema político determina as políticas públicas. Visão oposta terá Theodore Lowi (1964), para quem o tipo de política é determinante para a expectativa sobre um governo e para a relação política (o sistema) que surge a partir dessas ações. Assim, Lowi vê a política pública como determinando o sistema político. A forma como povo e o governo se relacionam via políticas determina as estruturas nos casos democráticos, e o autor norte-americano vê implementações e decisões variando conforme o tipo de arena (distributivas, regulatórias ou redistributivas).

Pensando que encontrar cotidianamente soluções frente aos problemas é a essência da política pública, surge outra análise. Lindblom (1959) sustenta ser mais comum em decisões a

adoção do método do “quebrar o galho”/“seguir em frente”⁴, em que se age passo a passo em pequenas ações que decorrem de situações atuais, que aplica sucessivas comparações limitadas. A visão incremental dele é bem diferente da abordagem de “lata de lixo”. O último considera que escolhas organizacionais dependem dos problemas, soluções, participantes e das ocasiões, e a execução depende de quando será feita, da energia despendida e de fatores organizacionais (COHEN; MARCH; OLSEN, 1972). Decisões são categorizada de acordo com seus estilos (resolução, vista grossa, ou *flight*) e tendem a dar lugar a outras, caso infrutíferas. As políticas têm saliência (grau de impacto sobre as pessoas) e complexidade (o quão fácil é a apreensão delas) variadas, o que marca a relação Estado-sociedade (GORMLEY JR, 1986)⁵.

John Kingdon (2014) deu ênfase na parte de formação da agenda e da solução para um problema. Para ele, há três fluxos, o dos problemas, o das soluções e o da política, e quando esses fluxos se alinham uma janela de oportunidades surge proporcionando ações. Os “empreendedores de políticas” são os que têm maior chance de influenciar nesse processo de inserção de determinado tema na agenda e de estabelecer qual alternativa e forma de implementação será levada adiante. Também clássico é o Pluralismo, que vê a Política Pública como algo relacionado com a interação de diferentes interesses, o maior expoente sendo Robert Dahl (1988), já citado anteriormente. Outras versões dos dilemas coletivos, não necessariamente associados com o campo das Políticas Públicas, podem ser contrastadas com versões de “lata de lixo”, “formação da agenda” e “sistema político”.

A teoria da Escolha Racional (influenciada pela Microeconomia e pela Teoria dos Jogos) parte do princípio que os agentes são orientados pela racionalidade, pelo racionalismo; e serviu a diferentes autores. Os que a afirmaram se voltaram para dilemas de ação (coletiva), preferências e modalidades de mobilização; os que a negaram tentaram realçar o caráter não-racional da vida humana. Na Escolha Racional, a ação instrumental/lógica e o mercado são os meios de satisfação de interesses individuais, e os partidos são parte dessa lógica competitiva, fornecendo opções a serem escolhidas pelos indivíduos conforme seus interesses (CARVALHO, 2008). Um dos pioneiros do debate sobre comportamento, próximo da já citada escola racionalista, Kenneth Arrow (1950) aborda o problema das preferências sociais.

⁴ Do original “Muddling through”, a literatura traduz a expressão idiomática de diversas formas, em todas elas no sentido informal de “se virar” dado pelo português falado no Brasil, com a noção de dar soluções práticas para o que existe no cotidiano de forma a seguir adiante com o serviço a ser prestado.

⁵ William Gormley Jr (1986) faz o seguinte quadro, respectivamente referindo-se a saliência e complexidade: Sala de Audiência (Alta-Baixa); Sala de Operação (Alta-Alta); Política a nível da rua (Baixa-Baixa); Sala de Conferências (Baixa-Alta). De acordo com o autor, é o tema que desperta interesse e não determinada política governamental; logo, a política externa, por exemplo, pode ter saliências e complexidades variadas conforme trate-se de algum tema ou de outro.

Para ele, em democracias capitalistas as preferências da sociedade são definidas por dois mecanismos: votação para tomar decisões políticas, e o mercado para tomar decisões econômicas (ARROW, 1950). Na ditadura, decisões são tomadas independente das preferências individuais, e, na convenção, não há conflito entre o que cada um prefere, há só vontade comum. Há expressas conexões de seu argumento com as teorias microeconômicas e o raciocínio lógico, e no artigo discute-se a possibilidade de um estado social de bem-estar. Nesse contexto, os atores coletivos auxiliam a definir preferências, uma vez que cada um deles é porta-voz de alguma, ou adere a alguma proposta a ser chancelada por eleitores através de coalizões.

Sob quadro teórico semelhante, Anthony Downs (1957) aborda a questão da mobilização política e eleitoral, em que a decisão parte da definição de objetivos e da seleção de meios compatíveis, maximizando resultados e minimizando custos. Ele parte de um tripé de condições para o governo buscar racionalmente seus objetivos: estrutura política democrática; atmosfera com variados graus de incerteza; eleitorado racional (DOWNS, 1957). Os partidos políticos representam expectativas com relação a utilidade que cada indivíduo gozará; dessa forma, todos membros do eleitorado calculam qual dos partidos entregará os resultados preferidos e a esse entrega seu voto. Afetam esse cálculo as tendências políticas, a performance dos políticos no poder, e as ideologias políticas que partidos desenvolvem para conquistar voto.

Mancur Olson em 1965 aborda o dilema da ação social, embebido da mesma *rationale*. Lida com grupos coletivos, classificação de organizações como partidos, sindicatos, cartéis, corporações, e o Estado. Para que um grupo provisione um bem coletivo, e, portanto, desencadeie a ação coletiva, é necessário que cada indivíduo veja o ganho coletivo como superior a custos individuais, e vendo que esse benefício comum gerará benesses individuais também (OLSON, 2002). Importa nesse cálculo a fração do bem coletivo que o indivíduo recebe, os custos organizacionais e individuais, e quais características da coletividade. Uma organização mais “inclusiva” pode crescer a ponto de diminuir a fração do bem coletivo obtida, uma que seja mais “exclusiva” pode vir a ter mais dificuldades de prover as benesses e terá mais custos individuais; um grupo “privilegiado” tem incentivo a agir mesmo carregando o fardo da ação, um grupo “intermediário” depende de “incentivos seletivos” para poder agir.

Na presente tese, pretende-se reafirmar a importância das coletividades nas Políticas Públicas, tal como presente nos trabalhos de Easton, Kingdon e Dahl, entendendo, tal como nas abordagens de “lata de lixo” e dos “fluxos” que a ocasião incide sobre as formas de agir do Estado. Acredita-se, incorporando em parte as teorias do Racionalismo, que há dilemas e escolhas a serem feitas, pesando custo-benefício, e que elas estão presentes entre os tomadores de decisão. Por assumir esses compromissos ao longo da tese, é incontornável entender o papel

das elites que decidem e das coletividades às quais pertencem e/ou têm de lidar diuturnamente. O capítulo dois ao apresentar o contexto de então trabalhará com a dimensão internacional – cujas teorias serão esquadrihadas mais à frente – e com o plano doméstico. Em termos políticos nacionais, é preciso entender o papel de partidos, grupos de pressão, da(s) elite(s). Algumas palavras serão usadas para resgatar um pouco da literatura nesses temas.

Entre os debates envolvendo atores coletivos e seus atos, um dos mais acalorados é dos partidos, cujas tipologias dos partidos iniciam-se antes de publicações acadêmicas, mas atingem sucesso com Maurice Duverger. Ele distingue partidos de quadros, mais antigos, cuja origem remonta ao voto censitário, que seleciona desde a elite seus membros a exercerem cargos eletivos, muito associados à ação de cáucus; diferentemente, há os partidos de massas, guiados por comitês e convenções, com origem associada ao sufrágio universal, que seleciona os seus potenciais candidatos desde os seus membros, em geral advindos de setores do povo (DUVERGER, 1970). Tanto os partidos de quadro quanto os de massa podem ser centralizados ou descentralizados, horizontais ou verticais, com diferentes graus de participação, e terão estratégias diferentes conforme o regime no qual estão inseridos.

Sigmund Neumann (1965) trabalhou com a categorização de “partido de representação individual”, cuja atividade estava mais restrita às eleições e a seleção de seus candidatos, e de “partido de integração social” que exerce influência intensa sobre a vida de seus membros. Outras distinções binárias são elaboradas: as de diferenças de função – partido totalitário e partido democrático –, as de posição frente ao poder – partido de prebendas e partido de princípios –, as de atitude/orientação – partidos de personalidades e partidos de programas (NEUMANN, 1965). Angelo Panebianco (2005) volta-se para questões internas ao partido, que pode ter um molde originário por difusão (espontâneo) ou por penetração (centro-periferia) e com legitimação interna (volta-se para dentro) ou externa (volta-se para instituições externas, como o Komintern ou Igrejas); a institucionalização depende também do ambiente, em que o partido aplica a estratégia de adequação ou de domínio. Em toda legenda há uma coalizão dominante⁶ que domina “zonas de incerteza” – competências, relação com o ambiente, comunicação, regras formais, financiamento, recrutamento – e define como recursos, e incentivos coletivos e/ou seletivos serão distribuídos (PANEBIANCO, 2005). Ele reconheceu

⁶ Se a coalizão dominante é coesa-estável e há institucionalização fraca ou ausente, a organização será uma Monocracia, se a institucionalização for forte, também com coesão/estabilidade, será uma Oligarquia; a Poliarquia é de fraca institucionalização, e com coalizão dominante dividida (seja estável ou instável). Partidos monocráticos ou oligárquicos têm participação alta, e estratégia de expansão/predomínio; já partidos poliárquicos quando com coalizão dominante dividida-estável e baixa participação tendem a estratégia de estagnação/adaptação, e quando com participação rotativa e coalizão dominante dividida-instável, tendem a expansão/predomínio (PANEBIANCO, 2005, p. 309-344).

duas tendências. Por um lado, ascendiam a busca racional de voto e a profissionalização em face à era anterior de movimentos/ideologias, e, talvez de forma complementar, sustenta que no início de um partido, há um “território de caça”, um nicho, bem definido, mas com o tempo, há a busca pela expansão de filiados, membros e votos.

Considerando uma transformação do quadro partidário, Kircheimer (1966) considera ter surgido o partido “pega-tudo”, que se coloca como intermediário dos desejos pragmáticos de eleitores e dos recursos do Estado. Katz e Mair (1995) retomam a discussão do desenvolvimento político, considerando etapas nas relações entre Estado, partido e sociedade: no século XIX imperava o regime censitário liberal; entre 1880 e 1960 se deu a era dos partidos de massa (1880-1960); desde o fim da mesma, os partidos tendem a serem mais pragmáticos como os de tipo “pega-tudo” e “cartel”. No período analisado nessa tese, pode-se dizer que os três maiores partidos eram Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), respectivamente com os tipos “pega-tudo”, “de quadros” e “de massa”. Existiam partidos “de integração social” com “território de caça” e ideologia bem definidas, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido da Representação Popular (PRP), todavia eles tendiam a ser minoritários. O pluripartidarismo era uma realidade, e cada partido tinha seu perfil para com as políticas públicas, incluindo sua visão sobre o internacional. Em momentos de aguda crise isso se pronunciava de forma mais evidente.

Com o foco sobre a realidade britânica no século XIX, Ostrogorsky (1902) mostrou que associações políticas geraram petições e comitês, pressionando os partidos. Os últimos por sua vez criam organizações extra-parlamentares (clubes), “whips” (no parlamento) e cáucus (do partido), e amplia-se com isso a disciplina partidária e a conexão entre partido e sociedade. Outro autor seminal foi o germânico Robert Michels, associado, tal como o pensador eslavo citado, ao elitismo teórico. O ex-membro do SPD (Partido Social-Democrático Alemão) possuía conhecimento suficiente do mesmo para analisá-lo a fundo e criar sua teoria a partir desse espontâneo “trabalho de campo” encarnado no livro “Sociologia dos Partidos Políticos”. Michels considera que há razões psicológicas, técnico-administrativas e intelectuais para existirem chefes em organizações. Conforme o partido se organiza mais, há maior especialização, mais hierarquização e internamente se consolida a “Lei de Ferro da Oligarquia”: quanto mais a organização se firma, maior a oligarquização (MICHELS, 1982).

Gary Cox (1987) analisa o desenvolvimento histórico da democracia representativa na Inglaterra do século XIX, e o “segredo eficiente” advindo dessa época: um gabinete tendo predominância executiva e ao mesmo tempo legislativa. Conforme ampliava-se o eleitorado, os partidos e o Gabinete passaram a ter força, e os membros do Parlamento passaram a ter menos

força individualmente, e, com isso, a disciplina e a coesão partidárias ampliaram-se consideravelmente. A mobilização eleitoral se sofisticou conforme Whigs e Tories lutam para ganhar nas urnas sem radicalizar processos. Em Cox, Michels e Ostrogorsky é possível perceber que elites partidárias sempre existirão, e que os partidos sempre terão seus “caciques” a disciplinar a atividade da coletividade. Nutrindo-se dessas teorias, a tese pode afirmar que as elites disputarão entre si, mesmo quando imersas em coletividades, para obter o poder e emplacar sua visão de mundo dentro da ação governamental. Isso inclui a política externa.

Além do domínio sobre as forças estatais, a elite incide na sociedade sempre em busca do poder dentro das formações sociopolíticas, de acordo com Gaetano Mosca (1939). A classe dirigente existiria em diferentes contextos. Mesmo assim, para Vilfredo Pareto (1978) a circulação das elites ocorria conforme habilidades, virtudes, que cada uma delas possuía, e teria lugar em momento de decadência dos que estavam na liderança antes. O autor italiano ressaltava as dimensões irracionais, os “resíduos”, pulsões inconscientes a mover as ações das pessoas no jogo do poder. Charles Mills (1968) destacava algo pouco explorado por demais autores, o fato de existirem múltiplas manifestações das elites (política, militar, cultural, econômica, etc.) não impedia que elas mantivessem contatos frequentes, eventualmente surgindo grupos e subgrupos nela que se aproximam enquanto resistem à presença de outros.

Dentro de um grupo que toma decisões há os que são mais próximos dos que detêm a última palavra sobre as ações, esse é o “círculo interno” a impactar o que é feito. Esses “grupos primários” pertencem ao cotidiano e conhecem a intimidade dos membros da elite decisória, e por conta disso influenciam o comportamento político sem necessariamente terem uma posição formal que a evidencie (SHILS, 1959). Pode-se dizer que o sistema de elite que existe está sempre em função do tipo de configuração do desenvolvimento político (LASSWELL, 1961). Ou, em outros termos, os regimes políticos moldam a forma como as lideranças sociopolíticas atuam, e transições de democracia para autoritarismo e vice-versa são momentos de reordenação dessas atuações (DOGAN; HIGLER, 1998). Existem fatores coletivos com um número maior de participantes que produzem efeitos relevantes sobre o sistema de poder⁷.

Há conceitos que definem essas coletividades influentes. A literatura fala de setores da sociedade civil, que podem estar contra, em diálogo, em parceria, a favor, além, ou à parte do Estado, gerando um repertório de ações mais recorrentes tendo em vista o posicionamento (CHAMBERS; KOPSTEIN, 2006). Gabriel Almond (1958) em estudos de política comparada

⁷ As políticas públicas, portanto, são indissociáveis das elites que detêm o poder em uma época. Pode-se observar isso no caso do Império do Brasil, quando a socialização e a formação das elites auxiliavam em sua unificação, ainda que não inviabilizassem disputas dentro desse grupo heterogêneo (CARVALHO, 2008a).

destrinchou as características dos grupos de interesse, que poderiam ser articulados ou inarticulados, organizados formalmente ou informalmente, manifestos ou latentes, e que, via de regra, impactavam as estruturas políticas e governamentais. Kenneth Shepsle (1974) introduz o conceito de “coalizão vencedora”; em democracias representativas, são atores organizados protagonistas nos conflitos, mas também são atores individuais, como os financiadores de campanha, os peritos, grupos com interesses específicos, etc. Mesquita et alli (2003) afirmam que a sobrevivência de um governo se dá pela “seletorado” – conjunto de pessoas com voz nas escolhas de líderes e com prospectos de ganhar acesso a privilégios especiais dos líderes – e pela “coalizão vencedora” (definida por eles como subgrupo do seletorado que mantém o poder dos que estão no poder e que recebem privilégios em troca).

A teoria das “coalizões de advocacia” sustenta que choques exógenos são os principais responsáveis por mudanças nas políticas, e pessoas se coligam para conseguir transformar suas crenças em determinada ação dentro de um subsistema de políticas (SABATIER; WEIBLE, 2007). Próxima dessa teoria está a das “redes temáticas”, que aborda grupos com grande número de participantes – com liberdade para sair e entrar da mesma – e que mobilizam seus recursos, em geral especializados, para moldar determinadas políticas de seu interesse (HECLO, 1995). Igualmente ativos são os grupos que fazem o “Lobby”⁸. Geralmente associados com relações institucionais, advocacy e relações públicas, os seus praticantes visam atuar junto ao poder público de forma a criar decisões favoráveis a eles, ou a construir cenários de não-decisão, inviabilizando o avanço do que combatem (MANCUSO; OLIVEIRA, 2018).

Dependendo do país e da circunstância essa defesa de determinados interesses sociais pode não ser legalizada e/ou pode lidar com métodos de atuação não-convencionais ou até beirando ilegalidades, todavia é uma prática enraizada nas democracias contemporâneas. Onde essa atuação é legal, temas mais polêmicos (envolvendo muito dinheiro, muitas mudanças, muitas pessoas) têm por trás a atuação de um maior número de lobistas com interesses variados, porém a maioria dos temas tem participação decisiva de poucos grupos organizados a serviço de determinados interesses (BAUMGARTNER; LEECH, 2001). Por vezes, a atuação de lobistas se confunde com os “atores com poder de veto”. Os “veto players” são atores individuais ou coletivos cuja concordância é indispensável para a tomada das decisões políticas que alterem o status quo, e o perfil deles é central na estabilidade do sistema político

⁸ Deriva da palavra inglesa “Lobby”, que é o salão de entrada. O “Lobista” é aquele ficava no espaço onde entravam e saíam políticos para tentar exercer influência, inicialmente no Parlamento. Hoje o lobismo é prática difundida e suas atividades não se restringem a um espaço específico, tampouco só a indivíduos. Hoje em dia há a expansão do campo das Relações Institucionais, que lida, entre outras ações com lobby e coalizões de defesa.

(NOGUEIRA, 2015). George Tsebelis, criador do termo, difere os que são institucionais dos que são partidários, e sustenta que a estabilidade das políticas públicas aumenta conforme há maior número de veto players, há maior incongruência entre as posições deles, e há forte coesão interna neles; eles conformam o grau de possibilidade de mudanças (TSEBELIS, 1995).

A presente tese vai contra essa concepção, uma vez que o excesso de posições conflituosas não produziu, no período do estudo, uma harmonia a ponto de evitar a instabilidade institucional, tampouco a dissolução de inúmeras políticas justamente pelo desacordo coletivo. Os grupos de interesse e as elites mantinham suas disputas e influíam sobre as políticas públicas, muitas vezes não permitindo que o governo tomasse decisões livremente. O caso do comércio exterior⁹ é interessante nesse sentido; algo que transparece nas relações executivo-legislativo.

Ao transacionar com nações, o país poderia estar a exportar bens primários, por exemplo, o café. Isso poderia envolver interesses de empregadores e empregados, de setores da agropecuária e da indústria, e cada qual teria uma visão sobre o fenômeno. O arbitramento do governo aos interesses exigiria uma postura interna ao corpo decisório que obrigava a ele não acumular oposição sobre o que era feito, tampouco ficar a conceder aos cafeicultores e aos empregados nessa área benesses enquanto esqueciam outras áreas. Se houvesse uma oportunidade de comercializar esse café com uma nação a qual o comércio inexistisse, poderia ser do interesse dos pertencentes a essa atividade econômica, mas, se o ato envolvesse lidar com nações com determinado perfil político isso poderia despertar críticas ou oposições em prol da não-decisão. Na prática, observou-se que a habilidade e a harmonia do poder decisório eram mais relevantes na constituição da manutenção de um paradigma recém-instaurado do que a existência de um sem número de opiniões conflitantes. Para elucidar a relação dessa concepção teórica assumida com o estudo da política externa do Brasil de então a tese retoma o debate da Análise de Política Externa, e, antes comenta as Relações Internacionais (RI).

1.2. Sobre Relações Internacionais e Análise de Política Externa

A conformação do campo acadêmico das RI se deu com seus “grandes debates”, em que se destacam os Realistas, os Liberais, a Escola Inglesa, os Neorrealistas, os Neoliberais, a Escola Francesa, os Pós-Positivistas, a Economia Política Internacional, a Ecopolítica, os Pós-

⁹ O Ministério da Indústria e Comércio (MTIC) era responsável pela Política Comercial e junto com Ministério da Fazenda e com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), compartilhavam funções vinculadas ao comércio exterior. Havia ainda o papel do Congresso na modelagem econômica (AGUIAR, 2018a).

Modernos, os Críticos, os Pós-Coloniais, os Feministas e muitas outras escolas de pensamento (GONÇALVES, 2002; MESSARI, NOGUEIRA, 2005; JACKSON, SØRENSEN, 2007). Aderiu-se a esse debate as práticas intelectuais de ponderações sobre a estática – fenomenologia, estatotologia, cratologia, metodologia, epistemologia – e sobre a dinâmica – ontologia, praxeologia – das Relações Internacionais (CASTRO, 2012). Nesta tese se trabalhará com enfoque sobre o Estado e seus tomadores de decisão últimos, no que se refere à política externa e, conseqüentemente, à vida diplomática. Pode-se dizer que a tese lidará com a “estática” e com a “dinâmica” das RI, por lidar com temas de “*innenpolitik*” aproxima-se do Realismo, por lidar com fatores cognitivos afina-se com o Construtivismo, mas, como se perceberá ao fim do capítulo, não se restringe às escolas das RI por pretender-se interdisciplinar.

Conforme se consolidavam os estudos internacionalistas, igualmente se afirmava o campo acadêmico da Análise de Política Externa, a que se mobiliza nessa tese. Observa-se que a política externa é produto das relações executivo-legislativo, das comunicações e opinião pública, das relações partidárias, das burocracias, enfim, de diversos fatores sociopolíticos, portanto não está somente vinculada às condições sistêmicas (TRACHTENBERG, 1978). Percebe-se que os tomadores de decisão sofrem pressões de outros países e de instituições globais, e que, ao mesmo tempo, vivenciam as situações domésticas em um “jogo de dois níveis” que define como serão decisões e negociações (PUTNAM, 1988). O debate “interméstico” se desdobra de diversas maneiras, vendo as variadas influências – do poder militar, da interdependência econômica, da cultura e da identidade, da opinião pública, de regimes e de governos, dos líderes – sobre a política externa (BEASLEY; SNARR, 2002); cada um desses desdobramentos, acompanhados de uma teoria, compõe o início do que se chamaria por Análise de Política Externa (APE).

A APE estudaria desde sua origem o comportamento dos Estados, tendo por ênfases iniciais o processo decisório e abordagens próximas da Política Comparada; posteriormente deu foco às questões transnacionais ou interdependentes (LIMA, 2013). Dentro dessa linha do tempo, conforme Soares de Lima (2013), surgiram os três principais grupos teóricos – realistas, institucionalistas e construtivistas. Grosso modo, os primeiros estariam a enfatizar as motivações estatais e/ou internas, os segundos dariam maior foco aos fatores internacionais e/ou transnacionais, e os últimos estariam mais interessados em temas simbólicos/cognitivos que perpassam tanto o Estado quanto o sistema. Michael Clarke (1996) examina a APE em livro elencando como variáveis principais: a constituição; a cultura política; as crenças dos líderes; processos psicológicos; dinâmicas grupais e processamento de informações.

A cada uma delas corresponde uma forma de análise que zela pelos fatores cognitivos. Christopher Hill (2003) estrutura um sistema analítico realçando fatores domésticos, como as constituencies, propósitos/estratégias; implementação; racionalidade; atores; agentes; aproximando-se de temas que serão abordados na próxima seção. Surgem também trabalhos que revisam novamente o campo e trazem novas discussões como sobre a mudança da política externa, a globalização, e o debate histórico-sociológico (ALDEN; AMNON, 2012). Na presente tese, o tema é a política externa do Estado brasileiro e suas conexões com o pensamento de seus gestores, mas nunca perdendo de vista as instituições. Enquanto as disputas teóricas são prolíficas no campo e nas livrarias, na tese elas são abandonadas em prol do reforço na capacidade de entender um fenômeno complexo.

Cada país teve seu desenvolvimento particular do campo de estudos da APE. Antes da APE, e de sua vertente vocacionada para as ideias, já existia a História Diplomática e a análise histórica do pensamento, incluindo o internacional, o diplomático, o social, o intelectual e demais denominações dentro da área. As universidades foram os principais locais para se criar esse tipo de trabalho, assim como institutos de pesquisa, think tanks, e em alguns casos, burocratas e suas respectivas agências. No Brasil, além das universidades e think tanks que acolhem diplomatas como professores, palestrantes, etc., há instituições do corpo diplomático que tem atividades intelectuais: IRBR (Instituto Rio Branco) FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão) e IPRI (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais).

Há volume considerável de publicações tendo os operadores da política externa atuando como intelectuais, com suas interpretações e indicações. Nos albores periódicos e publicações de História Diplomática e de Direito Internacional contemplavam o campo acadêmico das Relações Internacionais; com a institucionalização surgiram contribuições liberais, realistas, construtivistas, sobre instituições e processo decisório (PINHEIRO; SALOMÓN, 2013). No Brasil, o Realismo, a Geopolítica e o Marxismo foram as principais correntes teóricas que fomentaram o surgimento da APE; e naquele momento dos anos 1950/60, ela e as RI se confundiam, e tinham por principal tema o estudo do próprio país; uma “segunda geração” tem como principal enfoque autonomia/dependência; e uma terceira aborda variados temas: grupos de interesse, partidos, papel do Legislativo e das burocracias (LIMA, 2013).

Com relação à forma de se construir a análise, a América Latina produziu dois tipos de análise. Havia aqueles mais propensos a focar em fatores externos – estudos sistêmicos, de política de poder, de dependência – e os que realçavam as variáveis internas – orientação do regime, processo decisório, política interna, política burocrática, liderança – não sendo mutuamente excludentes, pois a explicação foge da monocausalidade devido à sua

complexidade (VAN KLAVEREN, 1984). Latinoamericanos em suas produções interdisciplinares apresentaram teorias/conceitos sobre autonomia, insubordinação, dependência, (sub)desenvolvimento, capacidade e poder, centro e periferia, e muitos visavam criar soluções endógenas para os problemas da região (BERNAL-MEZA, 2016). Desde 1990 no Brasil começou a crescer a oferta de ensino de Relações Internacionais; tornaram-se mais plurais os temas, atores e agendas pesquisados, as publicações se ampliaram (LESSA, 2005). Pode-se dizer com isso que a APE se disseminava, mais teses e dissertações eram defendidas, espaços surgiam em fóruns acadêmicos, tendo por “carro-chefe” desse emergir estudos/pesquisas sobre Política Externa Brasileira (FARIA, 2011). Desde 1987, observa-se o exponencial crescimento dos trabalhos de/sobre Processo Decisório, que, ainda que cruzando áreas acadêmicas, estiveram relacionados com as Relações Internacionais, mormente a Análise de Política Externa (AGUIAR, 2018c).

Mas porque o tema da decisão entra nessa tese, e como o campo desenvolveu-se em torno dessa espécie de estudos/pesquisas? Os primeiros trabalhos que não lidavam de forma meramente descritiva e/ou midiática nessa área surgem nos pródromos da segunda metade do século XX. Os estadunidenses Henry Bruck, Burton Sapin e Richard Snyder são considerados os “pais fundadores” do campo da APE nas Relações Internacionais, e analisavam a formulação e a execução das políticas externas, sob o prisma dos determinantes de ação e da tomada de decisão, com o Estado sendo um ator cuja racionalidade advinha de diferentes unidades em interação (BRUCK; SAPIN; SNYDER, 1962). Em 1971 Graham Allison estuda o momento da Crise dos Mísseis de 1962 e constrói a partir daí sua teoria. O analista deveria, para ele, usar três tipos de análise, a do “Ator Racional”, a do “Comportamento Organizacional”, e a da “Política Burocrática”; na primeira, o governo agiria racionalmente buscando um objetivo, na segunda, ações resultariam de perfis organizacionais, na terceira, um resultado político em que incidem diversos atores domésticos (ALLISON; ZELIKOW, 1999). Em sua abordagem, está implícita uma visão agonística do poder, em que o mero contato entre unidades decisórias implicaria em disputas e, conseqüentemente, inexistiria condições de governabilidade isentas de lutas internas ao grupo que compõe o poder decisório como um todo.

Autores vinculados à Política Comparada auxiliaram o florescimento da APE, pesquisando variáveis “humanas” e “não-humanas” na política externa e as etapas da mesma – início, implementação, resposta (ROSENAU, 1968). Essa direção tem sido cada vez mais explorada conforme avanços tecnológicos se afirmam do período da Guerra Fria em diante; na tese serão enfatizados os fatores humanos e não será endossada a versão radicalmente agonística do poder. Os Hermann (1989) expõem três tipos de unidades decisórias – líder predominante;

único grupo; múltiplos atores autônomos – tendo suas correspondentes variáveis a serem objeto de pesquisa, respectivamente: sensibilidade ao contexto, pronto consenso, e relações entre atores. Observar se o país é influenciável externamente ou contido por si mesmo dependeria desse entendimento sobre quem toma a decisão e como. Existem ainda visões sistemáticas como a de Van Klaveren (1992) que propõe que o sistema internacional e o comportamento de outros países influem sobre contexto doméstico (composto por sistema político, estratégia de desenvolvimento, e fatores culturais e históricos), os atores (estatais ou não) e os recursos (geográficos, econômicos, militares, demográficos, diplomáticos).

A tomada de decisão resulta dessa composição de forças e gera uma pauta de política exterior, que sofre determinada reação por parte de outros países e do conjunto de Estados como um todo, realimentando o sistemático modelo para armar (VAN KLAVEREN, 1992). Marijke Breuning (2007) destaca a importância de entender as opções de política externa, para em seguida entender o processo decisório, que conforma o comportamento estatal, para tanto, torna-se necessário entender personalidade, percepções, motivações dos líderes. O estudo sobre o contexto, feito no próximo capítulo dialoga com esses dilemas decisórios que envolvem dimensões individuais, coletivas e sistêmicas. O recorte teórico que emoldura a tese segue a compreensão de que a Política Externa é uma política pública, tal como a literatura apresentada nos dois parágrafos seguintes.

Sob essa perspectiva, a política externa é uma atividade governamental, e por isso toda ação diplomática, das chancelarias e/ou internacionais de outros ministérios sempre é uma ação vinculada ao governo de turno, que pode ter (ou não) a consciência de longo prazo, das necessidades estatais que configuram “políticas de Estado”. Portanto, como ação do governo, ela envolve definição de objetivos de acordo com normas, a mobilização de recursos de forma a constituir práticas, e um constante reger da práxis de acordo com dimensões internas e internacionais, mantendo organização e publicização (KESSLER, 2002). Considera-se, nesse prisma que a ação externa reúne atores diversos (ministérios e presidência), com ideias influentes interna e externamente (como o desenvolvimento ou identidades), e é marcado por instituições (por exemplo, o presidencialismo federalista); e deve-se entender a formulação como ligada também ao tipo de burocracia, às pressões de maiorias e minorias e à distribuição nacional e internacional de poder (TOKATLIÁN; MERKE, 2014).

Há muitas propostas de se avançar nessa agenda de pesquisa. Pode-se tentar entender a forma de agir conforme certa questão seja posicionada em uma escala de relevância, esteja ou não em dada arena de poder, e se o país é pluralista/democrático ou não (ZIMMERMAN, 1973). É possível ponderar o custo-benefício em função da percepção de impacto da política - de forma

indiferenciada (crise, rotina) ou diferenciada (fixada geograficamente, de grupos de interesse, de setores econômicos, de grupos étnicos, de classe, ideológicos) - cada qual com sua respectiva análise e com papel variado para o governo, suas agências, o congresso e demais lideranças (FIEDERLEIN; INGRAM, 1988). A APE poderia utilizar o debate sobre agenda (como em Kingdon) ou sobre mudanças incrementais (Lindblom) ou qualquer outro dos estudos governamentais; fazer análise em que interno e externo se estreitem mais, identifiquem fenômenos de ambas as dimensões (LENTNER, 2006). Além desses citados, há um pavilhão aberto para descobertas, envolvendo a “dimensão cognitiva” através da qual ideias, conceitos, linguagens e paradigmas são percebidos como indissociáveis das práticas da política. A esse corpo de estudos agrega-se tanto uma ala das Políticas Públicas quanto uma da Política Externa.

Antes dos debates sobre Pensamento Internacional, já existia uma literatura que tratava de fatores ideacionais e cognitivos vinculados às ações externas de uma nação. Entre os que abriram esta senda, destacam-se Irving Janis e Robert Jervis, estudando aspectos problemáticos da realidade decisória. Irving Janis (1982) introduz o conceito de “groupthink”, que surge quando um grupo coeso e com pressões internas fortes suprime a independência e a racionalidade no pensar individual, deteriorando a eficiência mental, a percepção da realidade e o juízo moral. Como casos de “pensamento de grupo” estão: o despreparo da gestão Roosevelt a um ataque em Pearl Harbor; a invasão da Coreia do Norte pela administração Truman; a invasão da Baía dos Porcos pelo governo Kennedy; e a escalada da Guerra do Vietnã na presidência Johnson. Ele considera a solução para Crise dos Mísseis de outubro de 1962 dada pelos tomadores de decisão naquele momento nos EUA como um caso em que não ocorreu o negativo fenômeno. Para curar o mal, o autor recomenda imparcialidade do líder, estímulo ao pensar independente, existência de grupos diferentes lidando com um mesmo objetivo, presença de pessoa externa ao grupo com expertise em uma reunião ou mais, existência de um “advogado do diabo” no grupo, construção de cenários, definir alternativas de ação e selecioná-las, gerar uma última sessão para expressar/sanar dúvidas (JANIS, 1982: 260-273).

Luís da Vinha (2013) “responde” a Janis argumentando que o mesmo ignora fatores processuais e dinâmicos externos ao grupo, como contexto e modalidades de coesão, conflito e liderança. Seria imperioso retomar o conceito de cognição social, em que o grupo compartilha preferências, informação, identidade, sistema de conceitos e crenças, e com isso se lida melhor com eventuais diferenças. O trabalho de Robert Jervis (1976) é sobre percepções e enganos, e inclui análise do processo decisório e teorias de Psicologia. Os erros mais comuns são os relacionados com: centralização/cálculo de outros atores; estimar demasiada importância do alvo e/ou da própria força; existência de desejos e medos; dissonância cognitiva; “wishful

thinking”. Para evitar problemas, ele propõe: tornar explícito os condicionamentos (pressupostos, valores, crenças, previsões); garantir a existência de um ‘advogado do diabo’; inteirar-se sobre os principais erros de percepção; tarefas, identidades, visões do futuro não podem ser associados com alguma teoria ou imagem específica (JERVIS, 1976: 409-425).

Os estudos cognitivos, em que se situam Janis, Jervis e outros, negligenciaram por longo tempo os fatores culturais; dever-se-ia estudar a cultura internacional formada pelas crenças governamentais, elementos de longa duração e expectativas coletivas (HERZ, 1994). Arbilla (2000) defende que as ideias servem para construção de uma hegemonia normativa e conceitual, porém, os arranjos institucionais definem as condições nas quais influências se dão. Enfocando as mudanças entre 1989 e 1995 nas políticas externas de Argentina e Brasil, mostra que em termos comparativos, é vital entender o grau de disponibilidade de recursos, de relações entre policy-makers e diplomatas, e da permeabilidade à ideias. Também com foco no Brasil dos anos 1990, Marco Antonio Vieira (2001) afirma que dentro de uma lógica culturalista se impõe a força de instituições sobre ímpetus de lideranças, como iniciativas de Collor que foram modeladas pelo Itamaraty. Bertrand Badie analisa o fenômeno de determinados Estados imporem um domínio sobre outros, e exportam sua cultura política, em um viés de interpretação da política internacional muito próxima da Sociologia da Cultura (BADIE, 1992). O autor da tese pretende manter ao longo do trabalho uma proximidade com essa discussão que tem viés cultural, e a introdução de determinadas colocações na apresentação do contexto da época funcionam nesse sentido. Ainda, sobre o Brasil, alguns estudos devem ser mencionados.

Um estudo de Alexandra de Mello e Silva (1998) mostra de forma empírica o impacto dos fatores ideacionais. Ela argumenta que a ação multilateral brasileira – na Liga das Nações (LDN) e na Organização das Nações Unidas (ONU) – em busca de maior protagonismo foi fomentada por fatores cognitivos/ideacionais – crenças sobre a estrutura e a natureza do sistema internacional; concepções sobre inserção internacional do país; ideias sobre a identidade nacional. O proceder diplomático no Brasil orientou-se por conjuntos de ideias, teorias e grandes estratégias consubstanciadas nos paradigmas de Americanismo e Globalismo, em estado de contenda ao longo do Século XX (LIMA, 1994). Nessa oscilação, existiam as vertentes mais ideológicas ou mais pragmáticas do Americanismo, mais prevalente na primeira metade do século, e elas foram paulatinamente sendo substituídas por um paradigma menos regionalista e mais vocacionado para o mundo como um todo (PINHEIRO, 2004). O período analisado nesta tese é nomeado como “globalismo grociano” por Leticia Pinheiro (2004), conceito endossado pelo autor da tese.

Existe uma dimensão subjetiva dos processos, a provar que não são só interesses que definem as relações políticas. O uso do ferramental historiográfico é comum nesses casos. Os trabalhos poderiam ser divididos, em três tendências – análogas às que estão presentes nos estudos institucionais/governamentais e nos estudos internacionalistas – grosso modo. Há os que enfatizam as dimensões estruturais, os que dão prioridade às unidades e/ou indivíduos, e os que dão maior valor à interação ou a fatores relacionais. Os estudos sobre organizações internacionais, sobre instituições domésticas ou globais, assim como a abordagem de Easton são voltados para tudo que é sistêmico; e, ao estudar ideias, há o Contextualismo que segue nessa toada. Ao mirar as elites, os tomadores de decisão sobre política externa, as “coalizões de advocacia”, os lobbys, estamos na seara individual, e, analogamente, há os estudos sobre elocução, dos significados, das intenções, dos atos de fala e das ideias produzidas em obras. Por fim, há os teóricos do Construtivismo, do processo decisório, as abordagens de Kingdon, Lindblom, da Lata de Lixo e Dahl; e, então, há a História dos Conceitos e História do Político.

1.3. Abordagens historiográficas do poder e o Pensamento Político Brasileiro

Um dos principais autores do Contextualismo é John Pocock. Ele considera que cada cultura política tem uma série de linguagens, cada uma com sua própria força paradigmática, e com diversos autores/atores que pertencem a ela e a transformam através de discursos, performances (POCOCK, 2013). A tradição (abordada no segundo rodapé da presente tese) é de fundamental importância para entender o que cada obra representa em sua época, é como se para expressar-se fosse necessário antes aprender e se perfilar a alguma forma institucionalizada – e coletiva – de performances, atos, comportamentos, etcetera (POCOCK, 2009). Uma linguagem (esse continuum discursivo, essa “langue”) passa por variações, por adaptações, traduções e mudanças. No ensaio sobre as variações do Whiggismo (POCOCK, 1985: 215-310), o autor mostra as disputas internas a esse grupo intelectual/político, seja entre autores ou entre membros do poder, mas, ao mesmo tempo mostra que essa linguagem defendia o comércio internacional e o direito à propriedade. A cada momento histórico, há uma ressignificação das posições e um rearranjo de como cada um deve agir em seu entorno, nesse ensaio que resgata o panorama de parte do pensamento político inglês tal como existiu entre os séculos XV e XIX.

Para Quentin Skinner (1969) o entendimento de uma ideia passa pela compreensão sobre as funções que os enunciados (falados ou escritos) possam ter, e tentar apreender qual a

intenção que o autor teve ao se pronunciar. Lidar com os “atos de fala” e demais objetos de estudo demanda, de acordo com ele, o afastamento de errôneos juízos sobre os fatos ou, como ele chama, as “mitologias”, que surgem ao perceber coerência, doutrina, relações e significados onde inexistem. O teórico considera que falar é fazer, isto é, toda performance consubstanciada em falas e escritos ilustra aquilo que o autor da mesma ensejou imprimir como significado, assim, ao bem analisar uma obra depende-se o entendimento individual daquele autor analisado (SKINNER, 1971). Seguir nessa direção é debruçar-se, sobretudo, sobre autores e entender como eles estavam relacionando-se com o mundo que os rodeava.

Ao analisar o período de transição da fase histórica moderna para a contemporânea, Reinhart Koselleck (2003) percebeu que o processo de secularização, as tecnologias, e demais componentes da modernização alteraram as experiências e as expectativas das pessoas, gerando a aceleração do tempo histórico. Em estudos verificou como conceitos tornavam-se antitéticos assimétricos e com isso geravam conflitos pela inconciliável e sincrônica oposição binária; fenômeno que entrelaça a realidade (pragmata) e as linguagens (dogmata) no enquadramento da modernização (KOSELLECK, 2006). Em comum à Escola inglesa (ou Colingwoodiana, de Skinner e Pocock) e ao enfoque da História dos Conceitos (cujo precursor foi Koselleck) é a compreensão de que as ideias são situadas em tempo e espaço, que lidar com elas é buscar uma perspectiva científica mais precisa, tal como Weber ansiava (FERES JR; JASMIN, 2006). Pode-se encontrar nessa historiografia proximidade com a Sociologia dos Conceitos de Carl Schmitt, que anteriormente operava com os conceitos de amigo e inimigo, interior e exterior, de público e secreto; e, em ambos se vê uma crítica da existência na modernidade (BRANCO, 2006). Trabalhar com essas ferramentas significaria, por exemplo, ver como ao longo do tempo um conceito se transforma, ou como engloba um conjunto de práticas.

Complementando as propostas teórico-metodológicas citadas há a História do Político, proposta por Pierre Rosanvallon, que sob influência de Lefort, Gauchet, Michels, Ostrogorski e outros, reabilita autores/atores políticos clássicos e volta-se para a razão e a experiência do político (LYNCH, 2010). Ele propõe uma história política total, que faça uso dos diferentes fazeres históricos, para poder entender como um grupo de determinado local e época percebeu determinado problema e deu solução ao mesmo, vendo como conceitos e racionalidades se verificaram na realidade (ROSANVALLON, 2010). Na prática, implica ampliar a gama de materiais primários mobilizados, como fazer uso de atas e diários do Poder Legislativo, verificar discursos no Executivo, perceber posicionamentos jurídicos, entender como apoiadores e opositores dos poderes se posicionavam através de documentos existentes.

Em um certo sentido, a Sociologia/História dos intelectuais já fazia o proposto por alguns dos autores citados anteriormente, mas o fazia sobretudo ao tratar das ideologias; e, nesses casos, as visões são eminentemente agonísticas. Para Karl Mannheim (1936) a Sociologia do Conhecimento deveria analisar as Ideologias – que cristalizam e reforçam a ordem político-social – e as Utopias – que são voltadas para a transformação da realidade de acordo com as ideias esposadas – identificando, na contemporaneidade três utopias existentes: conservadorismo, liberalismo e socialismo. Pode-se pensar nos intelectuais enquanto conjunto polimórfico produzindo significados polissêmicos, os quais, através de suas estruturas de sociabilidade geram ideologias, no plano “metapolítico”, que influenciam as mentalidades coletiva e a cultura política, mais próximas da realidade (SIRINELLI, 1996). Assim sendo, há uma dimensão não-autoral, coletiva, e que só pode ser apreendida reconstituindo as relações que tinham entre si os grupos com suas próprias ideologias. Mirar a funcionalidade é outra forma de entender as ideias, sejam individuais ou coletivas, e, em geral, analisar a dinâmica que existe a partir de fatores cognitivos é também um foco na interação. Mark Bevir (1999) considera que toda pessoa mobiliza e se insere em uma rede de crenças, porém é preciso entender o que o autor quis dizer. Ele destaca a intencionalidade forte (voltado para o significado semântico), em que o propósito prévio do autor ocupa destaque por determinar os enunciados na obra; da intencionalidade fraca (voltada para o significado hermenêutico), em que se volta para o que o autor quis produzir a partir de sua obra, para o impacto desejado.

Ao adotar as recomendações de Bevir, o pesquisador por vezes se depara com a funcionalidade, principalmente na modalidade “fraca” de intenção e na abordagem das crenças. Essa também é uma forma interativa de se lidar com o pensamento político. Cada ideia pode ter uma funcionalidade, de mapas de estrada (que direcionam a ação); de pontos focais (que auxiliam a interação estratégica), ou de institucionalização (quando se enraízam nas instituições, condicionando suas ações) (GOLDSTEIN; KEOHANE, 2003). Logo, munido da teoria de Bevir e de Goldstein/Keohane observa-se que a intenção que um pensador tem com suas ideias depende de sua interação com o entorno. Atenta a isso seguirá a tese. Hodiernamente, há uma corrente que postula por uma abordagem menos arqueológica, tal como vem sido mais recorrente; e com isso, postula o resgate do sentido interpretativo e teórico próprio das Relações Internacionais enquanto campo acadêmico, permitindo que o Pensamento Internacional seja partilhado por estudiosos de forma mais ampla (HALL, 2017).

No Brasil, os principais acadêmicos a trabalharem com a “perspectiva cognitiva” pesquisavam Pensamento Político (e/ou de Teoria Política), e que, voltados para temáticas nacionais, mobilizavam as ferramentas historiográficas. O pensamento político-social ou a

“imaginação política” no Brasil conforme Wanderley Guilherme dos Santos (1967, 2017) remonta a um período anterior à produção intelectual universitária, compondo-se por trabalhos com diversas opções metodológicas e instrumentos mobilizados, tendo em comum a possibilidade de verter a análise privada em crença pública e até em ação política. Uma percepção agonística, em geral dicotômica, da realidade política marcaria o pensamento nacional, de acordo com Santos (2017).

Conforme já argumentei outrora, nessa “imaginação” existem três “dimensões”, indo do mais geral ao mais singular: 1. *Pensamento Nacional ou Global*, de caráter amplo; 2. *Pensamento Coletivo*, vinculado a um grupo mais específico; 3. *Pensamento Autoral*, de um e somente um autor (AGUIAR, 2018e). Chamo aqui de “Pensamento Nacional” aquilo que é debatido e construído em um país, território, Estado, ou povo específico. O que está sendo chamado de “Pensamento Global” é o que se constrói e debate-se por todo o mundo, de forma multinacional, transnacional, mundial, etc. No primeiro caso temos, por exemplo, o Pensamento Político Brasileiro; no segundo caso temos, por exemplo, a Governança Democrática. Enquanto o primeiro é indissociável de seu lugar, o segundo flutua nas modulações e fluxos contemporâneos, modelando-se de acordo com realidades espaciais e temporais.

Há uma forma plural para lidar com contexto, tradição e linguagens no ambiente universitário brasileiro. Lendo o livro organizado por Antonio Paim e Vicente Barreto (1989), observa-se que eles veem que a cada contexto temporal um debate se forma e algumas vertentes de pensamento ganham proeminência, e sempre essas linhagens se aclimatam no Brasil; tais como o republicanismo, o liberalismo, o conservadorismo, o socialismo e o trabalhismo. Esse estudo englobava desde 1822 aos anos 1960. Seguindo a mesma orientação dos autores citados e trabalhando com o país a partir dos anos 1970, Ricardo Velez Rodrigues (2012) agrega a ascensão, no Brasil, da Escola de Frankfurt, da Socialdemocracia, do pensamento católico, da Escola Weberiana (contra o patrimonialismo, a favor da modernização) e do pensamento estratégico; em cada uma sucedem-se os defensores, reafirmando a linhagem.

Gildo Marçal Brandão identificou três linhagens – liberais, conservadores e socialistas – e a cada uma delas identificou uma série de pensadores que, historicamente, as afirmaram individualmente (BRANDÃO, 2005). Para Bolívar Lamounier (1999), há os autoritários, os progressistas e os acadêmicos, sobretudo ao olhar para a primeira metade do século XX e glosar o entorno que circundava Rui Barbosa. Guerreiro Ramos (1959) dizia existirem duas correntes: os “consulares”, que repetiam as ideias do exterior acriticamente, e os “autênticos”, que criavam um conjunto de ideias que partia do país e voltava-se para ele. De todo o debate, mantém-se na

tese que existiam algumas linhagens fortes, personificadas nos principais partidos atuantes e nas coletividades mais influentes, como os movimentos sociais da época.

Outra modalidade prática envolve se debruçar sobre casos individuais, e deles extrair aquilo que é relevante. Luiz Werneck Vianna (1997) mostrou os embates entre os liberais e conservadores, a produzir uma modernização conduzida pelo Estado; a análise desde um viés marxista trabalhou sobretudo com Tavares Bastos e Oliveira Vianna. O último autor gerou diversos estudos, como o de André Veiga Bittencourt (2011) que buscou o significado da obra “Populações Meridionais no Brasil” imersa em seu contexto à moda collingwoodiana, vendo a criação e a recepção da mesma. Outro exemplo é a antologia de Cristina Buarque de Hollanda (2011), que mapeia os discursos e obras de Assis Brasil, e em notas reconstituem e situam o corpo do pensamento do líder liberal gaudério. Por fim, Christian Lynch (2014) apresenta análise de um pensamento autoral como avatar de um paradigma de política exterior, tal como o Barão do Rio Branco poderia ser entendido frente ao saquaremismo¹⁰, o realismo nacional. Uma vertente nesse sentido é ver o “diplomata enquanto intelectual” como portador de interpretação sobre o país, ao mesmo tempo em que os porta-vozes intelectuais, ao esposarem suas ideias atuavam como diplomatas (PINHEIRO; VEDOVÉLI, 2012).

Na presente tese, apreende-se o conjunto do pensamento tal como feito por Buarque de Hollanda (2011), mas sempre atento às especificidades de determinadas obras e/ou discursos e influências do contexto. Próxima do Pensamento Internacional, que será abordado em páginas futuras, a tese seguirá os passos tomados anteriormente por outros autores. Além da ênfase contextual e da ênfase em casos individuais, existem os enfoques que poderiam ser chamados de interativos. Pode-se, por exemplo, ver a conexão das ideias locais com as existentes no mundo, realçando a originalidade e a influência das primeiras no seu ambiente (BRAGA, 2009). Vê-se algo análogo com o argumento de Lamounier (2014) cuja principal contenda é entre os sacerdotes (intelectuais defensores de um cânone), os profetas (intelectuais portadores de novas ideias) e tribunos (que trabalham a favor de um grupo e/ou uma instituição).

Pode-se enfatizar as diferentes posturas frente à realidade nacional. É o que faz Jaguaribe (2005), distinguindo principalmente nacionalistas e cosmopolitas em disputa no Brasil, tendo em vista o ideário de desenvolvimento. Reagindo à (auto)percepção do país como imerso na atrasada periferia, do Império até a ascensão tenentista prevaleceram explicações

¹⁰ Em outro escrito, ele apresenta duas correntes a pensar o país, diagnosticando saídas para o atraso que causava profundo desgosto; a dissonância se organizava entre conservadores (à época do Império chamados de “Saquaremas”) e liberais (à época do Império chamados de “Luzias”), e, com o passar do tempo, essas duas linguagens políticas permaneceram existindo, e se adaptando às conjunturas (LYNCH, 2011).

cosmopolitas, de 1922 aos anos 1970 a tônica foi o nacionalismo, em ambos os casos, uma tendência a ver-se como periférico adia a assunção de que os produtos intelectuais endógenos têm seu valor (LYNCH, 2013). Ou, olhando para a contemporaneidade, seria o caso de “superar o colonialismo mental”, desencadeando condições socioeconômicas e intelectuais para se autoperceber como capaz de superação de seus problemas nacionais com suas soluções nacionais (UNGER, 2018). Muitos discutiram a dicotomia entre o “país legal” e o “país real”, apontando para a importância do grau de institucionalização das medidas modernizadoras, para tanto enfatizava-se o caráter vital da formação de vanguardas que pudessem impulsionar o que se ambicionava para o Brasil (LYNCH, 2019). A lista de autores nacionais a abordar assuntos modernizadores é quase infinita e escapa aos contornos da tese, mas cabe dizer que entre os que se debruçam sobre esse campo de pesquisas interdisciplinar há muito debate e disputa.

Dessa discussão caberia incorporar a concepção de que é preciso fortalecer as capacidades estatais e com isso viabilizar ações substantivas do governo em prol de um bem-estar almejado. Da mesma forma que o Pensamento Político esteve associado com a discussão desenvolvimentista, existe um Pensamento Econômico voltado para o mesmo tema. Cada época tem suas escolas, e dentro do período de 1930 a 1964, disputavam entre si os neoliberais, os socialistas e os desenvolvimentistas (BIELSCHOWSKY, 1995). Também era possível ver uma tripla fratura entre os militares, de 1945 a 1964: em termos de desenvolvimento (industrialização com capital nacional versus poder agrário com capital internacional); de organização política (nacionalismo antiliberal versus antinacionalismo liberal); de anseios de relação com o exterior (proximidade com os EUA versus neutralidade) e o Clube Militar era onde as discordâncias por vezes transpareciam (PEIXOTO, 1980). Ou ainda, com alguns traços de pensamento econômico ou pensamento militar¹¹ seria possível ver as clivagens na época a partir das obras que mais impactaram o pensamento geopolítico de então (AGUIAR, 2018b). Seria possível, igualmente, observar o pensamento estratégico, a exemplo do corpo teórico desenvolvido por Golbery do Couto e Silva (GONÇALVES, 1984). Alternativamente, seria possível centrar-se nos escritos de diplomatas e chanceleres, observando como eles concebiam o papel do país no mundo, e como eram suas ideias sobre o sistema internacional e as interações que se davam nele, nesse caso, o pensamento diplomático (PIMENTEL, 2013).

Agora bem, é possível considerar a existência de uma nomenclatura que englobe todas essas possibilidades de abordagens citadas anteriormente, agregando também os debates

¹¹ Existe a visão, também, do pensamento brasileiro em política internacional, ao qual teria suas diferenciações conforme os segmentos sociais que a praticam, como os militares que teriam sua própria visão do internacional e da posição do país no mundo (GARCIA, 1997).

clássicos do pensamento político. Dawisson Belém Lopes (2016) esclarece o sentido da prática do Pensamento Internacional, no trecho a seguir:

“Se, por ‘pensamento’, compreendemos o conjunto das ideias, crenças, valores, princípios etc. que se expressa por registro político, acadêmico, religioso, burocrático, jornalístico, artístico ou literário, logo se identificará um repertório alentado de construções, discursivas e performáticas, acerca do “estar no mundo” brasileiro, desde a Bula Intercoetera e o Tratado de Tordesilhas até os dias correntes.” (LOPES, 2016, p. 318).

Essa visão sobre o “estar no mundo”, sobre como o poder se organiza pelo mundo e entre as nações, em função do próprio país, pode ser tratado de variadas formas, conforme observa-se no caso brasileiro. Em termos interativos pode-se ver como um conceito foi operacionalizado por um país¹², e como atos do Estado podem converter-se em conceitos (CERVO, 2008). Pode-se, igualmente, ver como o pensamento de política externa operacionalizou conceitos em torno de uma direção comum, como a modernização (FELDMAN, 2009). Há ainda a possibilidade de ver as convergências em uma época, na política externa, através de afinidades no pensamento (AGUIAR, 2015c, 2019b). A última proposta aproxima-se da hipótese desta tese, assim como a análise individual dos pensadores.

Observa-se, por exemplo, que Rui Barbosa definiu momentos históricos do Brasil; como o Civilismo, o Encilhamento, e o fim da Monarquia. Investigar a entrada do país na Primeira Guerra Mundial, assim como a defesa da igualdade jurídica das nações, logo após o conflito, é olhar para a herança intelectual do polímata baiano (CARDIM, 2007). Em outras ocasiões, o autor da tese abordou o pensamento de Afonso Arinos e de San Tiago Dantas (AGUIAR, 2016b, 2018e), e viu como um conjunto de autores que escreviam para um periódico davam corpo a um pensar internacional (AGUIAR, 2018d). Sob o ponto de vista collingwoodiano, pretende o autor seguir o que esteve fazendo nesses escritos, decifrar o que diziam os pensadores e como isso impactou na realidade, agregando, por vezes, uma análise beviriana sobre a intenção fraca.

Através da abordagem contextual, é possível analisar como a linguagem política que defendia a tradição foi se renovando ao longo do tempo, em diferentes contextos (FRANCISCO, 2010). É possível também ver como ao longo de um século, agrupamentos liberais e conservadores em disputa moldavam seu pensamento sobre a política externa (SOUSA, 2016). Ou ainda, mais especificamente, trabalhar só com uma das correntes políticas e sua concepção sobre determinado tema, vendo as transformações através do tempo (AGUIAR,

¹² Como a noção de “razão de estado” tal como os tomadores de decisão pensaram desde o Tenentismo em 1922 até o fim da Segunda Guerra, contexto de muito conflito e de pressões sobre o poder público (AGUIAR, 2015b).

2015a). A abordagem dos “três is” vê a soma de ideias (crenças, cognição, ideário, etc.), interesses dos atores (cálculos, objetivos, estratégias) e instituições (dinâmicas de recursos, práticas e constrangimentos) resultando no Estado em ação (PALIER; SUREL, 2005). A teorias dos “paradigmas” e dos “três is” são mais próximas da agenda de pesquisa desta tese. Independentemente da forma que a ação se desenvolve ou dos interesses e ideias nela investidos, sempre se enquadra em um tempo.

Sabendo que esses argumentos guardam relação com a tese, pois a mesma trata a sustentação de um paradigma de política externa recém-implantado, deve-se ver igualmente as análises mais focadas na permanência (como a path dependency) e as mais focadas nas mudanças (como o equilíbrio pontuado). A ideia de “path dependency” refere-se ao impacto que eventos passados tem sobre as políticas a serem executadas no presente. As sequências existem pelos custos de se executar alternativas face ao que já é feito, e elas surgem em uma temporalidade favorável, o fenômeno quando uma ação é temporalmente encadeada que gera retornos crescentes e se autoreforçando (PIERSON, 2000). Ele mostra que fatos contingentes podem despertar uma ação governamental inercial, um lock-in. O que interrompe o funcionamento normal da trajetória dependente de sua origem são as “critical junctures”, momentos críticos que despertam novos arranjos institucionais. Além do debate prévio, a abordagem do “equilíbrio pontuado”¹³ lidou questões referentes à dinâmica/estática das políticas. Para seus teóricos (BAUMGARTNER; JONES; TRUE, 2007), as ações governamentais são lineares, estáveis, estáticas, quando em equilíbrio, fomentados por imagens que o apoiam vindas de diversos agentes; todavia, antes de um próximo equilíbrio há uma pontuação, momento em que determinado tema de um subsistema se insere na agenda macropolítica, movimento de mudança e saída da inércia fomentado por um feedback positivo.

A tese repousa sobre uma tríplice fundamentação; isso se deve pela construção do argumento, pelos resultados da pesquisa, e pela metodologia escolhida. Assim sendo, a cada capítulo corresponde uma ênfase teórica, e todas elas dialogam entre si, tal como apresentado no presente capítulo. Ao ler o contexto, algumas reflexões são tributárias dos debates politológicos sobre instituições e políticas públicas, assim como clássicas questões sistêmicas colocadas por acadêmicos internacionalistas. Na parte sobre a Política Externa Independente em ação, há proximidade com a Análise de Política Externa em suas interconexões com os

¹³ A teoria de Darwin sobre as espécies sustentava a constante evolução por seleção natural, já a teoria de Eldredge/Gould sustenta o “equilíbrio pontuado”, em que momentos de mutação são sucedidos por manutenção de determinada espécie. Enquanto o primeiro foi muito tributário de estudos com animais vivos, o segundo trabalho de Biologia foi baseado em estudos sobre fósseis. Essa teoria biológica que inspira o trabalho de Políticas Públicas citado, de Baumgartner, Jones e True.

estudos governamentais e os debates sobre mudança/continuidade nos atos executivos. Ao se deparar com o corpo de ideias dos chanceleres e chefes de governo, mobiliza-se o Pensamento Político, as teorias cognitivas e ideacionais. O capítulo que discute a hipótese e o fenômeno guarda relações com todos os aparatos teóricos utilizados, mas mormente relaciona-se com a proposta de gerar algo original. Guarda conexão com a proposta de criar na tese uma nova forma de lidar e de qualificar esse fenômeno, a partir da pesquisa realizada. Finda a explanação das bases teóricas que fazem parte dessa tese, em seguida começa o trecho da obra que analisa o contexto da época.

2. CONTEXTO

2.1. Contexto interno

As principais questões analisadas aqui são as de ordem socioeconômicas, jurídicas e geográficas/geopolíticas. Os anos 1950 e 1960 são marcados de fato pelos primeiros resultados de uma longa transição, econômica, social, cultural, demográfica, etc. Enquanto declinavam fecundidade, mortalidade infantil, população rural, trabalho no setor primário; aumentavam escolaridade, industrialização (em especial de bens intermediários e duráveis), trabalho no setor terciário, população urbana e ocorria uma transição demográfica (FAUSTO, 2008, p. 529-550).

A combinação de urbanização com industrialização ampliou a concentração socioeconômica em algumas cidades grandes, principalmente no Sudeste, junto a isso ampliavam-se os estudos demográficos e territoriais, com maior disponibilidade de dados estatísticos e com variadas propostas de redefinição do espaço político do país, ampliava-se a ocupação do interior do Brasil, com novas vias, estradas, e nova capital (GOMES, 2013). É o momento do nacionalismo democrático, que usa o planejamento para o desenvolvimento; das críticas ao populismo; da consolidação do trabalhismo; e de fortes pressões internas e externas sobre os governos brasileiros, que, mesmo assim criam Petrobras e Brasília (GUIMARÃES, 2001). Amplia-se a produção em Ciências Sociais, em especial voltada para os problemas brasileiros, em um país que se urbanizava, que ampliava a participação da indústria na produção nacional, que se alfabetizava, que experimentava uma expansão universitária (BÔAS, 2007).

Conforme José Murilo de Carvalho (2008b) as liberdades (de expressão, de imprensa, de organização, etc.) eram asseguradas, o voto se expandia sob limitação da não-inclusão dos analfabetos¹⁴, delineavam-se grupos sociais e políticos de esquerda e de direita, e o povo entrava na cena política. Os agrupamentos sociopolíticos interagiam em convergências e divergências, em suas oscilantes polarizações e coalizões as políticas da época corriam riscos de serem substituídas a qualquer momento. O ciclo político foi marcado pela Constituição de 1946, cristalizando um estado de coisas que superava a chamada Era Vargas (1930-1945), em que as políticas públicas foram reordenadas, assim como as instituições, em função da ruptura com o sistema político existente até aquele momento (AGUIAR, 2018b). A instalação da Assembleia Constituinte no Palácio Tiradentes, após eleição ainda em dezembro de 1945, teve o possedista Melo Viana como presidente e Otávio Mangabeira, udenista, como vice; Nereu Ramos era o líder da maioria, e Prado Kelly, da minoria; e a maioria dos membros da Comissão de Constituição, a que estava acima das subcomissões, era de membros das classes médias, com traços conservadores e liberais (BALEIRO, 2012). Na Carta Magna de 18 de setembro de 1946. Estabelecem-se algumas competências internacionais da União já nos primeiros artigos:

Art.5º. Compete à União:

- I – manter relações com Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções;
- II – declarar guerra e fazer a paz;
- III – decretar, prorrogar e suspender o estado de sítio;
- IV – organizar as forças armadas, a segurança das fronteiras e a defesa externa;
- V – permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional, ou, por motivo de guerra, nêle permaneçam temporariamente. (BRASIL, 1946, sic.).

A Constituição de 1946 defende a função do Estado na busca do bem-estar dos cidadãos em especial no Título V, da ordem econômica e social. Nele, alguns pontos incidem sobre as relações com o meio externo. O artigo 15 diz que compete à União decretar impostos sobre importação de mercadoria estrangeira, sobre comércio de *commodities*, sobre a transferência de fundos ao exterior. Nas questões energéticas, a federação pode ter a posse, ou dar autorização ou ainda ceder concessão à iniciativa privada. No artigo 33 assegura-se aos Estados e Municípios o direito de contrair empréstimo externo sem prévia autorização. O jornalismo e a radiodifusão eram vedados a estrangeiros, conforme o artigo 160, o artigo 162 estabelecia que a imigração ao país estava sujeita ao interesse nacional. No Título IX, disposições gerais, artigo 196, estabelece representação diplomática junto à Santa Sé. No artigo 205 que cria o Conselho

¹⁴ Todavia, verifica-se a queda do analfabetismo, de 56% em 1940 a 39% em 1960 e em geral, isso acompanhou a tendência do período de aumento do eleitorado e do comparecimento eleitoral (NICOLAU, 2012, p. 97).

Nacional de Economia¹⁵, cujos representantes seriam apontados pela presidência, entre “cidadãos de notória competência em assuntos econômicos”, e aprovados pelo Senado.

Os artigos 206 a 215 lidam com o Estado de Sítio, que prevê atuação excepcional do Executivo, suspendendo direitos, mecanismo restrito a comoção interna grave ou a guerra externa, ou à iminência de ambas. No artigo 4º o Brasil abre mão das guerras de conquista, e diz que só recorrerá à guerra quando malogrados o arbitramento e os meios pacíficos de solução de conflito. O artigo 178 dá à presidência a responsabilidade pela direção política da guerra e pela escolha dos comandantes das forças que atuarão. O artigo 75 em parágrafo único diz que o crédito extraordinário só pode ser admitido em caráter de urgência e associado a um imprevisto, nos casos de calamidade pública, comoção intestina ou guerra. Além dos temas socioeconômicos e de defesa associados ao plano internacional, destacam-se os trechos que abordam as competências da Presidência (Executivo), do Legislativo, e do Judiciário. Sobre o Presidente da República, segue o artigo 87:

Art. 87. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

VI – manter relações com Estados estrangeiros;

VII – celebrar tratados e convenções internacionais *ad referendum* do Congresso Nacional;

VIII – declarar guerra, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no caso de agressão estrangeira, quando verificada no intervalo das sessões legislativas;

IX – fazer a paz, com autorização e *ad referendum* do Congresso Nacional;

X – permitir, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território do país ou, por motivo de guerra, nêle permaneçam temporariamente;

XI – exercer o comando supremo das fôrças armadas, administrando-as por intermédio dos órgãos competentes;

XII – decretar a mobilização total ou parcial das fôrças armadas;

XIII – decretar o estado de sítio nos têrmos desta Constituição;

(...)

XV – autorizar brasileiros a aceitarem pensão, emprêgo ou comissão de govêrno estrangeiro

V – permitir que fôrças estrangeiras transitem pelo território nacional, ou, por motivo de guerra, nêle permaneçam temporariamente. (BRASIL, 1946, sic.).

Além da prerrogativa sobre o orçamento conferida ao Congresso Nacional, que afeta direta ou indiretamente as ações de política externa, o artigo 66 versa sobre as competências do Poder Legislativo:

¹⁵ Outros conselhos existiam desde a Era Vargas e foram incorporados na estrutura estatal, tal como o de Segurança Nacional. Muitos deles de caráter meramente consultivo, ventilavam as ideias existentes na época acerca dos assuntos sob os quais eles eram dedicados. Os encontros eram de alto nível e muitas vezes amparavam decisões em conjunturas de difíceis soluções.

Art. 66. É de competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre os tratados e convenções celebradas com os Estados estrangeiros pelo Presidente da República;

II – autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a fazer a paz;

III – autorizar o Presidente da República a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional, ou, por motivo de guerra, nêle permaneçam temporariamente;

(...)

VII – autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do país;

VIII – julgar as contas do Presidente da República;

(...)

X – mudar temporariamente a sua sede. (BRASIL, 1946, sic.).

Havia ainda no artigo 54 a prerrogativa tanto da Câmara dos Deputados federais quanto do Senado Federal de convocar pessoalmente Ministros de Estado para prestar informações a uma das casas, ou a uma de suas comissões, acerca de assunto previamente determinado. O caso de ausência sem justificção importa crime de responsabilidade ministerial, podendo o ministro perder seu cargo. O poder judiciário não tinha muita oportunidade de exercer influência sobre as ações externas do país, a não ser em determinados temas. Nas instituições basilares dos Estados Unidos do Brasil, tal como se chamava nos idos dos anos 1940, existiam formas de incidir sobre a política externa. Em alguma medida, isso também era possível através dos partidos políticos, e eles tinham em sua maioria posições para com a política externa exarados em seus estatutos e programas (AGUIAR, 2018h), traço que se repetiria no tempo anos mais tarde (AGUIAR, 2016a), a provar ser característica da cultura política nacional.

Além dos partidos, essa tese compromete-se a entender as elites que pertenciam às coletividades públicas, privadas e público-privadas e que influenciavam a política externa. Nesse sentido, cabe então conhecer os ministros das relações exteriores e presidentes da época, pontos mais centrais na tomada de decisão de política externa. Outros membros das elites merecem ser entendidos pelo valor que eles têm em mobilizar coletividades e de mover o Estado em determinada direção, mas como muita informação sobre eles encontra-se oculta, em má conservação, de difícil acesso ou distorcida pelos possuidores, então o que se pode afirmar sobre essas elites vem, muitas vezes, dos grupos que elas pertencem.

Sob o ponto de vista das relações capital-trabalho, pode-se destacar a existência de representações de empregados e de empregadores, encarnadas nas federações e confederações, nos sindicatos, ligas, associações e movimentos. Ainda com Vargas no poder surge a Confederação Rural Brasileira¹⁶, que inicialmente representava interesse dos produtores rurais,

¹⁶ O decreto-lei n. 8127 de outubro de 1945 estabelece o CRB, mas a atual CNA reivindica sua existência a partir de 1951, fora dos marcos do Estado, como uma associação da sociedade civil. A instituição passará a se chamar Confederação Nacional da Agricultura em fevereiro de 1964, englobando interesses da Agropecuária como um todo; em 2001 ela passa a chamar-se Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, mantendo a sigla CNA.

em especial os de leite, carne, café, cacau. Envolvendo industrialistas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e de São Paulo, surge em 1933 a Confederação Industrial do Brasil, que passa a congrega industrialistas dos demais estados em agosto de 1938, quando passa a chamar-se Confederação Nacional da Indústria (CNI). A representação dos empregadores no setor terciário não encontrava, no período de estudo, uma representação coletiva tão sólida quanto os do setor primário e secundário. O mesmo pode se dizer da organização dos trabalhadores, menos organizados nos setores terciário, e de onde a maior parte do trabalho informal se estruturará, principalmente em cidades médias e grandes anos depois.

No campo, em 1954 surge a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), se regulamentando em 1955 e realizando um primeiro Congresso em seu Estado natal, naquele momento passa a se chamar Ligas Camponesas e se nacionalizar; rivalizam com esse grupo algumas lideranças católicas engajadas com o Serviço de Assistência Rural, como Dom Eugênio Sales, e depois com o Movimento de Educação de Base, de posições mais brandas; e também o PCB que, diferente dos outros grupos, atrelava a luta com o ideário comunista¹⁷ (MONTENEGRO, 2013). Francisco Julião, parlamentar vinculado ao Partido Socialista Brasileiro, foi o principal líder associado às Ligas Camponesas, Josué de Castro também apoiou o movimento a favor da reforma agrária, assim como petebistas.

Nos sindicatos urbanos, além de coalizões ad hoc, existiam os partidários, mais à esquerda (socialistas, petebistas, comunistas, ademaristas, janistas), os do catolicismo operário, os independentes vindos do PCB e cristãos (Movimento de Renovação Social) desde 1959, os ligados à direita (Movimento Sindical Democrático) desde maio de 1961; e congregando a esquerda o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), desde agosto de 1962, no mês seguinte surge uma organização que não segue o mesmo perfil da predecessora e chamou-se União Sindical dos Trabalhadores (NEGRO; SILVA, 2013).

Há também os que são pertencentes a grupos que tem sua influência mais ou menos voltada para determinada área, conformando um discurso coletivo sobre a própria nacionalidade brasileira. Entre eles, destacam-se os pertencentes ao Instituto de Estudos Superiores Brasileiros (ISEB) e a Escola Superior de Guerra (ESG). A última teve por pais fundadores Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Salvador Obino, Idálio Sardenberg, Golbery do

¹⁷ O PCB atua em conjunto com as Ligas Camponesas de 1955 até novembro de 1961, quando rompem. As Ligas se aproximam de uma proposta de reforma agrária a ser feita, nos seus dizeres, “na lei ou na marra”, afastando-se dos comunistas e aproximando-se mais da União de Fazendeiros e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e do Movimento dos Agricultores Sem Terras (MASTER), o primeiro mais ligado ao Sudeste, o segundo ao Rio Grande do Sul (MONTENEGRO, 2013). Esse evento antecede o racha entre comunistas de 1962 e é posterior ao lançamento da “Cartilha do Camponês” com posicionamento eleitoral/político das Ligas.

Couto e Silva entre outros. Na origem, a ESG deveria oferecer cursos ao Alto Comando do Exército conforme lei de 1942, porém em 1948 ela se estende a militares de todas as Forças e um grupo, de mais ou menos dez pessoas, estabelece os princípios, sob influência do National War College dos EUA. Os fundadores pensaram conceitos fundadores a guiar os princípios e meios de colocar em prática as soluções nacionais para problemas brasileiros, pois não seria uma instituição só voltada para o conflito bélico. Nova lei de agosto de 1949 faz surgir a instituição militar que existe até hoje, já com as feições de seus pais fundadores, e com dois cursos, um só para militares e um com vagas para civis e militares.

De início eram três setores de estudos (nacional, internacional, militar), em 1954 são dissolvidos e em seu lugar criados quatro departamentos de estudos (político, econômico, militar e psicossocial), a que se acresce em 1961 o de Doutrina, Ciência e Tecnologia. Há diferentes fases da ESG, conforme Antônio Arruda (1983), a primeira (1949-1952) é marcada pela ênfase na Análise de Conjuntura, a segunda (1953-1967), pela busca da Segurança Nacional; a terceira fase (1968-1973) tem o Desenvolvimento como principal motor dos estudos e crescente distanciamento da influência estadunidense; a quarta fase que se estende até os dias de hoje é a dos Manuais Básicos e de uma revisão substantiva do corpo doutrinário esguiano. A ESG surge devido a uma complexa participação dos militares na política nacional. Oscilando entre posturas de não-intervenção nos assuntos do poder civil, de intervenções para moderar ou para reformar o corpo político, de modernizar pelo alto a sociedade; mas também dando vazão às insatisfações com episódios de insurreições, representando o Estado brasileiro em guerras e às vezes moldando instituições como após 1889 e após 1964 (CARVALHO, 2006).

Os militares estavam divididos nos anos 1950 e 1960, de um lado nomes como os Generais Canrobert e Castello Branco, defendendo maior participação e se necessário desencadear um golpe, de outro lado, estavam pessoas como o Marechal Henrique Lott e o General Zenóbio da Costa, defendendo a legalidade e manutenção do governo. Polarização acompanhada de pronunciamentos: em agosto de 1961 Lott defende resistência antigolpe e ministros militares dizem não aceitar posse de Goulart; em 20 de março de 1964, Castello Branco diz que militares não deveriam apoiar um governo ilegal em circular reservada, em 28 de março, Almirantes dizem que governo é cúmplice com indisciplina na Marinha e em 29 de março o Clube Naval afirma que a Marinha foi abalada nas suas estruturas (MARTINS FILHO, 2013). O outro ator mencionado, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, tem origem nos anos 1950, com um conjunto de pensadores convocado pelo país.

O Grupo de Itatiaia desde 1952 congregou intelectuais a meio caminho de São Paulo e Rio de Janeiro¹⁸, e dela participaram: Helio Jaguaribe; Guerreiro Ramos; Rômulo de Almeida; Ewaldo Correia Lima; Candido Mendes; Oscar Lourenço Fernandes; Ignácio Rangel; José Ribeiro de Lira; Israel Klabin; Cid Carvalho; Fábio Breves; Ottolmy da Costa Strauch; Heitor Lima Rocha; Vicente Ferreira da Silva; Paulo Edmur de Souza Queiroz; Ângelo Simões de Arruda; Almeida Salles; José Luiz de Almeida Nogueira Porto; Miguel Reale; Luigi Bagolin. Eles visavam assessorar o governo para gerar o desenvolvimento nacional, e tinham auxílio do Ministério de Agricultura, devido a influência de Rômulo de Almeida.

Helio Jaguaribe foi um dos articuladores desse grupo e atuou como advogado com escritório no Rio de Janeiro, foi também um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que serviria como um perpetuador do Grupo de Itatiaia, do suplemento do Jornal do Commercio, forneceria cursos e manteria o clima de debates sobre as questões nacionais. Enquanto desde 1953 o IBESP crescia, desde 1954, o Grupo de Itatiaia desidratava. O periódico “Cadernos de Nosso Tempo” foi publicado pelo IBESP entre 1953 e 1956, e girava em torno de debates presentes tanto nos grupos prévios quanto teria a feição do futuro instituto. Em geral, apresentavam análise de conjuntura, debates teóricos e proposições para solução de problemas, mormente da realidade brasileira.

Entre seus artigos destaca-se “Para uma política de desenvolvimento nacional” de 1956, que introduz diversos conceitos (estrutura-tipo, fase, autenticidade da ideologia, etc.) que constarão em obras posteriores de Jaguaribe. Nesse artigo de mais de 140 páginas, analisa-se a situação econômica, política e social do Brasil, e propõe mudanças no Estado e na administração estatal (IBESP, 1956). Nesse mesmo volume, há um artigo sobre o golpe na Argentina e sobre a tentativa de golpe no Brasil, ambos em tom de crítica aos mesmos, o que evidencia a postura progressista frente ao poder sul-americano. No governo Café Filho, em julho de 1955, é criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹⁹.

¹⁸ Na época, Roland Corbisier era professor da USP e Helio Jaguaribe era professor da PUC-Rio. Os intelectuais de São Paulo tendiam à direita, muitos eram ex-integralistas, e os do Rio de Janeiro tendiam à esquerda, alguns próximos do governo trabalhista de Vargas (51-54) e alguns do marxismo.

¹⁹ A estrutura era composta por um Conselho Consultivo formado por 50 pessoas, abaixo deles estava o Conselho Curador, em seguida vinha o Diretor Executivo, Roland Corbisier e abaixo vinham os diretores: Alberto Guerreiro Ramos (Sociologia); Álvaro Vieira Pinto (Filosofia); Candido Mendes de Almeida (História); Ewaldo Correia Lima (Economia); Helio Jaguaribe (Ciência Política). O lançamento do livro “O nacionalismo na atualidade brasileira” de Jaguaribe foi pomo da discórdia entre fundadores do instituto, em fins de 1958. Guerreiro Ramos estava imbuído da vontade de retirar Jaguaribe do ISEB e propagou que a obra era antinacionalista; depois de deliberação interna julgou-se o contrário, Ramos não aceitando ver que seu nêmesis não seria expulso, pediu demissão; isso gerou uma profunda divisão no grupo nacionalista, em seguida, uma reforma do estatuto, motivo para Jaguaribe pedir sua saída; após as duas saídas, o ISEB se homogeneizou e atuou de forma mais consistente (SODRÉ, 1978).

Pode-se considerar as seguintes “fases” do ISEB: a primeira foi a origem que vai até 1955; a segunda foi a de estabilidade, entre 1955 e 1958; a terceira foi a dos cursos extraordinários; e a quarta, até 1964, com as publicações dos Cadernos do Povo Brasileiro (PEREIRA, 2005). Mais especializado em política externa, também foi relevante o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Nas palavras de Sombra Saraiva:

O IBRI, ao lado do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), da Escola Superior de Guerra (ESG) (...) foi berço da moderna visão brasileira das relações internacionais. Fundadores do IBRI como Hélio Jaguaribe, San Tiago Dantas, Cleantho de Paiva Leite, Hermes Lima, Austregésilo de Athayde, Ewaldo Correia Lima, Afonso Arinos de Melo Franco, Assis Chateaubriand, Cyro de Freitas Valle, Gustavo Capanema, Haroldo Valadão, e Josué de Castro, entre outros, emprestaram seus nomes, em 1954, aos Conselhos Curador e Consultivo dessa incipiente experiência de formação de expertise internacional no Brasil. De intelectuais nacionalistas a profissionais da diplomacia, passando por políticos liberais, eles estiveram, ao longo dos últimos cinquenta anos, atuando na formulação e na discussão pública da política exterior do Brasil, quer no campo do ‘nacionalismo de fins’, quer na defesa do internacionalismo liberal. O coroamento desse esforço se fez com o lançamento, em 1958, já no governo Kubitschek, da *Revista Brasileira de Relações Internacionais* (RBPI). (...) Como lembra o primeiro número da RBPI, lançado em março de 1958: ‘é seu objetivo (IBRI) promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente os que interessam à política exterior do Brasil’. (SOMBRA SARAIVA, 2005, p. 60-61, grifos do autor).

Então sob essa perspectiva, pode-se afirmar que as publicações especializadas e os jornais como um todo, os atores coletivos vocacionados para a comunicação e para a discussão técnica, incidem sobre a política externa. Seja refletindo opiniões de peritos, seja do grande público, essa informação tende a ser processada nas diversas fases da política externa.

Após realizar essa análise sobre os atores internos ao Brasil nessa época, dando especial ênfase aos que tinham algum grau de incidência sobre a política externa, é preciso mostrar como ocorreram os processos políticos internos que incidiram sobre a política externa. Desde a Constituinte que deu origem à Constituição de 1946, o multipartidarismo estava posto. Nove partidos participaram da elaboração da Carta Magna, a seguir dispostos da maior à menor representação na Câmara: PSD; UDN; PTB; PCB; Partido Republicano (PR); Partido Libertador (PL); Partido Democrata Cristão (PDC); Partido da Representação Popular (PRP); Partido Popular Sindicalista (PPS); Esquerda Democrática (ED) (FRANCO, 1976a, p. 103).

A assimetria não se dava somente pelo volume da vitória eleitoral como um todo, também espelhava os poderes das elites regionais. Em 1962, No PDC metade dos deputados federais eleitos eram paulistas, no Partido Trabalhista Nacional (PTN) mais da metade vinha também de São Paulo, no PL mais da metade era gaúcha, no PR todos vem de Minas Gerais, no PSP, 9 dos 21 são paulistas: os partidos médios, PSP e PR (com crescimento entre 1945 e

1954, depois em queda) e os demais, pequenos (em franco crescimento em todo período), tinham ambos forte concentração eleitoral em determinados Estados; partidos grandes (PSD; PTB; UDN) tinham votação menos concentrada em determinadas unidades federativas; o PSD durante o período se estabilizou, o PTB cresceu e a UDN perdeu espaço (SOARES, 1981).

Um sistema político sem barreiras a legendas pouco representativas, em conjuntura de crescente congestionamento decisório e de intensificação de conflitos, de baixa participação por excluir analfabetos, com baixa credibilidade, conseguiu, todavia, representar a diversidade política nas suas instituições, em especial no Parlamento (SANTOS, 1987). Nesse período cresciam dispersão e a fragmentação partidária, aumentando a necessidade de garantir fidelidade eleitoral, expansão eleitoral do partido e atração de novos eleitores; logo as alianças apareciam como solução para maximizar os ganhos eleitorais, as estratégias de expansão, e aproximavam os que tinham alguma afinidade ideológica (LIMA JÚNIOR, 1978). As estratégias dependiam do nível de competição, nível eleitoral e do tempo/momento, em geral pequenos partidos, mais localistas, precisavam fazer alianças, os partidos maiores (em especial os três primeiros) não necessitavam; como as forças localistas se estabeleciam e mantinham sua força, passavam a ser bons para aliar-se em disputas federais, e com isso as forças subnacionais ampliavam a máquina geograficamente (LIMA JÚNIOR, 1983). As alianças tinham mais força como instrumento eleitoral no nível federal, enfraquecendo-se em nível estadual e ficando quase rarefeito em municípios, especialmente os rurais (SOUZA, 1981).

As Frentes Parlamentares aparecem refletindo uma polarização entre os reformistas e os defensores de um capitalismo associado sem reformas. A Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) atuou de 1956 e 1964, representando o primeiro bloco, com a retórica de autonomia nacional e soberania; o segundo bloco estava encarnado na primeira metade dos anos 1960 na Ação Democrática Parlamentar (ADP), a favor da iniciativa privada, dos princípios liberais, de investimentos estrangeiros e contra o comunismo e o reformismo (DELGADO, 2013). Em termos partidários, FPN contava com apoio de PTB, PSB, PCB e esquerdas; a ADP com UDN, PR, parte do PSD e direitas. A FPN atuou em conjunto com o CGT, as Ligas Camponesas, a UNE e o ISEB; a ADP contou com apoio de IBAD, de IPES, e de forças da direita.

Pode-se dizer que havia um processo de consolidação sistêmica verificado por progressiva sedimentação das disputas, crescente articulação entre pleitos em diferentes níveis, na nacionalização dos partidos, determinado grau de identificação partidária em cidades grandes ainda que não de forma plena nacionalmente (LAVAREDA, 2012, p. 105-182). Todavia, a consolidação ficou comprometida com as estratégias que entravam em embate, dissociando democracia e reformas e ao fim do período, em 1964, levando ao fim da democracia

(FIGUEIREDO, 1993). Os rachas intrapartidários afetavam a governabilidade. As coalizões ad hoc e a descentralização decisória definiam o período, e para conseguir governabilidade e formar maioria, muitas vezes o Executivo trabalhava com o facciosismo interno aos partidos (ZULINI, 2015). Como era necessário ter uma representação mínima para garantir a existência partidária, os mais inclinados para alianças são os partidos pequenos, os maiores eram mais inclinados às dissensões. Nesse caso, é importante situar os partidos em termos de “tamanho”/”força” (pequeno, médio, grande) e “posicionamento político” (centro, direita, esquerda), pois a “dimensão” (nacional ou localizado regionalmente) já foi comentada.

As esquerdas são os partidos trabalhistas (PTB era o maior), o PSB, o PCB; o centro é ocupado por PSD, Partido Social Progressista (PSP), PL, PDC; os de direita são UDN, PR, PRP; em termos de força eleitoral pode-se situá-los da seguinte forma: PSD; UDN; PTB; PSP; PR; PDC; PTN; PL; Partido Social Trabalhista (PST); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Republicano Trabalhista (PRT); Movimento Trabalhista Renovador (MTR); Partido Republicano Progressista; PCB (SCHMITT, 2000). Nas últimas eleições, o PTB ultrapassou a UDN como segundo maior partido, e os partidos menores (PTN em diante) cresceram bastante, com exceção do PCB, impossível de mensurar pois estava na ilegalidade. Alguns partidos foram associados ao populismo: PTB durante toda sua história, PSD, principalmente após o governo Kubitschek, PDC pois Jânio Quadros venceu as eleições nessa legenda e o PTN quando ele mudou de partido, após renunciar; PSP por Ademar de Barros.

De acordo com Vamireh Chacon (1998, p. 143-185), o Partido Republicano Mineiro (PRM) reencarnava no PR com seu líder Artur Bernardes, logo, seguia a estratégias da República do Café-com-Leite; PTN, PRT, PST eram legendas que viviam de alianças; o Partido da Representação Popular tinha por imã estratégico o Integralismo; PL voltava-se para a defesa do Parlamentarismo e eram liberais; PDC tinha estratégia nacionalista, moralista, e fiel aos princípios cristãos; PSB era esquerda liberal/radical, com viés reformista, a favor da democratização e determinadas lutas sociais. O PCB manteve ao longo do período uma postura de adesão ao ideário marxista, próximo ora das diretrizes soviéticas, em especial com leituras de Lênin, ora com diretrizes mais europeias, como o de Gramsci. Havia embate entre uma estratégia de longo prazo, de apoio a grupos que promoveriam o desenvolvimento e a redução da desigualdade, enquanto, do outro lado, haveria a estratégia de curto prazo a favor de uma revolução. A ilegalidade dificulta estratégias mais eleitorais, todavia, o que se verifica na prática é uma postura de apoio ao PTB, ora de forma mais intensa, ora menos. Também investiu em ações não-eleitorais, como mobilizações em sindicatos. Em 1962, um fracionamento interno faz surgir o Partido Comunista do Brasil, próximo do ideário de Mao Tsé-Tung.

Os comunistas perfilavam a ala revolucionária da esquerda, mas havia uma ala mais reformista, encarnada em trabalhistas, principalmente no PTB e no MTR; e um grupo de pragmáticos como PTN e PRT. No centro, existiam os que defendiam determinadas plataformas reformistas ou ideológicas (ala moça do PSD, PDC e PL), os populistas (PSP) e os mais pragmáticos (maior parte do PSD). Para os citados “pragmáticos”, a lógica estratégica mais próxima da realidade é a da Escolha Racional e o debate sobre a instrumentalidade. Para os ideológicos, cabe entender a identidade e a ideologia a que se filiam, bem como os movimentos que lhe são simpáticos. De acordo com Sá Motta (1999, p. 101) existiu então uma “estratégia populista”, associada principalmente a PSD, PTB e PSP, imbuída de discurso reformista, de posicionamento próximo das parcelas mais carentes da sociedade, mas visando menos mudanças do que bons resultados eleitorais.

A postura partidária frente às políticas públicas variava²⁰. Ia desde atividades na sociedade, passando por tomadas de posição individual ou coletiva sobre assuntos específicos, até os programas e estatutos. A posição obtida sobre os partidos foi extraída principalmente da forma como eles se originaram, dos documentos originais que os estabeleceram, e de tomadas de posições notórias deles (AGUIAR, 2018h). O que se observa é que, com muitos partidos ideológicos com posições inconciliáveis em diversos temas, e uma crescente fragmentação partidária, a tendência era a disputa “respingar” sobre as políticas. O mesmo se dava com a política externa. Nessa circunstância, era mais fácil ora ceder a um grupo, ora a outro e fazer a ação ministerial variar conforme as coalizões majoritárias em constante mudança do que manter algo inovador. O jogo político compreendia lidar com os extremismos que pareciam desconhecer a conciliação e, ao mesmo tempo, tratar interesses de grupos neutros.

Em termos de grupos de pressão, existiam perfis igualmente diversos. Desde 1959, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), se comprometia a combater o comunismo; a ele se juntando: Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE); Frente da Juventude Democrática (FJD); Movimento Sindical Democrático (MSD); Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDESTRAL) e a frente parlamentar ADP, congregando a direita (DELGADO, 2013). Complementarmente, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) atuou desde 1961 atuou denunciando atividades comunistas e investigando pretensa atuação

²⁰ Deve-se levar em consideração que PCB no período estudado estava na ilegalidade, que o PCdoB estava sem representação no Executivo e no Legislativo e nenhum membro do STF se declarava pertencente nem a um partido nem a outro. Todavia, dentro do contexto de Guerra Fria, a atuação não passava somente pelas vias eleitorais e institucionais. O mesmo pode-se dizer de grupos à direita, que atuavam avessos à institucionalidade. A esmagadora maioria dos pragmáticos não se importava com determinadas políticas; e era o caso da política externa. Assim sendo, a arena em torno da chancelaria foi perenemente conflituosa, mas com grupos neutros.

dos mesmos no governo brasileiro (BANDEIRA, 1978, p. 64-74). A esses grupos somava-se a Cruzada Democrática, composta por seguidores de Carlos Lacerda (UDN-GB) e por um setor dos militares; o criador do “Clube da Lanterna” (1953-1956) rivalizava com Afonso Arinos na UDN na condição de principal liderança.

A proposta inicial da ESG foi a reflexão sobre segurança e desenvolvimento, e nela transparecia o nacional-conservadorismo em versão moderada, se comparada com os mais ferrenhos opositores – dentro e fora da caserna – contra o governo Goulart e seus aliados. O central nos cursos esguianos é desenvolver capacidades pelo fazer, e a relação didática não se dá entre alunos e professores, mas dos estagiários (aspirantes à condição de esguiano) com palestrantes e com coordenadores; com ênfase em atividades em grupo, em atividades que ampliam o conhecimento sobre o país e fomentam soluções para problemas nacionais, pretende-se com isso formar lideranças (SOUZA, 2011). A Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) tem função semelhante, mas tem um perfil mais civil dos estagiários. Ela tem suas atividades em todos os Estados da federação, sendo mais capilarizada que sua matriz. A lista de pessoas que tiveram contato como sistema ESG-ADESG é extensa, e pode-se dizer isso foi base de sua influência. A instituição da Fortaleza São João, também conhecida informalmente como Sorbonne, portava-se como “partido funcional”, um grupo a formar quadros e a voltar-se para a formulação da ação estatal, que primava, como pensamento Conservador, pela Ordem (FERREIRA, 1979).

Enquanto a influência da ESG pendia mais para a “direita”, o ISEB pendia mais para a “esquerda”, ambos entre aspas porque as duas instituições pretendiam-se nacionalistas²¹, e não bastiões de posições políticas específicas nem extremadas. O ISEB oferecia cursos livres para quem já possuía algum diploma prévio. Os cursos giravam em torno de especialidades variadas nas Ciências Humanas. Tal como na ESG, também contava com pessoas externas à instituição que ministravam palestras. Enquanto a primeira recebia seus recursos principalmente das Forças Armadas, a segunda recebia seus recursos do Ministério da Educação. A formação de consciência crítica sobre a situação brasileira era a principal meta dos cursos isebianos. Todos os que faziam os cursos tinham de fazer uma monografia final, versando sobre tema afim ao que foi abordado em palestras e aulas. Sua influência atingia principalmente os movimentos de

²¹ Aqui cabe notar que existiam igualmente instituições de “perfil cosmopolita”, e que elas atuavam em prol de interesses que agregavam às suas concepções do que em páginas anteriores na tese chamou-se de Pensamento Global ou Pensamento Transnacional. A miríade de grupos é imapeável desde o ponto de vista de quem está centrado na política externa, todavia, cabe dizer que o mundo possuía cada vez mais grupos de pressão internacionais que atuavam com meios os mais diversos em prol daquilo que queriam. Seja dentro do contexto de Guerra Fria, seja por questões regionais, seja por motivações socioeconômicas ou vinculadas a áreas de peritos, existiam muitos grupos a incidir nos Estados e seus ministérios, e no Brasil não era diferente.

esquerda e atores estatais que tivessem maior proximidade do ideário nacional-desenvolvimentista. Todavia, tanto isebianos quanto esguianos foram exímios analistas de conjuntura e sabiam criar cenários factíveis a partir do que aprendiam.

2.2. Contexto externo

A ordem de apresentação da análise internacional começa mencionando fatores globais e/ou multilaterais, segue tocando em assuntos americanos, passa então pelas temáticas afro-asiáticas e termina com a Europa. Apresenta-se e analisa-se os fatos principalmente de forma cronológica. Para Geoffrey Barraclough (1964), já em 1917 se delineavam dois blocos ideológicos compostos por ideologias irreconciliáveis, de um lado a autodeterminação dos povos, os quatorze pontos dos ianques, de outro a revolução mundial e a solidariedade proletária dos bolcheviques. A ordem internacional foi moldada em Conferências mundiais (Yalta, Bretton Woods, São Francisco, Dumbarton Oaks, entre outras) durante e pouco após a Segunda Guerra Mundial, mas com o tempo surgiam duas fraturas – a Leste-Oeste e a Centro-Periferia – que remexiam as estruturas coletivas e reorganizavam as relações tal como elas existiam (BARBÉ, 1995, p. 227-265).

Nesta tese, será considerado todo o período estudado como dentro da Guerra Fria, uma vez que os anos 1960 são considerados por todos como pertencentes a ela, ainda que discordâncias ocorram em termos de periodização historiográfica. Pode-se situar o presente estudo entre a fase da coexistência pacífica (1955-1962) e a *détente* (1962-1973), momento em que as relações do Terceiro Mundo são reformuladas, a integração europeia se aprofunda e novos conflitos emergem (VAÏSSE, 2008). Percebe-se que em meio ao embate entre liberdade capitaneada por Estados Unidos e igualdade capitaneada pela União Soviética; ambos os lados foram surpreendidos nos anos 1960 com as grandes transformações sociais que ocorriam pelo mundo, fazendo com que as populações demandassem mais direitos e/ou assumissem novas visões de mundo (BARBOSA; MAGNOLI, 2013). Dentro de um sistema internacional marcado pela bipolaridade, seria inadequado negligenciar o impacto das principais lideranças do bloco ocidental e do bloco soviético e, igualmente, as pressões que elas mesmos sofriam.

Desde os anos 1940 ocorria a Guerra da Indochina, que posteriormente se tornava a Guerra do Vietnã, que escalou em violência até encerrar nos anos setenta. Em 1950 tem início a Guerra da Coreia, que em 1951 entra em uma pausa que dura até o momento de encerramento

da tese; também na Ásia ocorreu a Primeira Guerra do Afeganistão – entre União Soviética e os mujahedin – e em alguns países na África, como nos PALOPs ocorria guerra civil. O eixo de disputa saía da Europa e se tornava global, conforme a URSS e os EUA interviam em Ásia, África e América Latina. Em Angola a UNITA era apoiada pelo bloco ocidental e o MPLA tinha apoio soviético e cubano, conflitos análogos de “guerra por procuração” eram vistos ao redor do mundo. Cada potência tinha sua estratégia, que compreendia todo o mundo. Eram universalismos incompatíveis. Os investimentos em tecnologia eram altos, conforme se observa na corrida espacial, de Sputniks e Apolos, época também de grandes somas vertidas em defesa.

Na União Soviética aconteciam grandes transformações conforme na primeira metade de 1953, com a morte de Stálin, ascendia ao poder Nikita Krushev. O processo chamado de “desestalinização” oficialmente começa no XX Congresso do Partido Comunista da URSS, em 1956, ao que seguiu por exemplo a dissolução do Kominform. Nessa época, a política externa soviética é de aproximação com países comunistas e/ou próximos do comunismo, como os socialdemocratas, investiu em uma postura de menor enfrentamento com o Ocidente esperando reciprocidade (MASTNY, 2010). A principal lógica por trás das ações soviéticas era tornar mais popular o regime e obter prestígio, mas nos anos finais de Krushev no poder, a postura oscilava distensão com indícios de enfrentamento; por um lado, a crise dos mísseis em Cuba, por outro lado, a abertura comercial que ocorreu em 1963 na ocasião da crise agrícola (SAVRANSKAYA; TAUBMAN, 2010). No período, a União Soviética experimentou um crescimento econômico que oscilou entre 3 e 8% do PIB, ampliou sua dívida externa e seu volume de comércio exterior, e viveu os “anos dourados” com sua “coexistência pacífica” investindo em tecnologia, corações e mentes (FERNANDES, 2017). Existiam muitas rusgas subterrâneas com interveniência ora da inteligência soviética, ora da norte-americana.

Naqueles anos, os EUA buscavam a contenção do comunismo e a expansão da democracia, e com isso confirmar-se como a liderança contra os soviéticos (GUIMARÃES, 2000). Logo, a preeminência da segurança nacional condicionava a política externa, em sua busca por alianças, de geração de propaganda positiva dos Estados Unidos, que transitou da retaliação nos anos 1950 para a resposta flexível nos anos 1960, sempre focando na deterrência e na manutenção de espaços consolidados (MCMAHON, 2010). Os anos 1960 de Kennedy e Johnson foram os de ativismo global dos EUA em prol do ideário que defendiam através de programas para regiões – como a Aliança para o Progresso, a Nova África, ou o Grande Design – que mexiam em corações e mentes, mas igualmente consubstanciado na postura combativa que auxiliava todo e qualquer antagonista ao comunismo pelo mundo (COSTIGLIOLA, 2010).

Existiam países em busca da sua independência, principalmente na África e, em menor medida na Ásia. Alguns ensaiavam uma “terceira via” criando uma clivagem entre os dois blocos inconciliáveis, como era o caso dos não-alinhados (de Índia, Indonésia, Iugoslávia, Egito e muitos outros). Nas Américas, existia uma tendência ou a aproximar-se dos Estados Unidos, pela incapacidade de fazer o contrário, ou de entregar-se ao bloco do Socialismo Soviético, em especial através de tomada de poder com uso de violência. Igualmente, existiam aqueles que tentavam manter algum traço de descolamento de perfis importados e reproduzidos (por vezes de forma indistinta e acrítica *vis-à-vis* suas zonas de origem). Em todos os casos citados, política doméstica e política externa se intercalavam.

Desde 1944 as instituições econômicas de Bretton Woods existem, consubstanciadas, por exemplo, no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional do Desenvolvimento (IDA). A última criada só em 1960, para complementar as ações do BIRD. Também é relevante o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (o GATT), que desde 1947 visava construir uma Organização Mundial de Comércio, que só surgiu após o fim da Guerra Fria. Orientou-se sob o princípio da nação mais favorecida, mas isso não fez desse multilateralismo econômico algo plenamente igualitário. A ordem econômica internacional envolvia livre comércio, estabilidade monetária, recuperação dos investimentos internacionais, incentivo à intervenção do Estado para promover essas condições e o bem-estar social; entre subdesenvolvidos a ênfase na industrialização, entre os desenvolvidos maior financeirização econômica, entre os socialistas uma revisão de seus planos originários (FRIEDEN, 2007).

Construídas as bases para uma governança mundial e com mais e mais modalidades de política de massas, o mundo experimentou a fase econômica dos “trinta anos gloriosos” com grande afluência apesar do paulatino recrudescimento dos extremismos (HOBSBAWM, 2008). As gloriosas décadas estão situadas entre os anos finais da Segunda Guerra Mundial e as Crises do Petróleo, da Dívida, e do sistema de Bretton Woods. Nesse período a tendência geral foi a de crescimento do Produto Interno Bruto, de um maior fluxo de ativos financeiros e de bens, produtos e serviços. A construção de organizações coletivas espelhava a contenda bipolar. Em abril de 1949, surge a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) que progressivamente vai unindo países europeus e norte-americanos de forma defensivo-estratégica. Em maio de 1955, fundou-se o Pacto de Varsóvia que se propunha a assegurar a paz e o socialismo, com a presença da União Soviética e dos países do Leste Europeu que defendiam o ideário. Nas Américas as estruturas eram mais antigas.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), vinculada à ONU, desde 1946 teve grande importância para propor políticas que levassem à superação de atrasos econômicos. Um dos principais conceitos foi a industrialização por substituição de importações, em que o país entrava com seu perfil voltado para exportação (agrícola, pecuário ou de recursos naturais) e após a aplicação das reformas cepalinas, ele saía com um perfil de país industrializado, capaz de atender suas próprias necessidades sem sofrer a deterioração dos meios de troca. Também envolvendo as Américas, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) de 1947 espelhava as conferências pan-americanas que aconteciam desde 1889, e tentavam assegurar a solidariedade americana e exorcizar as ameaças e agressões potenciais extracontinentais (ACCIOLY, 1947). Em 1948 a Organização dos Estados Americanos (OEA) é fundada com a perspectiva de segurança hemisférica do TIAR e com a expectativa de concertação política, em suas reuniões são discutidos princípios a reger as relações entre os membros e desses com o mundo. Então seria coerente entender a integração como processo histórico que congrega objetivos para uma região e métodos aplicáveis, o que explicaria por que após as tratativas iniciais nos anos 1940/1950 surgiu a ALALC e posteriormente uma série de integrações sub-regionais, em geral voltadas para o livre-comércio (DABÈNE, 2009: 3-36).

Nem tudo era integração, advinham desavenças. Em 1959 é vitoriosa a Revolução Cubana, levando ao poder Fidel Castro, Che Guevara e aliados, logo em seguida Cuba declara-se socialista, e então os EUA fomentam a invasão à Baía dos Porcos em abril de 1961, sem sucesso. Sabendo do ponto estratégico de Cuba, e reconhecendo o incômodo dos mísseis turcos apontados em sua direção, a URSS envia mísseis à Havana, o que desencadeia a Crise dos Mísseis ou Crise de Outubro de 1962, com desfecho pacífico no mesmo mês. A situação que transcorre por duas semanas leva o mundo a prender a respiração ansiando por paz e querendo não pensar na Mútua Destruição Assegurada que advinha da posse das duas superpotências de vasto arsenal nuclear. Esse cenário parecia se repetir.

Em outros momentos da história, Estados soberanos latino-americanos sofreram com ingerências de potências que, no plano doméstico, desestabilizaram econômica e politicamente e no plano externo incentivaram conflitos internos (CHAUNU, 1979). Sob o ponto de vista cubano de Fidel Castro a invasão de abril levou à crise de outubro, sob o ponto de vista de Guevara, um grito de defesa do proletariado global, sob o ponto de vista dos sobreviventes da época, tem sido vista como uma defesa da soberania de um Estado pequeno (LAFHEY; WELDES, 2008). Ao longo da crise, os dois lados da bipolaridade mobilizaram suas potencialidades em defesa e inteligência, a URSS jogava com a possibilidade de contrabalançar a existência de base rival na Turquia, o Brasil tentou construir opções de conciliação durante a

disputa; ao fim, ambos pontos de tensão (na Europa e nas Américas) com mísseis foram desmobilizados (BANDEIRA, 2009: 409-485).

A estratégia das antigas metrópoles mudava, e com isso as novas superpotências reorganizavam a dominação sobre outros territórios de nova maneira. Conforme Kaufman (1976), da estratégia colonizadora europeia com o Terceiro Mundo passou-se à estratégia de esferas de influências praticado por URSS e EUA, principalmente em áreas limítrofes, respectivamente, Europa do Leste e América Latina. Quanto mais integrado a uma esfera de influência, menor o poder do país, conforme a superpotência tende a ser mais rígida. Essa explicação estrutural convive com o longo debate sobre autonomia, que dá ênfase sobre as capacidades internas dos atores, a despeito do que possa se impor de fora para dentro. Outra forma de se referir à posição refratária seja aos ditames ianques, seja aos comunistas, está presente na “terceira posição”, muito associada com Juan Domingo Perón e seus governos na Argentina. Isso não gerava necessariamente uma aproximação entre si de todos os que queriam se desvencilhar dos blocos; o caso indiano é sintomático. O maior parceiro comercial da Índia na América Latina foi o Brasil durante a Guerra Fria, mas em termos de prioridade diplomática, em escala de 1 a 11 tanto Argentina quanto Brasil estavam empatados na quarta posição enquanto Cuba gozava da primeira posição (ROSS, 2013).

Ao contrário do que se pode esperar através da afirmativa anterior, nas Nações Unidas os latino-americanos costumavam ser mais favoráveis do que contra as posições indianas. A República Popular da China teve conflitos fronteiriços com Índia em outubro e novembro de 1962. Nessa lide, América Latina votou em peso desfavoravelmente aos chineses. Tensões existiam na Ásia e África para a independência, e, em alguns lugares já se davam como consequência da independência, como no caso de Israel. Após livrar-se em 1947, com a resolução 181 da AGNU, da condição de mandato britânico, aquele território passou por embate entre os sionistas e os pró-Palestina, e o primeiro grupo ganhou a guerra em 1948, gerando uma série de guerras subsequentes.

Nesse período, imperava a corrida armamentista e as crises constantes, mas igualmente uma busca por maior protagonismo em Ásia, África e América Latina, o condomínio de poder mudava conforme os dois principais players reviam suas posições devido a mudanças domésticas (SARAIVA, 2007, p. 197-230). A dissolução do equilíbrio de poder centrado na Europa após a Segunda Guerra Mundial fez emergir um equilíbrio de poder mundial, acompanhado das lutas nacionalistas e da descolonização. No período da Política Externa Independente estão em curso os conflitos armados pela independência de: Congo (desde 1960), Angola (desde 1961) e Guiné Bissau (desde 1963).

As independências da África subsaariana se dão a partir de 1957, com Gana e já em 1964 estão praticamente conclusas; as do sudeste asiático antes de 1957; as do Oriente Médio, entre 1930 e 1946; mas as da América Latina são anteriores, entre 1794 e 1898. Esses países têm seus representantes na Conferência de Bandung, em 1955, em que a proposta do neutralismo afro-asiático se coloca, ampliado na Conferência de Belgrado de 1961, em que o “neutralismo” é chamado de não-alinhamento, e na Conferência do Cairo de 1964, em que o número de países participando sobe de 25 para 46 participantes (DUROSELLE, KASPI, 2004). Foram nos anos 1960 que a aceleração do processo atingiu seu auge, e desde os anos 1970 foi minguando até ser quase inexistente no período do Pós-Guerra Fria. No início da década em que se situa o estudo dessa tese, todavia, a tendência não poderia ter sido plenamente prevista.

Observava-se mais a segmentação interna dos países colonizados, como entre os que se reuniam em Casablanca (mais “radicais”) e os que confabulavam em Monrovia (mais “conciliadores”) e alguns países como Egito, Senegal e Gana tinham percepções particulares sobre o fenômeno (CASTRO, 1962). Desses encontros e das lideranças existentes nelas surgiam impulsos de pan-arabismo, pan-africanismo, não-alinhamento, terceiro-mundismo, entre outras opções africanas ao longo da década. Em que pese toda diversidade das lutas para obter a independência, pode-se dizer que se maturava a luta pan-africana desde os anos 1930, em ideias girando em torno da unidade continental, da integração econômica, das formas de libertar-se, e de como seria o futuro a partir disso (MATTOS; MEIHY; PARADA, 2013). Na Ásia o cenário era parecido, conforme a dominação europeia se fez presente por centenas de anos desenvolvendo novas técnicas e ideias, mas impondo uma relação unilateral; nos anos sessenta frente à bipolaridade o desafio mantinha-se apesar da diversificação dos atores envolvidos no cenário oriental (PANIKKAR, 1969). Países asiáticos buscavam caminhos próprios.

Mantinhavam-se os desafios do desenvolvimento, atrofia da indústria e hipertrofia do terciário, cidades assoladas com miséria e desemprego, desigualdades aprofundando-se conforme aspirações e necessidades não são atendidas, e elites autocentradas que pouco auxiliam na transição para melhores condições (LACOSTE, 1990). A existência de problemas comuns demorou até levar a uma ação coletiva. Assim, os países abaixo do Trópico de Caranguejo buscaram uma representação melhor dos seus interesses como na Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) criada em 1964. Na primeira metade dos anos 1960 articulavam-se dois grupos de pressão que defendiam os interesses desses países – o Movimento dos Não-Alinhados e o G-77 – assim como outras iniciativas para fortalecer a autodeterminação, e os resultados serão mais pronunciados na década seguinte (ALDEN; MORPHET; VIEIRA, 2010: 1-91). Com efeito, a correlação de

forças globais mudava muito nesse período. A Segunda Guerra Mundial teve efeitos disruptivos. Antes dela começar, potências europeias dominavam a maior parte do mundo, e, após, o cenário muda. Ao mesmo tempo que permitia o surgimento da independência, lançava muitas populações em direção ao desconhecido. Todavia, as dificuldades vinham de antes.

Antes da Segunda Guerra Mundial o problema estava posto de outra forma. Ou melhor, dito de forma simplista, nos anos 1930 colônias, nos anos 1960 pertencentes a zonas de influência, após desvencilhar-se disso, imersão na luta pelo desenvolvimento nacional de forma mais plena. Em certo sentido, existiam três projetos de modernidade em disputa – democracias capitalistas, comunismo, nacionalismo supremacista – o último perde a disputa para uma aliança dos dois primeiros durante a Segunda Guerra Mundial (DESNOYERS, SIVERS, STOW, 2012). Como consequência, os espólios são partilhados entre defensores do mundo capitalista, liberal, democrático e uma União a postular um mundo comunista, coletivista, popular. O espaço europeu é de início o mais afetado; e com mais dissidências.

Em 1948-1949 se dá o bloqueio a Berlim, logo após, em 1955, a Alemanha Ocidental entra na OTAN, à oeste estava o lado socialista germânico. A capital dividida em zonas de influência, onde fisicamente se davam as barreiras entre Ocidente e Oriente, após mais uma crise, passou a ter um muro desde novembro de 1961. Outros conflitos bélicos vão tornar globalizado o embate Leste-Oeste, radicalizando a conflitualidade presente nos anos 1950 e 1960, que antecedem a distensão, a flexibilização, a détente dos anos 1970 e a retomada dos conflitos nos anos 1980, desembocando no fim da Guerra Fria nos anos 1990 (MCMAHON, 2003). A balança de poder conforme configurada em fins do século XIX e início do XX dissolve-se e a Europa passa a ter Reino Unido e França como principais países a influenciar a política global, a recuperação da Alemanha é progressiva (KISSINGER, 1994). Surgia o Pentagrama conforme Kissinger, os cinco países a definirem os rumos do sistema internacional – Reino Unido, França, Estados Unidos, China e União Soviética – que, coincidentemente participavam do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Enquanto isso, o tipo de jogo de poder jogado até então na Europa tornava-se cada vez mais insustentável; o custo da guerra havia sido alto em vários sentidos. O caso português é interessante.

Desmoronava a ideia de um Euromundo forte, portador do Lusotropicalismo e controlador de áreas territoriais ultramarinas. O governo Salazar planejava desde 1962 uma descentralização e progressiva autonomia das regiões africanas sob domínio luso, mas isso após a PIDE constatar frequentes contestações ao poder, comandadas por organizações com cada vez maior poder e apoio externo (PINTO, 2010). De “orgulhosamente sós” os portugueses caminhavam a passos largos para a Revolução dos Cravos de 1975 e o desfecho que levou à

entrada na integração europeia de forma plena em 1986. Muitos casos europeus são análogos ao de Portugal, alguns com processos mais rapidamente solucionados, alguns se adaptaram à nova realidade de forma mais veloz, mas, em geral a mecânica em curso durante a Guerra Fria foi o de abandono de um imperialismo centrífugo para adoção de uma integração centrípeta.

Nessa mirada sobre o contexto da época observa-se uma tendência tanto no plano doméstico quanto no plano internacional, um pendor ao conflito. Internamente, grupos, condições estruturais, e alguns processos em curso apontavam para uma crescente dificuldade em dialogar-se, de existirem articulações, de criarem-se consensos. Desmoronando a possibilidade de criar soluções nacionais para problemas nacionais, os agrupamentos passavam, em velocidade vertiginosa, a se organizarem de forma a focar única e exclusivamente nas suas estratégias de tomada de poder. Enquanto cresciam as impossibilidades de uma Grande Estratégia construída pelos próprios brasileiros, avolumavam-se os problemas internacionais. Premidos pela circunstância, tomadores de decisão deveriam conhecer seu país a ponto de não serem destituídos, criticados, ou sofrerem qualquer forma de imobilismo.

Externamente, pode-se dizer que EUA e URSS tornavam um teatro de operações todas as latitudes e longitudes do Planeta Terra e inclusive alhures (por exemplo, a Lua). Fraturadas as possibilidades de funcionamento pleno de instituições globais e interestatais nos principais momentos de crise, o multilateralismo e as aproximações dos países alheios aos dois blocos funcionavam conforme as ocasiões. Durante a Guerra Fria eram muito díspares as capacidades, e por debaixo do lençol do bipolarismo as movimentações eram por vezes subversivas. Nenhum país estava a salvo de, a qualquer momento, ser arrastado para dentro da massiva fúria de ambas as potências e/ou ser mero marionete para os interesses de uma delas. Outros países de grande potência, enfraquecidos com as guerras mundiais, tentavam manter suas razões de orgulho, enquanto territórios à margem do desenvolvimento buscavam razões para dizer-se existentes no jogo global do poder. Qualquer movimento do Brasil seria julgado pelos seus nacionais e por todos os países cujo interesse relacionassem com a ação. Era preciso entender o mundo para agir favoravelmente; era preciso entender o Brasil para agir favoravelmente.

3. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE EM AÇÃO

Fiéis ao título do capítulo, as próximas páginas serão de descrição e análise da Política Externa Brasileira nas seguintes gestões: Afonso Arinos (1ª), San Tiago Dantas, Afonso Arinos

(2^a); Hermes Lima; Evandro Lins e Silva; Araújo Castro. Em seguida, fechando o capítulo, serão enfocadas as reformas institucionais que ocorreram no MRE durante essas gestões. Será possível apreender que o sentido geral do novo paradigma foi adiante, ainda que existissem fatores que iam contra a manutenção de inovações em políticas públicas, e/ou que fariam elas morrerem em suas origens. Ao conjunto dessas gestões, pela sintonia de seus atos exteriores, tem-se na literatura o nome de “Política Externa Independente” (PEI), era ponto pacífico entre os atores da época seguirem as mesmas diretrizes, mesmo em variação de nomenclatura.

Assim como no capítulo anterior, a disposição do texto se inicia, em todas as seções, com assuntos globais, multilaterais e transnacionais, em seguida as Américas são tematizadas, depois, as questões afro-asiáticas e por último a questões europeias. Em alguns casos, observa-se uma interpenetrabilidade de temas, e nas ocasiões oportunas isso será equacionado tentando manter essa disposição, que segue uma lógica sobretudo cronológica. Há fatores que cruzam todo o período analisado e eles serão abordados. A pesquisa foi feita sobretudo com material primário, mas, em dados trechos aparecerão materiais secundários que auxiliam na complementação desse percurso sobre as gestões. O foco de análise foi mais factual do que simbólico/normativo, acompanhando os dados primários obtidos e associando com as teorias já expostas. Não é intenção, nessa breve introdução, apresentar tudo o que virá, tampouco trazer os resultados dessa análise. Todavia, observa-se aqui uma inauguração de novo paradigma de política externa que é mantida (e às vezes aprimorada) conforme o tempo passa.

O sentido geral da reconfiguração gerava o aumento do número de relações, a ampliação de contatos socioeconômicos, maior refinamento em posições multilaterais e globais, uma série de articulações novas e de revisões de padrões infrutíferos anteriores. Toda análise ancora-se nas teorias expostas na introdução e está associada com o contexto externo apresentado no capítulo dois. A forma de analisar a gestão é indissociável do capítulo quatro e isso será mais evidente no capítulo cinco. Esse capítulo aborda o ponto de vista da Política Externa, sobretudo, mas determinadas ações cruzam mais de um ministério, e, algumas são interministeriais mas contam com primazia do MRE. Nada disso escapará nessa abordagem.

3.1. Gestão Afonso Arinos, presidência Jânio Quadros (01/1961 - 08/1961)

Empossado após uma vitória tão imprevista quanto incontornável, e com apoio popular e de grupos de direita, muitos esperavam de Jânio Quadros uma política externa similar à de

Kubitschek, ou tímida o suficiente para não contrastar com medidas a serem tomadas na política doméstica. A indicação de Afonso Arinos de Melo Franco servia como agrado aos udenistas, e, ao mesmo tempo, trazia tranquilidade para o presidente que via no chanceler uma pessoa confiável. O filho de Afrânio de Melo Franco portava consigo a verve reformista, que tingiu a atuação paterna décadas antes. Em ambos os casos, vê-se uma maior ênfase no multilateralismo e na concertação para alcançar vantagens absolutas para os envolvidos. Igualmente, os dois tiveram atuação na Câmara interpenetrada e seguida de ação no exterior, o que dava certa habilidade no trato interinstitucional. Às lacunas apontadas pela literatura sobre a persona de Quadros acediam o complemento positivo das experiências políticas de Arinos.

Conforme demonstrado anteriormente (AGUIAR, 2018a), o Poder Legislativo influenciou sobre o Executivo, com requerimentos de informação e outros mecanismos. Verificou-se que determinadas prioridades e algumas ações pautaram-se por vozes mais incisivas dentro do Parlamento. A mesma situação será verificada durante o momento parlamentarista (ou semipresidencial) e na sequência com a presidência Jango; o fenômeno persiste, mas vai mudando de formato²². A literatura sobre o período é vasta. Pode-se verificar uma caracterização dos fenômenos da política doméstica em trechos anteriores a esse. Coberto da capa do excêntrico, com suas medidas²³, no fundo abraçava, para dentro e para fora, a percepção de moralizar as coletividades. Nesse sentido, um país que só se relacionasse com as grandes potências e/ou aos poderes coloniais, seria aquele que dava as costas para América Latina, Ásia e África. Da mesma forma, seguir sempre os ditames dos mais poderosos em instâncias multilaterais significava omitir-se, nesses espaços, frente a qualquer injustiça na sua região, ou

²² O leitor dos Anais e Diários do Parlamento observará que inicialmente os congressistas mais numerosos eram aqueles com demandas temáticas específicas, e que o jogo entre oposição e situação se dava pela mediação desse terceiro grupo heterogêneo, tal como demonstrado anteriormente (AGUIAR, 2018a). Todavia, o período chamado de “parlamentarista” aproxima congressistas do gabinete e os “empodera” de forma que se mantém a estratégia de “requisição de informações” e de demanda por esclarecimentos sobre projetos e ações do Executivo. Durante todo o período, a prerrogativa orçamentaria não fora destituída, algo observável pois cada crédito complementar deveria obter aval da cúpula executiva e, em seguida, do Legislativo. O governo de Goulart exibe uma configuração marcada pelos blocos parlamentares já consolidados, pela radicalização que aumentava, grosso modo, desde o governo Vargas (1951-1954) e que desemboca na ruptura de 31 de março de 1964. Naquele momento, manteve-se no Parlamento a mesma configuração, só revertida com o bipartidarismo obrigatório de 1967. Não se pode dizer que a política da época sofria judicialização, mas os indicados por Goulart foram apeados de suas cadeiras no STF conforme a ARENA consolidava-se no poder Executivo.

²³ Faz uma série de medidas moralizantes, como as proibições de briga de galo e do uso de biquíni, que a seu ver eram sinais de decomposturas. Ele estava sendo coerente consigo e com seu *jingle* de campanha: “Varre, varre vassourinha! Varre, varre a bandalheira! Que o povo já tá cansado de sofrer dessa maneira, Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado! Jânio Quadros é a certeza de um Brasil, moralizado! Alerta meu irmão! Vassoura, conterrâneo! Vamos vencer com Jânio!”. Joel da Silveira no “Arquivo N”, faz uma ilação entre a tomada de medidas polêmicas sob o ponto de vista social e as decisões mais substantivas em termos políticos. No dia que proibiu o jogo do bicho, ele decidira reatar relações com a União Soviética. A prática manobra as informações e visa dificultar reações a duas decisões concomitantes; estratégia historicamente empregada.

em demais partes do Terceiro Mundo. Os resultados das políticas eram ponderados a cada transição de governo no período analisado. Jânio Quadros estimava inovações para o país de forma intuitiva, e cabia aos ministros colocar em prática essas concepções do mandatário, aderindo a elas suas próprias percepções na área de atuação; um exemplo é a mudança que ocorreu na política africana do Brasil (FRANCO, 1983).

As viagens ao exterior *que antecedem sua eleição* são indícios de que Quadros se aproximaria dos Não-Alinhados e dos neutros – por encontrar Nehru, Nasser e Tito – e, por outro lado, de que não olvidaria do Ocidente, como provam suas constantes presenças no Reino Unido, sua viagem antes da posse ao Japão, e sua ida aos EUA. No Brasil, havia uma ala que queria nacionalizar os bens e capitais estrangeiros, como a ala à esquerda do PTB (ex. Brizola), e os que queriam ampliar a participação do capital estrangeiro na economia, desde um prisma neoclássico (ex. Octávio Bulhões e alguns empresários); havia os mais ocidentalistas (como o diplomata Vasco Leitão da Cunha), os mais próximos do neutralismo (como o intelectual Helio Jaguaribe), e os mais próximos do Afroasiatismo (como o historiador/diplomata Bezerra de Menezes). A presidência e seu gabinete, em especial o chanceler formavam o fiel da balança, a equilibrar, talvez precariamente, todo som e fúria ao redor. O principal ponto de equilíbrio estava no multilateralismo, algo comprovável nas relações com países de diferentes continentes.

O contexto internacional, conforme analisado em capítulo anterior, era turbulento: Kennedy nos EUA e Krushev na URSS, terceiro-mundismo e não-alinhamento no mundo Afro-Asiático, as descolonizações, o início da ascensão chinesa, reconfigurações na Europa, multilateralismos que se construía e se afirmavam, regional e globalmente. Era de um lado a afirmação de relações com Estados Unidos, República Federal Alemã (RFA), e com a China nacionalista; e por outro, a busca por maiores vínculos com a República Democrática Alemã (RDA), a República Popular da China e a União Soviética. Confirmava seus compromissos no reatamento com o FMI, na postura ativa na ONU, mas abria novas possibilidades como observador entre os não-alinhados, como voz entre os colonizados a clamar por independência, como o país cristão e ocidental a afirmar que é possível um mundo com relações Norte-Sul e Leste-Oeste reformuladas. Para cada bloco territorial do mundo, observa-se uma ruptura com o paradigma de atuação do governo Kubitschek, dos ministros Lafer, Negrão de Lima, e Macedo Soares, e certamente, com relação a Augusto Frederico Schmidt. A seguir, serão comentadas ações da gestão na seguinte sequência, a ser reproduzida em demais trechos dessa primeira parte: primeiro serão abordados assuntos globais e multilaterais; em seguida, América será tematizada; o terceiro tópico envolverá África e Ásia; por fim, as relações brasileiro-europeias.

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas foi assinada pelo Brasil em 18 de abril de 1961. Encerra-se a orientação de “votar conforme os Estados Unidos”²⁴, expressão da “aliança não-escrita” construída por Paranhos Júnior e glosada por Burns (2003), superava-se um distanciamento incômodo com os países latino-americanos²⁵. Da mesma forma, o Brasil começa a construir relações recíprocas de apoio a candidaturas para órgãos multilaterais. Significativo nesse âmbito foi o apoio da chancelaria à candidatura de Israel ao Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde em fevereiro de 1961, ao que foi seguido no mesmo ano no apoio israelita às reeleições brasileiras tanto na Comissão de Direito Internacional da ONU, quanto na FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) (SANTOS, 2000, p. 42).

A circular 3.839 de 10 de março de 1961 demandava esforços das missões diplomáticas brasileiras para que fosse reeleito o representante nacional Gilberto Amado na comissão jurídica citada, e acrescenta que não possuía candidatura a nenhum outro posto eletivo na AGNU, tampouco juiz na Corte Internacional de Justiça (CIJ)²⁶. Ainda que não se mencione a estratégia de forma explícita, observa-se uma janela de oportunidades para barganhas interestatais. Não parava nesse ato o *momentum brasileiro* em busca do reconhecimento multilateral. Pela circular 3.883 de 4 de abril daquele ano, são entregues direcionamentos voltados para a Conferência a criar o Centro Latino-Americano de Pesquisas Físicas que ocorreria no Rio de Janeiro em maio, conforme acordado na Unesco anteriormente²⁷.

²⁴ O que em absoluto significa o azedamento das relações. Duas circulares de 7 de fevereiro de 1961 dão a dimensão da sustentação de uma relação longamente cultivada que permanecia relevante. Na circular 3.806 leva-se ao conhecimento das missões diplomáticas o discurso do diplomata Sérgio Armando Frazão – então Presidente do IBC – na 50ª Convenção Anual da Associação Nacional do Café dos Estados Unidos da América. Igualmente nessa diretriz pode ser lida a circular 3.807 em que se comenta a orientação brasileira para que os Estados Unidos se associem ao Instituto Internacional de Ciências Administrativas. Iniciativas de autoinclusão e de inclusão dos ianques em um contexto mais amplo.

²⁵ As circulares citadas no rodapé anterior são essas: Circular 3.806, do MRE para as missões diplomáticas nos países signatários do convênio internacional do café, 7 de fevereiro de 1961, MRE/DOr/DAm/DEA/661.333(00)/1961. Descrição: “Cafê. Discurso do Presidente do CIC na Convenção de Boca Raton”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14. Circular 3.807, do MRE para as missões diplomáticas na América Latina, 7 de fevereiro de 1961, DAI/SO/DCL/92.83(00)/692.83(20). Descrição: “Ação diplomática brasileira para que os Estados da América Latina se associem ao Instituto Internacional de Ciências Administrativas”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

²⁶ Circular 3.839, do MRE para as missões diplomáticas, exceto Paris, Atenas, Porto Príncipe, Berna e Bonn. DPo/910.(04)/312.4/300.12, 10 de março de 1961. Descrição: “Renovação do mandato da Comissão de Direito Internacional. Candidatura do Embaixador Gilberto Amado”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

²⁷ Circular 3.883, do MRE para as missões diplomáticas brasileiras na América Latina, DCI/DAI/CNAT/642.6(04)/642.3(20)/592.3/300.12, 4 de abril de 1961. Descrição: “Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas como Centro Regional da UNESCO”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

Uma grande transformação se dá em termos macroeconômicos. Com o governo JK, a diretriz foi crescer aceleradamente, o que atesta o Plano de Metas, as políticas econômicas (cambial, fiscal e monetária) e com isso houve um aumento no volume do investimento público para gerar o desenvolvimento (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1990). Todavia, conforme se dava a ampliação de gastos públicos com entrada de capitais nacionais e estrangeiros, rompia-se com o FMI e gerava-se uma espiral inflacionária. No governo seguinte, surge a instrução 204 da Sumoc de 13 de março de 1961. A diretriz passa a ser a estabilização da economia, com desvalorização do cruzeiro em 100% e cortes de subsídios; esperava-se saldar a dívida externa e reduzir a inflação. Sendo coerente com os objetivos domésticos, o país reata relações com o Fundo Monetário Internacional e negocia com credores europeus, americanos e do Japão; uma mensagem ao mundo de que o país era bom para negócios e estava aberto a eles.

Deram-se então as missões de negociações econômicas internacionais chefiadas por Walter Moreira Salles nos EUA (com presença de Osório de Almeida) e na Europa Ocidental por Roberto Campos (MARTINS, 2014, p. 103-11). Em ambos os casos, houve sucesso: 870 milhões de dólares foram obtidos dos EUA em empréstimo, do FMI obteve-se 300 milhões; e totalizou 110 milhões de dólares em créditos obtidos entre 52 bancos europeus. As atividades de Campos se deram principalmente em maio. Em julho, Celso Furtado, autoridade com status de ministro de estado de Jânio, busca apoio para projetos para o Nordeste brasileiro, contando inclusive com um encontro com o Presidente John Kennedy dos EUA. Existia ainda a busca por assistência técnica, essa fora concedida pela ONU, através de um programa ampliado voltado para engenheiros, arquitetos e urbanistas; conforme a Circular 3.959 de 31 de maio, a iniciativa onusiana distribuía bolsas no Instituto Brasileiro de Administração Municipal aos funcionários de países latino-americanos que quisessem por lá fazer treinamentos²⁸.

As relações com os Estados Unidos tinham arestas no Caribe, mais precisamente em Cuba²⁹. Em 29 de fevereiro, Jânio recebe friamente Adolph Berle Junior (então assistente do secretário de Estado do governo estadunidense) em missão para convencer da necessidade de conter Cuba, algo semelhante ocorre com o Embaixador John Moors Cabot na posse em 31 de

²⁸ Circular 3.959, do MRE para as missões diplomáticas na América Latina, CNAT/641.63(20)(42)/650.0(04), 31 de maio de 1961. Descrição: “Bolsas do IBAM. Catálogo Brasileiro de Bolsas e Serviços.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

²⁹ Ao contrário de Jânio Quadros que fez viagem entre 29 e 31 de março de 1960 para Cuba, ainda na condição de candidato à presidência da república. Ali levava uma comitiva de quase duas dezenas de pessoas, e reafirmara sua aproximação com países com perfil fora do bloco capitalista ocidental (BARBOSA, 2013).

janeiro e na recusa em apoiar a invasão de Cuba efetuada em 16 de abril³⁰. A alta cúpula Kennediana, estava rachada, existiam os favoráveis a ações armadas como Thomas Mann, e os que postulavam por saídas pacíficas e pela Aliança para o Progresso³¹ como Richard Goodwin, mas prevalecia a desconfiança com um país associado pela alta cúpula estadunidense com a “terceira posição” (BARBOSA, 2013).

Se de um lado existiam os que pensavam ações unilaterais como Adolph Berle Junior e Moors Cabot, por outro lado, existiam os que queriam ações multilaterais como Dean Acheson. Durante quase todo o período abordado neste trecho, e durante a maior parte da tese, John Fitzgerald Kennedy é o líder do Executivo. Assume em 20 de janeiro de 1961, tendo como vice-presidente Lyndon Johnson. Kennedy foi assassinado em 22 de novembro de 1963, e na ocasião quem assume é seu vice, que governou até 1969. Observa-se algum descompasso nas relações EUA-Brasil, o que não se verifica com relação brasileira com a América Latina, a exemplo do Consulado criado na cidade boliviana de Sucre em 20 de abril. Busca-se incrementar o comércio exterior com a região, conforme se observa com a Circular 3.809 de 7 de fevereiro de 1961 que distribui às missões da região cinco exemplares em espanhol da revista “Made in Brazil” editada pela Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)³².

Para alcançar os objetivos encetados, o chanceler tira Edmundo Barbosa da Silva da função de chefe do Departamento Econômico, através da Circular 3.874 de 24 de março de 1961, e o nomeia assessor do Ministro das Relações Exteriores “na formulação de planos e programas nacionais e internacionais relativos à Operação Pan-Americana e à Área Latino-Americana de Livre Comércio”³³. A decisão não demora a apresentar resultados. Em 18 de maio, a Circular 3.937 comunica às missões diplomáticas que a posição na OEA será de paz mundial pela autodeterminação, essa assegurada pela não-intervenção que se opunha às

³⁰ O que contrasta e muito com a gestão de Kubitschek, predecessor de Jânio, que recebera Eisenhower em fevereiro de 1960 e assinara a Carta de Brasília, para se afirmar o compromisso com a Operação Pan-Americana. Esta, por sua vez, era muito vinculada a Augusto Frederico Schmidt, que assessorava JK em política externa.

³¹ A Aliança para o Progresso foi apresentada por John Kennedy em 13 de março de 1961, consubstanciando investimento direto governamental estadunidense para as Américas; e com o tempo veio a agregar-se com a agência de ajuda externa dos EUA (USAID) a fazer acordos em educação, por exemplo (RIBEIRO, 2006).

³² Circular 3.809, do MRE para as missões diplomáticas na América Latina, DAm/472, 7 de fevereiro de 1961. Descrição: “Remessa de Publicação”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

³³ Circular 3.874, do MRE para as missões diplomáticas e repartições consulares de carreira, SG/960.3/800.(20)/312.4/300.12, 24 de março de 1961. Descrição: “Novas funções do Senhor E. P. Barbosa da Silva.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

dominações econômicas e ideológicas³⁴. Reconheceria qualquer sistema de governo representativo, porém não o faria caso o regime resultasse de ingerência de potência estrangeira.

Ao pensar em tempo corrido, anos e anos levaram-se para existir um encontro na fronteira entre mandatários de Brasil e Argentina – ainda que visitas mútuas fossem recorrentes, como entre Julio Roca e Campos Sales, ou Vargas e Justo – e foi justamente com Jânio Quadros e Arturo Frondizi que ocorreu em abril de 1961 o Encontro de Uruguaiana. Os ministros Arinos e Taboada reafirmavam os países como ocidentais, cristãos, a favor da autodeterminação, da soberania, e do desenvolvimento. Pouco depois, ocorriam as reuniões da Comissão Mista Brasil-Argentina em maio e dos grupos mistos de cooperação industrial, em junho, ambos em Buenos Aires. O Convênio de Amizade e Consulta Argentino-Brasileiro de 22 de abril de 1961 ficou como documento a provar a retomada das relações. Nesse momento, os governos se comprometem com o desenvolvimento do Cone Sul, com a ampliação da circulação de pessoas e mercadorias e com a criação de um sistema de consultas para assuntos fronteiriços, e em maio de 1961 ocorre reunião da Comissão Mista Brasil-Argentina objetivando expandir o intercâmbio comercial³⁵. Nesse período, a Argentina oscilava entre a “Terceira Posição” (entre o comunismo e o capitalismo) e uma postura de autonomia heterodoxa (COELHO, 2000) além disso, sustentou ao longo da Guerra Fria interesse pelo desenvolvimento e pela participação na integração regional, logo próxima do Brasil (AGUIAR, 2017a).

Quatro dias depois da crise de Berlim, ocorre em Punta Del Este a Conferência de Ministros das Finanças do Hemisfério Ocidental, e lá, a 17 de agosto, o Brasil assina a Carta da Aliança para o Progresso. Todavia, dois dias depois, condecora Ernesto “Che” Guevara de la Serna com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, maior comenda do governo brasileiro. Enquanto o primeiro ato não gerou maiores reações na mídia nacional, o segundo causou espécie e perplexidade em alguns meios. Sobre a Aliança para o Progresso, dizia Raúl Presbich (1962) que o caminho para o desenvolvimento socioeconômico com democracia, gerando industrialização e impulsionando o comércio exterior, passava por esse ensaio de integração. Todavia, ao movimento de assistência internacional encetado pela iniciativa deveria haver uma série de reformas estruturais, que proovessem maior capacidade para latino-americanos; do contrário, o risco seria uma frustração à moda do “Ponto IV” marshalliano (PRESBICH, 1962).

³⁴ Circular 3.937, do MRE para as missões diplomáticas, SI/550/551.0/300.12, 18 de maio de 1961. Descrição: “Encaminha o comunicado sobre a posição brasileira em assuntos atuais de política internacional.” AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

³⁵ EXTERIORES, Ministério das Relações. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1961. Rio de Janeiro: MRE, Seção de Publicações da Divisão de Documentação, 1961, p. 10-13.

Conforme Maria Yedda Linhares (1981) no espaço afro-asiático estava ocorrendo então a “luta contra a metrópole”, consubstanciada nas novas ideias de Fannon, Césaire, Memmi, Ségnhor e muitos outros, assim como nas práticas para descolonização em Ásia e África. Condições internas das potências europeias associadas com demandas das colônias impeliram a processos que culminariam na Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Nações Unidas³⁶, notadamente os anos sessenta. Em maio duas Embaixadas brasileiras são criadas: no Camboja (dia 9) e nas Filipinas (dia 30). Em junho ocorre no Cairo a Conferência dos Países Não-Alinhados, e o Brasil na condição de observador envia o Embaixador Araújo Castro. Em agosto de 1961 parte a missão do vice-presidente João Goulart à República Popular da China, de caráter comercial, e nela integram João Augusto de Araújo Castro, Evandro Lins e Silva, entre outros. Também em 1961, foi designada uma missão brasileira para investigar oportunidades de comércio exterior no Oriente Médio, e foram estabelecidas relações diplomáticas com Argélia, Marrocos e Líbia (MAJZOUN, 2001).

Por muitos anos, desde 1946 até 1960, o Brasil apresentou ambiguidade para com a descolonização, por um lado, os compromissos com o Ocidente e potências imperiais impunha-se politicamente, por outro lado, era economicamente ambicionada a relação com os povos que estavam em vias de obter sua autodeterminação (PINHEIRO, 1989). A incongruente posição de apoio em foros multilaterais ao colonialismo contrastava com a aspiração ao crescimento, à autonomia, à independência, que marcava os interesses permanentes do país. Comparando com essa época finda, o que se vê na década de 60 é a mudança na forma como o Brasil se relacionava com o continente africano. Objetivando a abertura de missões diplomáticas e futuras embaixadas fez com que o governo criasse em 3 de março de 1961 um grupo de trabalho para tanto. Em 4 de abril ocorreu a viagem do chanceler Afonso Arinos ao Senegal³⁷, quando foi criado um centro cultural brasileiro em Dakar. Aproximar-se da África não significava romper com antigos parceiros, pois após ir ao Senegal, Afonso Arinos esteve em Portugal, a provar que a posição a favor da descolonização não era antieuropeia.

Em maio a presidência enviou uma missão liderada por Negrão de Lima e Coelho de Souza à África – Angola; Guiné; Costa do Marfim; Gana; Nigéria e Camarões – para examinar

³⁶ Estabelecido pela resolução da AGNU número 1.710, de 19 de dezembro de 1961.

³⁷ Ver Circular 3.810, do MRE para as missões diplomáticas, delegações junto aos organismos internacionais e repartições consulares, 8 de fevereiro de 1961, DOr/DEA/DPo/DAm/DAI/600.(04)/300.12. Descrição: “GATT. Aplicação do Tratamento da nação mais favorecida.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14. Essa circular reconhecia Mauritânia e Senegal, demandando que entrassem no tratamento da nação mais favorecida em termos de comércio exterior. A visita de Arinos foi reciprocada em setembro de 1964, quando Léopold Ségnhor esteve no Brasil, chegando a fazer palestra na PUC-Rio, tendo por apresentador e cicerone o congressista Afonso Arinos.

a questão colonial. Isso em um contexto em que o Brasil enviava o navio-escola Custódio de Mello para circunavegar o continente ofertando aproximação política e comercial consigo. O Brasil se posicionava a favor da descolonização como ponte entre continentes apartados pelo Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo, e as consequências bilaterais vieram com a abertura de novas Embaixadas em: Senegal (abril), Costa do Marfim, Benim, Niger e Mauritânia (maio); Etiópia (julho); e Nigéria (agosto). Além dessas existentes, existiam casos em que eram acumuladas representações: a Embaixada do Brasil na Costa do Marfim acumulava com o Alto Volta (Burkina Faso); e a Embaixada do Brasil na Nigéria acumulava com Camarões. Também são criados Consulados africanos: em Conacri; em Bissau; em Moçâmedes, Nova Lisboa e Lobito; em Beira e Quelimane; e em Nairóbi. Estavam entre abril e agosto criadas representações consulares que englobavam os atuais países: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Mali, Quênia e Mali.

Foi na época de Machel, Nkrumah, Senghor e outros libertadores, que o primeiro negro brasileiro chegou à condição de Embaixador, o jornalista e escritor sergipano Raymundo de Souza Dantas, lotado em Acra, capital de Gana. O próprio Embaixador em Acra registrou suas impressões do que vivera:

Quando cheguei em Brasília e me apresentei ao Presidente ele me falou de um projeto, que era a formação de uma assessoria para relação com países africanos. (...) todos no Palácio tinham a minha presença apenas como uma atitude demagógica de Jânio, não me davam muita importância. Fora o Castellinho e o José Aparecido, os outros creio até que achavam graça de ver um negro nos corredores do gabinete presidencial. A bem da verdade devo dizer que com os militares era diferente, dentro da sua disciplina eles me atendiam e entendiam que eu era um funcionário Oficial de Gabinete e que era para valer mesmo. (...) O Itamaraty me recebeu com todas as reservas, além de não ser da *carrière*, ainda por cima sou negro. (...) Quando fui assumir o posto, tive que enfrentar logo de início a má vontade e o boicote do então Encarregado dos Negócios, diplomata Sérgio Correia do Lago, que tardou dois meses a me entregar a residência oficial do Embaixador, numa afronta e indisciplina tais, que causava espécie em todo corpo diplomático. (...) Isso sem falar na assessoria omissa e nas informações erradas que o *staff* me dava. (...) o governo brasileiro me deu a condição mais alta que alguém da minha raça e da minha origem já teve, mas ao mesmo tempo me deu condições de verificar que ser Embaixador negro não era tão importante quanto ter consciência do problema da emancipação negra. (...) sou originário dos Axantis e lá em Gana teve um príncipe com quem me pareço muito – segundo os retratos pintados que existem – cuja lenda diz que ele foi levado para além-mar como escravo mas que um dia voltaria. Isso fez com que o Rei Premph II, sua mulher, suas concubinas, suas filhas e seus príncipes, durante os três anos que eu passei em Accra, me cumulassem de gentilezas e cuidados diários, me distinguindo com um *status* de realeza. É preciso viver 100 anos na África. Mas é preciso também fazer do nosso país uma democracia racial e não a balela que aí está, institucionalizada. (...) A democracia racial não se torna efetiva sem que sejam efetivas a democracia política, econômica, social, etc. Por isso o sentido da luta hoje em dia é para que se crie condições para uma verdadeira e insofismável democracia completa, global, total. (DANTAS, 1982, p. 231-232, grifos do autor)

De acordo com Jerry Dávila (2010), essa nomeação expressava algumas tendências de Jânio, como a vontade romper com o passado e a burocracia, de passar uma mensagem de apoio às independências e ao pan-africanismo, e de colocar em postos-chave quem fosse da sua confiança. Se assim foi ao indicar Souza Dantas, de seu entourage de mídia, também o foi ao indicar Rubem Braga para a Embaixada do Marrocos, e Cícero Dias para a Embaixada da Tunísia. José Honório Rodrigues (1961) destacava o horizonte que se desvelava ao Brasil caso se portasse diferentemente no Atlântico Sul, e a política internacional de Jânio Quadros inovou com uma atuação mais substantiva no continente africano, pois a representação ganhava maior ênfase com novas embaixadas e representações consulares.

Os posicionamentos brasileiros nas Nações Unidas foram se transformando com o tempo, conforme determinados processos ocorriam dentro da instituição e no próprio país. No Brasil, de acordo com Gelson Fonseca (2004) passava-se nas gestões da Política Externa Independente a uma autoidentidade que seguia a considerar-se ocidental, mas não mais qualificada ou pura; afirmar-se autônomo era o caminho para cambiar o “espaço de proposição”. O multilateralismo era o caminho natural para os países afins à mudança e avessos ao subdesenvolvimento. A ONU passou, de 1945 a nossos dias por um vasto processo de transformação, reafirmando-se como lócus de uma *política de autoridade* ao invés de uma *política de poder*, com crescente número de países-membros, assegurada ação de seus funcionários permanentes, grande volume de ações coletivas (como as missões de paz), e uma legitimidade decisória e normativa (LOPES, 2012).

Somente a partir do início dos anos 1940, o Terceiro Mundo começou a ser um tema presente nas ações e publicações brasileiras, sobretudo associado aos trabalhos sobre formação histórico-culturais, imigração ou comércio exterior (MAIA, 1968). Alguns tomadores de decisão pensavam como Oswaldo Aranha (influyente nos anos 1930 e parte dos 1940) e desejavam uma representação em fóruns globais mais autônoma. O ex-chanceler era a favor de uma comunidade das nações de América Latina, África e Ásia, a favor de uma política de “destino mundial” do país, que flertava com o neutralismo e zelava pelo desenvolvimento (ALENCASTRE, 1961). Logo, desde os anos 1940 o espaço não-europeu e não-americano passa a figurar entre os cálculos estratégicos do Brasil. Todavia, quando se formava a Organização das Nações Unidas, a orientação primeira era de acompanhar a posição dos Estados Unidos; o que era feito com vistas a assegurar presença como um membro permanente no futuro Conselho de Segurança, e amealhar outras vantagens (GARCIA, 2011). Nutria o Brasil dos anos 1940 e 1950 uma ilusão de que a postura alinhada geraria recompensas, tendo em vista cálculo para alcançar objetivos vis-à-vis as limitações, por vezes isso dava-se em

discursos que enfatizavam o caráter precário do país, e por vezes miravam as plenipotencialidades ilusórias (MOURA, 1991).

Somente com o início do governo Jânio Quadros se rompe com a diretriz de seguir as Américas e/ou os Estados Unidos sempre que possível. Isso gerava uma ambiguidade e/ou um silêncio na relação com os países que lutavam por sua independência, e, ao mesmo tempo, uma postura ambígua ou condescendente com a dominação colonial. Os posicionamentos globais do país começavam a mudar, conforme alguns atos da administração federal começavam a ser tomados, e paulatinamente construíam-se alguns consensos com países afro-asiáticos. O principal e primeiro a ser trabalhado pela gestão Afonso Arinos foi voltado para uma transição de poder (de colônia a país independente) nos novos parceiros que fosse pacífica e consolidasse a descolonização. Com a África demoravam as decisões pela proximidade que o país teve, nos anos 1940 e 1950, sobretudo, com as potências que por lá administravam suas colônias.

José Flávio Sombra Saraiva (1994) identifica uma transição de uma fase de “silêncio”, tal como fora até os anos 1960, e de sessenta em diante a construção da afirmação das relações; e que 1961 foi o ponto de inflexão para forjar uma política africana. Durante a Era Vargas (1930-1945) construíram-se ensaios de aproximação com o continente: o acordo de 1931 com a Inglaterra que demandava a inclusão de territórios ultramarinos dela no comércio; o relatório do Itamaraty sobre a África de 1933 – ambos sob a chancelaria de Afrânio de Melo Franco – e o envio de Vasco Leitão da Cunha para avaliar a possibilidade de instalação de consulado na Argélia em 1942, durante a II Guerra Mundial (AGUIAR, 2018f). A essa onda africanista segue a escolha de criar legação em 1947 na África do Sul, sendo condescendente com o apartheid, e as votações e acordos que empoderavam as potências coloniais, mesmo com a descolonização em curso. Foi ao longo dos anos 1960 e 1970 que as exportações brasileiras abandonaram o foco nos sul-africanos e se pluralizaram dentro do continente (SARAIVA, 1994). Os primeiros passos são tomados ainda na época da Política Externa Independente.

O sequestro do navio Santa Maria representa um ponto de virada na posição brasileira frente à Europa, tal como relata Barbosa (2013). Em 24 de janeiro de 1961 o capitão Galvão e o comandante Sottomayor sequestram em território venezuelano o navio citado, para pressionar Espanha e Portugal a se democratizarem. Queriam partir para Angola e sublevar-se por lá, mas precisavam se abastecer no Brasil antes. O impasse durou dias, e em 1º de fevereiro, já empossado, Jânio não apoia a manobra de Galvão, mas, por motivos legais e humanitários diz que acolheria a tripulação no país e daria asilo aos insurgentes se eles quisessem. No início de março o impasse se resolvia com o desembarque dos insurgentes e tripulantes em Pernambuco.

Com os países bálticos o Brasil assumira posição complexa. A Circular 3.858 de 16 de março de 1961 que o país “resolveu dar por encerradas desde 11 de março (...) [de 1961], as suas relações com as legações da Lituânia, Letônia e Estônia e não reconhecer, a partir daquela data, quaisquer atividades oficiais das mesmas e das [suas] repartições (...)”³⁸. Permitem atividades não-oficiais a título pessoal, assim como a permanência no território aos representantes e agentes. Comunica ainda que apesar da medida, permanece inalterada a posição crítica sobre a anexação dos três países pela URSS. No dia 21 de março, conforme a Circular 3.876 emitida sete dias depois, foram trocadas notas para restabelecimento de relações com Hungria e Romênia e para o estabelecimento de relações com a Bulgária, onde se criaria uma nova legação³⁹. Em suma, expandia-se o Brasil na Europa Oriental.

Com a Europa destacaram-se também as missões que tratavam de assuntos econômicos. Na Europa Ocidental, a Missão de Roberto Campos “negociou com 53 bancos particulares e oito bancos centrais, em nove países, conseguindo reescalonar para um período de dez anos dívidas vigentes entre 1961 e 1965, num total de cerca de 316,18 milhões de dólares de compromissos cambiais” (BARBOSA, 2013, p. 127). A Ata de Paris, de maio de 1960, era o documento que reconhecia a confiança dos europeus na estabilização brasileira. A estratégia apurada de se conduzir negociações internacionais frente a bancos e países que pressionavam o Brasil por suas dívidas, através das missões, em combinação com a expansão de relações comerciais com outros países deu resultados substantivos. O país experimentava crescimento econômico, apesar do início de uma espiral inflacionária que progressivamente azedou a relação dos governos com o povo. De acordo com dados de Fernando de Mello Barreto (2001, p. 239-240), o Brasil cresceu 8,6% em 1961 e a exportação cresceu, de 1961 a 1962, de 1,27 bilhão para 1,4 bilhão, descontados os valores de exportação, o período foi de balança comercial favorável em torno de cem milhões de dólares, algo extremamente positivo naquela época.

Na União Soviética, tem início em maio a missão brasileira chefiada pelo Embaixador Paulo Leão de Moura, com caráter comercial, contudo incluindo a perspectiva de reatamento diplomático. Com relação ao mundo socialista, em julho Quadros envia memorando a Melo Franco, para que o segundo reatasse relações diplomáticas com a União Soviética, medida

³⁸ Circular 3.858, do MRE para as missões diplomáticas, delegações junto aos organismos internacionais e repartições consulares, DPo/920.(42)(90a), 16 de março de 1961. Descrição: “Relações com os representantes bálticos no Brasil.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

³⁹ Circular 3.876, do MRE para as missões diplomáticas, delegações junto aos organismos internacionais e repartições consulares, DPo/920.(42)(87)/920.1(42)(94)/920.(42)(91)/300.12, 28 de março de 1961. Descrição: “Restabelecimento de relações diplomáticas com a Hungria e Romênia e estabelecimento de relações com a Bulgária.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

vetada por gestões anteriores pois desde 1947 essa ideia suscitava fortes reações de alas mais radicais da direita. Conforme Arinos Filho (2001), a missão de João Dantas à Europa Oriental era de caráter não-oficial⁴⁰, enquanto a de Roberto Campos à Europa Ocidental era oficial; e, de acordo com a Doutrina Hallstein da República Federal Alemã, qualquer país que reconhecesse a República Democrática Alemã estaria de relações cortadas com a primeira.

Assim sendo, Dantas não poderia comunicar aos jornais, como fez, nenhum acordo comercial com alemães orientais, ainda mais em missão não-oficial, pois isso prejudicaria a outra missão. Ao saber do ocorrido, Vasco Leitão da Cunha, Secretário-Geral do Itamaraty pressionado por Campos, incorre em indisciplina em 31 de maio, pois, sem o conhecimento da presidência e do chanceler, emite comunicado oficial do MRE dizendo que Dantas não cumpria função diplomática na Alemanha Oriental e nada podia assinar. A imprensa brasileira tomou conhecimento e irradiou a novidade. No mesmo dia, a carta de demissão do Embaixador Leitão da Cunha passa a obstaculizar apoios ao governo. Para complicar a situação, em 13 de agosto de 1961 foi erguido o Muro de Berlim, que levaria trinta anos para ser posto abaixo, simbolizando o início do fim da Guerra Fria na Europa.

De acordo com Afonso Arinos, ele estava cotado para assumir a pasta das Relações Exteriores, mas a UDN, seu partido, preferiu assegurar a pasta de Viação e Obras Públicas, enquanto a ele foi destinado papel em instâncias multilaterais (FRANCO, 1968). Assim foi durante o gabinete Tancredo Neves, só voltando no Gabinete seguinte, o de Brochado da Rocha. Antes do fim do governo Jânio Quadros, o chanceler indica San Tiago Dantas para representar o Brasil na ONU; mas, com a renúncia, o que se dá é o inverso, o petebista vira ministro das Relações Exteriores e o udenista vira o representante nas Nações Unidas.

3.2. Gestão San Tiago Dantas, Gabinete San Tiago Dantas, Gabinete Tancredo Neves (09/1961 – 07/1962)

No Brasil, o regime parlamentarista, em que o chefe de governo é chancelado por obter maioria no Congresso e o aval do presidente (chefe de Estado, com poderes mitigados), foi uma realidade em dois moldes. Por quase quatrocentos anos imperou o regime monárquico, a

⁴⁰ Posteriormente, em novembro de 1961, cogitou-se criar nova missão com a chefia de João Dantas, para tratar questões econômicas, fomentada por crédito do BNDE e contando com representantes de três Ministérios: Indústria e Comércio; Fazenda e Relações Exteriores. A missão especial receberia instruções especiais.

princípio assumindo o sistema político português, e depois de ser colônia, no Império de Dom Pedro I e Dom Pedro II, manteve-se o sistema, com alterações. Esse modelo durou de 1500 a 1889. Já segundo tipo de parlamentarismo surgiu durante o período analisado na tese, vigente de setembro de 1961 a janeiro de 1963, a apreciação das decisões se dava nas reuniões do Conselho. Inicialmente o ministro responsável expunha o assunto, havia em seguida uma deliberação coletiva e posteriormente a ação ministerial; iterativamente, o resultado era exposto nas reuniões. Estabelecida a nova forma de governo com a Emenda Constitucional n. 4 de 2 de setembro de 1961⁴¹, que instituía o “Sistema Parlamentar de Governo”, o ordenamento jurídico regravava as práticas executivas da seguinte forma:

CAPÍTULO II – Do Presidente da República

Art. 2º O Presidente da República será eleito pelo Congresso Nacional por maioria absoluta de votos, e exercerá o cargo por cinco anos.

Art. 3º Compete ao Presidente da República:

I – nomear o Presidente do Conselho de Ministros e, por indicação dêste, os demais Ministros de Estado, e exonerá-los quando a Câmara dos Deputados lhes retirar a confiança;

II – presidir às reuniões do Conselho de Ministros, quando julgar conveniente;

III – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;

IV – vetar, nos termos da Constituição, os projetos de lei, considerando-se aprovados os que obtiverem o voto de três quintos dos deputados e senadores presentes, em sessão conjunta das duas câmaras;

V – representar a Nação perante os Estados estrangeiros;

VI – celebrar tratados e convenções internacionais, ad referendum do Congresso Nacional;

VII – declarar a guerra depois de autorizado pelo Congresso Nacional ou, sem essa autorização, no caso de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas;

VIII – fazer a paz com autorização e ad referendum do Congresso Nacional;

IX – permitir, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território do país, ou, por motivo de guerra, nêle permaneçam temporariamente;

X – exercer, através do Presidente do Conselho de Ministros o comando das Forças Armadas;

XI – autorizar brasileiros a aceitarem pensão, emprêgo ou comissão de governo estrangeiro;

XII – apresentar mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do país;

XIII – conceder indultos e comutar penas, com a audiência dos órgãos instituídos em lei;

XIV – prover, na forma da lei e com as ressalvas estatuídas pela Constituição, os cargos públicos federais;

XV – outorgar condecorações ou outras distinções honoríficas a estrangeiros, concedidas na forma da lei;

XVI – nomear, com aprovação do Senado Federal, e exonerar, por indicação do Presidente do Conselho, o Prefeito do Distrito Federal, bem como nomear e exonerar os membros do Conselho de Economia (artigo 205, § 1º).

Art. 4º O Presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, declarar procedente a acusação, será submetido a

⁴¹ O texto foi aprovado no Congresso com maioria folgada, vencendo por 233 a favor contra 55 votos contra.

juízo perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal nos crimes funcionais.

Art. 5º São crimes funcionais os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I – a existência da União;

II – o livre exercício de qualquer dos poderes constitucionais da União ou dos Estados;

III – o exercício dos poderes políticos, individuais e sociais;

IV – a segurança interna do país.

CAPÍTULO III – Do Conselho de Ministros

Art. 6º O Conselho de Ministros responde coletivamente perante a Câmara dos Deputados pela política do Governo e pela Administração federal, e cada Ministro de Estado, individualmente, pelos atos que praticar no exercício de suas funções.

Art. 7º Todos os atos do Presidente da República devem ser referendados pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro competente como condição de sua validade.

Art. 8º O Presidente da República submeterá, em caso de vaga, à Câmara dos Deputados, no prazo de três dias, o nome do Presidente do Conselho de Ministros. A aprovação da Câmara dos Deputados dependerá do voto da maioria dos seus membros.

Parágrafo único. Recusada a aprovação, o Presidente da República deverá, em igual prazo, apresentar outro nome. Se também este for recusado, apresentará, no mesmo prazo, outro nome. Se nenhum for aceito, caberá ao Senado Federal indicar, por maioria absoluta de seus membros, o Presidente do Conselho, que não poderá ser qualquer dos recusados.

Art. 9º O Conselho de Ministros, depois de nomeado, comparecerá perante a Câmara dos Deputados, a fim de apresentar seu programa de governo.

Parágrafo único. A Câmara dos Deputados, na sessão subsequente e pelo voto da maioria dos presentes, exprimirá sua confiança no Conselho de Ministros. A recusa da confiança importará formação de novo Conselho de Ministros.

Art. 10º Votada a moção de confiança, o Senado Federal, pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, dentro de quarenta e oito horas, opor-se à composição do Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O ato do Senado Federal poderá ser rejeitado, pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, em sua primeira sessão.

(...)

Art. 18º Ao Presidente do Conselho de Ministros ainda:

I – ter iniciativa dos projetos de lei do Governo;

II – manter relações com Estados estrangeiros e orientar a política externa;

III – exercer o poder regularmente;

IV – decretar o estado de sítio nos termos da Constituição;

V – decretar e executar a intervenção federal, na forma da Constituição;

VI – enviar à Câmara dos Deputados a proposta de orçamento; e

VII – prestar anualmente, ao Congresso Nacional; dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior.

Art. 19º O Presidente do Conselho poderá assumir a direção de qualquer dos Ministérios.

(SENADO FEDERAL, 2012, p. 111-112).

Nas Atas, enuncia-se quem estava presente na reunião que foi resumida, e as notas taquigráficas são mais detalhadas. A documentação produzida nessa estrutura mostra uma prática que é mais demorada do que a presidencial, mas em geral tem maior amparo e consenso. Cabe aqui reforçar que decisões em gabinetes dependem do tipo de assunto, do grau de urgência que se impõe para agir, e de sua relação com as imagens que se formam do ambiente internacional (HILL, 1991). Não é diferente nesse caso. Todavia, no sistema político brasileiro a Presidência seguia tendo muito impacto, inclusive por acumular o cargo de Presidente do

Senado, e por existir uma forte oposição ao parlamentarismo, demandando um retorno ao “*status quo ante*” institucional. Ainda que isso não pese tanto no gabinete analisado aqui, vai ser algo que paulatinamente sufocará o segundo momento parlamentarista do Brasil, ou, em outra chave de análise, a primeira (e única) experiência semipresencial brasileira⁴².

Geralmente, as sessões seguiam uma ordem do dia, falando do ministro que possuía maior urgência para expor ao que possuía menor. Após o ministério apresentar suas questões ao Conselho de Ministros, dava-se a decisão. O aceite da maioria dos ministros era demandado ocasionalmente e, quando pedido, dificilmente encontrava óbices. A decisão na mão do Premier ocorria em alguns casos que dependiam de seu assentimento. Era corriqueiro o Ministro sair do país e ser representado por seu adjunto. No caso de San Tiago Dantas, quem o substituía era o Secretário-Geral Renato Archer. Os registros das sessões se davam através de Atas e de Notas Taquigráficas, feitas por secretário com essa designação; trabalhou-se nessa tese com ambos os tipos de documentos. Olhando os documentos do Gabinete, observa-se alguns conceitos-chave do programa de governo que orientam a ação externa do país, retomados na sessão de 21 de setembro de 1961, quais sejam: desenvolvimento; estabilidade; integração; justiça social⁴³.

Devido ao primado da estabilidade, na reunião de 26 de outubro de 1961 são buscadas algumas formas de se evitar a inflação e o desequilíbrio orçamentário⁴⁴. O Itamaraty passa a ter que seguir os itens J e L do documento expedido na sessão de outubro, que previam, respectivamente o estímulo à exportação e a procura de novos mercados consumidores. O item D asseverava que nomeações de funcionários ex-ofício deveriam ser feitas somente em casos de extrema necessidade. A ordem de apresentação dos temas nessa seção acompanha a mesma que a anterior, e isso será mantido ao longo do capítulo. Logo, os assuntos multilaterais e globais serão abordados primeiro. Em maio de 1962, o Papa João XXIII recebeu o chanceler brasileiro⁴⁵, acompanhado do Embaixador Brasileiro na Santa Sé, e com eles conversou sobre temas vinculados ao Concílio Vaticano II e sobre suas encíclicas, em especial a *Mater et*

⁴² Devem ser incluídos aqui tanto os pedidos de esclarecimento, comuns nas duas casas legislativas, quanto as demandas para estar presente em momentos da política externa no exterior. Um exemplo foi o pedido de Auro de Moura Andrade para que existissem observadores das casas legislativas na VIII Reunião de Consulta, em Punta Del Este, algo que o chanceler Dantas vetou por não ser a prática corrente nesses fóruns, o que afetaria a rotina dos trabalhos e traria maiores despesas ao erário.

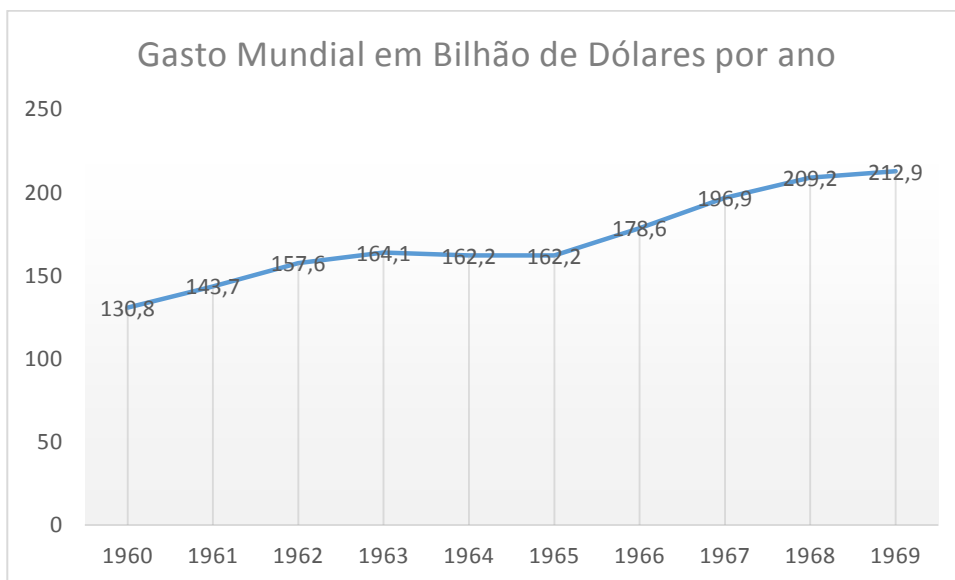
⁴³ Ata da 2ª reunião (21 de setembro de 1961). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas das Reuniões do Conselho de Ministros, p. 7-8. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, Arquivo Nacional.

⁴⁴ Ata da 8ª reunião (26 de outubro de 1961). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas das Reuniões do Conselho de Ministros, p. 32-37. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, Arquivo Nacional.

⁴⁵ “Recebido pelo Papa João XXIII o Chanceler San Tiago Dantas”. Circular n. 429 do MRE, de 21 de maio de 1962, Caixa 41, Pacote 1, Fundo San Tiago Dantas (Q.8), CODES, Arquivo Nacional.

Magistra. Após sublinhar a importância da consolidação da paz mundial, concedeu bênção apostólica aos presentes na reunião e ao povo brasileiro.

Figura 1 - Evolução dos gastos em armamentos nos anos 1960



Legenda: dados em SIPRI, 1976, p. 12.
Elaboração pelo autor, 2018.

A marcada atuação em prol do desarmamento e da paz por Afonso Arinos provavelmente foi fator para o sucessor San Tiago Dantas o escolher como o representante brasileiro na ONU e na Conferência para o Desarmamento. A busca de ambos (e dos que os seguiriam) se deu em um contexto difícil como pode-se ver no gráfico anterior (Figura 1 - “Evolução dos gastos em armamentos nos anos 1960”).

A efetiva corrida armamentista que marcou a finda década, assim como novos tipos de conflitos. No mesmo estudo citado, dizia-se que no ano de publicação da obra, o gasto em armamentos era equivalente ao Produto Interno Bruto de 65 países de América Latina e África; em 1960, por exemplo, por volta de um terço dos gastos era dos países do Pacto de Varsóvia, pouco mais de 60% era gasto pelos membros da OTAN, e menos de 10% era o gasto dos demais (SIPRI, 1976). O cenário era de desigual desenvolvimento de armas de destruição em massa, bipolaridade, corrida armamentista, e disputa Leste-Oeste; apesar de avanços ao longo dos anos sessenta em zonas desnuclearizadas, em banimento de testes nucleares e do uso de energia nuclear para fins pacíficos, ainda era possível progredir mais (BENNETT; OLIVER, 2002). Já existia desde 1925 a Convenção de Genebra contra armas químicas e biológicas, assim como já existiam reuniões para o desarmamento desde os anos 1930, mas um novo tratado com esse conteúdo surgiu somente em 1972.

Conforme observa-se em trabalho da agência das Nações Unidas para o desarmamento é do impasse criado entre os Planos Baruch e Gromyko que surgira a ideia de criar um Comitê de Desarmamento com Reino Unido, França, EUA, Canadá e URSS, funcionando de 1952 a 1957, mas veio novo impasse entre controle de armas e desarmamento nuclear (UNIDIR, 1985). Em março de 1960, após acordo em Berlim no ano anterior, criou-se o Comitê dos Dez, que, além dos membros originais, incluiu: Itália, Bulgária, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia. Passou a existir um equilíbrio entre capitalistas e comunistas, mas em maio de 1960 o incidente do U-2 fez com que a nova configuração não mais existisse. Em dezembro de 1961, nos marcos da XVI Assembleia Geral das Nações Unidas é criado o Comitê dos 18, agregando, além dos membros do Comitê dos Dez, oito novos membros que não se diziam nem socialistas à moda soviético e nem capitalistas ocidentais à moda euro-norte-americana, eram eles: Brasil, Burma, Etiópia, Índia, México, Nigéria, Suécia e República Árabe Unida⁴⁶. Desde 1969, o foro multilateral se ampliou e passou a chamar-se Conferência do Comitê sobre Desarmamento.

Nas Nações Unidas, o embaixador brasileiro Afonso Arinos interligava a paz – logo o desarmamento – com justiça e dignidade humanas, leia-se também desenvolvimento; ao que era indissociável da autodeterminação, *et pour cause*, do anticolonialismo e do antirracismo (ARINOS FILHO, 2001, p. 253-295). Nesse cenário internacional, a chancelaria brasileira designa o veterano do multilateralismo e das lides parlamentares Afonso Arinos para a chefia da delegação brasileira na Conferência de Desarmamento de Genebra⁴⁷. Aqui encontra-se uma postura multilateral aliada ao Direito (reafirmando a importância de tratados para promover o controle), que buscava tirar o processo decisório da paralisia acarretada pela estagnação na relação bipolar; e para isso sublinhava a existência da confiança necessária para erradicar potenciais ofensivos às soberanias (ARINOS FILHO, 2001, p. 297-345).

Naquele momento, Melo Franco propunha a criação de um sistema de vigilância e controle que pudesse viabilizar acordos entre as superpotências de modo a reduzir o arsenal. Lá, o representante falou que liberdade de imprensa, opinião e pensamento diferia da tentativa de dominar a expressão, tal como nas propagandas a incitar guerra e violência. Essas deveriam

⁴⁶ A República Árabe Unida (RAU) foi instituída em fevereiro de 1958, principalmente como consequência do alinhamento entre o baathismo, corrente política encontrada tanto no Egito quanto na Síria. Todavia, nos anos 1970, a aliança dos dois países em uma única república começa a ruir, e da RAU surgem novamente os dois países que existiam antes da aliança. O posicionamento da RAU era não-alinhado, mas não necessariamente os dos demais participantes do Comitê dos 18, a Suécia por exemplo era neutra, e o Brasil, independente.

⁴⁷ Conforme observado no Relatório provisório de março de 1962, a delegação tinha 14 integrantes, entre eles estavam o então Secretário-Geral Carlos Alfredo Bernardes, o Secretário Adjunto para Assuntos de Organismos Internacionais João Augusto de Araújo Castro, e outros como o isebiano Oscar Sotto Lorenzo Fernandes e o secretário Dário Moreira de Castro Alves, que assessorou Goulart em sua Mensagem ao Congresso daquele ano.

ser vedadas. Relembra nos discursos a prévia existência de normas na LDN e na ONU, do Pacto Briand Kellog e da Unesco como antecedentes para o pacifismo que se colocava. A solução de controvérsias por arbitragem era desejada, pois o Direito serviria como técnica de conciliação.

Desde 14 de março de 1962 o esmero é pela proibição de testes nucleares e pelo apoio ao uso pacífico de energia atômica. Esperava-se alcançar aos poucos o desarmamento geral e completo. Um primeiro passo foi dado com o memorando de 16 de abril de 1962, das Oito Potências Não-Alinhadas (leia-se nem de do Pacto de Varsóvia, nem da OTAN), que propunha prescrever testes de armas atômicas em mar, na atmosfera, ou subterrâneo (idem, p. 306). De acordo com Melo Franco (1968, p. 200-204), foi na conversa com seu conterrâneo chanceler que adveio a ideia de construir-se uma zona desnuclearizada na América Latina.

Após a morte de Dag Hammarskjöld em acidente de avião, assume como Secretário-Geral o birmanês U Thant na condição de interino. Desde então, o Brasil apoia a eleição do interino como efetivo no cargo. Na XVI Assembleia Geral das Nações Unidas, abriam os debates o Brasil a discursar na voz de Afonso Arinos, com as seguintes palavras:

O mundo não está somente dividido em Leste e Oeste. Esta separação ideológica faz esquecer a existência de outra divisão, não ideológica mas econômico-social, que distancia o hemisfério Norte do hemisfério Sul. Se a aproximação entre Leste e Oeste poderia ser atingida em termos de acomodação ideológica, a diminuição da enorme diferença entre Norte e Sul só será alcançada planejadamente, através do auxílio eficaz dos países desenvolvidos do Norte aos povos subdesenvolvidos do Sul. (...) O pacifismo, hoje, se confunde com o respeito ao nacionalismo. Ou construímos a paz na base da aceitação da livre determinação dos povos, ou transformamos o nacionalismo em um pretexto de guerras, que só servem ao expansionismo da opressão econômica ou ideológica. (...) a única forma capaz de liquidar a guerra fria e de afastar a guerra total. A autodeterminação significa o fim do colonialismo, que do colonialismo oceânico, quer do colonialismo contíguo, o termo da opressão política, econômica, ideológica e racial e a vitória da paz. Mas, a autodeterminação, para ser autêntica pressupõe o livre exercício da manifestação popular, pela única forma que é possível, a da apuração majoritária. (...) O Brasil, antiga colônia, está construindo uma nova civilização, em território largamente tropical, habitado por homens de todas as raças. Seu destino lhe impõe, assim, uma conduta firmemente anti-colonialista [sic] e anti-racista. [sic] (...) O problema de Berlim não se separa da autodeterminação da Alemanha Oriental. A migração de refugiados é prova dessa espécie de neocolonialismo. (...) Desvinculado de quaisquer interesses ou preconceitos, o Brasil se empenhará, dentro das Nações Unidas, pela autodeterminação dos povos, contra todos os colonialismos, contra o racismo, pelo progresso social e o desenvolvimento dos países atrasados, principalmente os da América Latina, pela liberdade democrática dentro da verdadeira coexistência e pela paz entre os homens, sob a proteção de Deus. (FRANCO, 1995, p. 143-146, passim)

Lutou durante os trabalhos pela descolonização, mormente nos casos de Argélia e Angola. O Brasil tentou articular posições conjuntas em prol do desenvolvimento, orquestrando posições latino-americanas. Com a região latino-americana, articula paulatinamente a

construção de uma zona desnuclearizada, algo que somente se tornaria efetivo com o Tratado de Tlatelolco, anos depois (ARINOS FILHO, 2001, p. 269-272).

Na Circular 4.263 de 11 de abril de 1962, um Ofício Reservado⁴⁸, o MRE faz circular entre suas missões, delegações e repartições o documento preparado pela SUMOC a embasar posições no GATT. Outro documento de caráter reservado apresenta um esboço de projeto que surgiu no comitê das Nações Unidas voltado para o desenvolvimento, que teve participação e apoio do Brasil, entre outros países. Esse não é fato fortuito, pois a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), agência onusiana desde 1985, surgia como programa somente em 1966. No mesmo ano de fundação do UNIDO, foi criado Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas (UNCDF), e um ano antes, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. No documento fundador, dizia-se que o objetivo da iniciativa era ampliar o fluxo de capital e a assistência técnica para produção do desenvolvimento. Pode-se observar uma posição articulada ainda na gestão anterior, amadurecida e discutida já durante a chancelaria de San Tiago Dantas.

Em setembro de 1961 ocorrera a I Conferência dos Países Não-Alinhados, e Afrânio de Melo Franco Filho foi a Belgrado na condição de observador brasileiro. Ainda que existissem embaixadores contra essa medida, tais como os ex-chanceleres que escreveram contra a PEI nos jornais, havia os favoráveis, tais como Bezerra de Menezes⁴⁹ (1961) ou Amílcar Alencastre (1961). Mantinha-se a diretriz de aproximar-se de Ásia, África e de países socialistas, conforme planejado por Jânio Quadros⁵⁰. José Honório Rodrigues (1964) considerava o Pan-Asiatismo, o Pan-Africanismo e o Afro-Asiatismo como formas de reação periférica à “solidariedade europeia” que tentava manter intacto o colonialismo ou dar a ele uma roupagem mais moderna.

Pensando no desenvolvimento o Brasil foi um dos que integrou desde sua origem na Costa do Marfim em 20 de janeiro de 1962, a Aliança dos Países Produtores de Cacau. Em dezembro de 1961, a delegação da 32ª sessão do ECOSOC é composta pelo chefe Afonso

⁴⁸ Circular 4.263 (Ofício Reservado), do MRE para as missões diplomáticas e às delegações junto a organismos internacionais. DPC/DPB/DOA/660.(04), 11 de abril de 1962. Descrição: “GATT. Consultas com o Brasil. Restrições a importações.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/15.

⁴⁹ No mesmo ano, Adolpho Justo Bezerra de Menezes (1961) publicou livro defendendo a atuação do Brasil na Ásia e na África tendo em vista o potencial de comércio exterior que ambos possuíam, o cenário de ascensão econômica da República Popular da China, e a crescente importância do petróleo nas relações internacionais. Ao fim, sugere que o Brasil deveria se tornar uma potência de mediação, a minorar a “visão maniqueísta do mundo”.

⁵⁰ E diferindo, portanto, de governos anteriores. Um exemplo foi quando na XII AGNU (1957), o Brasil votou contra a Indonésia (a demandar independência) e a favor da Holanda (potência colonial) no caso da Índia Ocidental (Nova Guiné Ocidental). Alegou não estar a favor do colonialismo, mas proferindo o voto esperando que fosse entregue à Corte Internacional de Justiça o problema.

Arinos e pelos diplomatas Geraldo Carvalho Silos e Eurico Penteado. Nessa época, João Frank da Costa e João Médicis são demandados pelo chefe de delegação, ao que San Tiago Dantas nega cedê-los, uma vez que eles atuariam em defesa do projeto de reforma do Itamaraty, que previa o aumento no número de vagas no MRE, com mais 130 lugares para ingressantes na carreira diplomática. Compondo uma grande estratégia em prol do fortalecimento do multilateralismo, e, ao mesmo tempo, buscando a inclusão nacional nos meandros desses foros, optou-se pela candidatura no Conselho da Aviação Civil Internacional, que seria realizada em agosto de 1962; a Circular 4.239 de 22 de março de 1962 conclama as missões para que envidem esforços nessa direção⁵¹. O mesmo poderia ser dito sobre a candidatura em maio de 1962 ao Conselho Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁵². São recorrentes nessa gestão e nas demais analisadas nessa tese a existência de eventos especializados que cruzam as competências do Itamaraty com as de outros Ministérios⁵³.

A primeira orquestração americana do chanceler se dá com o governo argentino em novembro de 1961 (DANTAS, 1962c, p. 29-41). Discursou em Buenos Aires na mesma faculdade onde Rui Barbosa discursara sobre direito internacional e neutralidade a 14 de julho de 1916. Enquanto o imortal baiano demandava uma posição conjunta das Américas em prol dos princípios que encarnavam as potências ocidentais então, o chanceler do Gabinete Neves propunha a integração e a defesa do desenvolvimento com democracia para contrapor-se ao mundo de antagonismos⁵⁴. A “Declaração San Tiago Dantas – Cárcano” refletia isso, reafirmando princípios comuns e sublinhando a importância do sistema interamericano, e,

⁵¹ Circular 4.239, do MRE para as missões diplomáticas brasileiras nos países que são membros da OACI, excluindo-se as missões em Copenhague, Estocolmo, Oslo, Haia, Roma, Paris, Berna. DTC/ONU/DAI/688.(04), 22 de março de 1962. Descrição: “OACI. Eleição para o Conselho. Pedido de apoio à candidatura do Brasil.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/15.

⁵² Circular 4.288, do MRE às missões diplomáticas. DOA/ONU/650.42(04)/300.12, 4 de maio de 1962. Descrição: “OIT. Eleição para o Conselho Administrativo. Pedido de apoio à candidatura do Brasil.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/15.

⁵³ Para ficar somente nos que foram mencionados em circulares do Itamaraty, ocorreram durante a gestão San Tiago Dantas no Brasil: VII Conferência Regional da FAO; XI Conferência Internacional de Serviço Social (cujo tema era Desenvolvimento da Comunidade Urbana e Rural); II Mesa Redonda Pan-Americana de Arquitetura; Exposição Internacional de Aeronáutica e Espaço; Congresso Internacional de Medicina Tropical e Malária; III Congresso Médico Mundial de Homeopatia e o XXXIII Congresso Médico Pan-Americano de Homeopatia. Nos casos citados, observa-se que a aproximação se fazia necessária com outros ministérios listados a seguir: Aeronáutica; Trabalho; Agricultura; Saúde; Educação e Cultura; Viação e Obras Pública.

⁵⁴ Curiosamente, em ambos os casos a Argentina possuía governos da União Cívica Radical. Em 1916 a presidência argentina era de Hipólito Yrigoyen, e em 1961 era Arturo Frondizi. Ambos contaram em momentos de sua vida política com apoio de intelectuais/políticos progressistas a fomentar ideias, como Leandro Além no primeiro caso, e, no segundo caso, Rogelio Frigerio. As políticas da UCR intransigente, grupo interno dos cívico-radicais vinculados ao Frondizi, eram de caráter desenvolvimentista.

portanto, entendendo os direitos internacionais como invioláveis. Nesse documento se defende o banimento de testes nucleares e defende-se o desarmamento, a não-proliferação atômica, e postula-se uma coordenação regional em prol do desenvolvimento. Ali assinaram os Convênios de extradição e de assistência judiciária gratuita.

No dia 8 do mês seguinte, o Comunicado Conjunto Brasil-Uruguai igualmente reafirma a democracia representativa, a não-intervenção, a autodeterminação, e a amizade entre países latino-americanos. Demanda que “na ONU e outros organismos” seja representado “o pensamento coletivo e a vontade unânime do continente”, reiterando repúdio a todos os extremismos (DANTAS, 1962c, p. 254). Brasília e Montevideo se comprometem com o desarmamento progressivo, com a integração regional voltada para o desenvolvimento, e criam um sistema de consulta entre ambas as chancelarias. Alinhado a isso, verifica-se em janeiro de 1962 o pedido da Secretaria de Estado de Relações Exteriores para que fossem recolhidas informações sobre os programas de desenvolvimento dos/nos países latino-americanos, e as opiniões regionais sobre as integrações econômicas e as concertações políticas⁵⁵. Além dessa missão dada aos diplomatas acreditados no continente americano, demandava-se a aplicação de questionário a membros dos governos dos países onde havia representação brasileira. O que incluía tentar conhecer melhor sobre planejamento socioeconômico, assistência técnica e investimento externo para desenvolvimento, o estado das reformas estruturais, de programas e de metas em educação e saúde. Todavia, o tema mais candente no que se refere às relações americanas (e/ou da gestão como um todo) talvez seja a participação do Brasil no conclave da Organização dos Estados Americanos a discutir qual o status de Cuba no órgão internacional.

Isso foi precedido de opiniões contrastantes na sociedade, que ora apoiava o governo de Fidel Castro, ora o criticava. Em 17 janeiro 1962, quatro ex-chanceleres do Brasil – José Carlos de Macedo Soares, João Neves da Fontoura, Vicente Rao, Horácio Lafer – publicam nota no Jornal O Globo a favor da exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos. Nesse mesmo ano, há um abaixo-assinado com mais ou menos trezentas assinaturas, mas sem o registro de identidade ou de nome completo, pedindo para que fossem aprofundadas as relações com Cuba. Em algumas sessões do Gabinete a questão cubana foi abordada.

Em 14 de setembro de 1961, conforme lavrado em ata:

Decidiu-se manter, em relação a Cuba, a mesma atitude de defesa dos princípios de não-intervenção e de autodeterminação. Aprovou-se, também, fôssem preservados e

⁵⁵ Circular 4.172, do MRE para as missões diplomáticas nas repúblicas americanas e delegações junto a organização dos estados americanos, DEA/DAS/DAC/DAM/656.(26), 10 de janeiro de 1962. Descrição: “Aliança para o progresso. Informações sobre o esforço geral de programação.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/15.

prosseguidos os estudos e programas da “Aliança para o Progresso”, do Presidente John Kennedy, tais como foram definidos na Conferência de Punta Del Este e que condicionam a aplicação dos recursos a serem fornecidos pelos Estados Unidos da América aos países latino-americanos de regime democrático. (ATA de 14 de setembro de 1961, Conselho de Ministros, Gabinete Tancredo Neves, p. 1).

Em janeiro de 1962, pouco antes da VIII Reunião de Consulta começar, três ministros – Gabriel Passos; Armando Monteiro e Virgílio Távora – fazem discursos no gabinete contra a condenação de Cuba no órgão internacional⁵⁶. As orientações para a delegação vinham embasadas em documentos pretéritos, vinculados ao sistema interamericano. Em 1960, o Brasil havia rompido relações com a República Dominicana, e o dissabor manteve-se até a intervenção americana no país, a qual aderiria o Brasil em 1965, já em outro contexto nacional. Naquele momento, embasava-se a decisão: na Carta da OEA e no TIAR que zelavam pela segurança hemisférica; na Resolução VIII da IV Reunião de Consulta, a afirmar como incontornável o fortalecimento segurança interna; na Resolução XXXII da IX Conferência Interamericana que demandava a preservação e a defesa da democracia na América; na Declaração de São José de Costa Rica, através da qual não se aceitavam quaisquer intervenções extracontinentais; e, sobretudo, na Resolução XCIII da X Conferência Interamericana, que previa a solidariedade para a preservação da integridade política dos estados americanos contra a intervenção do comunismo internacional. Em 16 de abril de 1961, a pátria de Fidel Castro se declarava comunista pelo rádio, no contexto da invasão da Baía dos Porcos⁵⁷.

Era esperado que países americanos passassem a ter atitude hostil à ilha, devido às normas interamericanas; mas o Brasil pensava alternativas. Ramiro Saraiva Guerreiro em Memorando Confidencial de 8 de maio de 1961⁵⁸ analisava a situação em Cuba, já configurada para ele como uma ditadura socialista (GUERREIRO, 2007). Nesse documento desaconselha

⁵⁶ Ata da reunião de 11 de janeiro de 1962. BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas das Reuniões do Conselho de Ministros, p. 38-39. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, Arquivo Nacional.

⁵⁷ A sucessão de eventos na relação entre EUA e Cuba e da ilha com a União Soviética explicam em certo sentido as razões para Cuba se afastar paulatinamente do bloco ocidental. Em fevereiro de 1960 Cuba e URSS assinam acordo de comércio, no mês seguinte há reclamação insular sobre intervenção yanque na política interna, ainda no segundo semestre há a assinatura de um acordo militar cubano-soviético. Em julho, os cubanos expropriam todas as propriedades norte-americanas e os yanques impedem a importação de cana-de-açúcar do país caribenho. Entre agosto e setembro todas indústrias, bancos e empresas agrícolas são nacionalizadas pelo governo de Havana. Em janeiro de 1961 as relações estavam rompidas. De 15 a 19 de abril os Estados Unidos dirigem um plano para desestabilizar Cuba, com ataque aéreo e invasão desde a Baía dos Porcos, mas o governo de Fidel Castro debela a invasão e se fortalece no poder após a mesma. Guatánamo seguia sendo uma base dos Estados Unidos na ilha, e até o término de redação da tese assim permaneceu. De acordo com Jorge Domínguez (1993), o período que vai de 1959 a 1962 é o de consolidação do poder revolucionário, desde então até fins dos anos oitenta a ilha caribenha investiu em uma política externa globalmente ativa em prol do ideário comunista.

⁵⁸ Memorandum Confidencial MRE a SERE, DPo/204/920.(22)(24h) de 8 de maio de 1961. Fundo San Tiago Dantas (Q.8), CODES, Arquivo Nacional.

apoiar qualquer intervenção, por gerar efeitos inúteis, e entende como mais interessantes ações psicológicas e a ruptura de relações. Por ter se desligado do sistema interamericano, o melhor a se esperar seria a “iugoslavização” de Cuba, mas de acordo com ele, Fidel Castro “e sua gente têm o selo dos cristãos novos e uma política de relativa independência, ou mesmo neutralismo, exige um grau de autocontrole e frieza que parece não existir” (idem, p. 74).

Em 14 de outubro de 1961, um boletim confidencial emitido pelo MRE (sem assinatura⁵⁹), compara o “caso finlandês” com o “caso cubano”. Ali se observa que o argumento passa a ser criar condições para a “neutralização” de Cuba, agora não sob os moldes da Iugoslávia, mas no perfil da Finlândia. Isto é, propunha-se que a ilha fosse isolada dos conflitos globais, que tivesse assegurada sua soberania e autodeterminação. Os Estados Unidos renunciariam a Guantánamo, da mesma forma que a União Soviética renunciou à base naval que tinha em território finlandês. A costura da paz na região passaria por uma sucessão de documentos legais, emitidos a cada etapa dos acordos e da perspectiva que tanto a grande potência quanto o Estado mais fraco na relação cederiam, em prol de uma melhor convivência. Essa foi a tese sustentada pelo chanceler na reunião.

A maior delegação era a brasileira, com quase trinta membros, contrastando com a maioria das demais, com quase vinte. As posições foram debatidas amplamente, e, em 12 de janeiro de 1962, San Tiago Dantas fez alocução aos chefes de missão dos estados americanos. Lá, o Brasil sustenta que a ação armada faria ruir os laços de confiança mútua do sistema, ampliaria a radicalização e não produziria os resultados cobijados. Contudo, a infiltração subversiva/ideológica deveria ser combatida. Frente a isso, o primeiro passo seria buscar a cooperação, e só em último caso se aplicariam sanções. Existiam algumas propostas em jogo, como a colombiana, postulando intervenção conjunta interamericana sobre Cuba, criação de um comitê de vigilância, e ruptura de relações da ilha caribenha com as “potências extracontinentais”. Os EUA sinalizavam apoio à proposta da Colômbia, mas queria que Cuba abandonasse o comunismo, caso contrário, todos países americanos deveriam romper relações com a ilha. A Argentina apoia também, indo contra a criação de mais um comitê, pois já bastaria a reunião de chanceleres, demandando presença de técnicos a discutir os problemas

⁵⁹ Boletim Confidencial n. 19/20, “O Caso Finlandês” – tentativa de paralelo com o “caso cubano”. 14 de outubro de 1961. Caixa 34, Pacote 3. Fundo San Tiago Dantas (Q.8). CODES, AN. Talvez pelo fato de esse boletim ter caráter confidencial, não se observa o autor do mesmo. Todavia, quando questionado em depoimento biográfico ao CPDOC se a ideia de “finlandização de Cuba” era sua, Vasco Leitão da Cunha diz: “É lógico” (CUNHA, 2003, p. 236). Mesmo tomando esse fato como premissa, pode-se dizer que o Embaixador conseguiu convencer San Tiago Dantas dessa argumentação, pois em documentos posteriores a tese é retomada.

continentais. Cuba faz memorando defendendo seu direito à autodeterminação. A proposta vitoriosa foi construída ao longo das sessões, no sentido de expulsar Cuba da OEA.

Como resultado final, em 31 de janeiro de 1962, Cuba fora excluída da OEA e da Junta Interamericana de Defesa por ser considerada comunista (marxista-leninista), e declarava-se suspenso todo comércio de armas com a ilha. Enquanto a maioria vota favorável a esse encaminhamento, Brasil se abstém amparado nos argumentos da não-intervenção e da autodeterminação, junto com: Argentina; Bolívia; Chile; Equador e México. Durante o debate, considerava-se que o Haiti votaria conforme os demais países que se abstiveram, mas na hora da votação, mudou de lado e declarou-se favorável.

Como interpretar as relações Brasil-Cuba nesse contexto? Para Gustavo Bezerra (2010), entre 1959 e 1964 houve convergência e cooperação, até o 31 de março de 1964 que inaugurou uma década de relações rompidas e confronto (BEZERRA, 2010). De fato, o restabelecimento de relações ocorreu somente em 1986, já na presidência de Sarney. Para Hélio Franchini Neto (2005), a posição do país se dava devido à política externa com menor influência da disputa ideológica global, a fim de perseguir interesses nacionais, e de afastar pressões, cedendo à esquerda para não defender a suspensão na OEA, e cedendo à direita, defendendo a expulsão da JID. De acordo com Paulo Wrobel (1993b), o país criava então a imagem de mediador internacional afiançado no direito internacional e em princípios – como o da autodeterminação – que consubstanciavam a independência. Arthur Azevedo (2014) ressalta que a posição do Brasil era mais pan-americana antes da convocação, e na conferência foi assumida uma visão mais neutra/latino-americana pela percepção de que Cuba passara a integrar a Guerra Fria. As estratégias de Dantas, de acordo com Azevedo (2014) eram no sentido de evitar que a Reunião de Ministros trouxesse para o sistema interamericano elementos negativos vindos de alhures.

Antes, durante e pouco após o fim da VIII Reunião de Consulta, periódicos brasileiros e estrangeiros noticiaram as atividades⁶⁰, ao que agradeceu o chanceler. Ao retornar, o ministro

⁶⁰ “Reunião de Chanceleres”, Diário de Notícias, 29 de dezembro 1961, Caixa 35, Pacote 1, Fundo San Tiago Dantas (Q.8), CODES, Arquivo Nacional.

“O Brasil sugere órgão especial para regular as relações Cuba-Hemisfério”, Jornal do Commercio. 13 de janeiro de 1962, Caixa 35, Parte 1, Fundo San Tiago Dantas (Q.8), CODES, Arquivo Nacional.

Manchete: Revista Semanal. “As Américas na hora da decisão” (matéria de capa). Ano 9, N. 511, RJ, 3 de fevereiro de 1962, Caixa 35, Pacote 1, Fundo San Tiago Dantas (Q.8), CODES, Arquivo Nacional.

“Un Hombre, Una Frase, Un Hecho: San Tiago Dantas, en el eje de la reunión”, Acción, 4 de fevereiro de 1962, Caixa 35, Pacote 1, Fundo San Tiago Dantas (Q.8), CODES, Arquivo Nacional.

“San Tiago”, Última Hora. 13 de janeiro de 1962, Caixa 35, Pacote 1, Fundo San Tiago Dantas (Q.8), CODES, Arquivo Nacional.

“La Unidad del Sistema Interamericano”. El Día. 17 de janeiro 1962, Caixa 35, Pacote 1, Fundo San Tiago Dantas (Q.8), CODES, Arquivo Nacional.

Os agradecimentos aos jornais brasileiros são enviados em carta pessoal de San Tiago Dantas a destinatários que trabalham nos mesmos em 1º de fevereiro de 1962. Já os agradecimentos às moções de solidariedade e aplauso

recebeu uma calorosa recepção de aliados políticos, amigos e admiradores de sua política, tendo inclusive recebido moções de aplauso e de solidariedade em diversas prefeituras e em algumas entidades coletivas. Enquanto isso, no Congresso Nacional se articulava uma moção de censura, a qual ele se desvencilharia em fins de maio do mesmo ano. Algumas felicitações foram respondidas por João Goulart enquanto San Tiago Dantas estava no exterior.

Entre 3 e 9 de abril, João Goulart está nos Estados Unidos a afirmar a importância da relação frente ao mandatário estadunidense John Kennedy. Na pauta estavam temas envolvendo o desenvolvimento brasileiro, a serem realizadas no Congresso dos EUA, em universidades, junto à presidência, em clubes e grupos de pesquisa locais. A ação era criticada por ianques e vista como uma prerrogativa estatal pelo governo brasileiro. Enquanto assinavam-se três acordos em Washington – de Serviços de Água e Esgotos para Municipalidades Brasileiras; Plano Rodoviário; e Plano de Exploração de Xisto Betuminoso – conforme relatado pelo chanceler em ata do Conselho de Ministros de 4 de maio de 1962, buscava-se uma concertação com alguma indenização à empresa de telecomunicações norte-americana que se sentia lesada, após rejeitar a proposta gaúcha de formar uma empresa mista com capital estadual unindo-se ao capital estrangeiro⁶¹.

Em 23 de maio de 1962 o Conselho de Ministros aprova o Decreto 1.040, criando assim a Comissão para a Aliança para o Progresso (COCAP), um órgão interministerial voltado para a gestão brasileira dos recursos e ações vinculadas com a ajuda advinda dos Estados Unidos⁶². Em algumas sessões observa-se uma leve dissensão entre o proceder de determinados políticos de entes subnacionais, que, ávidos pelo auxílio externo *bypassavam* o Gabinete, uma vez que esse não lhes respondia com a celeridade desejada. Criada a Comissão, dissolvia-se a tensão, uma vez que passava a coordenar diretamente o que estava sendo feito de forma caótica.

Originalmente bastante superavitária para o México, a balança comercial foi se equilibrando com o tempo. A relação com o México ganhava maior impulso com o estabelecimento em 9 de abril de 1962 do Grupo de Cooperação Industrial entre Brasil e México. Após ocorrer o I Encontro da Indústria Automobilística Brasileiro-Mexicana no ano anterior, a segunda edição tem lugar em 13 de abril de 1962. Ela visava reforçar o Grupo Misto

foram redigidos sobretudo em 8 de fevereiro e enviados a cada uma das instituições que as promoveram. Os agradecimentos podem ser vistos no Fundo San Tiago Dantas (Q.8) do Arquivo Nacional, em sua Caixa 35, em especial o pacote 1.

⁶¹ Ata da reunião de 4 de maio de 1962. BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas das Reuniões do Conselho de Ministros, p. 77-86. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, Arquivo Nacional.

⁶² Ata da reunião de 23 de maio de 1962. BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas das Reuniões do Conselho de Ministros, p. 107-124. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, Arquivo Nacional.

de Cooperação Industrial Brasil-México e também a ALALC com o desenvolvimento socioeconômico. Pouco antes, em 18 de janeiro de 1962, foi expedido um Comunicado Conjunto de ambos os países, ressaltando a fraternal cordialidade da relação, o compromisso com a não-intervenção, a democracia representativa e a autodeterminação. Igualmente se empenhariam na ampliação do intercâmbio comercial no escopo da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Os esforços frente ao governo de López Mateos – que também poderia ser entendido como desenvolvimentista, independente – renderam bons frutos econômicos, conforme Hugo Agra de Castro (2015):

Tabela 1 - Comércio Exterior do México com o Brasil, 1960-1964

| Ano | Importações | Exportações |
|------|-------------|-------------|
| 1960 | 886 | 16.821 |
| 1961 | 2.389 | 24.098 |
| 1962 | 3.228 | 97.914 |
| 1963 | 12.365 | 128.228 |
| 1964 | 45.532 | 69.940 |

Fonte/Apud: CASTRO, 2015, p. 9 (adaptado para dados em mil pesos).

O compromisso com a integração econômica e política latino-americana também é reafirmado em 28 de abril é expedido o “Comunicado Conjunto sobre conversações havidas entre os Chanceleres San Tiago Dantas do Brasil e José Fellmann Vellarde da Bolívia” em que também se reafirma. Na ocasião, foi criada a Comissão Técnica Mista a proceder a um exame completo do sistema de transportes entre o Brasil e a Bolívia, atuando sobre transporte terrestre e fluvial. O BNDE⁶³ financiou a aquisição de material ferroviário brasileiro pela Bolívia, que obteve então 15 locomotivas a vapor do Brasil. Em maio de 1962, o Brasil atuou como mediador na contenda política entre Bolívia e Chile em litígio pelo rio Lauca, mas já se discutia o tema antes⁶⁴. Bolivianos acusavam chilenos de cortar um afluente em prol de uma transposição que beneficiaria agricultores, enquanto se prejudicava a comunidade Chipaya. As tensões foram sublimadas e encontrou-se um meio termo a agrado de ambas as partes. No mesmo mês, o governo coletou dados junto aos empresários brasileiros para as negociações comerciais no

⁶³ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), acrescido do sufixo S (inserindo “e social” ao fim), hoje em dia, BNDES é o sucessor do mesmo, com a mesma intenção que outrora.

⁶⁴ Ata da reunião do Conselho de Ministros de 27 de abril de 1962. BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 79-85. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

âmbito da ALALC. Em junho de 1962, reuniu-se um Grupo Misto de Cooperação Industrial brasileiro-chileno a buscar ampliar o comércio entre os dois Estados. Logrou o Brasil construir intercâmbio comercial tanto com Bolívia quanto com Chile em meio aos desentendimentos e, provavelmente, auxiliou na mediação de forma indireta.

Ainda em abril de 1962, os presidentes da Venezuela e do Brasil trocam telegramas sobre a situação na Argentina. Frondizi foi retirado do poder em 29 de março do mesmo ano, por uma sublevação militar que queria deter um possível retorno do Peronismo. Enquanto Betancourt demandava romper com todos países que não possuíam governos não legitimados pelo voto e expulsá-los da OEA, Goulart asseverava que todos países deveriam ter direito à autodeterminação (sendo assim coerente com a posição do Brasil na VIII Reunião de Consulta). Ambos os presidentes criticavam o golpe contra o presidente argentino da UCR⁶⁵. Em maio de 1962 o Itamaraty criou um Grupo de Trabalho voltado para as Guianas. As independências delas são posteriores à época analisada. Todavia, observava-se nelas potencial comercial e de intercâmbio cultural, logo, a primeira etapa voltava-se para a Guiana britânica, em seguida seriam estudadas possibilidades com a Guiana francesa e a holandesa.

Assim, movia-se o país para começar a apoiar independências. O ex-chanceler Afonso Arinos identificava, em carta ao filho homônimo, que a África do Sul sofria de “colonialismo interno”, pela exploração de um grupo minoritário sobre a maioria da população, e pela ação predatória onde hoje é a Namíbia, mas que no longo prazo uma “revolução racial e social” auxiliada por demais países subsaarianos reordenaria o Estado (ARINOS FILHO, 2001, p. 263). Conforme José Honório Rodrigues (1961), o Brasil seria uma República de Mestiços que, pertencente ao Atlântico Sul, deveria manter boas relações com o continente africano, e assumir que não é somente ocidental, uma vez que também afro-ameríndio. Quadros e sucessores redirecionam o país nessa percepção estratégica para assegurar o interesse nacional.

A “questão angolana” mostra o quanto o Brasil mudava seu posicionamento internacional. Em 16 de março de 1962, em Telegrama Confidencial, o Embaixador Geraldo de Carvalho Silos afirmava ter recebido telegrama de Carlos Salamanca (presidente do Subcomitê sobre a situação em Angola) no qual se dirige a Alberto Franco Nogueira (chanceler português),

⁶⁵ Em 13 de março de 1962, em sessão do Conselho de Ministros, Renato Archer faz saber aos integrantes do Executivo que havia um “Acôrd de Cavalheiros” estabelecido por Jânio Quadros e Arturo Frondizi, voltado para cooperação em energia atômica. Todavia, com a ascensão de José Maria Guido (1962-1963), a presidência da Argentina passou a buscar um status de país desenvolvido, o que inviabilizaria a manutenção do acordo com o Brasil. Em 27 de abril de 1962 San Tiago Dantas decide seguir a diretriz venezuelana, só voltar a ter relações regulares com a Argentina após argentinos voltarem a ter eleições regulares, ao que foi aprovada a decisão por maioria do Conselho de Ministros. As relações foram suspensas até a vitória eleitoral de Arturo Umberto Illia (1963-1966), também da União Cívica Radical que rivalizou tanto com o Peronismo quanto com a direita.

requisitando que a autoridade lusa altere ou suprima a frase em que declarava aos membros das Nações Unidas que o referido subcomitê teria deliberadamente falsificado ou ignorado dados para prejudicar Portugal. Dada a gravidade da situação, a presidência do grupo onusiano pedia que o Brasil fizesse a mediação, demandou a “gestão de bons ofícios” ao país junto aos portugueses de forma a evitar maior animosidade contra o próprio comitê e entre seus membros.

O mesmo pedido era feito aos Estados Unidos, à Grã-Bretanha e à Espanha, sempre requisitando sigilo. O episódio mostra o quanto o Brasil ampliava suas responsabilidades multilaterais quanto mais expandia o arco de relações com países africanos. O chefe da delegação do Brasil nas Nações Unidas, Afonso Arinos, afirmou todo apoio aos processos para o fim do colonialismo, contanto que fossem moderados. Defensor de soluções conciliatórias, demandava que Portugal aceitasse o trabalho do Subcomitê e que cedesse autodeterminação para Angola, não sendo, porém, favorável a anexações territoriais a força (FRANCO, 2011).

Situado entre a África e a Ásia, o Estado de Israel contou com criação sob apoio do trabalhista Oswaldo Aranha, em sessão das Nações Unidas em fins dos anos 1940; apesar desse passado, as relações não eram vultuosas. Em 1959 a chanceler Golda Meir (que ocuparia o cargo por uma década) visitou o Brasil, anos depois tornar-se-ia Primeira-Ministra, feito que poucas mulheres conquistavam até aquele momento. Em Recife, a 12 de março de 1962 assinaram um Acordo de Assistência Técnica, voltado sobretudo para intercâmbio universitário, troca de melhores práticas em termos arquitetônicos e agrários. No mesmo ano, a líder do Partido Trabalhista de Israel recepcionava San Tiago Dantas. Após a visita, expediram um Comunicado Conjunto em 23 de maio de 1962, declarando repúdio a qualquer forma de discriminação/segregação racial ou religiosa, apoio ao desenvolvimento, defesa da não-intervenção e da solução pacífica de controvérsias, esperança em um acordo que contemple o desarmamento geral/completo e que viabilize a utilização de energia nuclear para fins pacíficos.

A Índia era um país que seguia ideário diferente dos israelenses naquele momento, pois indianos buscavam incessantemente o poder nuclear, e a conquista veio nos anos setenta. Em 18 e 19 de dezembro de 1961 a Índia invade e anexa Angediva, Damão, Gogolá, Simbor e sobretudo Goa, todos territórios ultramarinos de Portugal. O Embaixador brasileiro na ONU acompanhou as atividades do Conselho de Segurança e em carta ao filho comunica que as fraturas no bloco ocidental e o cenário de Guerra Fria foram os principais fatores que impediram tanto uma punição pela invasão quanto a construção da independência dos territórios asiáticos (ARINOS FILHO, 2001, p. 262). Em fevereiro de 1962, uma delegação comercial indiana chefiada por A. K. Battacharya buscou estreitar laços com indústria e comércio do Brasil,

passando por RJ e SP, e propondo negócios com financiamento de três a quatro anos, mas, por outro lado, criticava lacunas logísticas do país⁶⁶.

Outro fato importante na relação do Brasil com a Ásia é a assinatura do Acordo de Assistência Técnica Brasil-Japão. Ali o Brasil assentia com a criação de um centro de indústria têxtil nipônico, instalado no Nordeste, mais precisamente em Pernambuco. Na celebração do ato internacional, o chanceler proferiu breves palavras elogiosas aos nisseis. Novas possibilidades surgiam também no continente europeu. A Europa suscitava maior preocupação, conforme a Comunidade Econômica Europeia se consolidava. Em junho de 1962, a circular 4.311 ressaltava a importância de agir na defesa do interesse latino-americano, conclamando a região a pressionar os ministros da Comunidade Econômica Europeia (CEE) para que a relação com os africanos e com territórios de além-mar não afetasse negativamente os negócios com a América Latina⁶⁷. Além disso, a Política Agropecuária Comum era criticada no mesmo mês pelo chanceler, pois em conjunto com outras medidas fiscais e comerciais incidem sobre processos de desenvolvimento, uma vez que podem interferir nas receitas de exportação de países latinos ou africanos. As adesões previstas naquele momento de Grã-Bretanha, Suíça e países escandinavos aumentariam, caso confirmadas, as tarifas sobre bens como: café, cacau, nozes, castanha, banana, frutas cítricas, carne e açúcar. Estudos da CEPAL seriam então feitos sobre o comércio com a comunidade europeia e o chanceler conclamava latino-americanos a terem posições conjuntas no Gatt e nas Nações Unidas, para contrabalançar a situação.

Após viajar para encontrar o Papa João XXIII em novembro de 1961, Tancredo Neves visitou a Itália e cumpriu extenso programa de visitas, incluindo ida ao Vaticano. Em 1962 esteve na Dinamarca e na República Federal Alemã, buscando expandir comércio exterior com esses países e obter crédito quando possível. Com o Leste Europeu as ações foram mais inovadoras. Em 6 de outubro de 1961, o Brasil cria Legação na Bulgária, e em 9 de novembro de 1961 cria Legação na Albânia. Em abril de 1962 esteve na Polônia para negociar a instalação de usina hidrelétrica do Vale do Paraíba. No mês seguinte esteve na Polônia, recebendo o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Cracóvia, apresentado então pelo Decano da Faculdade de Direito, e, posteriormente assinando Comunicado Conjunto com Adam Rapacki⁶⁸. Os dois ministros assinam primeiro o Protocolo de Cracóvia, reafirmando o

⁶⁶ Ata da reunião do Conselho de Ministros de 28 de fevereiro de 1962. BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 67-70. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

⁶⁷ Circular 4.311, do MRE às missões diplomáticas na América Latina. DPC/DPB/DEOc/800.(600)/300.12, 7 de junho de 1962. Descrição: “CEE. Posição da América Latina.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/15.

desarmamento, a ajuda a nações subdesenvolvidas, o estreitamento de laços econômicos e culturais. No comunicado de maio agrega-se a essas dimensões, o anticolonialismo, a defesa da solução pacífica de controvérsias, a confiança na Comissão dos 18 e no desarmamento geral e completo. Mais concretamente, os poloneses forneceriam insumos energéticos e minerais, e desenvolveriam uma termoelétrica, uma fábrica de ácido sulfúrico e uma fábrica de tratores. Por sua vez, os brasileiros comerciariam café, cacau, arroz, algodão e minério de ferro.

Um acordo brasileiro-suíço foi anunciado em 10 de maio de 1962 com a Circular 4.291, era através do programa de ajuda aos países subdesenvolvidos da Confederação Helvética que se instalava o Curso Intensivo de Técnica de Ensino Agrícola (chamado de CATA pelos seus criadores)⁶⁹. É bom lembrar que esses acordos foram celebrados quando estava em curso a escalada de tensões na Alemanha entre o bloco ocidental e o bloco soviético. Conforme Frederick Kempe (2011), a soma de equivocadas percepções dos rivais com sequências de atitudes consideradas hostis levou a cidade de Berlim a se tornar o lugar mais perigoso do mundo, em que Kennedy e Kruschew praticavam um teste de forças. De fato, após a União Soviética construir o muro na cidade alemã, em agosto de 1961, as animosidades chegam ao ponto de artilharias e cavalarias (tanques, especialmente) serem postos nos dois lados do checkpoint Charlie em fins de outubro do mesmo ano. É neste contexto que o governo decide retomar as relações com a União Soviética. Um dos agentes da política externa da época foi Antonio Houaiss, que teceu seus comentários:

Reatadas, assim, as relações diplomáticas brasileiro-soviéticas, resistiram elas, desde então, a todas flutuações da política interna brasileira, inclusive no longo período conservador e mesmo reacionário pós-1964. Por exemplo: a ruptura de relações diplomáticas com Cuba teve tais características de caprichos setoriais – inclusive na posição norte-americana e, decorrentemente, na posição brasileira pró-norte-americana (de alto teor militar, num interregno em que o teor militar, até desmoralizar-se, foi soberano) – que, quando um mínimo de coerência for retomado, retomadas serão essas relações. O fato é que são não necessariamente conexos os relacionamentos com a URSS e os outros países socialistas. A URSS, por sua posição num mundo que quer sobreviver, causa em que está visceralmente empenhada, é um universo de tendencial estável – é um estado de estado estacionário (para aproveitar uma expressão de linguística [sic] e estruturalidade atuais) –, de coerência plácida: as razões que a levaram a buscar e cultivar as relações diplomáticas – e suas múltiplas expressões correlatas – subsistem para com o Brasil e os países do mundo em geral. Destarte, não é de admirar que a partir do reatamento, as flutuações político-humorais brasileiras não tenham sido suficientemente fortes para pô-las em cheque. (...) Sob a realidade contábil de um inter-relacionamento comercial que via de regra põe em

⁶⁸ Adam Rapacki foi chanceler da Polônia. Ele quem propôs no Comitê de Desarmamento das Nações Unidas em 1956 a criação de uma Zona Livre de Armas Nucleares na Europa Central, conhecido como Plano Rapacki.

⁶⁹ Circular 4.291, do MRE aos órgãos e entidades federais, estaduais e particulares interessados. DCET/542.63(89)/300.12, 10 de maio de 1962. Descrição: “Bolsas do Governo Suíço. Curso Intensivo de Técnica do Ensino Agrícola.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/15.

situação ânua credora o Brasil, há por certo uma prudência de comportamento maior do lado de cá do que do lado de lá. (HOUAISS, 1985, p. 16)

Em 23 de novembro de 1961, o chanceler é interpelado na Câmara de Deputados pela decisão recém tomada. Manifestam-se contra a medida: Pinheiro Chagas; Arruda Câmara; Abel Rafael; João Mendes; Pereira da Silva; Padre Pedro Vidigal; Plínio Salgado; Dirceu Cardoso. Foram a favor da medida: Soares de Pina; Bezerra Leite; Almino Afonso; Raimundo Padilha; Aurélio Viana; Oswaldo Lima Filho; Menezes Cortes; Ruy Ramos; Ivete Vargas; Aarão Streinbuch e Cid Carvalho⁷⁰. A principal crítica era que os soviéticos poderiam agir de forma nociva, e instigar ações no mínimo subversivas; enquanto o principal elogio era a possibilidade de ampliar a absorção de produtos brasileiros, de criar mais uma possibilidade para o desenvolvimento. Esclarecidas as motivações do governo, e apaziguados pelas palavras do chanceler, não há qualquer moção de censura sobre ele, diferente da percepção sobre a atuação na VIII Reunião de Consulta, essa sim sob risco de punição legislativa em maio de 1962.

Pouco tempo depois, ocorreria na antiga capital brasileira uma exposição industrial e comercial da União Soviética, instalada no Campo de São Cristóvão por um mês, de 3 de maio a 3 de junho de 1962. Contudo, o reatamento não foi pacífico⁷¹. Na época, o Governador da Guanabara⁷² era Carlos Lacerda, da UDN, e vocal opositor da Política Externa Independente. Seus expedientes impeditivos à diplomacia nacional foram comentados na sessão de 15 de fevereiro de 1962, quando San Tiago Dantas chamou a atenção do Conselho de Ministros para a situação desagradável que se colocava entre o país e os soviéticos⁷³. Lacerda impedira a instalação de telefones na Delegação da U.R.S.S. e se recusou a conceder policiamento à altura

⁷⁰ Diário da Câmara dos Deputados, 23 de novembro de 1961.

⁷¹ Além dos antecedentes de política doméstica já explorados anteriormente, há alguns fatores que eram mais atuais e incidiam sobre percepções de atores políticos, mormente os que se opunham à retomada de relações por serem de orientação anticomunista. Em 18 de novembro de 1961, o XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética recebeu delegação de brasileiros, entre eles, Luís Carlos Prestes. O dia escolhido para reatar relações coincidia com a data da sublevação comunista de 1935. Para completar as suspeitas, ao longo de 1961 a extrema esquerda cingia, para em fevereiro de 1962 surgir o Partido Comunista do Brasil, de orientação maoísta, a contrastar com diretriz marxista-leninista e/ou stalinista do Partido Comunista Brasileiro. Há indícios que a “luta armada” virou então a estratégia desse setor da esquerda, quando desistiram de concorrer nas eleições.

⁷² A mudança de capital se iniciou com o governo de Juscelino Kubistchek, mas a mudança dos ministérios ainda era discutida em 1961, e só seria resolvida ao longo dos anos setenta. Por conta disso, era de especial importância a boa relação entre os governadores da Guanabara, porque lá era onde se situava a estrutura administrativa do Executivo, e onde ficavam consulados e embaixadas de outros países. Incidentes no local onde outrora fora capital irradiavam em termos políticos para dentro e para fora do Brasil. O debate sobre a mudança de capital rendeu muitos trabalhos intelectuais; recentemente discutem-se soluções mais objetivas para os problemas dela decorrentes no Rio de Janeiro e no Brasil como um todo (LYNCH, 2017).

⁷³ Ata da reunião do Conselho de Ministros de 15 de fevereiro de 1962. BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 58-61. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

de missões diplomáticas⁷⁴. Como esse tema não foi mais discutido, presume-se sua solução. Em telegrama confidencial de maio de 1962, outro ponto de dissenso era abordado. Lá criticava-se a inobservância da reciprocidade, pois existiam mais funcionários soviéticos no Brasil – contabilizava-se 31 – que funcionários brasileiros – 11 – na União Soviética. Pouco tempo depois, ascendia Brochado da Rocha como presidente do Conselho de Ministros, após a dissolução do Gabinete de Tancredo Neves. O país ia bem, *ma non troppo*.

3.3. Gestão Afonso Arinos, gabinete Brochado da Rocha (07/1962 - 09/1962)

Brochado da Rocha assume na sequência da dissolução do Gabinete Tancredo Neves, sendo apontado por Goulart e aceito por ampla votação na Câmara Federal, antes, San Tiago Dantas fora recusado por 174 votos contra e 110 a favor. Para Roberto Lyra (1980), a política externa encetada pelo petebista mineiro quando na chancelaria foi o principal fator a pôr-se contra sua ascensão ao cargo de Primeiro-Ministro. Não houve retrocesso em relação aos passos tomados pelas gestões que se seguiram desde janeiro de 1961, todavia, marca-se mais pela tentativa de manter o que já foi conquistado do que por inovações. Para um de seus integrantes foi o primeiro governo de esquerda no país (LYRA, 1980), outro integrante vê o gabinete mais compromissado a ser aríete a abrir as portas para o presidencialismo, do que a efetivamente governar (FRANCO, 1983).

Os estudos em geral não abordam muito essa época, talvez pelo seu curto prazo, mas alguns debates internos ao exercício do poder são relevantes aqui, assim como determinadas práticas encetadas pelo Itamaraty e outros ministérios. Foi durante esse governo que foi criada a Comissão Nacional de Energia Nacional, em 27 de agosto, lidando com posições domésticas sobre esse tema global. No mesmo mês, U Thant visita o Brasil e na ocasião, Afonso Arinos declara o apoio brasileiro à eleição do mesmo para Secretário-Geral das Nações Unidas, tendo sido a primeira declaração nesse sentido. Algum tempo depois, a eleição confirmaria seu nome no cargo por unanimidade (na sucessão de Dag Hammarskjöld); mas, até então o líder nascido em Myanmar era somente interino.

⁷⁴ Não teria sido a única problemática envolvida na Exposição Industrial/Comercial Soviética, de acordo com telegrama confidencial de 21 de maio de 1962 é exposta uma tentativa de explodir o local onde ocorria o evento. Explosivos foram colocados, mas forças de segurança locais e federais os encontraram e prenderam os responsáveis. Já havia, portanto, uma tendência a ações desestabilizadoras por motivação política, algo que se torna cada vez mais agudo na trajetória do Brasil e da América Latina como um todo.

O Brasil mantinha participações em duas operações de paz. A que esteve presente na Península do Sinai e na Faixa de Gaza, UNEF I, teve participação brasileira de janeiro de 1957 até junho de 1967, ao grupo nacional chamou-se “Batalhão Suez” e chegou a contabilizar mais de seis mil pessoas ao longo dos anos. O Brasil chegou a ocupar o comando operacional duas vezes⁷⁵. Após a independência da República Democrática do Congo – conhecido então como Congo-Léopoldville – sucedeu um momento de grande instabilidade no país, principalmente entre 1960 e 1966. As turbulências levariam às mortes de Patrice Lumumba (um dos líderes da independência) e de Dag Hammarskjöld (Secretário-Geral das Nações Unidas incumbente) em 1961. Entre julho de 1960 e junho de 1964, o Brasil participou da missão ONUC no país, com quase duzentas pessoas, trabalhando com transporte aéreo e ações militares em mar e terra, para assegurar governabilidade e estabilidade congoleesas. Um pouco mais discreta foi a ação junto à Autoridade Executiva Temporária das Nações Unidas a deter conflito territorial entre Indonésia e Holanda na Nova Guiné Ocidental. Na participação brasileira de 18 de agosto a 21 de setembro de 1962 (restrita ao Gabinete Brochado da Rocha) foram enviados pouco menos de uma dezena de militares para monitorar o cessar-fogo e assegurar a ordem⁷⁶.

Alguns assuntos de natureza global que pontuaram nas sessões foram de Economia Política Internacional. Em 6 de agosto de 1962, o gabinete discutia o desempenho na Conferência Mundial de Café, bem como as consequências da formação do Mercado Comum Europeu e da entrada britânica nele⁷⁷. As principais vozes a comentar o tema foram o chanceler Afonso Arinos e os Embaixadores Carlos Alfredo Bernardes (Secretário-Geral) e Sérgio Frazão (Presidente do Instituto Brasileiro de Café⁷⁸). Em 30 de agosto de 1962, anuncia-se que o Convênio Internacional do Café estava pronto, fora negociado nos termos das Nações Unidas e comportava 95% dos países exportadores e 85% dos importadores. A atuação brasileira zelou

⁷⁵ O Gen. Carlos Paiva Chaves ocupou o comando de janeiro a agosto de 1964, durante a presidência Goulart e o Gen. Syseno Sarmiento exerceu a função de janeiro de 1965 a janeiro de 1966, sob a presidência Castello Branco.

⁷⁶ Ainda em 1962, a Corte Internacional de Justiça declarou que as despesas das operações de paz em Suez e Congo-Léopoldville seriam obrigatórias para os envolvidos; todavia, em ambos os blocos haviam pessoas que não se comprometiam a pagar. Na AGNU de 1962, o Brasil apresentou projeto para endossar a sentença da CIJ. Com 17 abstenções, 15 votos contra e 74 a favor, aprovou-se a declaração. Posteriormente, foi aprovada declaração na qual se afirmava que o pagamento deveria ser distribuído equitativamente.

⁷⁷ Ata da sessão de 6 de agosto de 1962. BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, Arquivo Nacional

⁷⁸ Idem. Entre 1952 e 1989 foi a autarquia que estabelecia as políticas para o café, vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Subsidiava a política econômica e não a política externa, todavia, lidando com tema que envolvia ambos os ministérios, não se nomeou um especialista do MTIC, mas um diplomata. Aqui vale lembrar que a prerrogativa das práticas sobre assuntos exteriores cabia ao Itamaraty na época, como esse fato atesta. Quem orientou as ações do Embaixador Frazão foi o próprio chanceler Afonso Arinos.

por manter os debates estritamente vinculados ao café, por ampliar as quotas de exportação do país, e por acabar com tarifas discriminatórias. Em paralelo à negociação global, houve um estudo feito pelo grupo presente na Conferência e pelos diplomatas brasileiros de alguns mercados a serem investidos, os citados em reunião foram: Timor Leste; União Soviética; República Popular da China; Bulgária; e a Hungria era simpática ao cacau.

Frazão expressa que o Brasil queria consolidar seus aproximados 40% de fatia de mercado, o que foi assegurado, e as cotas do país aumentaram internacionalmente⁷⁹. O acordo de agosto de 1962 regulava sobre o comércio cafeeiro por cinco anos, a ser revisto em seguida. A primeira presidência da Organização Internacional do Café foi ocupada por um brasileiro, o economista João Oliveira Santos em 1963, que trabalhou desde 1958 em grupo de estudos internacional voltado para o produto primário. A Sociedade Portela foi uma companhia industrial sediada em Pernambuco de economia mista, com capital internacional. Ao entrar em concordata, em período em que ocorriam estatizações no Rio Grande do Sul, despertou preocupações do governo brasileiro, e procurou-se uma solução para não gerar problemas com outros países comprometendo a busca por crédito internacional. Ainda sob o Gabinete Brochado da Rocha, o Conselho aprova a compra de ações pelo Banco do Brasil e pelo Estado de Pernambuco, via títulos da dívida pública e a empresa passa a ser mais pública que privada⁸⁰. O pedido de crédito especial foi recorrente ao longo das atividades desse gabinete – vale lembrar que a dotação orçamentária costumava destoar de outros, com uma verba aquém de do que os ministros costumavam julgar mais adequado.

No dia 10 de setembro de 1962, o MRE requisita duas aberturas de crédito especial⁸¹. A primeira foi para vinte milhões de cruzeiros para bônus das Nações Unidas e a segunda foi de vinte e cinco milhões de cruzeiros para atender às despesas de representação brasileira no Concílio Ecumênico do Vaticano, o segundo. Ambas as demandas são aprovadas pelo Conselho. O Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII através da bula “*Humanae Salutis*” de 25 de dezembro de 1961, mas a inauguração ocorreu somente em 11 de outubro de 1962. Logo, a convocação foi com o Gabinete de Tancredo Neves, a preparação foi no gabinete

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ Notas Taquigráficas das sessões de 31 de agosto a 13 de setembro de 1962. BR.RJANRIO.1T.0.0.0.5, Caixa 5. Notas Taquigráficas do Gabinete Brochado da Rocha, p. 156-249, *passim*. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, Arquivo Nacional.

⁸¹ Ata da sessão permanente do Conselho de Ministros no período de 10 a 13 de setembro de 1962. BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 281-315, *passim*. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, Arquivo Nacional.

Brochado da Rocha, o início se deu no Gabinete Hermes Lima e só terminou na Presidência Castello Branco, em 8 de dezembro de 1965.

Sobre esse momento histórico teológico e eclesiástico algumas palavras são importantes. De acordo com Bruce Shelley (2018), o Cristianismo sofreu o impacto de diversas ideologias no século XX, e nos anos 1950 sentia-se os efeitos “centrífugos”, dispersivos, que geravam mais de trezentas denominações cristãs – no XVI, em contraste, havia a Católica e quatro da Reforma – mas, apesar disso, surgiam iniciativas unificadoras. Na Amsterdã de 1948, foi criado o Conselho Mundial de Igrejas que dava um passo em direção do ecumenismo. Ao mesmo tempo surgiam aproximações com aquilo que ficou conhecido como “questão social” verificada na Doutrina Social da Igreja⁸², na liderança de Martin Luther King, no Evangelho Social, e muitas outras manifestações, documentos e fenômenos. Havia essa face “progressista”, mais pastoral, mais social, mais ecumênica, e havia uma face conservadora, mais dogmática, tradicionalista e principista. Os dois grupos disputavam espaço no Cristianismo, mas, analogamente, outras religiões majoritárias passavam pelos mesmos dilemas conforme o processo de secularização avançou no século XX.

O pontificado do Papa João XXIII voltou-se para o lado pastoral, da Igreja atuando no mundo, e resgatou a Doutrina Social da Igreja presente em encíclicas anteriores; fez com que o catolicismo estendesse as mãos para outras confissões religiosas e pedisse perdão por erros do passado (VIDAL, 2007). Além da assembleia que discutiria os passos futuros eclesiásticos, o Santo Padre indicara ainda em 1959 a reforma do direito canônico. De junho de 1960 a fevereiro de 1962, as comissões preparam os esquemas para orientar o funcionamento dos trabalhos e em agosto de 1962 é aprovado o regulamento do concílio; passava-se então da fase preparatória para a fase de trabalho conciliar (ALMEIDA, 2015). No início os trabalhos estivessem bem centralizados no que o antigo Bispo Roncalli pensava, mas com o tempo o processo decisório foi se tornando mais plural e cada presença nos trabalhos era importante para definir seus documentos oficiais conclusivos (ALBERIGO, 2006).

De acordo com José Oscar Beozzo (2005), o episcopado brasileiro teve então uma oportunidade de esboçar uma identidade própria desde a fase preparatória; planejada desde fins

⁸² Iniciada no Papado de Leão XIII com Encíclica Rerum Novarum de 1891, seguiu com a Quadragesimo Anno (1931) do Papa Pio XI, seguiu com a Mater e Magistra (1961) do Papa João XXIII, e perpassou o Concílio Vaticano II. A proposta de Igreja dos Pobres, expressa no Pacto das Catacumbas, no pensamento de Methol Ferré, e na Teologia da Libertação ecoa e leva a uma atitude de maior proximidade com movimentos progressistas pelo mundo. Da mesma forma, a própria Igreja manteve a DSI nas encíclicas Laborens Exercens (1981), Sollicitudo rei socialis (1987) e Centesimus Annus (1991), todas do Papa João Paulo II. Alguns teólogos e cientistas sociais consideram Deus Caritas est (2005) do Papa Bento XVI e Laudato si' (2015) do Papa Francisco como incluídas nessa linhagem interna do Catolicismo. No papado do último citado, que se iniciou em 2013, foram canonizados em 27 de abril de 2014 os antecessores Papa João XXIII e Papa João Paulo II.

de agosto, em outubro de 1962, havia uma representação brasileira composta por Afonso Arinos, Henrique de Souza Gomes, Alceu de Amoroso Lima, 130 bispos e presenças de novos protagonistas, como os de movimentos sociais. 78 países enviaram delegações ao Concílio Vaticano II, que sublinhou o sentido de ecumenismo e de diálogo religioso. O Brasil saiu de sua condição marginal e passou a ocupar um papel de “global player” nos debates cristãos⁸³. Isso se deu por ser um dos polos que discutiu e propôs um cristianismo mais próximo do ecumenismo, seja na fusão/aproximação com outras religiosidades, seja na celebração popular – como o Círio de Nazaré, a Romaria à Aparecida, a adoração ao Padre Cícero, a devoção sincrética a São Jerônimo, a Santa Bárbara, ao Nosso Senhor do Bonfim, Nossa Senhora da Glória, São Jorge, Santo Antônio e tantos outros – ou pelos intelectuais e teólogos proeminentes de nacionalidade brasileira.

Para concluir a apresentação das demandas por verbas, ao fim de julho, pediu-se crédito especial de 15 milhões de cruzeiros para a Conferência Regional da FAO para novembro de 1962, sendo aprovado pelo Conselho de Ministros. No fim de agosto, demandou-se 40 milhões de créditos especiais para despesas relativas à visita do Presidente estadunidense John Kennedy ao Brasil, aprovados na própria 48ª Reunião do Conselho de Ministros⁸⁴.

O primeiro assunto de relações exteriores surgiu em 19 de julho, quando se estabeleceu que só seria reconhecido o governo peruano quando no país estivesse melhor definida a situação política⁸⁵. Uma junta militar de governo assume o poder no Peru entre 18 de julho de 1962 até 28 de julho de 1963, derrubando antes o Presidente Manuel Prado; somente em julho de 1963 assume um presidente eleito novamente, Fernando Belaúnde. Portanto, as relações são suspensas e voltam após o Gabinete Brochado da Rocha. Deve-se lembrar que Prado fora recebido no Brasil anteriormente, pelo próprio Afonso Arinos, que discursara no Parlamento peruano. Uma semana depois, o chanceler desaconselha que o Brasil busque organizar encontro de ministros para debater o caso peruano, asseverando a autodeterminação e a não-intervenção, princípios esposados ao longo de todo o período analisado nessa tese.

⁸³ A própria relação da Santa Sé com os governos brasileiros se transforma. Evandro Lins e Silva foi agraciado pela Equitem Ordinis Piani do Vaticano, na coroação de Paulo VI, em 10 de setembro de 1963. Na ocasião, ele não era mais chanceler, já assumira como juiz ministro do STF, e estava chefiando a delegação brasileira.

⁸⁴ Ata da 48ª reunião do Conselho de Ministros realizada a 30 de agosto de 1962, à tarde. BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas do Conselho de Ministros, p. 261-269, passim. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, Arquivo Nacional.

⁸⁵ Ata da 40ª reunião do Conselho de Ministros (19 de julho de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 144-149, passim. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

Manteve-se a Embaixada em Cuba, que abrigava então dezenas de refugiados que lá chegaram após a tomada do poder na ilha pelo grupo guerrilheiro de Guevara, de Cienfuegos e dos irmãos Castro. Todavia, dentro da representação brasileira havia indícios de desordem e dificuldades para condução das atividades rotineiras, e por isso demandou-se em 26 de julho a ida de um contingente de fuzileiros navais para lá, de forma a manter o pleno funcionamento. O pedido foi analisado pela Marinha do Brasil e pela Força Aérea Brasileira, e o Conselho aprovou o pedido do MRE somente em 6 de agosto⁸⁶.

Em 30 de agosto, o chanceler deu conhecimento ao Gabinete de três acordos: o Convênio de Turismo assinado com o Chile; o Tratado de Extradicação assinado com a Argentina e a Convenção de Assistência Gratuita entre Brasil e Argentina. A atitude do Conselho foi afirmativa para todos os acordos, assim como o Tratado de Extradicação com os Estados Unidos, que foi comunicado onze dias depois⁸⁷. Em 13 de setembro de 1962, o Conselho de Ministros discute a situação da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, cuja responsabilidade cabia à Comissão Mista Ferroviária Brasil-Bolívia, contando com os ministérios da Viação de ambos países, assim como de suas chancelarias⁸⁸. A organização existia, mas não havia verba para pagar salários, e isso fez com que funcionários que construíam a estrada entrassem em greve, ao que se pedia um crédito especial. Este, concedido imediatamente.

Em agosto de 1962, o chanceler Afonso Arinos faz exposição ao Conselho de Ministros a respeito da Aliança para o Progresso, quando apontou a precária implantação, o desconhecimento e a falta de orientação sobre como funcionava esse vetor de auxílio externo⁸⁹. Nessa exposição ressaltava que pelo lado brasileiro seria necessário criar um planejamento melhor, produzir melhor projetos e cumprir com condições preliminares apesar da conjuntura. Com relação aos Estados Unidos, o mecanismo de auxílio se mostrava inflexível e suas condicionalidades rígidas, era mais bilateral do que multilateral. Pairava desconfiança com

⁸⁶ Ata da 43ª reunião do Conselho de Ministros (6 de agosto de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 193-221, passim. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

⁸⁷ Atas das 47ª/48ª reuniões do Conselho de Ministros (30 de agosto de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 254-269, passim. Conselho de ministros (1T), CODES, AN.

⁸⁸ Notas Taquigráficas da reunião do Conselho de Ministros realizada a 13 de setembro de 1962. BR.RJANRIO.1T.0.0.0.5, Caixa 5. Notas Taquigráficas do Gabinete Brochado da Rocha, p. 219-249, passim. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, Arquivo Nacional.

⁸⁹ Assunto abordado entre a 42ª e a 49ª Sessão, em especial tratando sobre os assuntos de caráter interinstitucional; a saber, a constante discussão sobre como os entes subnacionais se relacionam com a União e como nessa relação se dá o contato com o exterior. Notas Taquigráficas das reuniões do Conselho de Ministros realizadas entre 25 de julho e a 31 de agosto de 1962. BR.RJANRIO.1T.0.0.0.5, Caixa 5. Notas Taquigráficas do Gabinete Brochado da Rocha, passim. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, Arquivo Nacional.

relação à encampação de empresas multinacionais em território brasileiro. O ministro então propunha que a COCAP fizesse um plano para os próximos dois ou três anos, criasse um balanço do que já foi feito, e as ações visassem criar um esforço cooperativo nas Américas e não só uma ajuda externa de feição assistencialista.

O Ministério da Viação esperava receber auxílio para obras advindo da Aliança para o Progresso, e esse tema também é abordado pelos Ministérios da Fazenda e da Agricultura. Cada um por uma questão específica, mas em geral o primeiro para criar infraestrutura, e os dois últimos para combater uma situação desfavorável economicamente, que prejudicava o abastecimento de alimentos em algumas cidades. Havia um conclave específico para discutir o aporte vindo de alhures, e conforme se racionalizava a atuação desse grupo, menor eram os comentários acerca do programa de auxílio ianque. Em 31 de agosto isso fica mais evidente. O Ministério da Viação expõe seu desejo de utilizar recursos de Aliança para o Progresso para remodelação da Central do Brasil, na antiga capital. Já o Ministério da Agricultura pondera que a instalação de uma agropecuária industrializada poderia se dar com esse auxílio, e que isso era uma estratégia aventada pelo Conselho de Desenvolvimento e pelo BNDE. Ministério da Educação e Cultura expressou sua esperança em contar com a ajuda externa para fins educativos. Quando o chanceler retoma a palavra, acentua a importância do entrosamento dos níveis federais e estaduais, o que reduziria tendências personalistas. Isso poderia deter dissabores na política interna, advindos de disputas sobre esses recursos.

Com o mundo afro-asiático, não houve muita oportunidade de novos rumos, além dos já tomados, e, ao mesmo tempo, não ocorreram dificuldades nas relações tal como se deram com relação às Américas, especialmente em termos orçamentários. Para que não se diga que não houve nenhum passo em termos diplomáticos com o então chamado Terceiro Mundo, pode-se destacar que em 30 de agosto, o Ministro da Agricultura obtém crédito rotativo para envio de comida à Sudene; pois havia comprado feijões de Angola, mas, sem chegar; optou-se por comprar dos Estados Unidos o produto com a finalidade de abastecer zonas desprovidas de alimento no Nordeste do Brasil⁹⁰. Estudou-se desde o gabinete anterior, como se vê nas anotações de Humberto Salles, a criação de novas rotas aéreas através do Atlântico Sul, algo que foi se consolidando ao longo dos anos sessenta, conforme independências ocorriam. Negociava-se então a exportação para a Índia do gado leiteiro brasileiro, tratativas ao encargo dos dois corpos diplomáticos. Ao mesmo tempo, discutia-se a importação do gado zebu indiano. Após importar, o Brasil seria criador e já existia interesse venezuelano em importar a futura

⁹⁰ Atas das 47^a/48^a reuniões do Conselho de Ministros (30 de agosto de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 254-269, passim. Conselho de ministros (1T), CODES, AN.

criação brasileira quando ela se afirmasse. A operação assemelhava-se a um *drawback* e não a uma importação exclusiva, pois ao final a operação traria lucros.

Na reunião de 6 de agosto algo peculiar ocorrera, o Ministro da Agricultura disse que registraram que a União Soviética requisitava 1.300 toneladas de trigo ao país, quando na verdade eram 30.000 toneladas; o que mostra que ao mesmo tempo em que ampliavam-se as relações, nem sempre eram elas acolhidas de forma exímia. O gado brasileiro teve dificuldades para engorda, e havia uma demanda não suprida, o que fez com que o mesmo ministro aventasse a ideia de comprar cinquenta mil cabeças de gado da Argentina, mas o Premiê lembra logo em seguida que o país possuía crédito com o Uruguai⁹¹. Aqui cabe comentar que Montevideú expressava parceria antiga, e que se optava por estreitar laços mais antigos, pois sequer se debateu a possibilidade de criar nova oportunidade de comércio com países fora das Américas no caso do gado, com essas novas relações ainda não existiam créditos que possibilitassem tomadas de decisão rápidas para casos semelhantes. Mas haviam novos horizontes. Em 30 de agosto o chanceler comunicava a assinatura de Convenção Cultural com a Iugoslávia e um Acordo Cultural com a Tchecoslováquia, ambos países socialistas.

Um governo com muitos problemas para lidar, pressionado por grupos políticos robustos, e por uma percepção de alguns partícipes do Gabinete que o presidencialismo valeria mais do que o parlamentarismo foram fatores que precipitaram o fim desse governo. Um dia antes, Afonso Arinos se demitira, discordando da forma como o próprio Conselho de Ministros se posicionou em apoio de um Plebiscito que só poderia ser feito, de acordo com o Ato Adicional, em 1965. A ansiedade por retornar ao presidencialismo teria consequências funestas aos seus principais defensores à época. Após a dissolução desse agrupamento do Conselho de Ministros, veio à frente como Chefe de Governo Hermes Lima, que acumulou a função de Primeiro-Ministro com a de chanceler.

3.4. Gestão Hermes Lima, entre o gabinete Hermes Lima e a presidência João Goulart (09/1962 - 06/1963)

A queda do Gabinete Brochado da Rocha marca o começo da campanha para a volta do presidencialismo, que contava com apoio de elites socioeconômicas e de grande grupo

⁹¹ Ata da 43ª reunião do Conselho de Ministros (6 de agosto de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 193-221, passim. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

suprapartidário. A defesa do (semi)parlamentarismo era tímida, com poucos recursos e compreendia-se mais como tentativa de manobra do que uma reconfiguração institucional. O resultado desse confronto desigual veio nas urnas. Em 23 de janeiro de 1963 é aprovada a Emenda Constitucional nº 6, que revoga o Ato Adicional (Emenda nº 4) e restabelece o sistema presidencial de governo. Uma mudança que surgiu nesta emenda é que o Vice-Presidente não mais exerceria o cargo de Presidente do Senado, o que leva Auro de Moura Andrade a assumir a liderança na casa legislativa. Por conta disso, a linha sucessória tem leve alteração, pois após o Presidente vem o Vice-Presidente, em seguida, o Presidente da Câmara, depois o Presidente do Senado – como a presidência não regia mais o Senado, não seria mais o Vice-Presidente da casa assumir na sequência – e por último, a Presidência do Supremo Tribunal Federal. Essa norma de sucessão em caso de vacância, renúncia ou impedimento permaneceu na Constituição de 1988, em especial após o Plebiscito de 1993.

Tanto na votação de 1963 quanto na que ocorreu trinta anos depois, a disputa se dava mais em função da ocasião do que pela efetiva discussão de estruturas políticas – isso também ocorreu na queda da Monarquia, pois o presidencialismo que surgiu era fruto da configuração de forças da ocasião – e isso ressalta a provável necessidade de *debater a fundo, e não de forma epidérmica*, qual a estrutura política mais conveniente ao Brasil. O que se constata é que a mudança sistêmica não alterou a posição de condução da política externa por Hermes Lima, que manteve as diretrizes anteriores. A seguir serão apresentadas as principais ações em política externa, na mesma sequência presente nos demais trechos.

Até setembro de 1962, a República dos Estados Unidos do Brasil ocupara um assento não-permanente no CSNU em três momentos (1946-1947, 1951-1952 e 1954-1955). A quarta vez se deu entre 1963 e 1964, eleito com 91 votos (até então recorde de aprovação), com apoio unânime da América Latina e dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Na ocasião, o representante a discursar no plenário do organismo internacional era o experiente Embaixador Araújo Castro que lá reforçava a solução pacífica de controvérsias. Em discurso, Afonso Arinos propusera estabelecer zona denuclearizada latino-americana; buscava-se obrigar o uso pacífico de recursos a serem reconhecidos como pertencentes a um Estado soberano, independentemente da capacidade econômica do país⁹². Propunha-se combater o efeito das radiações, e defendeu-se então a disseminação de informações sobre essa mazela.

Posteriormente brevíário de paz acalantado por Bolívia, Chile, Equador e México recomendava latino-americanos a não participar em nenhuma atividade econômica ou bélica

⁹² EXTERIORES, Ministério das Relações. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1964. Rio de Janeiro, Seção de Publicações da Divisão de Documentação: 1965.

associada com armas atômicas, assim como a cooperar com acordos existentes. Um exemplo era o que previa o uso pacífico da energia nuclear. Em 12 de junho de 1963, o governo federal emite nota se comprometendo a jamais fazer testes dessa natureza. Isso mostra a aproximação latino-americana, tão buscada nos anos da política externa independente, e também presente na Organização Internacional do Café criada em 28 de setembro de 1962, nutrida pelo Convênio equivalente. Circulava na AGNU o memorando brasileiro que criticava o GATT por aproximar-se demais dos interesses dos países desenvolvidos, e constatava-se a necessidade de criar um órgão de comércio internacional que empoderasse os subdesenvolvidos. Submetida a proposta a votação, aprovou-se por 73 votos a favor e 10 contra. Ao relatar as atividades conduzidas na ONU para questões socioeconômicas, Miguel Álvaro Osório (2008) constata que aumentava o volume de exportações brasileiras, mas se tornava necessário “penetrar nos mercados convencionais” de preferência com produtos (semi)industrializados, e buscar mercados promissores como o da Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON).

Esse foi um dos objetivos brasileiros, o outro foi estimular, através de um documento produzido pela própria delegação, a criação de um novo órgão internacional para o comércio exterior, uma vez que o GATT se provava comprometido⁹³. A consciência da importância dessa inovação multilateral se expressava na Circular 4.577 de 31 de janeiro de 1963, na qual o Secretário-Geral Adjunto para assuntos econômicos afirmava que de 1950 a 1960 as exportações de países desenvolvidos passaram de 32,2 bilhões de dólares para 85,4 bilhões, enquanto as dos subdesenvolvidos passaram de 19,1 para 27,3⁹⁴. Agregava-se a essa dificuldade, o decréscimo dos preços dos produtos comercializados pelos países menos afluentes. Logo, rever multilateralmente os acordos era parte de um esforço para criar um desenvolvimento econômico sustentado. Procurava-se eliminar sistemas preferenciais e artifícios para restringir a exportação de manufaturados brasileiros, assim como buscava-se a penetração em novos mercados.

Ainda que a Convenção de Viena sobre Relações Consulares só tenha entrado em vigor em 1967 no Brasil, a sua assinatura deu-se em 24 de abril de 1963. Nas sessões da AGNU, a Comissão de Direito Internacional era presidida por Gilberto Amado, e lá defendia-se a

⁹³ Por outro lado, de 16 a 21 de maio de 1963 ocorreu a Reunião de Ministros do GATT que discutiu medidas para expandir o comércio dos países subdesenvolvidos como forma de propagar o desenvolvimento econômico. Isso envolvia a eliminação de barreiras e tarifas para produtos primários que a periferia exportava aos centros produtivos, e dar tratamento preferencial para bens (semi) manufaturados produzidos pelos subdesenvolvidos.

⁹⁴ Circular 4.577, do MRE às missões diplomáticas, delegações junto a organismos internacionais e repartições consulares. DPC/ONU/800.(04)/604.(04)/160/300.12, 31 de janeiro de 1963. Descrição: “Convênio Internacional de Comércio. Política do Brasil.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/16.

aplicação, difusão e ensino jurídico independentemente das clivagens existentes no mundo. Seguindo essa diretriz, a delegação brasileira apresentou resolução na Comissão dos Direitos do Homem para que fosse organizada convenção sobre eliminação da discriminação racial. A Circular 4.587 de 5 de fevereiro de 1963 conclama as missões diplomáticas (com exceção das situadas em Panamá, Hungria, R. F. A., Estados Unidos, URSS, Japão, Itália, Reino Unido, Índia e Canadá) a buscar apoio à candidatura brasileira para o Conselho Administrativo da Organização Internacional do Trabalho⁹⁵. As exceções evidenciam que os países citados já possuíam sua posição a respeito do pleito e que esforços para alterar elas seriam irrelevantes.

Em 19 de outubro de 1962, o Ministério da Fazenda declarou que a Comissão Especial de Regularização da Dívida Externa executaria medidas para sanar dívidas com Grã-Bretanha e França, algo unanimemente aprovado no Conselho⁹⁶. Na mesma sessão, seguindo orientações de Josué de Castro e de Celso Furtado, o gabinete decide contribuir para o Banco de Alimentação da FAO, com vistas a participar do Conselho Diretivo e ter mais autoridade dentro da organização, contanto que pudesse ter apoio condicional em matéria de alguns produtos alimentícios, como o arroz e o açúcar⁹⁷.

Na FAO o país participou de um grupo de estudos sobre o cacau. Com relação ao café, em 23 de novembro de 1962 o Ministro da Indústria e Comércio pede para a SUMOC investigar os preços praticados do produto e em 8 de janeiro de 1963 a Circular 4.540 remete o texto do Convênio Internacional do Café assinado pelo Brasil em 28 de setembro do ano anterior⁹⁸. Logo, o Brasil comprometia-se multilateralmente e fazia um esforço interno para regular a si próprio. Nas conversas do gabinete, a integração regional aparecia como propalador de transformações estruturais. Em 10 de outubro de 1962, Celso Furtado pondera sobre possibilidades de financiamento ao sistema educacional, e alguns membros cogitam a Aliança para o Progresso; o ministro extraordinário, porém, critica o fato das ajudas externas virem em

⁹⁵ Circular 4.587, do MRE às missões diplomáticas (exceto às embaixadas no Panamá, Lisboa, Legação em Budapeste e ainda as seguintes Embaixadas: Bonn, Washington, Moscou, Tóquio, Roma, Londres, Paris, Nova Délhi, Ottawa). DGA/650.4(04)/300.12, 5 de fevereiro de 1963. Descrição: “OIT. Eleição para o Conselho Administrativo. Pedido de Apoio à candidatura do Brasil.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/16.

⁹⁶ Ata da 65ª reunião do Conselho de Ministros (19 de outubro de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 398-409. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Circular 4.540, do MRE às missões diplomáticas e delegações junto a organismos internacionais. DPB/DPC/DEOc/DAM/DAF/661.333(00)/300.12, 8 de janeiro de 1963. Descrição: “Convênio Internacional do Café. Remessa do Texto em Português.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/16.

forma de empréstimo e/ou como doações que resultavam em obrigações⁹⁹. O ministro da fazenda alerta que alterações cambiais podem prejudicar o país no caso de compromissos de longo prazo, e o ministro da justiça ressalta que governos estaduais e municipais não podem contrair empréstimo sem aceite do Legislativo. Assim, a ideia de estimular a educação permanece, mas sem a entrada de capital estrangeiro. O assunto só retorna em 11 de janeiro de 1963; quando Darcy Ribeiro fala que para criar Centros de Pós-Graduações das universidades brasileiras seria necessário que o BNDE realizasse empréstimo junto ao BID, o que aprovado¹⁰⁰.

Se em julho de 1960, a União Soviética declarava que colocaria mísseis em Cuba, em outubro de 1962, com nova situação insular, essa declaração se torna um ato, e quarenta e dois mísseis balísticos de médio alcance passam a ameaçar de forma direta os Estados Unidos (DOMINGUEZ, 1993). Configura-se a Crise dos Mísseis de Cuba como ficou conhecida no mundo ocidental, e, no Oriente a Crise de Outubro. Ponto de inflexão na Guerra Fria, e uma das principais ocasiões em que a destruição do mundo parecia iminente, contou com uma tentativa de mediação por parte do governo brasileiro. Isso foi feito discretamente, e na medida das capacidades estatais. O próprio ministro narra como se deu a participação do Brasil, após os Estados Unidos denunciarem a existência de mísseis nucleares em Cuba:

Não cessara ainda a emoção provocada pela denúncia quando recebi à noitinha, em minha casa, a visita do embaixador Lincoln Gordon. Queria saber se poderíamos enviar a Havana alguém que, em nome de nosso governo, ponderasse ao governo cubano, fizesse ver a Fidel, Castro a absoluta necessidade de sair do território da ilha o armamento nuclear soviético. Assenti na sugestão, telefonei ao presidente em Brasília, que aquiesceu de pronto, e perguntou-me quem seria o escolhido para essa missão. Respondi: o chefe da Casa Civil Militar, o General Albino Silva. As instruções ao general foram precisas: compreendíamos que Cuba possuísse armamento defensivo, mas nos opúnhamos à instalação de armamento soviético ofensivo em seu território, porque isto colocava em risco a segurança do continente e mesmo a paz mundial. O general Albino Silva, recebido por Fidel, transmitiu-lhe e reforçou com nitidez nosso ponto de vista. Do excelente desempenho de sua missão dei conta ao Senado em sessão secreta de 21 de novembro. Permanecíamos fiéis à nossa tradição de solucionar questões internacionais por meios pacíficos. (LIMA, 1974, p. 268)

Não obtendo pronta resposta pela parte de Cuba, continuou-se a defender ao mesmo tempo a autodeterminação e não-intervenção junto com a defesa da inspeção de navios e a demanda pelo desarme da ilha; postura bilateral também assumida nas instâncias multilaterais (BEZERRA, 2010). A viagem de Albino Silva e toda a movimentação em torno disso era

⁹⁹ Ata da 63ª reunião do Conselho de Ministros (10 de outubro de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 356-374. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

¹⁰⁰ Ata da 79ª reunião do Conselho de Ministros (11 de janeiro de 1963). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 482-494. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

secreta. Em nota oficial de 24 de outubro, a posição do Premiê Lima é de reafirmar a necessidade de desarmar Cuba e, ao mesmo tempo, assegurar sua autodeterminação através do compromisso com a não-intervenção (LIMA, 2008b). Naquela época, acorriam à Embaixada brasileira os asilados do regime. Acolheram-se 160 pessoas vindas das representações de Equador e Argentina quando as mesmas encerraram suas atividades, e mediam-se constantes tensões entre os que fugiam do governo de Castro, sobretudo a intenção era fornecer condições para que os acolhidos pudessem seguir para outros países (LIMA, 1974). Outro vetor observado, foi com relação a acordo aeroespacial, conforme discutiu da forma a seguir, tal como lavrado em ata:

Prosseguindo, o Senhor Primeiro Ministro submeteu ao Conselho um assunto de caráter urgente relativamente à autorização para instalação no Brasil, pelos Estados Unidos, de uma estação de observação de um satélite, que será lançado em 30 de outubro, para estudar o cinturão de uma radiação artificial criado pelo teste nuclear, de grande altitude. O Conselho Nacional de Pesquisas, através da Comissão Nacional de Atividades Espaciais tem interesse na investigação e submeteu o assunto ao Itamarati e ao Conselho de Segurança Nacional, em 21 de setembro último. O Conselho de Segurança Nacional opinou no sentido da concessão dessa autorização para o prazo de 90 dias, porque é de parecer de que não há restrição sob o ponto de vista da segurança nacional, pelo contrário, há benefícios técnicos e científicos para o País. Aprovada a autorização foi recomendado pelo Senhor Primeiro Ministro que se desse conhecimento do assunto ao Itamarati, ao Secretário do Conselho de Segurança e ao Conselho Nacional de Pesquisas. (ATA do Gabinete Hermes Lima de 18 de outubro de 1962, p. 3-4).

Com os Estados Unidos também se destacaram acordos econômicos. Em novembro de 1962, estava firmado um contrato com o Eximbank para criar investimentos diretos no país, e a viagem na qual se criou essa linha de crédito, negociou-se igualmente com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional. Havia relativa desconfiança e reserva para com o Brasil entre os detentores de capital (inter)americano e entre corpos técnicos que avaliavam a atratividade de investir, mas o governo de Kennedy manifestava interesse em fornecer auxílios.

O Acordo Bell-Dantas de 25 de março de 1963, já em período presidencialista, foi celebrado pelo Ministério da Fazenda ocupado pelo antigo chanceler petebista. Nele estabelecia-se que a Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (a USAID) apoiaria o Plano Trienal contanto que se revertesse a nacionalização da Amforp, feita ao Sul, e fossem cumpridas as metas do FMI. Negociou-se então o reescalonamento da dívida brasileira com os Estados Unidos, tendo em vista que era a menor que o país possuía, se comparada com credores europeus, com o Japão e com o FMI. Houve relativo sucesso nesse quesito; a dívida não desapareceu, mas ficou em baixo perfil. Nesse contexto se deu a formação do Colégio

Interamericano de Defesa, vinculado à OEA, em 9 de outubro de 1962, cuja primeira turma se formou em março de 1963, congregando alunos de quinze países americanos.

Com o México, ocorria em 31 de janeiro de 1963 acordo entre Petrobras e Pemex, ampliando o desenvolvimento energético latino-americano. Em 22 de abril de 1963 ocorre a primeira visita presidencial brasileira no Chile, João Goulart visitava seu homólogo Jorge Alessandri. Medidas de aproximação existiam nas Américas, e o Brasil traçava maneiras de manter o mesmo padrão no mundo Afro-Asiático. Em maio de 1963 observa-se um estudo sobre as representações em países e territórios na África, dela é criada uma lista¹⁰¹, que foi atualizada em fevereiro de 1964, já sob a gestão Araújo Castro.

Em janeiro de 1963, Antonio Houaiss (2008) oferece suas conclusões sobre o processo de descolonização em ofício confidencial, que abre constatando que há dificuldades para liquidar o colonialismo apesar da Resolução 1.514 de 1960 da AGNU que previa a outorga da independência aos países coloniais. A sua análise se divide em três pontos, a fomentarem a tomada de decisão. Primeiro constata que África Equatorial tem maior chance de concluir processo de descolonização pacífica do que África setentrional, pois na primeira a fração de população colonizadora seria bem menor e menos articulada. Em seguida, verifica que a articulação de empresas transnacionais com elites colonizadoras que usufruem de bem-viver no território ultramarino criam mecanismos variados para impedir a descolonização. Por fim, reforça que os países coloniais – em especial Portugal, França, Países Baixos e Espanha – se recusam a tocar no assunto, enquanto a Grã-Bretanha se declara impedida a agir devido a impasses legais internos. Coerente com o princípio da não discriminação racial e com o apoio para independências, propõe-se na AGNU a condenação da África do Sul via sanções econômicas e políticas à mesma, ainda regida pelo regime do Apartheid. Na votação em que obteve aprovação, contou com apoio da maioria dos países africanos.

Nesse período situado entre a Guerra de Independência de Israel de 1948 e a Guerra dos Seis Dias de 1967, eram desconfortáveis as relações entre o mundo árabe e o Estado semita que seguiu o mandado britânico da Palestina. Isso não impediu que o Brasil buscasse maior aproximação com ambos, eram costumeiras negociações no setor energético com os países do Oriente Médio, e nos anos 1960 a balança comercial era tendencialmente favorável (LESSA, 2000b). A posição mantida pelo gigante sul-americano era de equidistância no Oriente Médio, até como reflexo das suas diásporas, o que pode ser visto na forma como resistiu ao

¹⁰¹ Circular 4.693, do MRE às missões diplomáticas e repartições consulares. DAf/601.(00)/602.77(10)/300.12, 27 de maio de 1963. Descrição: “Remessa de lista de países e territórios africanos.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/16.

“Plano Jerusalém”¹⁰² empregado por Israel para fazer com que o Brasil mudasse a localização de sua representação no país sucessor do mandato britânico da Palestina (GROSSMAN, 2018).

Muitas vezes nas reuniões dos gabinetes republicanos as empresas são temas de debates, principalmente as brasileiras. A Usiminas era uma siderúrgica prestes a ser inaugurada, a 26 de outubro de 1962, congregando capital federal, mineiro e da iniciativa privada do Japão. Em 18 de outubro, o presidente do BNDE comunica sua ida à Austrália, ao Japão e aos Estados Unidos para futuras negociações financeiras do banco¹⁰³. Em Tóquio também negociou o débito que havia da Usiminas em Tóquio. Além da estada na ilha do Extremo Oriente, esteve na 6ª Reunião Mundial de Energia, onde disse ter feito networking, na reunião de 23 de novembro de 1962, marcara então nova reunião com os acionistas japoneses para janeiro do ano seguinte¹⁰⁴. Quando chegou a data, na reunião de 17 de janeiro de 1963, o Ministro Dias Carneiro, da Indústria e Comércio, demanda a criação de uma delegação para renegociar o empréstimo contratado em Tóquio, e isso deveria ser criado pelo Itamaraty, que assente¹⁰⁵. Comenta ainda a possibilidade de expandir a Usiminas, para o ano seguinte, o que envolveria entrar em contato com o Mercado Comum Europeu e com a o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. O Conselho concorda e Hermes Lima demanda que todos mandem programas e planos para Celso Furtado montar sua estratégia global de desenvolvimento nacional, como ministro extraordinário.

Com a Ásia ainda, colhia-se frutos da ida de comitiva ao Oriente que atuara em agosto de 1961 ainda no governo Jânio Quadros. No encontro da Assembleia Geral de 1962, a União Soviética propôs trocar a República da China (Formosa) como representante nas Nações Unidas e ceder o assento para a República Popular da China (China Comunista), entre os 56 votos contra estava o do Brasil, em uma votação que negou essa mudança (56 contra, 42 a favor, 12 abstenções). Apesar disso, a relação seguia sendo promissora. Em 20 de novembro de 1962 veio ao Brasil uma delegação do Banco da China comunista e, no ano seguinte, uma Missão

¹⁰² De acordo com Jonathan Grossman (2018), ocorreu uma operação clandestina e complexa a partir do Ministério dos Negócios Exteriores de Israel que envolvia pessoas ilustres de ambos os países de forma a criar as condições para que o Estado brasileiro estivesse persuadido que deveria mover sua Embaixada de Tel Aviv para Jerusalém. Para ele, o telegrama de 5 de junho de 1963 do Itamaraty ao congêneres israelita autorizando a transferência da Embaixada brasileira a Israel foi o resultado direto dessa ação (GROSSMAN, 2018, p. 152).

¹⁰³ Ata da 64ª reunião do Conselho de Ministros (18 de outubro de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 388-397. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

¹⁰⁴ Ata da 69ª reunião do Conselho de Ministros (23 de novembro de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 436-446. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

¹⁰⁵ Ata da 70ª reunião do Conselho de Ministros (17 de janeiro de 1963). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 495-504. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

Comercial foi autorizada a abrir um Escritório, com vistos concedidos para os representantes do Conselho de Expansão do Comércio Exterior da República Popular da China. Em 28 de dezembro 1962 o Brasil concluiu Acordo de Comércio com a República Popular da China. Com os socialistas europeus e com antigos parceiros ocidentais igualmente obtinham-se avanços.

Em reunião de 26 de setembro de 1962, o Ministério da Fazenda se compromete a tomar providências junto ao Conselho da SUMOC para estimular a conquista de novos mercados e superar as limitações¹⁰⁶. O Ministro da Indústria e Comércio propõe exportar produtos ao Leste Europeu, e propõe que exista um representante brasileiro no Mercado Comum Europeu, principalmente para negociar exportação de minério de ferro. O Ministro das Minas e Energia traçava então uma estratégia para a Companhia Belgo-Mineira exportar ferro para Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, uma parte do lucro seria revertida ao governo federal e à Vale do Rio Doce, então estatal. Com o mercado europeu, os ministros chegaram a discutir, mormente o da Agricultura, a possibilidade de exportar açúcar em troca de trigo, para resolver problemas de abastecimento nacional.

No dia seguinte, Hermes Lima anuncia como Ministro Extraordinário o intelectual Celso Furtado. Autorizou-se a criação do novo organismo na reunião do Conselho de Ministros desse dia, após constatarem o constante crescimento econômico desses países e a probabilidade de importarem produtos primários e industrializados do Brasil; ainda que interministerial, teria sede no Itamaraty (LIMA, 2008c). Os bons resultados de decisões anteriores levaram o antigo Premiê Tancredo Neves a receber comenda da Iugoslávia em novembro de 1962, parabenizando pelo fomento da relação bilateral quando ele esteve no poder (BRANCO, 1975). O Itamaraty ponderava então que era mais viável construir acordos bilaterais de longo prazo do que as demais opções também analisadas em gestões anteriores – como o monopólio estatal, o consórcio de empresas privadas ou a multilateralização parcial do comércio. O Conselho opta por seguir a diretriz do MRE, e decide entregar ao Grupo de Coordenação com os Países Socialistas do Leste Europeu (COLESTE) as decisões e ações vinculadas ao Leste Europeu, contanto que reformulações fossem remetidas ao gabinete para que pudessem ser apreciadas por todos que o compunham.

Havia um acordo com o Instituto de Higiene de Belgrado para fornecimento de vacinas contra a poliomelite, mas os pouco mais de 38 milhões de cruzeiros referentes a esse material não haviam sido depositados pelo Ministério da Saúde. Ao mesmo tempo, um surto de varíola ameaçava as relações com países americanos, que consideravam o Brasil o irradiador da doença

¹⁰⁶ Ata da 51ª reunião do Conselho de Ministros (26 de setembro de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 322-342. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

no continente. Enquanto em 10 outubro o ministro da saúde criticava a contingência que orientava o orçamento devido a esses problemas, o ministro da viação seguidamente pedia recursos para a infraestrutura; em oposição a eles, o ministro da fazenda e os demais associados ao Ministério da Fazenda¹⁰⁷. Esse é um traço que caracteriza praticamente todos os gabinetes. Em 22 de novembro, o BNDE anunciava financiamento da compra de aviões da categoria Caravelle, fabricada pela francesa Sud Aviation, por parte da Companhia de Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul¹⁰⁸. Nessa ocasião, o ministro da aeronáutica expressa a mesma insatisfação que expressaram os detentores das pastas da viação e da saúde, a escassa verba para o ministério.

Desde 1960 a Polônia não comprava café do Brasil, e na sessão de 18 de outubro se anuncia a permuta de larga quantidade de sacas do produto agrícola, a serem entregues ao país europeu ao longo de quatro anos, em troca de 100 helicópteros¹⁰⁹. Cinco dias depois, aportava em terras brasileiras o ministro do comércio polonês para alinhar o que ficara acordado. O Itamaraty havia criado uma missão para ir até a Alemanha de forma a tratar sobre auxílio germânico ao Instituto Nacional de Tecnologia, algo que foi exposto na sessão do dia 8 de novembro. Em 6 de dezembro, o ministro das minas e energia retorna de viagem e anuncia acordos com as usinas do Ruhr, enquanto o ministro da fazenda anuncia uma missão enviada à França para negociar débitos referentes aos anos vinte, quando fora construído um porto no Pará¹¹⁰. Até aquele momento, permaneciam as dívidas, e existia a possibilidade de condenação na Corte Internacional de Justiça devido ao passivo com os franceses. Ainda com a Europa Ocidental, existiam tratativas com a Alemanha para a expansão das atividades mineradoras da Vale do Rio Doce, anunciadas em 19 de dezembro¹¹¹. No ano seguinte, em maio de 1963, o consulado de Havre ascende à condição de consulado-geral.

Entre 1956 e 1962, a corrente comercial do Brasil era mais voltada para as Américas, olhando para os dez primeiros parceiros, enquanto a América do Norte acumulava pouco mais de 40% do total, países europeus ocidentais detinham quase 30 % e a Argentina, pouco mais de

¹⁰⁷ Ata da 63ª reunião do Conselho de Ministros (10 de outubro de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 356-374. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

¹⁰⁸ Ata da 68ª reunião do Conselho de Ministros (22 de novembro de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 425-435. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

¹⁰⁹ Ata da 64ª reunião do Conselho de Ministros (18 de outubro de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 388-397. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

¹¹⁰ Ata da 75ª reunião do Conselho de Ministros (6 de dezembro de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 447-456. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

¹¹¹ Ata da 77ª reunião do Conselho de Ministros (19 de dezembro de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 462-474. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

10% (LESSA, 2000a, p. 162). Era preciso ampliar o volume de comércio com os demais países, para que não permanecesse a dependência comercial com os centros econômicos citados, os passos eram dados em direção dos países socialistas, tanto os europeus, quanto os asiáticos e euroasiáticos. Fruto de longa maturação, o COLESTE foi criado¹¹² pelo Decreto 1880 de 14 de dezembro de 1962¹¹³.

Em 17 de janeiro de 1963, os Ministros da Indústria e Comércio, da Marinha, da Viação e Obras Públicas, da Fazenda, e o Itamaraty participam em uma deliberação sobre a compra de dois petroleiros iugoslavos por parte da Petrobras. Após sopesar prós e contras, aprovou-se por unanimidade. Com a União Soviética concluíram-se acordos de comércio e de pagamentos em 20 de abril de 1963. Conforme um jornalista soviético:

No mês de abril de 1963, a URSS e o Brasil assinaram um novo acordo sobre comércio e pagamentos. Simultaneamente, foi subscrito um protocolo sobre a reorganização da representação comercial soviética no Brasil. Estes documentos lançaram as bases jurídicas e criaram os mecanismos necessários para a troca de mercadorias e o estabelecimento da cooperação econômica. O acordo de 1963 firmava o compromisso dos dois países de se esforçarem para ampliar as trocas comerciais entre si, incluindo a concessão recíproca do estatuto de nação favorecida no comércio e na navegação. (...) As trocas de mercadorias entre os dois países aumentaram treze vezes nos primeiros cinco anos posteriores ao estabelecimento de contatos comerciais diretos, saltando de 5,2 milhões de rublos em 1959, para 65,6 milhões de rublos em 1963. (VOLCHEK, 1985, p. 26-27).

Em 11 de outubro de 1962, pouco antes do acordo, o Brasil havia conquistado o aumento de 100 mil toneladas em sua cota de importação de trigo da União Soviética¹¹⁴. Na semana anterior, havia importado 20 mil toneladas de trigo para evitar uma crise de abastecimento. Desde o reatamento, o intercâmbio com a URSS havia duplicado¹¹⁵.

¹¹² Na sessão de 19 de dezembro de 1962, o ministro da indústria e comércio demanda ao Conselho que seja incluído o ministro das minas e energias nas reuniões do COLESTE, imediatamente aprovado.

¹¹³ Em 1961, examinando as potencialidades do comércio exterior brasileiro, Octávio Dias Carneiro expõe duas propostas para reorganizar as relações econômicas do país com o mundo. Ou seria criada a Eximbrás, consórcio público-privado dirigido pela União com a finalidade de agir como ente de fomento à exportação. Ou seria criada uma Sociedade Anônima com as principais entidades existentes de forma a mobilizar os participantes a engajar-se com o comércio exterior. Nenhuma das duas foi adiante, e a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) existia desde 1953, vinculada ao Ministério da Fazenda, mas não existia uma iniciativa mais completa para a atuação comercial; o COLESTE vinha a contemplar, em parte, aquilo que propunha Carneiro.

¹¹⁴ Ata da 64ª reunião do Conselho de Ministros (11 de outubro de 1962). BR.RJANRIO.1T.0.0.0.1. Caixa 1. Atas dos Conselhos de Ministros, p. 375-387. Conselho de ministros parlamentaristas (1T), CODES, AN.

¹¹⁵ Problemas de coordenação acometiam a iniciativa; o acordo negociado pelo Itamaraty esbarrava nos procedimentos internos do Ministério da Fazenda. Em 27 de setembro de 1962 falava-se que o acordo comercial expiraria em 31 de dezembro, mas pelo fato de que até então a SUMOC permanecia analisando o tema, seria necessário reafirmar o mesmo.

Em compensação, surge um impasse com a França. Conforme Cláudio Braga (2004), desde janeiro de 1962 eram apresados navios lagosteiros na costa brasileira, por praticarem atividades consideradas ofensivas à soberania nacional. Ocorre que a plataforma continental (conforme a Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental, a Pesca, a Conservação dos Recursos Biológicos do Alto Mar, o Mar Territorial e o Alto Mar, de 1958, assinada por Brasil e França) era o local onde se situavam crustáceos, logo, ao Estado possuidor daquele território cabiam decisões quanto a quem podia ou não capturar crustáceos. Conforme trazia-se cada vez menor quantidade do animal para o mercado francês advindo do território francês, os lagosteiros gauleses aportaram na costa brasileira (em especial no Nordeste) e na Costa da Guiné, no continente africano; cerca de uma dezena de barcos foram apresados até o início do gabinete de Hermes Lima (BRAGA, 2004). O principal problema de acordo com Marcelo Rafaelli (2003) era o fato da atividade francesa constituir-se em pesca predatória, e isso lesar toda uma economia exportadora do crustáceo na região brasileira afetada.

3.5. Gestão Evandro Lins e Silva, presidência João Goulart (06/1963 - 08/1963)

A transição do parlamentarismo ao presidencialismo gerou uma dificuldade para que a chancelaria conquistasse resultados tão bons quanto os que existiram nas gestões anteriores. Além disso, premido pela circunstância de ser escolhido para o STF, Lins e Silva rapidamente abandonaria o cargo, cedendo lugar para um dos mais brilhantes diplomatas daquela época, Araújo Castro. Não se pode dizer que no pouco tempo que ele esteve à frente do Itamaraty nada se fez, mas, certamente a brevidade e o perfil não tão ativo da liderança impediriam o acúmulo de tomadas de decisão de vulto. Cumpre demonstrar alguns tópicos relevantes para a presente tese, mormente obtidos em fontes primárias, tal como nos outros capítulos. A sequência de apresentação permanece nesse assim como no próximo trecho conforme realizada nos anteriores. Logo, se inicia por temas gerais.

Em termos mundiais, a bipolaridade da Guerra Fria se transformava. A 20 de junho de 1963 surge o acordo do telefone vermelho, que estabelece comunicação direta entre EUA e URSS. A nova via de comunicação direta poderia ter efeito indireto na promoção de acordos para redução de armamentos, os SALTs. O principal passo multilateral foi a assinatura do Tratado PTBT, de banimento parcial de testes nucleares em 5 de agosto de 1963, ao qual aderira a gestão Lins e Silva, sendo precedido por esforços em prol do desarmamento anteriores. O

banimento total de testes só foi aprovado em 1996. Anteriormente, o Brasil já havia defendido a desnuclearização com países latino-americanos, e, em 12 de junho de 1963, o governo lança nota apoiando o pronunciamento de 30 chefes de estado africanos a favor da desnuclearização da África, consubstanciada na proposta de Etiópia, Nigéria e República Árabe Unida lançada um dia antes da nota ser publicada¹¹⁶. No documento externa-se a vontade de que as potências zelem mais pelos “interesses vitais da humanidade” do que pelos “interesses de segurança”.

Ainda em julho de 1963, o Presidente João Goulart vai na sagração do Papa Paulo VI, e em Roma se encontra com Kennedy para discutir a dívida externa brasileira. Naquele momento transcorria o Concílio Vaticano II, e, conforme já fora relatado antes, havia uma delegação brasileira no conclave da Santa Sé. Aproveitando a presença do presidente estadunidense, conversou-se sobre condições para serem pagas as dívidas. Para fechar o mapeamento dos atos mais gerais da gestão, pode-se destacar a manutenção do compromisso com iniciativas culturais globais e/ou bilaterais, é o exemplo dos Jogos Mundiais Universitários, a “Universiade 63”, conforme relatado em Circular 4.713 de 17 de junho¹¹⁷.

Para com as Américas, há pouca movimentação; como em 1º de agosto de 1963, quando o governo reconhece a Junta Militar que assumia o poder no Equador. Mantinha-se a proposta de manutenção de relações zelando pela autodeterminação e a não-intervenção, que também era afirmada com relação a Cuba marxista-leninista, por exemplo. Com a África, como se verá, a crítica do sistema colonial é a principal atuação dessa gestão. Entre a atuação asiática destaca-se o estudo apresentado na Circular n. 4751, de caráter reservado, que apresentava a política externa indiana às missões diplomáticas do Brasil na Ásia e em outras representações estratégicas¹¹⁸. Era um ofício endereçado principalmente às representações brasileiras na Ásia nos órgãos multilaterais, discutia como a Índia se relacionava com outros países da região, como a China e o Paquistão. Lia-se na circular a relação de indianos com o Ocidente, e como se desenhava a conjuntura, que fazia com que a Índia estivesse mais distante de sua região do que dos ocidentais, apesar da postura não-alinhada; e também outros assuntos.

¹¹⁶ Circular 4.716, do MRE às missões diplomáticas e delegações junto a organismos internacionais. DNU/624.25(00)/624.25(20)/624.25(04)/300.12, 20 de junho 1963. Descrição: “Suspensão dos testes nucleares. Conversações de Moscou. Desnuclearização da África. Nota do Governo Brasileiro.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/16.

¹¹⁷ Circular 4.713, do MRE às missões diplomáticas encarregadas de serviço consular e repartições consulares. OCint/640.631(00)/300.12, 17 de junho 1963. Descrição: “‘Universiade 63’. Jogos Mundiais Universitários.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/16.

¹¹⁸ Circular 4.751, do MRE às missões diplomáticas na Ásia, Washington, Londres, Moscou e nas Nações Unidas. DAO/900.1(62a)/300.12, 17 de julho de 1963. Descrição: “Política Externa da União Indiana.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/17.

Um dos documentos mais esclarecedores dessa época é a Circular 4.734 de 9 de julho de 1963, com quase oitenta páginas dedicadas à Europa Oriental e Ásia, principalmente com foco nas relações com países socialistas¹¹⁹. Trata-se da exposição que Aluysio Regis Bittencourt fez, na condição de diplomata representando o Ministério das Relações Exteriores, frente ao pedido de informação que a Comissão de Relações Exteriores da casa impôs ao Itamaraty. Como uma ala considerável do Parlamento ainda temia pelas consequências das boas relações com países socialistas, a demanda impetrada referia-se a um temor de que o governo estivesse incorrendo em ações reprováveis sob o ponto de vista nacional. Caso isso se verificasse, poderia cair o ministro e/ou a presidência poderia sofrer um processo de impedimento por irresponsabilidade administrativa, manobra constantemente tentada em todos os períodos presidencialistas, e de certa forma bem-sucedida em quase metade deles. O autor do pedido foi o outrora presidente da comissão e udenista Raymundo Padilha, relevante na influência legislativa sobre o governo Jânio Quadros (AGUIAR, 2018a). A pessoa a defender as posições ministeriais era o Secretário-Geral Adjunto para Europa Oriental e Ásia. Não tardaria a ocorrer nova convocação na mesma casa legislativa; a 17 de julho vai o ministro Jayme de Souza Gomes, chefe do Departamento de assuntos jurídicos dar detalhes sobre a reforma do Itamaraty, a estrutura administrativa e agregar considerações sobre a atuação do país¹²⁰. Pressionado por um Congresso que não acolheu completamente o gabinete, os enviados arrefeciam ânimos.

Naquela época, as Embaixadas na região cuja responsabilidade era do Secretário Bittencourt estavam instaladas nos seguintes países: Afeganistão; Austrália; Ceilão (Sri Lanka); Índia; Indonésia; Japão; Tailândia; Taiwan. Existiam Consulados em Kobe e Yokohama, assim como em Hong Kong, onde existia um entreposto do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Em Tóquio existia um Escritório de Promoção Comercial do Brasil e um escritório do IBC. Acumulava-se nas embaixadas em alguns desses postos com representação brasileira na Coreia do Sul, Malásia e República do Vietnã. Ao mesmo tempo que avançava o país em direção do Oriente, lacunas eram sentidas, espaços que eram promissores, mas não possuíam presença

¹¹⁹ Circular 4.734, do MRE às missões do Brasil.

AEAs/DOr/DAO/COLESTE/811.(42)(70)/811.(42)(50)/811.(42)(63)/300.12, 9 de julho de 1963. Descrição: “Relações entre o Brasil e os países da Europa Oriental e os da Ásia e Oceania. Exposição do Ministro Aluysio Regis Bittencourt perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/17.

¹²⁰ Circular 4.762, do MRE às missões diplomáticas e consulados de carreira.

DAJ/DJ/DAI/300.13/352.5//300.12, 28 de julho de 1963. Descrição: “A reforma do Itamaraty e suas implicações no Departamento de Assuntos Jurídicos. Exposição do Ministro J. de Souza Gomes perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/17.

brasileira. Não existiam missões diplomáticas em Nepal, Birmânia, Laos, República Popular do Vietnã, República Popular da China, Mongólia, Coreia do Norte e Nova Zelândia.

As propostas do secretário-geral visavam expandir o comércio exterior, mudando abordagens com países cuja representação já existia. Os socialistas ofereciam produtos industrializados, a preços competitivos e desejavam os produtos primários que o Brasil podia fornecer; algo extensível para a relação com japoneses e australianos. Ele enquadrava a relação com o Leste Europeu, a URSS e demais países não capitalistas em um esforço para equacionar problemas globais, criando soluções para eles e projetando paz, autodeterminação e desenvolvimento. Com os soviéticos havia expansão nos acordos naquele momento, não mais de curto prazo, mas de cinco anos, e nas novas tratativas impedia-se a reexportação de café devido ao enquadramento dentro do Convênio Internacional de 1962. Todavia, ainda era esperada aprovação pelo Congresso, e ele a demandava.

Sobre o COLESTE destacava em sua exposição as missões feitas pelo grupo em Bulgária, Hungria, Iugoslávia, República Democrática Alemã, e Tchecoslováquia¹²¹. Em maio de 1963 o saldo positivo com os países citados remontava 25 milhões de dólares. Todavia, ele recomenda concessão de vantagens/estímulos à área privada e absorção da área pública dos industrializados existentes na região¹²². Participava-se então de Feiras e Exposições na área global sob aquela secretaria-adjunta, em junho esteve-se em Poznan expondo materiais industriais, em seguida em Budapeste, e em setembro participou-se da Feira de Outono de Leipzig com coordenação do IBC. Já havia compromisso firmado para apresentar os produtos nacionais na Iugoslávia, Romênia, Bulgária e na União Soviética. Planejava-se criar mostruários permanentes em Polônia, URSS e Japão.

Ainda na exposição feita à Câmara, o diplomata enviado pela gestão Lins e Silva para justificar as ações ministeriais apontava as fraturas orientais, e provava existirem três posições políticas – pró-ocidente, neutralista e socialista – e certas identidades mais geográficas e/ou geopolíticas (como a do Plano Colombo ou da Liga Árabe). Todavia, o bloco esperava, em geral, que a América Latina lutasse contra o colonialismo e buscasse apoiar a paz mundial. Por fim, cabe ressaltar que ele identificava três centros de poder asiáticos (a União Soviética era

¹²¹ Ainda em 1962, conforme se observa na Circular 4.935 de 27 de novembro de 1963, a Legação brasileira em Budapeste fez um estudo do Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), depois retomado para as missões na Europa Oriental na gestão Araújo Castro, que planejava aprofundar relações no espaço socialista. Circular 4.935, do MRE às missões diplomáticas na Europa Oriental. DOr/COLESTE/800(600)/800(00)/300.12, 27 de novembro de 1963. Descrição: “Estudo sobre o COMECON.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

¹²² Tramitava no Congresso nessa época um projeto do deputado federal Marco Antonio do PST, propondo a criação de um fundo de financiamento da industrialização brasileira, advindo de parte dos lucros auferidos com exportações aos países socialistas.

associada mais com o Leste Europeu do que com a Ásia)¹²³: Índia; República Popular da China e Japão.

Junho de 1963 foi um bom momento para negociações sobre linhas aéreas¹²⁴ com países europeus. Celebrou-se então acordo com a França e um com a SAS, sob regência de Dinamarca, Noruega e Suécia. Naquele mês a Portaria 614/GM5 do Ministério da Aeronáutica permitiu que a SAS operasse no Brasil. Complementar com a posição crítica à CEE assumida de forma mais evidente em 1962, o país assumia no Conselho de Segurança a denúncia da colonização. Em 24 de julho, acolheu o pedido de 32 países africanos para trazer ao CSNU a situação dos territórios sob dominação portuguesa para exame de seus membros. De acordo com a delegação, a Carta da ONU era contra o colonialismo, e por isso Portugal deveria libertar Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e demais territórios de seu domínio; mas o caminho para a autodeterminação e a independência deveria ser pacífico. Assim, observa-se na gestão Evandro Lins e Silva uma postura mais incisiva de crítica a determinadas posturas europeias, enquanto se realizava uma série de atos para aproximar-se dos africanos.

3.6. Gestão João Augusto de Araújo Castro, presidência João Goulart (08/1963 - 04/1964)

Há alguns tópicos de corte mais geral a serem abordados nessa gestão. Sob o governo Vargas, em 1952, celebrou-se a Convenção sobre Direitos Políticos da Mulher, mas somente na presidência de João Goulart que foi ratificada. Isso se deu em 13 de agosto de 1963. Tendo em vista a luta por representatividade geográfica na Organização Internacional Marítima, a Secretaria de Estado demanda às embaixadas, majoritariamente situadas no sul global¹²⁵, a trabalharem em prol do que se defendia. A aprovação foi obtida após inclusão de substitutivo

¹²³ Por volta de cinco décadas depois, Jim O'Neill (2001) cunhava o termo “BRICs” para congregar os mais promissores emergentes do futuro – Brasil, Rússia, Índia e China. O que fez com que acadêmicos se voltassem para os países a moldar o futuro das relações mundiais. Voltando-se para o tema o brasileiro BRICS Policy Center foi criado em 2010, e sua sede até 2019 era na casa que pertencera a Afonso Arinos de Melo Franco, em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro.

¹²⁴ Conforme observa-se na Circular 4.714 de 18 de junho de 1963 e na Circular 4.720 de 26 de junho de 1963.

¹²⁵ A Circular 5.073 de 9 de março de 1964 que demandava isso foi encaminhada a Equador, Gana, Haiti, Honduras, Indonésia, Irã, Marrocos, Nigéria, Panamá, República Dominicana e Tunísia. Circular 5.073, do MRE às Embaixadas em Acra, Jacarta, Lagos, Panamá, Porto Príncipe, Quito, Rabat, São Domingos, Teerã, Tegucigalpa e Túnis. DTC/DOA/680.(04)/300.12, 9 de março de 1964. Descrição: “IMCO. Assembléia Extraordinária para Revisão dos Artigos 17 e 18 da Convenção.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/19.

redigido pelas não-alinhadas República Árabe Unida e Índia e emendava os artigos 17 e 18 do estatuto da organização. Por outro lado, o Brasil negociava a minoração do peso da dívida externa, e tanto Ministério da Fazenda quanto Ministério das Relações Exteriores criaram posição para conversas com Estados Unidos, Japão e os membros do antigo Clube de Haia, todos credores. Em 27 de fevereiro de 1964, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) assinou junto com o Brasil uma nota conjunta assentindo com a amortização a longo prazo das dívidas¹²⁶.

Uma das ocasiões memoráveis da atuação do Brasil em recorte mais universal foi o “Discurso dos três Ds” proferido em setembro de 1963 na Assembleia Geral das Nações Unidas. Mais comentado na seção onde o pensamento de Araújo Castro é abordado, cabe dizer que esquadrinhou uma presença revisionista no globo, que, ao mesmo tempo chancelava as instituições. Desenvolver, descolonizar, desarmar eram prerrogativas a serem assumidas pela comunidade global de forma a produzir um sistema internacional mais justo. A tomada de posição discursiva ecoava muitas ações feitas antes dela de defesa perene do multilateralismo. Por exemplo, as articulações da diplomacia para a não-proliferação nuclear, cujo primeiro consenso frutífero obtido foi nas Américas (WROBEL, 1993a). Como o chanceler era um paladino em prol da paz, ele teve essa dimensão reconhecida em janeiro de 1964, pelo Instituto Brasileiro-Judaico de Cultura, e na ocasião discursou reafirmando o compromisso com o desarmamento mundial¹²⁷.

O desenrolar da desnuclearização da América Latina enquanto proposta arrastava-se quando 11 nações a submeteram para votação na XVIII AGNU. A Resolução 1.911 de 27 de novembro de 1963 é aprovada sem votos contra, 91 votos a favor e 15 abstenções, consolidando o que vinha sendo buscado por muitos meses. O Tratado de Tlatelolco consubstanciaria o que já havia sido acordado nas Nações Unidas, somente em 1967. Ao longo de sua gestão, esteve Araújo Castro comprometido em articular uma posição conjunta das Américas para o desenvolvimento, os documentos tendem a ser contumazes e enfáticos nisso. Entre as apostas, conforme se observa na Circular 4.947 de 9 de dezembro de 1963¹²⁸, estavam a criação de um

¹²⁶ Circular 5.069, do MRE às missões diplomáticas e repartições consulares de carreira. DEPC/DAS/DAO/DPF/822.3(00)/300.12, 5 de março de 1964. Descrição: “Reescalonamento da dívida externa brasileira. Troca de correspondência com a OCDE.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/19.

¹²⁷ Circular 5.008, do MRE às missões diplomáticas, repartições consulares e delegações junto a organismos internacionais. DI/G/SG/301/95.3/300.12, 27 de janeiro de 1964. Descrição: “Discurso do Ministro de Estado.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/19.

¹²⁸ Circular 4.947 (Caráter Reservado), do MRE às missões diplomáticas na América. DEA/DAS/DAC/DPC/C/DAM/DIPROC/650.(20)/650.(22)(20)/300.12, 9 de dezembro de 1963. Descrição:

Fundo Interamericano de Desenvolvimento da Aliança para o Progresso¹²⁹ e a busca por posição conjunta na futura conferência onusiana para comércio e desenvolvimento. O primeiro tópico acha-se contemplado com mais uma instância organizacional, como se vê no rodapé nesta página. O segundo com a Comissão Especial de Coordenação Latinoamericana (CECLA) que serviria como foro para justamente congregarem posições regionais, uma vez que de todas as Américas seria um assunto mais difícil. A CECLA não demorará a gerar resultados.

Em 7 de março de 1964 é assinada a Carta de Alta Gracia, feita na CECLA¹³⁰, através da qual latino-americanos demandavam mais procedimentos e mecanismos institucionais para assegurar o desenvolvimento e as decisões da conferência. Referia-se então às dificuldades para a exportação, dadas as variadas possibilidades que governos tinham para regular suas importações, tirando a competitividade e/ou barrando produtos estrangeiros. Para evitar ameaças à paz, seria necessário um comércio internacional baseado em tratamento preferencial aos subdesenvolvidos, não-discriminatório e com regras gerais respeitadas. Ao invés do protecionismo, o mundo deveria desenvolver, de acordo com os signatários, um fundo para facilitar a melhoria das condições socioeconômicas em territórios mais precarizados. Junto a isso, somar-se-ia o reescalonamento das dívidas externas, com perspectiva de longo prazo e juros módicos, e o crédito sem condicionalidades a proporcionar bem-estar nos receptores.

Defendia-se o fim de impostos internos e restrições ao comércio até 1965. Ao invés de cooperação internacional baseada nos excedentes, propunham assistência financeira para ampliar a capacidade de compra dos países que a recebem; associado a isso, um fundo para alimentos deveria ser criado e ser administrado pelos produtores de alimentos. No caso dos produtos manufaturados e semimanufaturados, demandava-se fim ou redução gradual das barreiras dos países desenvolvidos para com os subdesenvolvidos. Previa-se a fixação de metas quantitativas de comércio com países de economias planificadas, e os socialistas deveriam igualmente trabalhar em moeda conversível e fornecer assistência aos países que mais necessitam. Entre os países em desenvolvimento, propunha concessões mútuas e o exame

“Segundas reuniões anuais ordinárias do conselho interamericano econômico e social. Atuação da delegação do Brasil.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

¹²⁹ Na mesma época, o ex-presidente Juscelino Kubitschek postulava pela criação de um Comitê Interamericano para o Desenvolvimento responsável por gerir a Aliança para o Progresso e outras iniciativas para desenvolver a região das Américas. O ex-presidente da Colômbia Lleras Camargo igualmente defendia a ideia. Criou-se então o Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso (CIAP), que no fundo teve funções que já eram desempenhadas pelo Comitê Interamericano Econômico e Social.

¹³⁰ Participavam na condição de observadores da reunião de Alta Gracia alguns países que não pertenciam à região: Estados Unidos; Índia; Iugoslávia; Nigéria; Paquistão; República Árabe Unida; Senegal e Tunísia.

conjunto de princípios e modalidades que estimulassem o comércio recíproco. O que levaria ao fortalecimento de instituições de integração dos países em desenvolvimento.

Consideravam indispensável criar “(...) uma organização internacional dentro do sistema das Nações Unidas para tratar dos problemas de comércio internacional atendendo (...) necessidades de desenvolvimento”. A cada tipo de relação existirão comitês correspondentes. Em aspectos essenciais pode-se dizer que o documento refletia aquilo que vinha sendo enfatizado pela gestão Araújo Castro. Na OEA, no segundo semestre de 1963, o Brasil vota pela convocação de órgão de consulta e constituição de comissão investigadora, para apurar queixas venezuelanas contra Cuba. Esforço de concertação também se faz presente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando, em janeiro de 1964, o representante brasileiro Carlos Alfredo Bernardes vota a favor da inclusão de queixa do Panamá contra os incidentes ocorridos no país, referentes ao seu canal. Ao invés de assumir um dos lados como correto, o Brasil avalizou a autoridade institucional, propondo que o presidente do CSNU fosse incumbido de dirigir apelo às partes para cessar hostilidades e impor moderação. A proposta foi aprovada por unanimidade. Para com as Américas, pode-se destacar ainda a renovação do Acordo Militar Brasil – Estados Unidos de 1952, através de troca de notas em 30 de janeiro de 1964 entre o chanceler e a representação estadunidense no Brasil.

A longa exposição de Bittencourt na Câmara demonstrou necessidade de tornar mais ativa a presença nas terras orientais, e o Itamaraty procedeu nesse sentido. Um grupo técnico nacional viajou entre setembro e outubro de 1963 ao Sul e ao Sudeste da Ásia “em missão econômica e de natureza comercial”¹³¹. Logo em seguida, a Circular 4.924 de 13 de novembro de 1963 apresenta uma lista de países e territórios na Ásia e Oceania sublinhando onde há representação diplomática do país, a ser distribuída em todas missões, delegações e repartições do Itamaraty¹³². Provavelmente, essa catalogação e análise do panorama asiático seria inviável sem que antes tivesse ocorrido a viagem do grupo técnico e a exposição de Bittencourt, ambas gerando vastos documentos. O esforço de fazer conhecer as ações nesse pedaço do globo entre o Oceano Pacífico e o Golfo de Aden, ou o Golfo de Omã, é atualizado em Circular 4.954 de

¹³¹ Circular 4.918, do MRE às missões diplomáticas e consulados de carreira do Brasil na Ásia e Oceânia. DAO/812.(42)(50)/300.12, 7 de novembro de 1963. Descrição: “Viagem do Grupo técnico brasileiro ao sul e sudeste da Ásia.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

¹³² Circular 4.924, do MRE às missões diplomáticas, delegações permanentes junto a organismos internacionais e repartições consulares de carreira. DAO/DI/602.77(00)/602.77(50)/300.12, 13 de novembro de 1963. Descrição: “Remessa de lista de países e territórios da Ásia e Oceânia.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

19 de dezembro de 1963, a revogar a anterior e apresentar o mesmo tipo de dado, mas com novas informações¹³³.

A antiga Indochina esteve em guerra para libertação de 1947 até 1954; e desde 1955 existiam dois países, ao norte um regime comunista de Ho Chi Minh, ao sul o regime ocidental de Ngo Dinh Diem. A imediata sequência fez surgir a Guerra do Vietnã, entre as duas frações da antiga Indochina e com interveniência das partes que formavam o bipolarismo. Em 1963, o presidente ao sul é assassinado; e o Brasil reconhece o governo que sucede o líder morto ao sul¹³⁴. Na circular 4.954 citada, há uma nota com os seguintes dizeres: “O Brasil não mantém relações com os governos da República Popular da China, República Popular Democrática da Coreia e República Democrática do Vietnã”; o que significava dizer que não mantinha relações com países comunistas asiáticos. Em 7 de março de 1964 o governo reconhecia o governo de Sourou Apithy na República do Daomé (hoje Benin), uma presidência que assumia após um golpe de estado. Logo, a diretriz principal do país era manter as relações já existentes e aprofundá-las; as expansões de representação diplomática eram cuidadosamente estudadas tendo em vista motivações domésticas e conjunturas nacionais e internacionais.

Conforme anunciado pelo chanceler em entrevista de 5 de janeiro no Diário de Notícias, reafirmando não-intervenção e autodeterminação, a política externa pressupunha diálogo franco e aberto, com quaisquer regimes ou ideologias, e se declarava “(...) contra qualquer política sistemática de não-reconhecimento”. É na comissão interministerial que ele expõe às autoridades brasileiras a situação do comércio exterior brasileiro tal como levantado pelo Itamaraty. O trecho a seguir é bastante esclarecedor sobre os problemas nesse quesito:

A verdadeira extensão do problema com que nos defrontamos fica evidenciada pelos seguintes fatos:

- a) o volume das exportações totais dos países em desenvolvimento cresceu a uma taxa muito baixa entre 1950 e 1960 (3,6%), equivalente a aproximadamente a metade do crescimento das exportações dos países desenvolvidos e a um terço da taxa dos países de economia centralmente planejada;
- b) o preço médio das exportações do conjunto dos países em desenvolvimento pouco cresceu em relação ao nível registrado em 1950; no mesmo período, os preços de suas importações elevaram-se de maneira significativa, daí resultando uma deterioração global de 9% nos termos de intercâmbio dos países em desenvolvimento;
- c) como resultado da interação dos dois fatores acima apontados, a participação dos países subdesenvolvidos no comércio internacional caiu de 30% para 20% entre 1950 e 1960, enquanto, no mesmo período, crescia a participação dos países

¹³³ Circular 4.954, do MRE às missões diplomáticas, delegações permanentes junto a organismos internacionais e repartições consulares de carreira. DAO/602.77(00)/602.77(63)/923.(42)(50), 19 de dezembro de 1963. Descrição: “Remessa de lista de países e territórios da Ásia e Oceânia.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

¹³⁴ Circular 4.946, do MRE às missões diplomáticas, delegações permanentes junto a organismos internacionais e repartições consulares de carreira. DAO/C/602.1(851)/300.12, 9 de dezembro de 1963. Descrição: “Reconhecimento do Novo Governo da República do Viet-Nam pelo Brasil.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

industrializados de 60% para 67% e dos países de economia centralmente planejada de 8% para 12%;

d) como consequência [sic] final, reduziu-se violentamente o poder de compra dos países subdesenvolvidos, com o resultante estrangulamento da capacidade para importar, justamente quando o desenvolvimento faz crescerem suas necessidades essenciais de importação. (CASTRO, 2008p, n. 282)

A tentativa de mudar esse quadro era interministerial, mas seguramente contava com inventivas diplomáticas as mais variadas conforme pode-se ver na presente parte da tese e em seus trechos. Durante a gestão Araújo Castro, muitos avanços foram conquistados com antigos parceiros europeus e com os mais recentes, socialistas. Em setembro de 1963, se deu a visita do presidente iugoslavo Tito, ocasião de surgimento da Declaração Conjunta Brasileiro-Iugoslava, de um protocolo de conversação econômica, e acordo para cooperação industrial. Em 1963, o Prêmio Internacional Lênin para o Fortalecimento da Paz entre os Povos vai para o arquiteto Oscar Niemeyer. O que se vê é o reconhecimento da expressão cultural brasileira. Seja na França com o cinema, nos Estados Unidos com a música, ou na União Soviética com a arquitetura, os anos 1960 foram de robusto poder brando¹³⁵ do Brasil. Acontecia *in tandem* com esforços para impulsionar o comércio exterior.

A Circular 4.828 de 4 de setembro de 1963, por exemplo, envia informações sobre o mate com a finalidade de promover sua comercialização para as representações da Europa Ocidental sobretudo, mas também para URSS, Polônia, México e Japão¹³⁶. Em 14 de novembro de 1963, a Circular 4.926 explicita que a relação com a França permanecia¹³⁷, apesar de não ser reconhecido Vasco Leitão da Cunha como embaixador; o que é reforçado com o convite de Goulart ao homólogo De Gaulle para visitar o Brasil em janeiro do ano seguinte. Estava superado o passivo da Guerra da Lagosta, muito manejada na gestão anterior. Uma delegação do Parlamento Europeu visitou o Brasil, e na ocasião – 12 de março de 1964 – o chanceler aponta aquele ato como uma demonstração da proximidade da Comunidade Econômica Europeia com a América Latina. Ao que foi exposto sobre essa gestão, deveriam ser agregados às reformas institucionais que ocorreram na época.

¹³⁵ Termo associado a Joseph Nye (2004) que, grosso modo, dividia entre o exercício do poder material (duros) e o exercício imaterial do poder (brando). Enquanto os primeiros são meios de coerção, dissuasão, convencimento, os segundos são meios de atração, cooptação, cooperação consentida. Ele guarda relação com as discussões sobre cultura presentes no Realismo, mormente nas discussões cratológicas (SUPPO, 2011).

¹³⁶ Circular 4.828, do MRE às missões diplomáticas em Beirute, Berna, Bonn, Haia, Lisboa, Londres, Madrid, México, Moscou, Paris, Roma, Tóquio e Varsóvia. DIPROC/561.334/300.12, 4 de setembro de 1963. Descrição: “SEPRO. Publicação sobre mate.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

¹³⁷ Circular 4.926, do MRE às missões diplomáticas e repartições consulares de carreira e delegações permanentes junto a organismos internacionais. AEAf/920(42)(85)/300.12, 14 de novembro de 1963. Descrição: “Declarações do Ministro de Estado sobre Relações Brasil-França.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

3.7. Reformas da política externa (1961-1964) e considerações finais sobre a gestão da PEI

3.7.1. Reformas da Política Externa Independente

Findo o percurso dos governos, com foco mais vinculado ao papel político da gestão, esse trecho tentará lançar luz sobre a renovação administrativa que permeou o período analisado nesta tese. As gestões ministeriais foram expostas em sua essência nos capítulos anteriores; e esse visa agregar mais uma (e última) camada de entendimento, desta feita sobre as reformas. Elas elucidam sobretudo o fluxo de sustentação do paradigma recém-instaurado. Quando para elas se dirige o olhar vê-se que cada gestão deu sua contribuição reformista. O conjunto de ações voltados nesse matiz traz uma imagem de país que refazia sua estrutura administrativa de dentro para fora e que *aggiornava* sua diplomacia, tal como as capacidades permitiam.

Inicialmente, pode-se destacar a transformação no setor cultural do MRE. No alvorecer administrativo de Melo Franco, em 2 de março de 1961, a Circular 3.830 de caráter urgente, demanda às missões diplomáticas um “levantamento sobre as possibilidades de expansão e difusão da indústria cinematográfica no exterior” e para tanto demanda algumas informações¹³⁸. A encargo das missões descobrir qual o sistema local de importação de filmes estrangeiros, qual a participação do governo nessas atividades, quais órgãos que a regulam, quais as modalidades de acordos de coprodução; todas informações que visavam exportar as películas locais. Em 1º de agosto de 1961, no crepúsculo do governo Jânio, o decreto 51.106 define o que é um filme brasileiro e quais as normas a ele associadas sob o ponto de vista federal. Em abril de 1961, a Circular 3.901 reforça a decisão da SUMOC, apresentando as condições e categorias para livre circulação de obras de arte, na iminência da II Bienal de Arte Moderna de São Paulo¹³⁹.

Aos que talvez compreendam nisso uma mercantilização rasteira de um bem cujo valor é incomensurável, havia igualmente uma preocupação de projetar a cultura de forma não-

¹³⁸ Circular 3.830, do MRE para as missões diplomáticas, DCI/540.612, 2 de março de 1961. Descrição: “Exportação de filme brasileiro e regimes de co-produção”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

¹³⁹ Circular 3.901, do MRE para as missões diplomáticas, delegações junto a organismos internacionais e repartições consulares de carreira, DCI/DCn/541.3/540.3/300.12, 18 de abril de 1961. Descrição: “Livre entrada e saída de obras de arte no país.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

comercial. Era o caso do I Concurso Internacional de Ballet, realizado no Rio de Janeiro em vias de organização em março. Durante a gestão San Tiago Dantas ocorre a passagem de Cândido Portinari, e na efeméride fúnebre o MRE faz *urbi et orbi* uma distribuição de informações sobre o autor do painel Guerra e Paz nas Nações Unidas. Em abril de 1962, o MRE se compromete com a organização do III Concurso Internacional de Piano. Ainda no gabinete Neves, demanda-se o envio de atividades culturais e artísticas das representações no exterior ao ministério, como forma de informar à população o que era feito. De certa forma, isso aproxima-se da gestão com transparência, *compliance* e *accountability* tal como se busca hoje.

A Circular 4.227 de 14 de março de 1962 anuncia que o país estava sendo requisitado por muitas Feiras e Exposições no exterior, e que, na impossibilidade de participar de forma plena de todas, deveria seguir as instruções de como agir, tal como indicado no ofício¹⁴⁰. Esse documento servia tanto para assuntos culturais quanto para os de caráter técnico associado com outra especialidade administrativa/política. Em 1962, é levado a conhecimento – ou lembrado – o decreto janista sobre o cinema, via circular do Itamaraty, no gabinete Brochado da Rocha.

No gabinete Hermes Lima e na subsequente manutenção do cargo como chanceler, é possível observar decisões que caminham na mesma direção. Se o Brasil era laureado na França durante o gabinete Tancredo Neves e na URSS na gestão Araújo Castro, durante o gabinete Lima o reconhecimento se deu nos Estados Unidos pela contribuição cultural ao mundo. Mirando as direções anteriores para com o cinema, em outubro de 1962 o Ministério da Indústria e Comércio criou um Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica com caráter interministerial. Para divulgar a música brasileira no exterior, o departamento cultural do MRE manteve programas na América Latina, África e Europa Ocidental com remessa de discos, gravação de fitas magnéticas e apresentação de intérpretes e grupos; a Circular 4.541 de 8 de janeiro de 1963 reforça a diretriz¹⁴¹. Em dois horários, por uma hora, seria possível escutar música brasileira no exterior; às 15 horas ou às 19 horas, conforme horário nacional, e a sintonia poderia ser feita em ondas médias ou curtas. Durante a gestão Lins e Silva se destaca o Festival Internacional de Música cuja realização se deu em agosto de 1963.

Durante a gestão Araújo Castro se observou a necessidade de cumprimento da norma circulada durante a gestão de San Tiago Dantas para que fossem enviadas informações

¹⁴⁰ Circular 4.227, do MRE para as missões diplomáticas, repartições consulares e aos Sepro em Nova York e Montreal, OI/PROC/660.7(00)/300.12, 14 de março de 1962. Descrição: “Normas para a participação em exposições e feiras no exterior.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/15.

¹⁴¹ Circular 4.541, do MRE para as missões diplomáticas e repartições consulares na América Latina, África e Europa Ocidental, DDC/540.36(00)/300.12, 8 de janeiro de 1963. Descrição: “Difusão da música brasileira por intérpretes brasileiros.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

relevantes de cultura das embaixadas ao ministério. A embaixada brasileira em Londres organizaria uma exposição em homenagem a Heitor Villa Lobos, a transcorrer entre fevereiro e março de 1964, por conta disso, a Circular 4.881 de 14 de outubro de 1963 demanda que artigos, notas e materiais que pudessem ser agregados à exposição fossem coletados pelas missões diplomáticas¹⁴².

Através da circular 5.031 de 5 de fevereiro de 1964, o governo Goulart gentilmente remete a todos os chefes de missão diplomática acreditados no Brasil convites para as festividades carnavalescas, entre elas as de grandes clubes, frevo, rancho e samba¹⁴³. É na gestão de Araújo Castro que se atualiza o sistema de revalidação de diplomas, cuja última norma era de 1958, a Circular 4.882 de outubro de 1963 define as exigências para realização do ato¹⁴⁴. As mudanças fora do campo cultural serão dispostas por ordem cronológica, sem necessariamente seguir uma costura temática tal como a dos parágrafos acima, sobre cultura.

Voltando à presidência Jânio Quadros, uma inovação gerencial que marcou a gestão foram os bilhetes, uma forma de despacho presidencial que Jânio entregava diretamente para os ministros; tendo Churchill utilizado antes esse recurso, é provável que o político inglês tenha sido uma inspiração (BARBOSA, 2013, p. 45). Não tinham a formalidade de documento e versavam sobre temas variados. Olhar para eles é ver o cotidiano das políticas públicas, por conta disso, trabalha-se aqui com o material voltado para o MRE, muitos anos depois organizado pelo próprio Itamaraty. A Circular 3.834 de 7 de março de 1961 levou ao conhecimento das missões que o chanceler Melo Franco reservou um dia da semana para receber os chefes de missão¹⁴⁵.

A primeira reforma encetada no MRE sob a gestão Afonso Arinos foi a criação a 10 de março de 1961 do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil (SEPRO), com escritórios para estimular a exportação. Através da Circular 3.854 de 15 de março de 1961, estabelece que ao Presidente do IBC sejam enviadas cópias, ofícios e telegramas, extensivos e

¹⁴² Circular 4.881, do MRE para as missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras, DOC/DIPROC/540.36(60)/300.12, 14 de outubro de 1963. Descrição: “Exposição Heitor Villa-Lobos no SEPRO, em Londres.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

¹⁴³ Circular 5.031, sem destinatário. C/540.61/300.12, 5 de fevereiro de 1964. Sem descrição. AHI/Corresp.Especial/119/5/19.

¹⁴⁴ Circular 4.882, do MRE às missões diplomáticas em Beirute, Berna, Bonn, Haia, Lisboa, Londres, Madrid, México, Moscou, Paris, Roma, Tóquio e Varsóvia. DIPROC/561.334/300.12, 4 de setembro de 1963. Descrição: “SEPRO. Publicação sobre mate.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

¹⁴⁵ Circular 3.834, do MRE para as missões diplomáticas, DC/301.61/300.12, 7 de março de 1961. Sem descrição. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

reservados que versarem sobre o café, incluindo duplicata de anexos, como os de publicações especializadas¹⁴⁶. As escolhas procedimentais foram bem-sucedidas uma vez que permitiram ao país ter a maior quota de exportação de café dentre os exportadores cafeeiros, conforme se assentiu na Convenção de Café, posterior. Também no campo dos produtos alimentícios, a Circular n. 3.819 de 2 de março de 1961 às missões diplomáticas pede que o Ministério da Agricultura faça remessa de publicações relativas à incidência de moléstias contagiosas em gado e aves nos países em que exercem sua missão. Isso era estratégico, pois, ao saber disso, poderia reconfigurar fluxos de comércio¹⁴⁷.

Outra inovação gerencial foi a reforma da estrutura administrativa, descrita e analisada por Flavio Mendes de Oliveira Castro que contextualiza as reformas (2009, p. 449-464). Na Comissão de Reforma de 1951 demandada pelo chanceler João Neves da Fontoura, a chefia coube ao Embaixador Adolpho Alencastro Guimarães, cujos resultados eram bons, mas poderiam ir além da recomendação de implantar merecimento nas promoções e aumento dos quadros e cargos. Em 1952 é criada a Comissão de Elaboração Final do Projeto de Reforma do Ministério das Relações Exteriores, presidida por diplomata Vasco Leitão da Cunha, então ministro de segunda classe, cargo que antecede o de ministro de primeira classe (Embaixador). O Relatório dessa segunda Comissão, encaminhado ao chanceler Fontoura em 1953, foi o que causou mais impacto desde o Relatório de Joaquim Maria de Azambuja em 1854 (CASTRO, 2009). Inspirou a criação do Grupo de Trabalho da Reforma, de 1959, na gestão Negrão de Lima, com a mesma finalidade, pois as sucessivas crises políticas congelaram as propostas de 1953. Os resultados finais foram submetidos ao Congresso ainda em 1959, mas só em 1961 as duas casas legislativas enviaram para apreciação da presidência, que aprovou em julho.

A Lei 3.917 de 14 de julho de 1961 incorporou sugestões das comissões e grupos de trabalho, e com isso os departamentos “Consular e de Imigração”¹⁴⁸, de “Assuntos Jurídicos” e de “Demarcação de Fronteiras” são incluídos na organização. A Reforma Afonso Arinos, que contava com essa lei de julho, aumentou substancialmente o contingente de funcionários administrativos, o que auxiliaria a atividade dos diplomatas. Nessa reforma administrativa

¹⁴⁶ Circular 3.854, do MRE para as missões diplomáticas e repartições consulares. DOr/DAM/DEA/842.31(00)(42)/661.333(00), 15 de março de 1961. Descrição: “Remessa de informações e publicações ao Instituto Brasileiro de Café.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

¹⁴⁷ Circular 3.819, do MRE para às missões diplomáticas. DAM/661.21(00), 2 de março de 1961. Descrição: “Remessa de publicações sobre moléstias contagiosas em gados e aves.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/14.

¹⁴⁸ Na gestão Hermes Lima, no primeiro semestre de 1963, as regras que regulavam o fluxo migratório foram atualizadas, e cada missão diplomática e/ou repartição consular teria condições de selecionar imigrantes com a presença de dois técnicos a auxiliar nessa tarefa.

figuraria pela primeira vez a subdivisão em áreas geográficas, e não mais só pela função. A entrada em vigor se deu em setembro de 1961, sob novo governo. Assim, a lei de julho e o Regulamento de Pessoal do MRE aprovado pelo decreto n. 2 de 21 de setembro de 1961 definiram como se dariam as nomeações para Oficial de Chancelaria e o funcionamento deste cargo. O concurso para selecionar os ocupantes do cargo se daria em 15 de setembro de 1963.

As transformações também se dão no plano das informações. A Circular n. 4226 de 12 de março de 1962 comunica a decisão da Comissão de Planejamento Político referente à Circular 4129 de 7 de novembro de 1961, que obriga o envio de relatório mensal sobre a execução da política externa em missões e delegações¹⁴⁹. Nele deverá constar a posição internacional do país, em termos mundiais, regionais e bilaterais. Deverá versar sobre a situação interna do país. Por fim, expor como estão as relações políticas e econômicas com o país. Estimula a inclusão de propostas para problemas locais a serem avaliados pelo ministério¹⁵⁰. Na mesma direção de ter melhor análise dos dados, a Circular 4.787 de agosto de 1963 cria novas regras para emplacamento de carros e licença para direção¹⁵¹.

Já a Circular n. 4.773 do mesmo mês demanda que as missões diplomáticas deveriam assegurar que todas correspondências tivessem rubrica ou selo quando não forem assinadas¹⁵²; e não era incomum, principalmente em ofícios urgentes e/ou reservados de encontrar-se a demanda para que se acusasse o recebimento. Então não soaria excêntrico ler na Circular n. 4.852 no mês seguinte o Chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos requerendo que após a negociação de atos internacionais, qualquer outro cargo de chefia lhe enviasse o material

¹⁴⁹ Circular 4.226, do MRE para as missões diplomáticas, SG/PPP/920, 12 de março de 1962. Descrição: “Relatório Mensal.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/15.

¹⁵⁰ Em termos de avaliação, a Comissão de Planejamento da Política Exterior, do Itamaraty, contou em seus primeiros atos com a incorporação de nova ferramenta tecnológica. Um “computador eletrônico” atuaria para analisar sobretudo dados quantificáveis (estatísticas, dados socioeconômicos, etc) e auxiliar na tomada de decisão, tal como demandara Miguel Osório de Almeida a San Tiago Dantas. “Política exterior terá dados filtrados por um computador eletrônico”, O Jornal. 1º de novembro de 1961, Caixa 35, Pacote 4, Fundo San Tiago Dantas (Q.8), CODES, Arquivo Nacional. O avanço tecnológico faz com que outros temas surjam. Os satélites fazem com que comece uma discussão sobre “Direito Interplanetário e Direito Inter Gentes Planetárias” cujo pensador mais associado foi Haroldo Valladão, no MRE, mas recebia acolhida de San Tiago Dantas. “Ninguém será dono do céu decidem Nações Unidas”, Jornal do Commercio. 17 de dezembro de 1961, Caixa 35, Pacote 4, Fundo San Tiago Dantas (Q.8), CODES, Arquivo Nacional. Ao longo dos anos 1960 muitas transformações tecnológicas ocorrem, e sobretudo a segunda metade do século XX acelera a tomada de decisão tendo em vista o progresso tecnológico das (tele)comunicações.

¹⁵¹ Circular 4.787, sem destinatário. C/922.93(00)(42)/300.12, 14 de agosto de 1963. Sem descrição. AHI/Corresp.Especial/119/5/17.

¹⁵² Circular 4.773, sem destinatário. C/341.1/300.12, 9 de julho de 1963. Sem descrição. AHI/Corresp.Especial/119/5/17.

acordado¹⁵³ para que os diplomatas do setor jurídico remetessem ao Congresso aquilo que deveria ser apreciado pelos parlamentares¹⁵⁴.

A Circular n. 4.916 de novembro de 1963 segue na mesma direção ao exigir que toda a vez que um funcionário for se dirigir ao Poder Judiciário, deve-se comunicar ao chefe mediato a decisão, reforçando normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União¹⁵⁵. Ainda no quesito troca de informações¹⁵⁶ foi comum a expedição de circulares que comunicam a perda de nacionalidade brasileira, em menor medida, a expulsão de estrangeiros por motivos variados. Também ao longo de todo o período muito se discutiu sobre o pagamento de vencimentos aos funcionários no exterior, e cogitou-se criar em janeiro de 1963 um Grupo Interministerial com a chancelaria, os ministros da Fazenda, os ministros militares de forma a regular o assunto. Em março de 1963 há o Itamaraty reestrutura seu arquivo, e ao longo de todo o período analisado nesta tese se discute a ida ministerial para Brasília. A nova capital surge em 1960 e o processo de mudança do Itamaraty só é concluído em meados da década seguinte.

3.7.2. Considerações finais sobre a gestão da PEI

As reformas institucionais feitas pelos chanceleres, com elas ampliavam capacidades ministeriais, aumentavam o efetivo, avolumavam recursos, com uma atuação mais adequada ao que se espera em termos burocrático-legais.

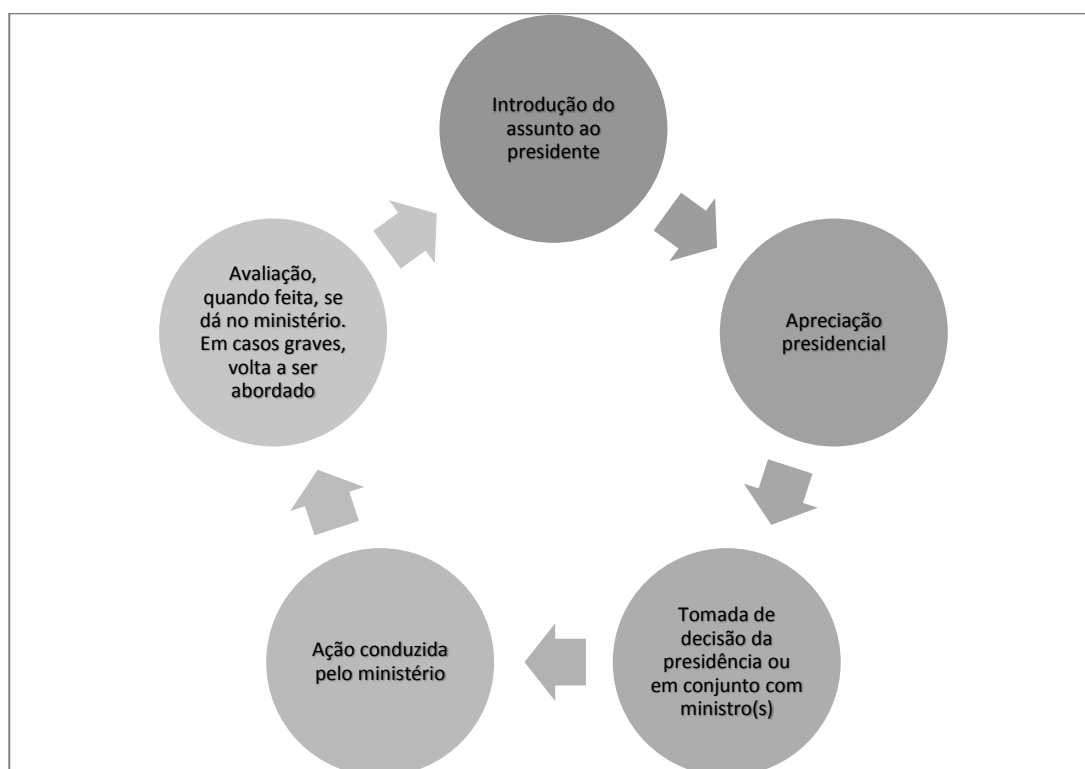
¹⁵³ Circular 4.852, do MRE à Secretaria de Estado. DAJ/DAI/910.3(42)/300.12, 17 de setembro de 1963. Descrição: “Informações ao serviço de relações com o congresso relativas a atos internacionais.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

¹⁵⁴ Aqui cabe um adendo relevante. Por todo o período o Serviço de Relações com o Congresso e eram constantes os contatos entre as duas instituições; ao longo do tempo houve paulatino refinamento da função. Talvez essa boa relação do MRE com o Congresso e a existência de comitês interministeriais tenham impedido maior resistência ao nome de Araújo Castro na ascensão à liderança da Casa do Barão, uma vez que ele encarnava uma ala institucionalista, porém reformista, entre os diplomatas e não foi sentida então a necessidade de um “ministro político” na pasta, uma vez que o detentor dela coexistia interesses variados das legendas que compunham o poder, entre os ministérios, e sabia dialogar com quem não participava dele, como, por exemplo, no Parlamento. Havia baixo índice de judicialização da política externa na época, logo as relações do MRE com o Poder Judiciário também tendiam ao entendimento. Soma-se a isso o fato de que a maioria dos diplomatas possuía formação em Direito nas universidades de maior destaque no país.

¹⁵⁵ Circular 4.916, do MRE à Secretaria de Estado, às missões diplomáticas e repartições consulares. SG/DA/DAJ/315/300.12, 6 de novembro de 1963. Descrição: “Recurso ao Poder Judiciário. Comunicação ao Chefe mediato.”. AHI/Corresp.Especial/119/5/18.

¹⁵⁶ O Ministério das Relações Exteriores sempre teve sua seção destinada ao manejo de informações sensíveis, como é o caso do Livro Secreto B que esteve presente no Regimento das Legações de maio de 1834, que guardava dados referentes aos funcionários do ministério e do exterior (CASTRO, 2009, p. 62).

Figura 2 - Processo de apreciação das decisões sob o regime presidencialista



Legenda: Bibliografia e dados de pesquisa da tese. Elaboração pelo autor, 2017.

Através do gráfico “Figura 2: Processo de apreciação das decisões sob o regime presidencialista” é possível ver como circulavam as informações e como se agia a partir desse ciclo decisório encetado no regime presidencialista. Essa forma de apreciar as decisões se transformou conforme o regime tornou-se parlamentarista. Enquanto no primeiro observa-se uma possibilidade de decisões mais velozes e por vezes muito marcadas pelo perfil presidencial; no segundo caso, observa-se que as decisões são mais coletivizadas e com isso havia um andamento mais lento na execução do que foi decidido. As reformas influenciaram todos os ministérios, não só o MRE, e as representações gráficas servem para demonstrar essa transformação. A seguir, no gráfico “Figura 3”, observa-se como era o processo no sistema parlamentarista.

Figura 3 - Processo de apreciação das decisões sob o regime parlamentarista¹⁵⁷



Legenda: Atas do Conselho de Ministros (1961-1964) e bibliografia da tese. Elaboração pelo autor da tese, 2017.

Assim sendo, observa-se que a presidência de Jânio Quadros e a de João Goulart diferem em seu funcionamento estrutural dos momentos em que existiu a figura do Primeiro-Ministro (Presidente do Conselho de Ministros). Algumas conclusões podem ser extraídas da forma como a condução da política externa nutriu a manutenção do paradigma recém-instaurado.

A mais evidente repousa sobre o Ministério das Relações Exteriores através de algumas de suas características. A primeira a ressaltar é a formação intensiva e complexa a que são submetidos os diplomatas, assim como a existência de uma estrutura hierárquica que funciona. Essas dimensões estruturais permitem uma eficaz e eficiente execução no plano tático e operacional por parte de seus trabalhadores, orientados pelas diretrizes estratégicas emanadas pelos chanceleres. Fatores conjunturais eram relevantes então, entre eles a boa comunicação

¹⁵⁷ A prerrogativa da política externa cabia ao Gabinete e seu chanceler, era definida pelo programa apresentado pelo Primeiro-Ministro, o Presidente do Conselho de Ministros. Na época, tanto sob presidências Jânio e Jango quanto nos gabinetes que existiram entre um e outro, existiam os conselhos deliberativos que lidavam com um tema específico. São exemplos disso, o Conselho de Defesa e o Conselho de Desenvolvimento. As Superintendências também tinham impacto na construção das políticas públicas na governança da época. Talvez uma herança do corporativismo tal como ensaiado na Era Vargas. O leitor que quiser encontrar um panorama dos governos de Vargas entre 1930 e 1945 poderá consultar livro publicado pelo autor da presente tese, que enfocou em políticas externas, políticas socioeconômicas, e políticas de defesa (AGUIAR, 2018f).

dos operários da Casa do Barão com políticos de todas colorações do espectro político. Havia uma preocupação por parte do Itamaraty com as ações pelo desenvolvimento, o que facilitava a comunicação com parte considerável do meio acadêmico. Por fim, pode-se dizer que a relação dos chanceleres com o MRE era harmônica e produtiva, ainda que em algumas ocasiões existissem “ruídos”. O mesmo pode-se dizer da relação entre os líderes do Executivo para com os ocupantes da pasta da chancelaria.

Agregam-se à feição típica de um Estado moderno, contemporâneo, as diretrizes as mais variadas para refinar a forma de atuação externa nos limites do Itamaraty e em conjunção com outros ministérios. Direção que se aprofunda paulatinamente, até encontrar uma nova estruturação em nossos dias, com expansão da representatividade, uma expansão de atores e autores encarnada na descentralização horizontal e na verticalização controlada (PINHEIRO, 2009). Encontram-se hoje, assim como ontem, um primado da lei e uma posição de forte afeição pelas soluções jurídicas, tal como antes do período analisado fazia Rui Barbosa em sua atuação internacional em Haia, por exemplo. Um estudo recente sobre o MRE mostrou que reformas administrativas podem servir para propagar a nação no exterior, pois, ao dotar de maior capacidade para atuar e se organizar é possível “tornar-se global” (PUNTIGLIANO, 2008).

Em estudos sobre estratégia, há um debate sobre o uso massivo de força (estratégia de massa) ou a utilização precisa e forte em determinado ponto (estratégia de Foch). Analogamente, pode-se dizer que o Brasil abandonava Foch e adotava a estratégia de massa. Isso quer dizer, na prática, que não estava mais querendo investir seus esforços em poucos países que detinham poder, mas que ambicionava reconfigurar suas relações a luz da ampliação ao máximo delas. Com isso, esperava-se usufruir maior desenvolvimento e alcançar alguns resultados políticos, estratégicos, socioeconômicos, etc. Assim sendo, o paradigma inaugurado e mantido asseverava a necessidade de abrir embaixadas e consulados, de estreitar relações com países visando avanços para o Brasil (e não motivações ideológicas), entre outros atos. A consequência objetiva dessa opção pode ser vista com o apoio do Brasil aos processos de descolonização, muitas vezes arbitrando disputas entre as partes envolvidas.

Há nesse redirecionamento uma tendência a pôr maior ênfase no multilateralismo, e reforçar o papel das Nações Unidas para a solução de problemas globais. Isso é evidente, por exemplo, na constante luta pelo desarmamento. A posição brasileira é frequentemente coordenada com a América Latina, como no caso da busca pelo desenvolvimento. Em fase subsequente ao analisado na tese, ocorre uma articulação maior com os países de Ásia e África. Outra característica é a opção pelas articulações internacionais sempre que possível, evitando declarações de posição unilaterais. Os chanceleres trabalhavam, uns mais, outros menos, em

conjunto com outros ministérios de forma a atender demandas internas; o caso da infraestrutura nacional é notável. Durante os gabinetes parlamentaristas, as situações regionais, estaduais e municipais aparecem regularmente, e, por vezes incidem sobre as discussões; um pouco menos no caso das gestões presidenciais.

Há um fator que pode ser considerado estrutural à condução de uma política pública, mas que era bastante impactante nos anos 1960. A popularização da televisão e da internet é um fenômeno bastante distante da época analisada, e as principais mídias utilizadas pela população eram rádio e jornais¹⁵⁸. Logo, o papel do discurso era grande, até porque ele gerava um impacto direto na percepção sobre a pasta e sobre o governo. É possível dizer que o acesso ao corpo de ideias dos que moldavam a política externa se dava principalmente em ocasiões em que os líderes podiam expor oralmente suas ideias. Ainda que existissem as funções de assessoria e que grupos de apoiadores e opositores estivessem atuando no cotidiano, a importância discursiva deve ser levada em consideração. Até então, a diplomacia gozava de um caráter mais opaco, menos acessível à população. O processo de “abertura midiática”, se assim pode-se chamar, se dá ao longo dos anos 1950 e 1960, e já nos anos 1970/1980 encontra-se em patamar bastante diferente do que existia na época focalizada na tese.

4. PENSAMENTO DOS CHANCELERES E CHEFES DE GOVERNO

Findo o capítulo sobre as gestões de política externa, agora o tema é o pensamento político dos chanceleres e chefes de governo. Manteve-se a sequência cronológica internamente aos subcapítulos, e na disposição em sequência de quem estava nos cargos privilegiados na análise. Dessa forma, são o foco está na seguinte sequência: Afonso Arinos e Jânio Quadros;

¹⁵⁸ É preciso lembrar que o nível de desenvolvimento tecnológico impedia a circulação cultural tal como existe nos dias atuais, e que a difusão cultural era um assunto vital para os Estados obterem “poder brando”. O Brasil já havia tomado seus primeiros passos multilaterais nesse sentido ainda durante a Liga das Nações (LESSA, 2002), e manteve-se, desde os anos 1940 como país-membro da Unesco. A grande inovação sob o governo Jânio Quadros foi no sentido de dar um caráter mais “popular” à cultura brasileira e a aproximar com outros continentes que não o europeu, em 1961 o Brasil se faz representar no Festival Mundial de Artes Negras, durante os anos da PEI ainda são inaugurados programas radiofônicos em países africanos e/ou países lusófonos, anglófonos e francófonos, assim como constata-se a utilização da capacidade/inteligência de alguns diplomatas mais afins à área cultural (FLÉCHET, 2011). A trajetória da diplomacia cultural saía da cooperação cultural (sobretudo no plano intelectual, educacional) típica dos anos 1920/30, e nos 1960 começava a estruturar uma rede no exterior de divulgação da cultura brasileira, conduzida pelo Itamaraty (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

San Tiago Dantas e Tancredo Neves; Hermes Lima e Brochado da Rocha; Evandro Lins e Silva e João Goulart; e, ao fim, Araújo Castro. Um perfil do pensamento político de cada um dos personagens históricos foi criado, com especial olhar para as obras e discursos que são direta ou indiretamente ligados com a política externa. Enquanto isso era realizado, foi feito um esforço biográfico para a viabilizar a quem lê a concepção de como a participação no governo se situa na própria vida do tomador de decisão. Isto é, mostrar aquilo que influenciou em termos de formação e de experiências prévias, e de produções associadas ao momento de ação.

Observou então a tese as características particulares de cada um dos que estavam envolvidos na Política Externa Independente. Alguns eram mais produtivos em discursos, outros em livros ou artigos, refletindo sobretudo a carreira profissional que existia antes de assumir a chancelaria. As afinidades partidárias e com coletividades era plural, mas isso não impediu que determinadas harmonias fossem encontradas, elucidadas no fim do capítulo. Há uma diferença muito grande no tipo de vida que cada um deles levou.

A existência de diferenças pessoais relevantes, como as de origem, de percurso de formação, de grupos que apoiam e que criticam, a forma como relacionavam-se com as conjunturas, tudo é trazido a lume conforme a biografia for percorrida; com ênfase principalmente para a etapa que antecede a assunção ao cargo. A criação intelectual dos chanceleres e chefes de governo foi investigada por dentro, através das produções dos próprios autores. Isso significa que não foi feita a investigação de toda a rede de pensadores que os cerca. Ainda assim, buscou-se conexões do “pensamento autoral” com as suas aproximações ao “nacional” e ao “global”. Tem-se aqui uma tentativa de síntese, mais do que uma tentativa de exploração exaustiva de cada um deles. A “essência” do que pensavam e defendiam foi exposta ao longo dos subcapítulos. Tal como exposto anteriormente, o capítulo quatro é indissociável dos que lhe precedem. Os contextos incidem sobre as tomadas de posição intelectual, e a forma como foram conduzidas as ações governamentais tem relação com o pensamento. No 5º capítulo os principais resultados dos dois capítulos anteriores servirão para explicitar a hipótese e situa-la em debates sobre a política externa, desde um ponto de vista brasileiro.

4.1. Afonso Arinos e Jânio Quadros

4.1.1. Pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco

Afonso Arinos de Melo Franco teve uma ampla produção, literária, política, jurídica, o que permite considerá-lo uma pessoa influente na política nacional. A principal forma de conceber suas posições frente à política externa e em relação às questões políticas como um todo, aqui nessa tese, foi analisar os trabalhos que tradicionalmente foram categorizados como “políticos” e seus discursos, principalmente como parlamentar e como membro do Executivo. Interpretar o pensamento de um autor passa por entender que, em diferentes fases de sua vida, produzirá obras diferentes, atendendo a sua própria vontade, mas também reagindo a determinadas situações contextuais. Pode-se verificar quatro fases na vida desse personagem indissociável da história política nacional: o jovem, o udenista, o acadêmico, o sábio.

Quem foi o jovem Afonso Arinos? Era um egresso de nobre família de traços liberais, cujos antepassados – os Melo Franco e os Faria Alvim – ocuparam a política parlamentar ora por Minas Gerais, ora pelo Brasil como um todo, desde os anos 1840; e durante toda sua vida, sempre direta ou indiretamente a família esteve ligada à política (FERREIRA, 2006). Antigo aluno do Colégio Pedro II, graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1927, atuou como promotor de justiça até 1932. O “jovem” era uma cabeça formada dentro do bacharelismo jurídico clássico, existente na Primeira República. O período em que ele foi mais ativo e mais influente sobre a política externa situa-se no seu momento “udenista”, e de certa forma também no seu período “acadêmico”. Quando em juventude, anterior à sua entrada na vida político-partidária, teve atuação menor; no período em que pode ser considerado “sábio” ou notável, ele dedicava-se mais a questões jurídicas e literárias.

Durante os anos 1930, escrevia associado com o *ethos* acadêmico da época, mas deslizando para dentro de seus argumentos algumas tomadas de posição. As obras publicadas nessa época são: Introdução à Realidade Brasileira (1933); Preparação ao Nacionalismo (1934); Conceito de Civilização Brasileira (1936); O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa (1937); Síntese da História Econômica do Brasil (1938); Terra do Brasil (1939). Há, ainda, artigos publicados ao longo dessa década. Em trabalho anterior tive a oportunidade de analisar cada um deles de forma breve, chegando à conclusão de que ele era um nacionalista com influências diversas (Pacifismo, Doutrina Social da Igreja, Liberalismo, Republicanismo) que defendia aspectos institucionais e culturais do seu país (AGUIAR, 2016b).

Em 1933, tornou-se diretor do jornal O Estado de Minas e do Diário da Tarde, ambos dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Dos vários artigos jornalísticos dele, muitos publicados em “O Espírito e a Ação”, apreende-se a mobilização das Ciências Humanas –

Direito, História, Culturologia etc. – para a defesa dos direitos civis, do direito ao lazer, de elites estatais de fato republicanas, de instituições a favor do progresso social (LUCAS, 2006). Questões familiares levam ele a começar a ser crescentemente crítico da liderança de Getúlio Vargas. O seu irmão, Virgílio de Melo Franco, havia sido preterido como interventor em Minas Gerais por Benedito Valadares; entre os familiares, aquele havia sido um dos principais nomes (junto com Osvaldo Aranha e Góes Monteiro, por exemplo) da Revolução que derrubou a “República Velha”, conforme os revolucionários. Além disso, seu pai, que ocupou a pasta das Relações Exteriores, entre 1930 e 1933, coincidindo com o governo provisório, estava desencantado com os rumos que eram dados.

Estreia no mundo dos livros com “Introdução à realidade brasileira” (FRANCO, 1933) defendendo ordem/organização contra violências de esquerda e de direita. Para ele, regimes violentos vão contra a liberdade, a inteligência e o espírito. Governos então deveriam investir em cultura e civilização, e atrelar a paz ao nacionalismo; as elites deveriam orientar-se para o reformismo moderado uma vez que o materialismo não convinha. Em 1934, a família rompe com Vargas, e surge a Folha de Minas, jornal oposicionista sob a direção Afrânio, Virgílio e Afonso Arinos. É o ano de Preparação ao Nacionalismo, gestado no ano anterior e marcado por uma visão historiográfica. Nesse livro (FRANCO, 1934), ele trata da questão do nacionalismo hebraico em período que o Estado de Israel não existia formalmente. Dar condições para um povo se ordenar em um território é postulado como melhor meio de se deter a força do internacionalismo disruptivo dos extremismos e da técnica.

Em 1936 e 1937, trabalha como professor de História do Brasil na Universidade do Distrito Federal (UDF). Vinculado a essa época, surge Conceito de Civilização Brasileira (1936). Para ele, a cultura é uma dimensão abstrata, uma consciência coletiva, que, submetida às técnicas, meios físicos e teóricos, resulta em civilização – organizações sócio-políticas com estrutura vital, aparente, real (FRANCO, 1936). Próximo da análise de Gilberto Freyre das origens culturais brasileiras, considera no livro que indianismo, africanismo e o europeísmo (português) são as matrizes da civilização brasileira. Respectivamente, trouxeram o nacionalismo, a busca por liberdade e a adaptabilidade conquistadora. A modernização teria estreita conexão com o tipo de racionalidade: na colônia, a razão evangelizadora era conduzida pelos Jesuítas; no Império, a razão política era conduzida pelo Parlamento; na República, era o Executivo empregando a razão da legalidade. Com a queda em 1930 do regime vigente, há um governo ilegal movido pela força e não pela razão, mas aproximava instituições das massas. A política nacional continuava apresentando uma esperança de “salvação ao caso” e tendências à “ostentação” e ao “nomadismo”.

Lança em seguida “O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa” (FRANCO, 1937), fruto de estudos prévios sobre o tema realizados em Genebra. Ele vê como ao longo dos séculos muda o conceito de bondade natural, no XVI era filosófica-moral e visava reformas, no XVII era jurídico-científica e almejava instituições evoluídas, no XVIII era teoria política objetivando a revolução. Os indígenas cumpriram papel central na argumentação de teóricos que queriam mudar a realidade humana nos setecentos e jovens oitocentos. Em 1938, a convite do Ministério da Educação e Saúde (MES)¹⁵⁹, naquele momento sobre direção de Gustavo Capanema, e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituição encabeçada por seu parente Rodrigo de Melo Franco Andrade dá aulas para o corpo técnico.

As palestras só serão publicadas em 1944, sob o nome “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil” tem um caráter historiográfico, analisando como o país foi povoado, como foram se organizando as cidades e as estruturas socioeconômicas entre os séculos XVI e XIX. Caracteriza-se por escassa argumentação política; todavia, é marcado por alto detalhamento das condições objetivas e técnicas, pelo entendimento de que diversas culturas geraram a civilização brasileira. Nesse ciclo de publicações que ocorreu durante a movimentada “Era Vargas” (1930-1945), há forte influência de autores organicistas, vitalistas, como Berdiaev, Frobenius, Ortega y Gasset, Spengler, e, entre os brasileiros, Oliveira Viana, literatos modernistas e cientistas humanos em ascensão, como Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda. Foi um católico consciente da Doutrina Social da Igreja, o que explica diversas tomadas de posição intelectuais e políticas ao longo de sua vida. O ideário liberal em feição brasileira e o republicanismo são fortes influências, que permanecem ao longo da vida. O livro comentado no próximo parágrafo, o glosado no presente parágrafo e o livro de 1936, são, todos, associados à época que ele esteve trabalhando na UDF, muito vinculados ao material com que dava suas aulas (FRANCO, 1961).

Em 1938, ministra curso na Universidade de Montevidéu versando sobre a Economia Brasileira, em perspectiva histórica. Nas bênçãos do mesmo MES, é enviado à capital uruguaia com essa missão, ao mesmo tempo que Francisco Clementino de San Tiago Dantas ensina a História Política do Brasil, com foco especial em suas instituições políticas. Dessa experiência de trabalho no Uruguai surge Síntese da História Econômica do Brasil (1938), que analisa os ciclos econômicos do Brasil, cada um deles referente a um período histórico e um produto

¹⁵⁹ O Ministério da Educação e da Saúde Pública foi criado após 1930, com o governo de Getúlio Vargas. Anteriormente não existia um ministério para a educação, nem na Primeira República nem ao longo do período do Império. Somente assume o nome de Ministério da Educação e Cultura durante a gestão Café Filho em 1954. A atual denominação Ministério da Educação mantém o termo MEC assumido em 1954, todavia, ele já parte de uma cisão com o Ministério da Cultura (MinC), que ocorreu durante a presidência de José Sarney nos anos 1980.

principal: até XVI foi Pau-Brasil; XVI-XVII foi o ciclo açucareiro; no XVIII-XIX a civilização é mineradora; no em fins do XIX e início do século XX é a civilização agrária do café. A cada um dos quatro ciclos que são núcleos centrais da economia, há uma atividade econômica “ancilar”, complementar: ao primeiro ciclo estão o comércio de animais, o algodão, as oleaginosas, o tráfico de escravos; ao segundo, a pecuária e o tabaco; ao terceiro, pecuária e diamante; ao quarto, a indústria, o comércio e o crédito. Nesse livro, ele associa unidade nacional e atividade intelectual com o crescimento econômico. Contemporaneamente discute-se a importância da estabilidade institucional e da escolaridade no contexto da sociedade do conhecimento, e esse texto aproxima-se dessa visão atual.

Os anos 1930 que vão passando e os anos 1940 que se vão inaugurando são marcados por prolífica atuação nos jornais e em palestras. Os mais impactantes opúsculos foram dragados para dentro de compilações. “Terra do Brasil” (1939) é composto por dois estudos sobre a “Inconfidência Mineira”, a serem apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a palestra “Unidade Nacional” ministrada na Faculdade de Direito de São Paulo, e a palestra sobre “Estudos Brasileiros em Minas” proferida na Faculdade de Direito de Belo Horizonte. Na então capital do Brasil, diz que todo movimento tem raízes ideológicas, e associa os conjurados com republicanismo, abolicionismo, mudança da capital, industrialização, investimento em educação. Em terras paulistas, ele considera eixos materiais e ideacionais na formação da unidade nacional, marcada pelos ciclos político-econômicos. Na capital mineira, critica a importação de práticas e ideários políticos europeus e estadunidenses, pois no Brasil a prioridade nacional é interna, para sua paz e seu desenvolvimento, diferente das propostas estrangeiras. Realça a importância de fazer estudos brasileiros de forma interdisciplinar e estudar as elites nacionais pois essas são bases da própria atuação do Estado.

Pouco mais de duas décadas depois assumirá como chanceler, mas isso não se dá no vazio, pois inicia-se na política externa como secretário do pai na Conferência Pan-Americana de Santiago ainda em 1923, seguindo depois a figura paterna na mesma função de 1924 a 1926 na LDN. Afonso Arinos assume o cargo de consultor jurídico e secretário da delegação brasileira na Conferência de Desarmamento de 1932 em Genebra, após Afrânio de Melo Franco ascender à chancelaria em 1930, cargo que só deixa em 1933. Desde 1934 até 1943 o *pater familiae* Melo Franco atua como grande articulador de posição conjunta e de neutralidade na América do Sul; o filho já bacharel vai amadurecendo como jurista, jornalista, escritor – surgem os primeiros livros – e professor de Direito Constitucional. Somente após a morte do pai, em 1943, com o Estado Novo e os ímpetus oposicionistas do irmão Virgílio que a chama do político é avivada nele; antes disso, ele estava vinculado à Academia e à Diplomacia. Em conferência

lida no Salão de Conferências da Biblioteca do Itamaraty, a convite de Oswaldo Aranha, em 20 de agosto de 1941, consubstanciada no livro “Política Cultural Pan-Americana” afirma a influência europeia e de sua cultura (em especial o Humanismo) nos pensamentos americanos.

Para ele, “Se os séculos XVI e XVII foram de revelação e afirmação de uma existência americana no campo cultural, o século XVIII foi o de fixação desta cultura intelectual no plano das ideias e das ações políticas” (FRANCO, 1941: 39). Tal como na notação musical Coda, ele retoma de forma lateral suas anteriores publicações, espalhadas pelo discurso, e avança em proposições ouvidas por Macedo Soares e Aranha. Por conta da feição humanística, a América seria continente destinado à paz, e não à decadência cultural experimentada então na beligerante Europa. Esses mesmos americanos conduziriam a nova paz, após a guerra que estava em curso, a ser americana, e não europeia como foi a paz de 1918, e nesse sentido, um ressurgimento latino-americano, humanista, seria algo necessário. Em pleno Estado Novo, fornece elemento à crítica dos fascismos europeus; algo polêmico naquele momento no país. Esse texto foi publicado depois em espanhol, em Buenos Aires e em inglês pela Universidade de Harvard.

Já nessa época conflitiva, torna-se um dos melhores amigos de Georges Bernanos, que em livro publicado em 1938 critica o Terror, as intolerâncias e as violências, em prol do humanismo, da espiritualidade, da paz e da Democracia (BERNANOS, 2015). Certamente a Guerra Civil Espanhola, a ascensão de Mussolini e de Hitler, o Regime de Vichy e a II Guerra Mundial não tocaram somente ao intelectual francês. Ainda nesse momento que parecia consolidar-se como professor universitário e eventualmente como jornalista, ele publica em 1942 a vida de ilustre parente, o Marechal João Crisóstomo Calado, ainda que tenha escrito o texto ainda em 1939. A mobilização de diversos tipos de dados primários desenvolvida nesse livro acompanhará seus futuros trabalhos biográficos. Destaca já no prefácio a importância dele dizendo que entre os militares que tiveram destaque no país na primeira metade do XIX: “(...) talvez nenhum possa disputar primazia a Calado, em matéria de bem servir à coisa pública. (FRANCO, 1942: 5)”. Tece ao longo do livro perfil de um herói nacional que esteve nas Guerras Peninsulares, contra Napoleão, na ação militar sobre o Prata, na Independência, na batalha de Ituzaingó no contexto Cisplatino, e contra Sabinada.

Diz que o Congresso de Viena era reação dos monarcas europeus contra a democracia considerada herética, e que “a emancipação dos países desta parte do Novo Mundo era um insopitável movimento histórico, que nada podia deter. O continente atingia, por assim dizer a sua maioria política e a tutela das duas mães pátrias era coisa insustentável.” (FRANCO, 1942: 39). Mais à frente diz que o embate de liberais contra o autoritarismo monárquico era “o choque do nacionalismo brasileiro, extremado e total, contra as reminiscências da dominação

portuguesa” (FRANCO, 1942: 100); de um lado a demanda por Liberdade, do outro, a demanda por Autoridade. Ele dá a entender que essa disputa continuaria nos dias em que escreveu o livro. Além de estar ao lado dos liberais, Calado esteve contra tendências de secessão de extrema esquerda, como a Sabinada. Afonso Arinos também se mostra contra importações culturais descabidas de outros locais: “(...) a cultura brasileira, em todas as suas manifestações, não tem feito sinão decair, nos momentos em que comete a infidelidade de procurar outros centros de influência e outros pontos de atração.” (FRANCO, 1942, p. 130).

A família Melo Franco encarnava a insatisfação na maior parte da Era Vargas de 1930 a 1945, que demandava uma efetiva democracia liberal. Não eram os únicos, todavia. Minas Gerais era um estado da federação com poder massivo na era dos partidos republicanos regionalizados. Congregando-se vários mineiros desgostosos surge em outubro de 1943 o Manifesto dos Mineiros. Defende-se aqui a associação do país com o Ocidente e a democracia. Colocam-se contra a monocracia, a centralização, a usurpação da soberania, evocando nomes como Teófilo Otoni, Tavares Bastos, Cesário Alvim, Rui Barbosa, Campos Sales, Assis Brasil, entre outros. Dizem amparar-se na Circular de Otoni, no manifesto republicano de 1870, nas constituições republicanas, nas campanhas mineiras desde 1910, na Comissão Jurídica Americana e na Carta do Atlântico. Para os signatários, defender um novo equilíbrio, liberdade e democracia no mundo era indissociável de uma postura igual no plano doméstico. Aqui aparece um ideário do republicanismo: a virtude, a prudência, o Estado de Direito, enfim, o reto reger da coisa pública. Homens e Temas do Brasil, publicado em 1944 e Estudos e Discursos, publicado em 1961, são compilações que abrangem essa época.

O primeiro livro contém as seguintes palestras: “Os patriarcas portugueses no Brasil” (de 1940); “A maioria ou a aurora do segundo reinado” (de 1940); “A propósito de Rodrigues Alves” (de 1941); “Arte, tradição e nacionalismo” (de 1941); “Reflexões sobre Euclides da Cunha” (de 1940); “Regionalismo e Nacionalismo” (de 1940); e “O pensamento político e a reconstrução da democracia” (de 1943). A conferência de 1941 no Itamaraty, a que virou livro, está dentro desse livro também, é o segundo capítulo. No trecho sobre os patriarcas, comenta a vida de líderes portugueses da colonização, explica que foi o português que se adaptou à cultura indígena e não o contrário e dá destaque para os Jesuítas no trabalho de colonização. O terceiro capítulo é sobre a “maioridade”, que ele vê como uma contrarrevolução sem derramamento de sangue, que despertou reações incruentas posteriores tal como Independência e proclamação republicana. Sustenta que liberalismo e nacionalismo se conjugam juntos, contra autoritarismo, e que as instituições devem moldar-se às necessidades do momento e do lugar. Após um capítulo influenciado pelo pensamento de Joaquim Nabuco e

seu Estadista do Império, vem um verdadeiro ode à História como fator explicativo embalada em argumento que interligava condições internas com situação internacional.

Neste trecho afirma que a melhor fase administrativa do país se deu com Rodrigues Alves. Elogiando o governo do mesmo, ele diz que regimes, leis e condições sócio-políticas nem sempre coincidem, e que ora umas estão avançadas e outras não, e, por conta disso, a qualidade dos governantes é crucial. O quinto capítulo “Arte, tradição e nacionalismo” advoga que uma forte consciência nacional é necessária para evitar desagregação e outros males; e, por isso, a atividade do SPHAN aparece como algo crucial para fomentar a arte e as tradições nacionais. Ao refletir sobre Euclides da Cunha, diz que ele representou uma força intelectual renovadora, de nacionalização do pensamento. Papel crucial destacado pelo fato dele, escritor católico, dizer que o país tinha duas Basílicas, a de Aparecida e a Casa de Zinco, onde o ilustre engenheiro escreveu “Os Sertões”. Condena o uso da técnica e da ciência a serviço da força e da violência no caso da guerra que estava em curso, no seu texto “Regionalismo e Nacionalismo”; texto que defende a integração nacional através da incorporação e valorização de todas manifestações culturais regionais, evitando bairrismos e separatismos.

Soluções supranacionais, como a tomada de posição conjunta pela paz nas Américas são ligadas à integração nacional. Após ele se filiar em janeiro de 1943 à Sociedade dos Amigos da América, mesmo mês e ano em que morre seu pai, Afrânio de Melo Franco, profere oito meses depois a palestra que virará o último artigo do livro “Homens e Temas do Brasil” (COSTA, 2005). Defende ali a democracia social, os direitos do homem e do cidadão, a ética na política, o fim da corrupção, e lamenta pela degradação do pensamento latino no continente europeu. Para ele, o livre pensar gera o pensamento político, que, por sua vez, cria a democracia; sem essa liberdade, erige-se um regime irracional, fascista. Enquanto o primeiro tipo de sistema político é humanista, o segundo é dogmático; o primeiro fomenta a Fé, a Esperança e a Caridade, visa o progresso, enquanto o segundo é um sinistro misticismo a serviço de falsos messias, que iludem as pessoas com promessas de milagres salvadores. Este texto, assim como grande parte de sua futura produção desmentem a versão de um Afonso Arinos direitista radical, que anseia desesperadamente pelo fim das instituições democráticas.

Em 1944 publica também a primeira edição de História do Banco do Brasil (1808-1835), do qual fora consultor jurídico e advogado, entre 1936 e 1943. A proposta do livro é rastrear o processo de existência (fundação, manutenção e extinção) do primeiro banco que regulava a política monetária e financeira do país. Observa-se nas quase trezentas páginas as transformações de um banco inicialmente autônomo, mas vinculado ao Estado, para uma atuação instrumental para gabinetes e para o monarca, o que levou o Parlamento a com sucesso

dissolver o banco. Por esse trabalho ganha prêmio da Academia Brasileira de Letras. Em 1944, leciona Literatura Brasileira na Argentina (Universidade de Buenos Aires e Universidade de La Plata). Em seguida, a partir desses cursos, surge um livro (FRANCO, 1945) a defender que a fase modernista da literatura importou estrangeirismos para tornar mais nacional a cultura, tentando superar o complexo de inferioridade que permeava a produção de até então. Exalta a originalidade na produção do século XVIII e sua conexão com o período em que ela transcorre.

Após as experiências platinas e europeias ministrando cursos vinculados com suas pesquisas e publicações, já em franca colisão com o governo, passa a pertencer ao agrupamento oposicionista chamado de UDN. Foi um dos seus fundadores em abril de 1945. No ano seguinte, torna-se professor de História da Civilização Brasileira na UDF e assume a cadeira de História do Brasil no Instituto Rio Branco, sucedendo a José Honório Rodrigues. Em 1949, torna-se Professor Catedrático de Direito Constitucional na Universidade do Brasil (atual UFRJ). Nesta tese considera-se mais os escritos de Afonso Arinos que tenham uma proximidade mais explícita com temas políticos/internacionais brasileiros. Por isso, sua considerável produção em Direito não será enfocada. O mesmo pode-se dizer de outros juristas que serão analisados aqui.

Se olharmos o período de 1940 a 1960, cuja geração de políticos profissionais destacou-se em termos intelectuais – divididos entre humanistas e técnicos, entre generalistas e setorialistas – veremos a múltipla notabilidade e o grande impacto acadêmico e político desse congressista (GRILL; REIS, 2016). É justamente essa dimensão louvada por José Sarney (1981) em Afonso Arinos, a do político erudito, a do escritor parlamentar, esse liberal interessado na questão social, esse líder udenista interessado em fazer oposição e construir a estabilidade. Falando de si na terceira pessoa, no mesmo evento da Universidade de Brasília em que falara o futuro presidente, ele diz: “(...) a luta que ele manteve foi sempre da mansuetude contra a veemência, da tolerância contra a violência, do ceticismo contra o fanatismo. Esta foi sua luta como líder. (FRANCO, 1981c)”.

Destaca ainda, o impacto do destino na sua vida política e uma carreira eleitoralmente claudicante, de alguém que tentou agir pela democracia, contra o totalitarismo, em um país de “impulsivos, desinformados e impacientes” imerso em subdesenvolvimento (FRANCO, 1981b). Como político, foi opositor contumaz a Getúlio Vargas, o que lhe rendeu problemas durante o Estado Novo, criou lei brasileira contra o racismo e criticou o apartheid na África do Sul, defendeu a autodeterminação dos povos, viabilizando aproximação com Cuba e países africanos, e criticou a divisão Norte-Sul, econômica e social, nas relações internacionais que era sobreposta à divisão ideológica entre Oriente e Ocidente, também criticada (ARINOS FILHO, 2009). Associava a forma democrática de governar e de relacionar-se com a existência

de garantias fundamentais, direitos a serem defendidos de usurpações variadas. Alguns temas na fala parlamentar de Arinos pai (ou sobrinho dependendo do ponto de vista) foram recorrentes: como a evocação de um ideal de estadista, de exemplaridade política empunhando a espada contra o caudilhismo, como a exaltação de movimentos e da ordem institucional, como as conjunturas em análise e as memórias em construção (LATTMAN-WELTMAN, 2005).

Em 1950 torna-se Professor Catedrático de Direito Constitucional na Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil e faz discurso começando por reconhecer duas figuras que auxiliaram seu êxito: a sua esposa e ao seu amigo Santiago Dantas. Ancorando-se teoricamente na democracia, espera poder na prática exercer análises e comentários de caráter constitucional, com ênfase nas interseções entre Política e Direito. Pouco tempo depois, na virada do seu primeiro mandato iniciado em 1947 e seu segundo, iniciado em 1951, seu projeto de lei contra a discriminação racial, a Lei 1.390 de 3 de junho de 1951 – a chamada “Lei Afonso Arinos” – tipificou como crime qualquer forma de discriminação racial. As atuações mais destacadas na Câmara de Deputados e no Senado Federal seriam transformadas em livros, assim como foram suas aulas de Direito, de História e de assuntos políticos e culturais. É o caso de “Pela solidariedade continental” de 1953, “Pela Liberdade de Imprensa” de 1957, “Parlamentarismo ou Presidencialismo?” de 1958, e o compreensivo “Afonso Arinos no Congresso” de seu filho, com uma centena de discursos, publicado em 1999.

No livro de 1953, ele louva as relações entre Brasil e Peru, destacando a vinda do presidente Juan Manuel Peña Prado ao país e a atuação que Afrânio de Melo Franco tivera no contencioso de Letícia, e antes dele, Barão do Rio Branco. Nesse discurso no Congresso brasileiro, ele destaca a importância da civilização inca, enquanto no discurso no Parlamento peruano distingue unidade (“falsidade imposta pela força”) de união (“encontro de todos os ideais comuns sem sacrifício das peculiaridades individuais”). No segundo residiria a essência dos latino-americanos e ibéricos, cujo peso em conclave internacionais residia na ordem, estabilidade e integração externa, em oposição à instável situação internacional que marcou a formação da Europa. A guerra era fator externo na Europa, e na América Latina, era fator interno. Aqui ele parece antecipar debates sobre formação nacional, como o que Charles Tilly (1990) e Miguel Centeno (2002) fazem. Em 1954 fez discurso conclamando o impedimento ou a renúncia de Getúlio Vargas; o também conhecido como “discurso do mar de lama” foi proferido poucos dias antes do fatídico suicídio. Nesse mesmo ano, foi o chefe da delegação brasileira na X Conferência Interamericana em Caracas, Venezuela. No período de 1953 a 1955 seu irmão Caio era o Embaixador do Brasil na França e Afrânio de Melo Franco Filho, também irmão, será de 1963 a 1966 Embaixador na Bélgica.

Da sua fase udenista surgem livros de memórias, biografias, análises históricas e conjunturais; marcando uma diferença com o ensaísmo historiográfico e/ou politológico apresentado nos anos 1930. Há uma maior vinculação com a realidade, e os dados são mais factuais, menos impressionistas. O trabalho de pesquisa se adensa. De 1962 a 1986 trabalha na coleção Documentos Brasileiros da Livraria José Olympio Editora, que contempla 95 obras, entre os autores: Paulo Prado; Antonio Cândido; Golbery; Café Filho; Cândido Motta Filho; Juarez Távora; Pedro Calmon; Meira Mattos; Nelson Werneck Sodré; Leandro Tocantins; Gilberto Freyre; Helio Jaguaribe; Wanderley Guilherme dos Santos; Vamireh Chacon; Francisco Iglésias, entre outros (FERREIRA, 2006). Desde a morte de seu pai, em 1943 começa a escrever uma biografia de seu pai, com muitos dados coletados ainda quando ele estava vivo.

O resultado vem em 1955, com “Um Estadista da República” e seus três volumes. No primeiro volume do livro sobre Afrânio de Melo Franco e seu tempo tem como subtítulo “Fase Provincial”. Os primeiros três capítulos apresentam as origens familiares, os capítulos quatro e cinco são de sua formação. Da segunda metade do primeiro volume, no capítulo VII, até o antepenúltimo (XXI) capítulo do segundo volume, a principal subdivisão dos capítulos se dá em função do ano de cada legislatura. Praticamente todo o terceiro volume, chamado de “Fase Internacional”, que sucede a “Fase Nacional”, de fato refere-se aos esforços diplomáticos e na chancelaria por parte do pai de Afonso Arinos. O autor admite se inspirar em Joaquim Nabuco cuja obra biográfica sobre Nabuco de Araújo percorre a política do Império tal como biografar Melo Franco pai seria percorrer a política republicana até os anos 1930¹⁶⁰.

É curioso notar que na metade do segundo tomo do “Estadista”, é o período em que Afonso Arinos nasce, então sobrepõem-se as narrativas da segunda metade do segundo tomo, do terceiro tomo, com “Alma do Tempo” e os três últimos volumes de “História do Povo Brasileiro”. Em todos eles, o leitor verá uma trama de fatos pessoais e públicos iniciados com o nascimento do rebento Melo Franco até os anos sessenta. Suas memórias compõem um ponto de transformação na sua escrita, pois deixa para trás o tom acadêmico da sua “fase de formação e juventude” (ênfase em questões históricas e filosóficas), que vai até a segunda metade da década de quarenta, e encarna uma fase mais voltada para a política, incluindo questões internacionais, pelo menos até a primeira metade dos anos 1970. Desse ponto em diante, podemos dizer que ele chega na sua “terceira fase”, que é a de um sênior jurista e político cujas

¹⁶⁰ Após ler “O Estadista do Império” e “O Estadista da República”, observam-se muitas características em comum, apontando para uma linhagem política que é ao mesmo tempo liberal e republicana, buscando afirmar essas características em momentos políticos diferentes, o que torna as obras atos de fala que empunham combates diferentes também; mas, em essência, a aderência teórica é bastante afinada (AGUIAR, 2018g).

obras visam interpretar e intervir sobre a ordem institucional, desde o viés político e jurídico. Sua vida foi marcada por três grandes ciclos que se acoplam às posturas intelectuais: o jovem vive na Era Vargas, o maduro é o da República de 1946, e o sênior é o que vivencia os fatos de 1964 e o ocaso dos que os conduziram, já em 1988. Esteve presente nas aberturas e encerramentos dos ciclos, oscilando seu espectro de atuação conforme suas crenças.

A sua autobiografia começa a ser apresentada em 1961, um longo percurso que só será encerrado em 1979. Em “Alma do Tempo” declara sua modalidade de memorialismo: a literária, por conta disso, são livros de leitura mais leve, mas muitos posicionamentos de Melo Franco são implícitos. Vemos no primeiro volume, comentários às suas leituras formadoras, aos seus livros de juventude, entre os quais a autocrítica aplicada ao livro de 1934, o processo de construção de posições. A obra autobiográfica de 1965 é “Escalada”, que mostra de fato a ascensão do Melo Franco já *pater familiae*, parlamentar líder, e toda a vida de quem deixou para trás a mocidade. Relato interessante para quem gosta de ver o cotidiano legislativo e a realidade da política. Esse volume apresenta uma narrativa próxima do que o leitor pode ver nos últimos capítulos do primeiro e ao longo de todo segundo volume de “Um Estadista da República”, com enfoque em sessões legislativas, em legislaturas, e demais assuntos congressuais. Acompanha, como em todo esboço biográfico e autobiográfico que ele produziu, fina análise sobre alguns personagens brasileiros, em termos de atos, de pensamentos, de características psicológicas, e em termos de suas relações com eles.

Por “Planalto”, de 1968, recebe o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro (ARINOS FILHO, 2009), livro em que explica como foi a vida dele ao longo de praticamente toda a década de sessenta. A partir de “Alto-Mar, Maralto”, de 1976, a narrativa se assemelha menos com um livro de memórias ou uma narrativa sobre parcelas passadas de uma vida, e parece um diário, com um autor conversando diretamente com o leitor. Páginas de Melo Franco (1976) escritas entre agosto de 1968 a abril de 1976, precedidas de “louvações” poéticas de Carlos Drummond de Andrade, Odylo Costa Filho, Alphonsus Guimaraens Filho e João Cândido Tavares, tem três excertos comentando eventos posteriores aos narrados em “Planalto”. Mesmo ano em que os quatro volumes são reunidos na edição “Alma do Tempo” editada pelo INL, pela José Olympio Editora, e outros, é quando surge “Diário de Bolso seguido de Retrato de Noiva”. Trata na primeira parte de anotações em diário feitas entre 1977 e 1979, e em seguida, apresenta-se o conjunto das cartas trocadas entre Anah e ele nos idos de 1927/1928. Quase uma comparação entre o mundo do recém-formado e em vias de casar ao mundo do já laureado acadêmica e politicamente com um casamento sólido que só a morte separaria. Seu último suspiro biográfico é forte como o “Tramonto” de Afonso Arinos Filho,

cujas afinidades lhe são notórias. Sendo Afonso Arinos um líder oposicionista nos anos 1950, não é de se espantar que defendesse liberdades e exaltasse o Parlamento.

No livro sobre a Liberdade de Imprensa, de 1957, começa elencando doutrinas antiliberais e totalitárias cujo determinismo social impede que exista liberdade nas comunicações. Escudado em argumentos de Rui Barbosa e na Doutrina Cristã, critica ditaduras que transformam a imprensa em serviço público guiado por minorias, e explica que no sistema existe menos cooptação, corrupção e mais freios e contrapesos. Retorna a um tópico caro ao Liberalismo, de defender a política da tendência da “tirania da maioria”, evocada em Tocqueville e Mill; aqui ele defende a liberdade legislativa frente aos desmandos executivos. Para ele, o sistema de 1937 era viciado e caudilhesco, enquanto o de 1946 era democrático, conclusões à luz de comparações tanto brasileiras quanto com as constituições de França, Grã-Bretanha, Suíça, Alemanha, Itália, e Estados Unidos. Desemboca a narrativa na sua recusa ao projeto de lei que mitigava a ação da imprensa proposta por Kubistchek. Por fim, podemos destacar a profissão de fé presidencialista de Afonso Arinos, exposta frente a frente contra o Parlamentarismo de Raul Pila, em dois momentos 1949 e 1952, congregados no livro de 1958, pouco antes do primeiro se converter à fé do segundo. Foi ao longo dos anos 1950 e vendo as diversas crises dentro do Presidencialismo que surge o Melo Franco articulador da “solução parlamentarista” em 1961. O prefácio dessa obra, escrito por Arinos, é elucidativo.

Em 1959 na Câmara, faz o discurso conhecido como “O Senado Republicano”, depois compilado em livro (FRANCO, 1978, p. 1-32). Nele, se posiciona contra uma Emenda Constitucional através da qual os ex-presidentes tornar-se-iam, após o fim do mandato, conselheiros com status análogo ao de senadores vitalícios. Sustenta que o bicameralismo do Brasil não era unitário e aristocrático como o caso inglês, era democrático e federal, e, por conta disso, copiar as instituições italianas (essas por sua vez, copiadas da Constituição Brasileira de 1824) era ir contra a natureza do Senado como então estava. Isso afetaria, de acordo com ele, os legislativos estaduais e municipais, e todo o sistema político se aristocratizaria com milhares de ex-mandatários entrando para as legislaturas sem ter oportunidade de renovação.

De 1947 a 1952 foi da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados Federais, na mesma é titular da Comissão de Redação entre 1955 e 1958. Em 1958 torna-se imortal, a Academia Brasileira de Letras o acolhe assim como o Instituto Histórico e Geográfico o fizera e o Conselho Federal de Cultura o faria posteriormente. Em 1959 torna-se membro do Conselho da União Interparlamentar, mesmo ano que inicia seu mandato de Senador, mantido até 1967. No Senado Federal, foi presidente da Comissão de Relações Exteriores em 1959, e posteriormente, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Sempre pela UDN,

sediado em Minas Gerais quando na Câmara e passando à capital, depois Guanabara, no Senado Federal. Após esses intensos 20 anos de atividade parlamentar, para de atuar por 20 anos, para retornar como líder constituinte no fim dos anos 1980 no Brasil.

Em 1961 é praticamente suspensa sua atividade parlamentar, pois, além da chancelaria no governo Jânio, assume, no gabinete Tancredo Neves, a chefia da Delegação do Brasil nas Nações Unidas. No ano de 1962 volta para a chancelaria, no curto gabinete Brochado da Rocha, mesmo ano em que vai ser observador no Concílio Vaticano II, junto à delegação brasileira na Santa Sé. Em 1963, chefia a Delegação do Brasil na Conferência do Desarmamento em Genebra. Dessa forma, durante o período da Política Externa Independente esteve mais vinculado ao Itamaraty do que ao Congresso. Em 1961, Afonso Arinos vai à Assembleia Geral das Nações Unidas, e discursa identificando uma divisão ideológica entre Leste e Oeste e uma divisão econômica entre Norte e Sul, e vai ao Congresso brasileiro três vezes e elucida dúvidas sobre a política externa, tal como mostrado na seção anterior desse capítulo. Nesse ano e em 1962 está na condição de chefe da delegação brasileira na ONU.

O livro “Evolução da Crise Brasileira” é uma reunião de artigos escritos no Jornal do Brasil, de setembro de 1963 a setembro de 1965. A publicação da obra analisando a conjuntura política brasileira se dá em fins de 1965. As duas primeiras partes são sobre a política interna “antes da revolução” e “depois da revolução”. Aqui vemos Arinos atacar a divisão que permeia a sociedade e os partidos e transborda para a atividade estatal; ao invés disso, propõe uma moralização da política, que gere estabilidade/segurança institucional, uma consciência nacional que permita entender os objetivos nacionais e buscá-los. Uma democracia sem radicalização viabilizaria a coexistência interna. Reformas afastariam os extremismos da revolução e da reação, e aproximariam brasileiros que sofriam com os efeitos da cisão e da cizânia internas. Para ele, antes de abril de 1964, a moderação era o meio, o local, o Congresso.

Compara então três “revoluções” – 1930, 1937, 1960-1965 – vendo como o grande motor da primeira a busca por reforma constitucional, e entendendo complementares as propostas de Ruy Barbosa sobre instituições com as de Alberto Torres acerca do real. Todavia, vitoriosa, incitou divisão entre liberais e antiliberais (e dentro de cada ala, uma direita e uma esquerda), na impossibilidade de conciliações e sob onda antiliberal internacional de supressão da democracia, surge nova revolução em 1937. Reconhece a radicalização das elites como o maior risco para a democracia, até porque as soluções pacíficas para crises dependiam delas. Para Afonso Arinos, apesar da eleição de Jânio ter sido o início de uma revolução em curso (pois redefiniu partidos e seus espectros políticos), a divisão nacional não sublimada poderia leva o país a ser um teatro da Guerra Fria, com influências diretas das superpotências.

Instalados os militares no poder, em artigos após abril de 1964, afirma ser necessária a volta a legalidade para assegurar que o movimento é democrático; e uma boa relação Executivo-Legislativo poderia integrar “dinamismo revolucionário com estática democrática”. Somente na institucionalidade seriam possíveis reformas, condição sem a qual o governo tornar-se-ia de fato ditadura. Além disso, a instauração do planejamento democrático seria solução ideal dadas as dificuldades nacionais. Pouco antes da instauração do bipartidarismo, defendia a criação de um partido novo, de perfil solidarista, baseado na Doutrina Social da Igreja, aberto aos cristãos de outras legendas, que pudesse criar condições de fazer algo novo, para além da busca por revolução ou do poder a qualquer custo. Ressalta que após esse primeiro partido com nova mentalidade, viriam outros com perfil inovador.

Sobre as Relações Internacionais de então e a Política Externa Brasileira, há a Parte III, última do livro, e algumas declarações esparsas nas outras duas partes. Ressalta que o Brasil é uma potência média com desequilíbrios internos, mas com capacidade de liderar no multilateralismo; ressaltando o papel onusiano – para descolonização e desarmamento – e o papel do Vaticano e sua Doutrina Social – para aplacar os extremismos e evitar conflitos. Ressalta a importância de adotar uma postura de coexistência e de combate à discriminação racial tanto doméstica quanto internacionalmente, ao comentar suas impressões sobre os EUA e sobre a Argélia, e defende, por fim, a descolonização, o desarmamento e o desenvolvimento.

Entre 14 e 20 de dezembro de 1966, ele ocupa o plenário do Senado Federal criticando o que era considerado a “Reforma Constitucional de 1966” (FRANCO, 1978, p. 42-134). Distingue constituições que são “instrumento” de revoluções em curso – como as brasileiras de 1824, 1934 e 1937 – das constituições que são consolidação de uma revolução que se encerrou, uma “suma” que conclui um movimento – tal como foi a de 1824 após o ato adicional de 1834, a de 1891 e a de 1946 – e ressalta que a de 1934 poderia ter sido “suma”, mas não entrou em vigor devido estado de exceção, e a de 1937 não foi exercida pois nunca se realizou plebiscito a chancelando. A razão de considerar que a futura constituição, fruto da reforma de 1966, seria “instrumento” se dá pelo fato dela ser precária, e, por isso, ou ela levaria a limitação de poderes ou a mais arbítrio. Seria necessário um texto constitucional que resgatasse a liberdade e a justiça sem deixar que a anarquia reinasse, superando “a contradição entre a esperança e o medo”. Profeticamente, ele diz que ou voltava-se ao Estado de Direito ou haveria conflito permanente do poder civil com o poder militar. Além disso, citando Gunnar Myrdal, diz que essa nova ordem jurídica deveria reconhecer o subdesenvolvimento como tema a ser tratado, pois ele ameaça à segurança nacional como um todo e mobiliza militares e civis.

Afirma que sua gestão como chanceler orientou-se no sentido de contestação da bipolaridade, em 1961, devido a impossibilidade de guerra total entre os blocos “(...) porque a guerra total só se realiza quando existe a possibilidade de um esmagamento total (...) bilateral no caso de uma catástrofe nuclear.” (FRANCO, 1978, p. 76). Critica as contradições do regime, autoritário politicamente e liberal economicamente. Propõe sair desse sistema embebido em “nasserismo” como diversas outras nações latino-americanas foram conduzidas após intervenção militar, para implementar um sistema parlamentarista que garanta liberdades e direitos. Dedicado às publicações, em especial nas memórias, é convocado a partir em 1967 para fazer parte do Conselho Federal de Cultura, pouco depois, no fim do ano, publica História do Povo Brasileiro com Jânio Quadros, Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa. A análise desse livro e outras publicações que levam o nome de Jânio serão analisados em seção futura. Em 1967, de fato interrompe sua carreira parlamentar; decepções abundam com uma Constituição considerada autoritária, com um regime que não estava seguindo os rumos que ele esperava, e com as posições da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que ajudara a fundar.

Aqui é importante ressaltar que nesse perfil do pensador Afonso Arinos o que ele veio a escrever após seu desligamento da sua função de chanceler gira cada vez mais em torno de dois grandes temas: temas jurídicos e temas parlamentares (ocasionalmente sobre a política como um todo). Eles foram escritos entre o encerramento do mandato nos anos 1960 e seu retorno como Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais em 1985 (a Comissão Afonso Arinos) que elaborou um anteprojeto constitucional, e, mais tarde a sua atividade como constituinte a participar da elaboração da Constituição Federal de 1988. Os volumes dedicados à biografia de si e à biografia de Afrânio de Melo Franco lhe aproximam das obras de Joaquim Nabuco, e nota-se em ambos a mesma afirmação do humanismo em sua vertente cristã, e um republicanismo liberal (AGUIAR, 2018g). É a defesa de uma política feita de forma mais centrada nas liberdades e nos direitos, assim como na construção de melhores condições institucionais para tanto. Em meio a um volume considerável de trabalhos, “Rodrigues Alves” revela o desencanto completo com o presidencialismo, algo tímido nos anos 1950, mas paulatinamente uma posição inexorável¹⁶¹.

¹⁶¹ O que não impede ele de elogiar o sistema político estadunidense ocasionalmente. Em 1947, na Câmara ao discursar sobre Benjamin Franklin (ARINOS FILHO, 1999), nos artigos jornalísticos (FRANCO; 1965, 1978) em 1964 no Jornal do Brasil (“Ainda as elites”), no Estado de São Paulo em julho de 1974 (“Democracia e República”), na Manchete em julho de 1976 (“A Constituição Americana”). Contudo, a ênfase sempre recai no papel dos estadistas, como ao elogiar Kennedy ou os “founding fathers” e no fato do Estado norte-americano ser uma República, que possui valores republicanos. O Republicanismo é defendido mais do que o presidencialismo, quase como se Afonso Arinos dissesse: o presidencialismo tem condições ótimas para acontecer, fora delas, é mais recomendável seguir no parlamentarismo. O livro de 1974 chamado “Instituições Políticas Modernas no Brasil e nos Estados Unidos” cumpre a tarefa de tentar resgatar para o Brasil essa vocação republicana.

O livro biográfico sobre Rodrigues Alves tem o mérito de discutir a instituição que é a presidência, e tudo aquilo que pode fazer dela uma boa experiência política. O que vemos nesse estudo de caso é um cortejo ao progressismo dentro do conservadorismo, um deleite no poder civil, um agraciamento com a “supremacia paulista” que então governava condicionadas por elites republicanas de outras quadras, um elogio à habilidade política ministerial, com seus Rio Branco, com seus Bulhões, entre outros. O livro dedicado à neta do ex-presidente, a sua esposa recém-falecida, mostra que desde a Primeira República o Presidencialismo esteve em crise. Depois da conversão ao Parlamentarismo em 1958, ele começa a mostrar que não é só de líder do Executivo que vive um sistema político. Por isso, recorre ao estudo de instituições, de partidos, do Legislativo, e de outras forças coletivas relevantes na conformação da ação estatal.

Retoma a análise de conjuntura, tal como exercida no Jornal do Brasil entre 1963 e 1965 no livro “Problemas Políticos Brasileiros”, publicado em 1975. Na sua leitura das condições socioeconômicas do Brasil, país considerado de “capitalismo periférico”, verifica fatores de justiça social como os previdenciários e os trabalhistas, mas ainda com longo caminho a seguir. Afirma que a diplomacia mudou do bilateralismo, das missões e representações nacionais, para o multilateralismo, da representação em órgãos internacionais, e o não se alinhar, o tornar-se independente estava vinculado com a postura anticolonial, com a fase atual da diplomacia brasileira, em que Direito Constitucional e Direito Internacional se interpenetram (FRANCO, 1975). Esse momento surgiu após a imperial fase da geopolítica, a fase da Primeira República, político-jurídica, e da Era Vargas, em que no mundo a política internacional baseou-se na força. Ideologia, poder, representação, partidos: diversos temas dispostos nos capítulos desse livro de forma didática. Tão nos moldes de livro-texto o são esses excertos quanto os capítulos “Evolução Política do Brasil” e “República”, largamente amparados nos livros coordenados sete anos antes por ele e por Jânio Quadros.

4.1.2. Pensamento de Jânio da Silva Quadros

O presidente Jânio Quadros vinha de uma série de experiências políticas em partidos de pequena ou média margem de votação, sendo um fenômeno que se considerava pairando acima de todo e qualquer corpo coletivo, sua personalidade carismática mesmerizava. Antes da candidatura, teve ações em defesa da anistia política aos comunistas, em prol de artistas, em prol da juventude, a favor da moralidade administrativa e política, e contra e contra as máquinas

partidárias (como a de Adhemar de Barros) e as armas de destruição em massa (CASTRO, 1959, p. 53-54). Antes da eleição, fez viagens importantes, para países nas Américas, no Caribe, e na Europa, sempre acompanhado. Na condição de candidato viaja para Cuba em 1960, quando elogia o esforço anti-imperialista de Fidel Castro e propõe uma postura mais neutra da ilha caribenha, nos moldes do que estava fazendo então a Finlândia, professando-se então fiel defensor da não-intervenção (BARRETO, 2001, p. 242). Nessa viagem, lhe acompanhava Afonso Arinos e um séquito midiático.

Joel Silveira (1996) narrou sua viagem junto do presidente eleito, desde o Brasil até a Inglaterra, passando por Espanha e Portugal, após a eleição de 1960. Nessa narrativa, afirma que João Dantas disputava a vaga de ministro das relações exteriores com Afonso Arinos; nesse mesmo tempo, a UDN exigia cargos por considerar-se força ímpar na vitória, categorias ameaçavam greve, sabendo do histórico de apreço janista pela austeridade econômica, e alguns temas internacionais já apareciam. Era a favor do Ocidente, do ideário cristão, mas era crítico do colonialismo, já conversava com líderes, em especial do norte africano.

Empossado, faz um austero discurso em 1º de fevereiro de 1961 (QUADROS, 2010: 9-18) enfatizando que “Somos um Estado democrático cujos fins se contêm no governo do povo, pelo povo e para o povo” e se coloca como paladino contra toda a forma de dilapidação da coisa pública. Ataca a dívida externa e interna, assim como a “crise moral, administrativa e político-social”. Tudo somado, a solidariedade nacional estava abalada. Defendia a criação de “órgãos da mecânica democrática (...) mais próximos das massas”, com uma democracia que abarcasse o nacionalismo e uma participação efetiva. Louvava a prosperidade do país, tal como a Canaã bíblica e pede ajuda para Deus. Critica o colonialismo, e associa isso a ideia de uma solidariedade internacional no concerto das nações, ao qual os países devem pertencer de forma soberana. O primado do desenvolvimento embebido em Doutrina Social da Igreja que ele espera ocorrer no mundo também se reflete internamente na frase: “Não pedirei ao povo que aperte o cinto e sofra calado o enriquecimento abusivo e indecente dos gozadores inescrupulosos”.

A Mensagem ao Congresso Nacional (QUADROS, 1961a) feita no início do mandato dizia respeito à situação econômico-financeira em sua primeira parte, seguida por discurso sobre a situação social, sobre a situação político-institucional, e, por fim sobre a política externa. Na primeira parte, identifica desequilíbrios que o governo deveria combater, tais como: a disparidade global de renda; a maléfica inflação; o declínio das exportações do país com o mundo; o negativo saldo comercial; o saldo devedor para empréstimos; questões infraestruturais e energéticas. Assim como propõe algumas mudanças em políticas sociais, apresenta o desejo de criar lei de imigração que substitua a de 1938, na parte II do documento.

Com relação ao Conselho de Segurança Nacional, sustenta na parte III que deve ocorrer descentralização na estrutura, e que deve pautar-se pelo desenvolvimento.

A Parte IV do documento assevera: “A política externa de um país democrático, como é o Brasil, não pode ser senão a projeção no mundo, do que ele é intrinsecamente.” (QUADROS, 1961a: 91). Ele destaca a ausência de preconceitos e de intolerâncias, a busca pelo desenvolvimento, o caráter livre e cristão, e por isso o país se compromete com o mundo livre. Defendeu a manutenção e intensificação da Operação Pan-Americana, do programa da Associação Latino-Americana de Comércio, do sistema interamericano e da cooperação entre países americanos em geral. Pela prerrogativa da defesa da soberania, pelo apoio decidido ao anticolonialismo e ao desenvolvimento, defende a ampliação de contato com todos os países. No escopo de expansão de relações, o país inclui todos os continentes, indistintamente incluindo países das duas esferas da bipolaridade e os com ela insatisfeitos. Além dos pontos mencionados, o país afirma que apoia a paz mundial e a justiça econômica. Suas principais ideias estão ao longo de seis subitens: diretrizes gerais; Nações Unidas; países socialistas; Europa; Mundo Afro-Asiático; Política Continental. A síntese em quinze pontos encontra-se nas duas últimas páginas da mensagem.

Na revista “Foreign Affairs”, em outubro de 1961, pouco depois da renúncia, é publicado o artigo sobre a Nova Política Externa do Brasil. A publicação se dá nessa data pois o trâmite de tradução não permitiu que ele fosse lançado ainda durante a gestão presidencial de Quadros. Nesse texto o país é considerado nova força com potencial socioeconômico, integração social, proporções continentais, urbanização e industrialização avançadas. Além disso, a política externa para ser genuína, deve refletir interesses e ideais, circunstâncias e objetivos. Para Quadros (1961b), quando o país está na completa miséria ou na completa abundância ele pode desvincular-se disso; no caso do Brasil, a política externa deverá refletir nem um nem outro, deve seguir com sua ideologia nacional de progresso desenvolvimentista. Reafirma o país como cristão, ocidental, democrático, americano.

Todavia, o país tem motivos históricos, geográficos, e culturais que a América Latina independente, a África e a Ásia descolonizadas. Por conta disso, o país defende a liberdade econômica e política asiática e africana, pois espera que também vigore a soberania e o desenvolvimento nas Américas. Por isso, o Brasil deveria ser a ponte entre a África e o Ocidente, por exemplo; expressando a solidariedade e os interesses nacionais, o país passa a ser a favor da descolonização. Zelando pela liberdade, não era potência neutralista, nem pertencente a blocos, ambicionando a ter relações normais com todas nações, inclusive incrementando relações comerciais. Assim, ele diz que os objetivos são: “(...) em casa,

prosperidade e bem-estar; em todos outros lugares, viver amigavelmente em conjunto e em paz mundial (QUADROS, 1961b, p. 27)”.

Miriam Limoeiro Cardoso (1978) codifica sete temas que permeiam a ideologia desenvolvimentista no caso de Jânio Quadros, e apura “atitude política geral” e “desenvolvimento” como as principais. De acordo com ela, a lógica janista era de fortalecimento nacional através de reformas e moralização da sociedade. Visava alcançar unidade, integração, equilíbrio internamente, e, externamente construir amplos contatos com o máximo de países possível, dando relevo à relação com os subdesenvolvidos. Quadros faz discurso notável em que se posiciona contra as forças terríveis que lhe apearam do poder, mas sustentando uma renúncia que é aceita pelo Congresso, abre uma crise institucional que dura alguns dias. O abrupto encerramento do mandato levou a Câmara dos Deputados, em 12 de setembro de 1961, abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para levantar os motivos que determinaram a renúncia, ficando autorizados quinhentos mil cruzeiros para que ela fosse adiante. Não houve ampla repercussão sobre os resultados dessa CPI e tampouco ela foi capaz de acabar com a narrativa de que militares haviam derrubado Jânio.

Em 1962 concorre ao cargo de governador de São Paulo, sendo derrotado; o mesmo fato ocorre em 1982. Com a subida das Forças Armadas ao poder, há a cassação de muitos políticos entendidos pelos governos de turno como ameaças à segurança nacional, e o ex-presidente estava nesse grupo. Após a anistia e a volta ao multipartidarismo se filia ao PTB e vence o pleito pela Prefeitura de São Paulo, em 1985. Sem direitos políticos de 1964 até fins da década de setenta, volta-se para a escrita e surgem dois livros. Afonso Arinos destacava no período eleitoral em 1960 a importância de Jânio para a democracia, para a moral, para a justiça social, para o bem-estar social, e que sem ele o país poderia cair em ditadura (VALENTE, 1997). Apesar de críticas ao caráter dionisíaco do espírito janista¹⁶², o Senador mineiro coordena, junto com o ex-Presidente de origem mato-grossense, a “História do Povo Brasileiro”¹⁶³.

Os três primeiros volumes são escritos por Jânio Quadros. No primeiro volume, o foco é o “pré-descobrimento”, no segundo, enfoca-se “defesa do território” e “nativismo”, no terceiro, “declínio luso” e o “legado colonial” a ele relacionado são os assuntos que organizam a escrita. Nas citações do primeiro volume abundam historiadores, etnógrafos, viajantes, e documentos históricos, como Ordenações e cartas. Pela forma como organiza o texto, pelas

¹⁶² Refiro-me à declaração atribuída a Afonso Arinos: “Jânio Quadros é a UDN de porre”.

¹⁶³ Seus colaboradores são, em todos os três volumes que ele escreve: J. Canuto Mendes de Almeida; Sérgio Marcos de Moraes Pitombo; Celso Valio Machiaverni; Orlando Porreta.

citações, pela argumentação, depreende-se que o Brasil seria uma nação ibero-americana, cuja formação inicial se dava em contexto de expansionismo naval, escravismo, mercantilismo, cristianismo, fixação europeia no Novo Mundo, gerando a unidade nacional na colônia lusa (QUADROS, 1968a). Há nesse livro esforços para dar ao leitor conhecimentos gerais, como ao falar dos povos originários das Américas e África. Constrói nessa análise da formação nacional um libelo contra a aculturação e a inferiorização, assim como uma crítica à escravidão e ao latifúndio. Como admirador de Abraham Lincoln e simpatizante de Nasser, era adepto de soluções populares para unir o país, algo que transparece na sua narrativa dos fatos históricos.

Povoa seus livros a percepção da política como vinculada ao Direito, o que fica nítido ao explorar a importância de Convenções, Bulas Papais, Ordenações, Códigos e Leis, cujo impacto se faz sentir interna e externamente. Logo, o pensamento internacional de Jânio Quadros dá muito relevo às instituições existentes e na capacidade delas de reformar a sociedade. Ele endossa o papel da Crisandade na formação sociocultural e política nacional, reforçando argumentos de Nabuco e de Paranhos Júnior, de que no período colonial os Jesuítas “criaram, pela instrução, a inteligência brasileira” (QUADROS, 1968b: 56). Apresentando de forma factual as transformações da economia (do pau-brasil para a da cana-de-açúcar e então para o ouro), a expansão territorial e questões regionais relevantes, entrelaça a esses temas no segundo livro referências históricas e políticas. Olhar para materiais escolares pode mostrar a influência dos argumentos e do livro que o ex-presidente criou junto com Melo Franco.

O terceiro volume imputa à metrópole lusa a estruturação da administração brasileira colonial, a deixar um legado conforme declina em sua dominação; enquanto para o quadro econômico mostra-se leitor de Simonsen, Prado Júnior, Furtado, para o quadro sociopolítico cita Capistrano de Abreu, Freyre, Calmon (QUADROS, 1968c). Nessa coleção as grandes questões internacionais – como nos três volumes iniciais vemos as navegações, a escravidão, a inquisição, questões de fé, comércio internacional e etc. – são sempre vistas de acordo com a ótica da então colônia. As principais leituras internacionalistas são Pandiá Calógeras, Macedo Soares e autores que lidam com geopolítica e questões transnacionais, como Freyre. Há uma apologia aos atos diplomáticos ancorados em conhecimentos jurídicos, geográficos, históricos, como em Barão de Rio Branco e em Alexandre de Gusmão; assim como do esforço por unidade nacional e por melhoramentos socioeconômicos. Em plena hora de cerramento do regime político e de efervescência social, 1968, o autor associa razão com busca por liberdade, as novas ideias das Luzes com os movimentos sociais que ataçaram a Independência. E termina assim:

A média a extrair-se da equação colonial à luz de seus dados positivos e negativos, favoreceu, na conjuntura internacional, o desenvolvimento cultural do Brasil durante todo o Império, e sua preparação para o progresso que alcançaria, durante a República, até 1930, e que se aceleraria, daí por diante, mormente após finda a Segunda Guerra Mundial, no sentido de impelir-se a Nação às culminâncias de grande unidade da aspirada federação ecumênica, que se ensaia na Organização das Nações Unidas (QUADROS, 1968c, p. 287).

Percorrendo os volumes vemos descrições finas de alguns fatores geográficos e históricos envolvendo o país e suas regiões e também análises sobre atos e sobre as psiquês de pessoas incontornáveis nos contextos elencados. Não será diferente nos capítulos dos volumes subsequentes, tecidos por Afonso Arinos de Melo Franco, Francisco de Assis Barbosa, Antônio Houaiss no Volume IV (1808 até 1889) e no Volume VI (1889 até 1930), os dois primeiros são os autores do Volume V (anos 1930 até o fim dos anos 1960). O leitor verá nas partes de autoria exclusiva de Afonso Arinos uma espécie de “eco” ao que ele vinha professando em “Estadista da República”, estendido para toda a União, e a recorrente argumentação liberal-cosmopolita aparece com regularidade. O período que vai dos anos trinta aos anos sessenta parece ser largamente amparado na autobiografia que ele paulatinamente construía, entre 1961 e 1979.

Nos três volumes pontuam diversos autores do pensamento brasileiro¹⁶⁴. Demonstra um perfil de influências intelectuais próximo da intelligentsia paulistana, em especial os que tiveram passagem pela Universidade de São Paulo. Isso, todavia, não se repete no seu futuro livro sobre as Américas, tampouco nos volumes posteriores, escritos por outros autores. Ao longo dos anos 1960 o pensamento de Jânio Quadros vai se tornando paulatinamente mais cosmopolita, a verificar-se na rede de citações que passa a existir¹⁶⁵. Se a rede de citações nos livros de História voltava-se para a sociedade, o livro mais geopolítico voltava-se para o Estado.

Em “Os Dois Mundos das Três Américas” Jânio discute como um fosso se abriu no continente entre o Norte anglo-saxão e o latino Sul; em seguida analisando as propostas regionais (QUADROS, 1972). Ele critica o intervencionismo unilateral estadunidense em seu livro, tal como Eduardo Prado (2003) fizera antes ao chamar de ilusória a crença de uma amizade pan-americana. Quadros considerava que autodeterminação e não-intervenção eram buscadas por países latino-americanos em uma época de reformulação de fronteiras e

¹⁶⁴ Roberto Simonsen; Sérgio Buarque de Holanda; Delgado de Carvalho; Pandiá Calógeras; Arthur Ramos; Nina Rodrigues; Silvio Romero; Caio Prado Júnior; Nelson Werneck Sodré; Celso Furtado; Florestan Fernandes; Gilberto Freyre; Fernando de Azevedo; e Antônio Candido.

¹⁶⁵ Vianna Moog; Semper; Eugène Pepin; Eduardo Prado; Oliveira Lima; Alberto Torres; Mahan; Hans Kelsen; Celso Furtado; Ingenieros; Haya de la Torre; F. D. Roosevelt; Kennedy; M. S. Eisenhower; Ortega y Gasset; Gunnar Myrdal; Raúl Presbich; Jacques Maritain; Josué de Castro. Entram leituras de revistas como Comercio Exterior, El Mercurio, Política Externa Independente, Foreign Affairs e documentos da OEA.

soberanias, e, por isso, deveriam unir-se, criar um órgão próprio de consulta e defesa e que auxiliasse na promoção do desenvolvimento. Do início do século XIX até fins dos anos 1960, o ex-presidente relê as Conferências Americanas, para concluir em um perfil da região ao sul do Rio Bravo:

As Repúblicas latino-americanas, em seu sonho ideal, têm sido impessoais na hostilização que sempre voltaram ao radicalismo dessas duas concepções antagônicas, igualmente dispostas a violar ou deformar sua filosofia cristã e democrática (QUADROS, 1972, p. 138).

Essa filosofia latina democrático-cristã seria ancorada em um idealismo ibérico, de desenvolvimento econômico com justiça social, de instituições democráticas e de liberdade. Seguindo esse raciocínio, ele elogia a OPA por ir além da cooperação político-econômica. Ao levar em consideração a solidariedade de industrializados com os subdesenvolvidos aproximava-se da encíclica “Pacem In Terris” de João XXIII. Comentando a Aliança para o Progresso, vê como tentativa de diálogo entre as Américas, marcado pela concepção de segurança no Hemisfério Ocidental por parte dos EUA e por um passado de contumaz intervencionismo ianque. Enquanto a Aliança sofria por ser intergovernamental e não se multilateralizar (e com isso ficar à mercê de oligarquias políticas latinas, do capital internacional e do Estado Norte-Americano), a ALALC seria uma experiência de integração político-econômica, visando criar uma comunidade.

Discorre sobre as opções em direção de mudanças estruturais na região, e recomenda que todos os componentes estatais e sociais sejam alterados de forma coesa. No último trecho do livro, contrapõe minorias hegemônicas e que dilapidam a coisa pública a seu próprio bem contra a existência de um ideário de comunidade, de integração, de uma solução regional em prol de desenvolvimento. Além desses livros políticos, também publicou: Curso prático da língua portuguesa e sua literatura, lançado em 1966, Novo Dicionário Prático da Língua Portuguesa, de 1976 e Quinze Contos em 1983. Antes de entrar para a política, foi professor de Geografia e Português, mas limitou-se aos livros após a tão comentada renúncia presidencial.

Em 1982 perde a disputa para Governador de São Paulo, nesse período, sua filha já estava envolvida com a política nacional, caminho também de seu neto. Em 1985 disputou o cargo de Prefeito da cidade homônima contra Fernando Henrique Cardoso, e foi vitorioso. Governou de 1986 a 1989, pelo Partido da Renovação Nacional; desde 1990, combatido, se afasta da cena política. Falece em 1992.

4.2. San Tiago Dantas e Tancredo Neves

4.2.1. Pensamento de Francisco Clementino de San Tiago Dantas

Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964) nasceu na capital federal de então (hoje a cidade do Rio de Janeiro) filho do militar da Marinha Raul de San Tiago Dantas¹⁶⁶ com Violeta de Mello San Tiago Dantas. Ainda em 1928 entra para a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, tornando-se bacharel em março de 1932. Em 1931 torna-se redator-chefe do jornal “A Razão” fundado em São Paulo, e empastelado e incendiado em maio de 1932; já nesse período se torna integralista, movimento que ele passa a ser desvinculado em 1937. Seu nacionalismo foi migrando progressivamente para a esquerda. Como definir essa formação, através da qual paulatinamente ele se tornou líder trabalhista? Entre 1930 e meados dos anos 1950, o palco político tem como principal protagonista Getúlio Vargas. Antes dele, existiam Conservadores, Liberais, Republicanos e até o Comunismo; com ele surge o Trabalhismo e suas vertentes. Sem entender essa revolução copernicana na organização política, partidária, cultural e tudo mais, não é possível entender o porquê de um intelectual que poderia ter passado sua vida inteira fora da política acabar se envolvendo com ela.

Dutra (2014) revisa grandes acontecimentos intelectuais de 1910 a 1945 no Brasil e faz menções a fatos biográficos de Dantas, ocasionalmente mencionando suas obras; nesse perfil, vemos um jovem próximo do integralismo e das direitas nativistas. Todavia, o futuro leitor de Atlee e Laski, do trabalhismo inglês e influenciado pelo debate brasileiro de Pasqualini e Bittencourt (ONOFRE, 2015), acrescenta uma dose de moderação mineira e de democracia brasileira como tempero de suas influências prévias. Seus contatos no continente americano e suas experiências jurídicas vastas dão a ele certa propensão a pensar o Brasil em sua região e os países e o mundo em sua ordem jurídica. San Tiago Dantas era um filho da Academia, tendência presente nos ministros que definiam as ações externas do país até a segunda metade do século XX. São os beletistas, os bacharéis, os letrados, os políticos, os togados, os benzidos e abençoados pelo mundo onde a palavra tem poder. Além do Direito unificar uma parte da elite decisória no que tange as ações externas, sua visão sobre a periferia também se destaca. O

¹⁶⁶ Foi Comandante-em-Chefe de Esquadra durante o governo Dutra (1949-1951) e foi Chefe do Estado-Maior da Armada no governo de Getúlio Vargas (1951-1954), quando seu filho passa a assessorar a presidência.

Brasil seria diferente dos países ao Norte da Linha do Equador, caracterizado por sua proximidade aos países com baixo desenvolvimento; oscilando ao longo da Guerra Fria uma autopercepção terceiro-mundista, subdesenvolvida, vinculada à região ou desvinculada de classificações. No último caso, reforçava-se a dimensão demandante do país, mas asseverando a necessidade de um espaço de manobra política, *hacia adentro y hacia afuera*.

Cruza todo século, desde os anos 1930 até nossos dias, a preocupação de uma inserção internacional que supra as necessidades de desenvolvimento socioeconômico. As disputas se davam dentro dos limites desse consenso. Seria o país destinado ao multilateralismo? Seria uma nação destinada à mobilização, definição e sustentação das regras e normas? Seria o Brasil um país onde a política externa necessita de algum grau de harmonia em função da fratricida disputa pelo poder dentro dos seus limites territoriais?

A resposta para essas três perguntas é afirmativa no caso do ator internacionalista analisado nesse capítulo, mas pode ser estendida para outros, do mesmo período. Uma frase na quarta capa da primeira edição da Política Externa Independente (DANTAS, 1962c) diz: “Lembre-se: a política externa deve ser acompanhada e compreendida por todo cidadão que se preze”. Como as pessoas devem acompanhar e compreender uma política? Ou, dito de outra forma, como é o pensamento sobre os fenômenos nacionais e internacionais? Para poder responder essas perguntas é preciso compreender o pensamento de San Tiago Dantas. Existem alguns opúsculos em periódicos e discursos proferidos que antecedem sua saga acadêmico-jurídica. Em geral, destacam a importância que as instituições têm para ele e o papel que as transformações socioeconômicas desempenham dentro da política.

Em 1931, por exemplo, escreveu “posição dos moços”, conclamando a juventude a atuar politicamente para uma revolução nacionalista, em prol da “brasilidade” e abandonar qualquer “idealismo negativo” (DANTAS, 2016a). É o primeiro trabalho em revista especializada “Estudos Jurídicos e Sociais”, em que dialoga com Rui Barbosa. Por essa época torna público seu pensamento de que o Cristianismo, em especial o Catolicismo, eram próximos do Fascismo, e assim o faz em revistas como Hierarchia, A Ordem e A Razão. No último jornal, critica as horas agitadas e desequilibradas fomentadas pelo comunismo, que para ele não seria um movimento de massa, e diz que o povo demandava a “justiça de classe”, consubstanciada em um poder superior às classes (DANTAS, 2016b). Aqui vale lembrar que a Justiça do Trabalho foi criada efetivamente em 1934, e que na época, recorria-se à encíclica “Rerum Novarum” para fomentar seu surgimento. Em 1941, “O Jornal” publicou texto dele sobre ela, a vendo como um meio de transformação humana e efetivação de direitos sociais sem que, com isso venha na rebarba ideologias que vão contra a humanidade, como o socialismo (DANTAS, 2016d).

Após trabalhar na cátedra de Legislação e Economia Política de forma interina, entra como efetivo em 1937; em 1939, torna-se professor de Direito Civil na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), tornando-se Catedrático nessa cadeira em 1940. Nessa mesma universidade ocupa o cargo de Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia por cinco anos, a partir de 1941, mesmo ano em que começa a trabalhar como professor de Direito Romano na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. De 1932 a 1945 o que vemos é pouco mais de uma década como docente do Ensino Superior. Em 1937, torna-se efetivo por concurso na Cátedra de Legislação e Economia Política da Faculdade Nacional de Arquitetura.

Em 1938, vai na Universidade de Montevideú, no Uruguai, para ministrar curso de História Política do Brasil, conhecido como “Instituições Políticas do Brasil” de acordo com seu manuscrito. Nele contemplou a história política desde o período colonial até os anos trinta. Os principais autores que embasam sua reflexão historiográfica e política aqui são: Capistrano de Abreu; Joaquim Nabuco; João Pandiá Calógeras; Octávio Tarquínio de Souza; Francisco José de Oliveira Viana; Sergio Buarque de Holanda; Caio Prado Júnior. Em termos de impacto sobre a reflexão os mais citados são “Oliveira Viana”, “Sergio”, “Nabuco” e “Calógeras”. O foco do curso se dá em instituições de governo e na “psicologia política”, e para ele, as fases governativas marcavam-se por embates entre instituições opostas, a simbolizar elementos conflitantes da mentalidade coletiva. Observa-se uma forma de ensinar história bem factual, mas amparada pelas influências intelectuais e pela interpretação historiográfica expressa anteriormente. Grandes momentos históricos povoavam a mente do jovem San Thiago, entre eles a Revolução Francesa. Em seu artigo, fala que o 14 de julho era a luta contra “a escravidão da inteligência, a opressão do homem de pensamento”, do poder do povo contra as tiranias, (DANTAS, 1939). Foi uma experiência da humanidade que a projetava para a melhoria, para a transformação dos valores. Surgia a liberdade, ideologias, políticas revolucionárias, um novo clima de negócios públicos, a universalidade de um processo iniciado na França. Com isso o “espírito europeu” se irradiou para além de suas fronteiras.

Naquele momento, atua como enviado do ministério de Gustavo Capanema, cuja gestão foi de julho de 1934 até outubro de 1945. Quando no Uruguai em 1938, também esteve sob a batuta deste ministro, que enviara na mesma ocasião Afonso Arinos de Melo Franco. Em 1939, torna-se Professor das cadeiras de Instituições de Direito Civil e Comercial da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, tornando-se Catedrático nessas disciplinas em agosto de 1940. Em 1941, quando a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro inicia seus cursos, após sua fundação em final de outubro de 1940, é chamado para ser Professor de

Direito Romano. Sua longa experiência com o multilateralismo inicia-se em 1943 como Delegado Brasileiro à I Conferência de Ministros da Educação das Repúblicas Americanas.

De 1941 a 1945 esteve como Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Em 29 de abril de 1943, fez o discurso “A influência inglesa no Brasil e no mundo moderno” na Universidade do Brasil, reconhecendo uma “fase sociopolítica inglesa sobre o Brasil” que se estenderia até então, e vendo como perigos da época em que discursava o “reacionarismo de direita” e o “primarismo ideológico” (DANTAS, 1943). Contrapõe isso à capacidade de preservar e valorizar a vida presentes nos ingleses, a capacidade criativa estadunidense e a postura de reformas sociais dos soviéticos. Em 8 de agosto de 1947 em discurso na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) fala que o Direito é indissociável do Humanismo, presente na influência inglesa, e que isso em geral fomenta a unificação jurídica, mas, que, por outro lado, é possível existir Direito local e manter-se fiel aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional. Nesse discurso fala que o fim das duas Grandes Guerras foi benéfico para tanto.

Ainda sobre a relação global-local, no discurso “O tema de nosso tempo: a crise” de dezembro de 1947, aponta a transformação do poder, para uma fase ou com formação de Superestados Continentais, ou de formação de uma sociedade política mundial. O Sistema Internacional mostrava sinais de ineficácia, o que demandava uma “fusão super-nacional” para equilibrar soberanias. Consolidado academicamente, em plena ascensão política, sua produção se adensa e refina. Não são mais os artigos de jornal, são livros de interpretação de grandes nomes que o influenciaram: Miguel de Cervantes (e seu Dom Quixote), Rui Barbosa (e sua atuação jurídica e política), e grandes nomes da história jurídica nacional.

Em “Dom Quixote: um apólogo da alma ocidental”, mostra que na essência do Ocidente poderiam ser apreendidas na leitura da obra, que desvela a experiência humana e motiva a conduta, oferecendo exemplos a seguir (DANTAS, 1948). O principal é aquele que ele qualifica como o “dom de si mesmo”, que opera pelo martírio, e não pela eficiência, que busca a salvação sobretudo. Essa é a virtude do quixotismo, enquanto sua fraqueza é intitular-se o “salvador”, quando quem confere essa característica é externo ao “cavaleiro da triste figura”. A Espanha mostrou as transformações do mundo ocidental, que saiu do El Cid a Dom Fernando e desembocou na modernidade de Quixote. Herói puro, herói da fé, herói da vocação amorosa, que é tão fiel que renuncia a si mesmo.

Em 1949 e 1951 se dedica a outra figura heroica, a “Águia de Haia”. Mostra que Clovis Bevilacqua e Rui Barbosa trabalharam em prol dos direitos civis, em “Rui Barbosa e o Código Civil”, pois o primeiro propunha e o segundo aperfeiçoava (DANTAS, 1949). Para sustentar a

tese, ele reconstituiu todo o debate, desde 1858 com Teixeira de Freitas até a aprovação do Código em 1916, para provar que o documento jurídico refletia uma concepção ruiana de ordem democrática progressista. Em “Rui Barbosa e a Renovação da Sociedade”, o principal foco é sobre a política econômica do ministro baiano, apresentando contexto, ator, ato e impacto a ela relacionados (DANTAS, 1951). Para San Tiago Dantas, aquela sociedade da virada do XIX para o XX fraturava-se entre, de um lado, catolicismo, aristocracia agrária e monarquia, e, de outro lado, o positivismo e republicanismo, exército, e classe média. Barbosa teria sido o ideólogo da “ascensão da classe média”, e buscou isso com a política emissionista, que trazia investimentos e industrialização às custas de inflação. Outras ações acabavam com a preeminência do café no comércio exterior nacional. Na Campanha Civilista de 1910, ele era o candidato que pleiteou, em vão, o progresso econômico, a renovação das classes dirigentes, as reformas, a diversificação no comércio e na produção nacional.

Ao ano de 1951 volta a ser delegado, agora na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. Em 1952 foi membro da corte permanente de arbitragem em Haia e Jurisperito da ONU para obrigações alimentares e execução de sentenças no estrangeiro. Em 1953, delegado na III Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos. Conselheiro na IV Reunião do Conselho Interamericano Político e Social em 1954; de 1955 a 1958 foi membro da Comissão Jurídica Interamericana, chegando à presidência. Na Faculdade Nacional de Direito, na então capital brasileira Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1955, faz o discurso “10º Aniversário da Carta das Nações Unidas” identificando o desprestígio da ONU com a atuação do CSNU, a Guerra Fria e a retirada de grandes problemas das mãos das Nações Unidas. Nesse contexto, os sistemas regionais aprofundam sua integração o que poderia levar à “federalização dos Estados”. Para ele, as instituições se adaptam após momentos de crise, e isso estava então ocorrendo na ONU, e, para ele, ainda seria possível aferir a igualdade jurídica entre os membros que tomavam decisão nos conclaves. Em Buenos Aires, em 14 de agosto de 1957, faz discurso “A política dos Estados Unidos para a América Latina” argumentando que no pós-guerra o centro de interesses estadunidense era na Europa, mas recentemente estava na Ásia, e, como na América Latina inexistia agressão comunista, não havia a atenção devida dos EUA para países latino-americanos. Assistência e missão técnica que poderiam estar sendo meios de combate ao subdesenvolvimento são obstaculizados pelas “prioridades estratégicas” ianques.

De 1952 a 1957 foi diretor do Banco Moreira Salles. De 1957 a 1959 foi dono e diretor do Jornal do Commercio. Desde jovem, ele já falava sobre assuntos macroeconômicos, criticando a adoção do salário mínimo como medida burguesa, dentro dos moldes de uma política negativamente partidária e/ou parlamentar, e que não seguia o corporativismo tal como

existia na Itália (DANTAS, 2016c). Em 1934, ele estava a dizer que a medida não efetivava a Justiça Social, somente expunha qual seria o máximo que um trabalhador viria a receber pelo seu labor. Esse mesmo pendor para discussões macroeconômicas leva ele a dizer que um país subcapitalizado demanda um desenvolvimento intensivo, com capitais públicos e privados (DANTAS, 1950). De forma discreta, afirma a necessidade de o Estado ter capacidade de regular a circulação de capitais e a remessa deles. Ao final do artigo no “Digesto Econômico”, após longamente analisar o problema, apresenta um esboço de anteprojeto de lei para o tema. Com um currículo polpudo, uma formação sólida e amplo conhecimento de setores sociais variados, lança sua candidatura para Deputado Federal por Minas Gerais e vence em 1958, com início de mandato em 1959.

Suas atividades gerenciais se situam, majoritariamente, após o fim da Segunda Guerra Mundial e dentro do período da República de 1946, desmantelada em 1964. Foi vice-presidente da refinaria de petróleo em Manguinhos de 1949 a 1958 e diretor do Banco Moreira Salles de 1952 a 1957, e iniciou uma série de atividades representativas ainda em 1943 (em conferência de Educação). Ter sido assessor pessoal de Getúlio Vargas no governo federal de 1951 a 1954 foi algo muito positivo em sua vida. A partir da morte do líder do histórico PTB, San Tiago Dantas passa a ser um dos mais cotados como líder principal da esquerda no país.

Sua ascensão ao posto máximo da Política Externa, somente abaixo do Chefe de Governo e/ou Chefe de Estado, deu-se em um longo percurso, que ocorre em paralelo à escalada na política doméstica. Foi delegado brasileiro em diversos encontros multilaterais relevantes na época: I Conferência de Ministros da Educação das Repúblicas Americanas (1943), IV Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos (1952); III Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos (1953); IV Reunião do Conselho Interamericano Político e Social (1954). Ele assumiu funções em órgãos internacionais, inicialmente na Corte Permanente Internacional de Arbitragem, como membro, e no Comitê das Nações Unidas sobre Obrigações Alimentares e Execução de Sentenças no Estrangeiro, como jurisperito (ambos em 1952). Em seguida, foi membro, e depois presidente, da Comissão Jurídica Interamericana, de 1955 a 1958.

Líder parlamentar, chegou a ser presidente do Partido Trabalhista Brasileiro e esteve na presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados entre 1959 e 1961. O Partido Trabalhista Brasileiro ocupa uma dimensão institucional relevante no pensamento santiagueano, é a agremiação que enfatiza a solidariedade entre os trabalhadores, que zela pela política social, que defende os investimentos de indústria, agricultura, energia e comércio. Estabeleceu alguns princípios internacionais listados a seguir: antitotalitarismo; não-

intervenção; intercâmbio cultural entre os povos; cooperação e ajuda econômica; solidariedade continental; apoio às Nações Unidas e à paz contra agressão e violência.

No ano de 1959, na condição de Deputado Federal, integra a delegação brasileira na V Reunião de Consulta das Repúblicas Americanas, no Chile. O Presidente Jânio Quadros reconhece a importância dele, e o convoca para ser o Delegado Permanente do Brasil nas Nações Unidas em 24 de agosto de 1961. Vindo a renúncia janista logo em seguida, ele não assume o posto; mas ocupa uma posição estratégica no que se chamou de “solução parlamentarista”. Ele tinha trânsito entre pessedistas, desde a XX Convenção do PTB, de fevereiro de 1960, quando bendisse a aliança entre PTB e PSD (de Goulart para a vice-presidência junto com Lott para a presidência). Tancredo Neves, pessedista que ocupara a pasta do Trabalho no último governo Vargas, foi um mineiro cujos tinos, atuação e habilidades políticas tornariam incontestes sua ascensão em 1961 ao cargo de Primeiro-Ministro. Ao chegar à chefia do Gabinete Parlamentarista, elege San Tiago Dantas como Ministro das Relações Exteriores. Sua época teve por ministros interinos Renato Archer e Carlos Alfredo Bernardes, ambos diplomatas de carreira¹⁶⁷. Somente sairá da chancelaria plenamente para concorrer, sem sucesso, ao cargo de Primeiro-Ministro, sendo derrotado por Brochado da Rocha, do PSD.

O “pensamento autoral” do ex-chanceler brasileiro se espalha em livros e discursos em diversos lugares e ocasiões. A visão econômica do ex-ministro da Fazenda mirava com um olho interestatal e outro no intraestatal, por exemplo. Em fevereiro/março de 1959, na sua exposição como congressista sobre as reformas de base, sustenta que a unidade nacional e a industrialização, que poderiam gerar divisas são minadas por três desigualdades – de renda, regionais, e entre campo e cidade (DANTAS, 1959). O líder petebista articulou a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, ampla coalizão de centro-esquerda que tinha como objetivo implantar mudanças socioeconômicas profundas, no campo, nas cidades, no comércio, na indústria, energéticas, na educação, na cultura e na política externa. Caso as reformas propostas alcançassem sucesso, estaria urdido um tecido social mais coeso, com mais ocupações, ascensão de trabalhadores e classes médias, diversificação da pauta de exportações do país e aceleração do desenvolvimento socioeconômico. Fora parcialmente bem-sucedido. Em “Produtividade: aspecto institucional”, de 1962, ele elenca fatores que levam ao desenvolvimento desde um prisma técnico: investimento levando a mais capital, com isso mais produtividade, e assim crescimento econômico levando a melhorias sociais. Todavia, conforme o autor (DANTAS, 1962a) essa é a visão cêntrica, e entre subdesenvolvidos as condições seriam

¹⁶⁷ Também eram do entourage santiagueano os Embaixadores Cyro Freitas Valle, Octavio Dias Carneiro e Ilmar Penna Marinho, assim como o diplomata Dário Moreira de Castro Alves.

outras; não poderiam contar com fluxo de bens e capitais, pois eles são restritos, tampouco com investimento estrangeiro, pois estava atrelado a grupos que poderiam ferir o interesse nacional.

Para lograr a superação da condição periférica, ele propõe a segurança social e a distribuição de riquezas, de forma a ampliar a participação da população como um todo na economia nacional. A partir do mercado interno o país poderia alcançar melhor status entre as nações. As duas obras citadas se entrelaçam, formando como que um continuum; essa sensação de continuidade na argumentação é comum nos escritos dele. Outras visões de “dois níveis” (intermésticas) presentes no pensamento santiagueano (tal como a produção jurídica dele) serão suprimidas, dando ênfase para a visão internacional. Do ano de 1951 até 1962, compreendendo, portanto, os momentos em que esteve no poder ou próximo dele, San Tiago Dantas proferiu palestras e conferências na Escola Superior de Guerra. São cinco palestras sobre o Poder Nacional, duas análises de conjuntura nacionais e três análises de conjuntura internacionais. O presente trabalho não abordará todos os trabalhos, somente as três últimas serão abordadas.

Em sua análise sobre o Extremo Oriente, formulada em 1951, sustenta que entender a política internacional exige conhecer processos políticos e econômicos da vizinhança do país e áreas dominantes do mundo. Defende o uso do método histórico e comparativo e dos Estudos de Área, para formar uma visão sobre o interestatal. Ao tratar sobre Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Europa, aparece todo seu conhecimento sobre Realpolitik. Dantas (2014: 57-87) afirma nessa conferência que a Europa Ocidental é o ponto onde os maiores esforços ocidentais se concentram, pois EUA tenta evitar que emerja o neutralismo europeu e/ou uma terceira força, e a URSS veta posições europeias no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Por conta disso, surge a OTAN, de perfil supranacional, e diferindo assim da Junta de Defesa Interamericana, intergovernamental. Naquele tempo enfatizava a importância econômica da Alemanha na “aglutinação econômico-política europeia” e a postura britânica, mais atlântica do que europeia. Conclui dizendo que o mundo transitava de fase baseada nas nações para um momento de integração regional e de coordenação de defesa em organismos.

Em 7 de outubro de 1961, a Revista Manchete estampava na capa o rosto do ministro, com a chamada “O PTB no Itamaraty”, então ele simbolizava uma parte considerável de militantes dentro do partido e através da esquerda, partidária ou não. Nunca esteve contra Vargas, e seu pai, o Almirante Raul de San Tiago Dantas, chegou a participar dos círculos decisórios do líder. Além disso, na sua longa vida universitária, encarnou reflexões progressistas em assuntos jurídicos e políticos. Na sua ascensão em 1961 era a face das reformas dentro da institucionalidade democrática; algo que buscava dentro do país e internacionalmente.

Em sua posse (DANTAS, 1961) como ministro em setembro de 1961 destaca a tradição do Itamaraty e a capacidade dos “gênios políticos” em “reconduzir-nos ao ponto de equilíbrio” pertencente à legalidade democrática. Nesse mesmo discurso, defende um desenvolvimento que envolva bem-estar popular e conciliação nacional. O primado do progresso e da estabilidade que se estabelecem internamente são perseguidos ao buscar ser protagonista da vida internacional. No programa de governo do gabinete Tancredo Neves, a posição de independência do país aparece articulada com paz e desenvolvimento, com relações no continente mais voltadas para o sócio-político e menos ao técnico-econômico, ao apoio ao anticolonialismo, a procura de ampliação de relações comerciais e política, e a reestruturação do serviço exterior; e princípios de democracia, não-intervenção, autodeterminação que embasam essas propostas (DANTAS, 1962c).

Além dessas peças públicas e discutidas de forma ostensiva, ocorreram reuniões *à la raison d'état*. Foram os colóquios da Casa das Pedras¹⁶⁸, que eram reuniões reservadas. Nesses documentos, o estilo de decisão dele apresenta-se de forma democrática e aberto às melhores estratégias e táticas, sem dar espaço a posturas polarizadas e rígidas; e conjugando princípios e realismo em sua argumentação diplomática (FONSECA, 2007). Desses encontros, moldavam-se posições, principalmente discursos. Com relação às tomadas de posição verbal, pode-se realçar um momento que remete a Rui Barbosa e outro em que o Barão do Rio Branco ocupa papel central. Em 13 de novembro de 1961, ele está na mesma Universidade, em Buenos Aires, em que a “Águia de Haia” discursara nos idos de 1916 sobre neutralidade. Nesse discurso, destaca que Brasil e Argentina têm política externa semelhantes, vocacionadas para o desenvolvimento, para a modernização cultural, tecnocientífica, e pertencentes ao plano ocidental, liberal, cristão. Dois dias depois surge a “Declaração San Tiago – Cárcano”, incorporada no livro Política Externa Independente, junto com um discurso.

Expressa então tanto a admiração pelo liberalismo ruiano, enfatizado pelos 55 anos que distavam desde a presença do baiano e a do mineiro em solo argentino, quanto pelos dois livros dedicados ao ilustre civilista, algo que não impedia uma apologia a um Saquarema, que, na verdade, era um afago ao Itamaraty. Na rádio ocorre em 13 de fevereiro de 1962 a alocação dele, através da “Voz do Brasil” sobre José Maria da Silva Paranhos Junior. Naquele então era

¹⁶⁸ De acordo com Gelson Fonseca (2007), constata-se a presença de diversos diplomatas brasileiros notáveis nas reuniões: Renato Archer; Carlos Alfredo Bernardes; Gibson Barboza; Araújo Castro; Vasco Leitão da Cunha; Dias Carneiro; Miguel Osório de Almeida; Paulo Leão de Moura; Lauro Escorel; Henrique Valle; Amaury Gurgel Valente; Carlos Silvestre de Ouro Preto; Dario Castro Alves; José Luís Bulhões Pedreira; entre outros. Vale lembrar que Afonso Arinos e San Tiago Dantas tinham casas muito próximas antes da mudança da capital, e que mantiveram longa amizade por toda a vida.

criada a Ordem do Rio Branco, nova condecoração aos que prestaram serviços notáveis ao país. Destaca o senso prático, o senso histórico e a formação intelectual e profissional do Barão, que instalara um americanismo em torno “dos princípios democráticos e do primado do Direito”. A inspiração jurisdicista e reformista que animava Afonso Arinos outrora, se reavivava com ele.

Nem tudo despertava aplausos. Em 31 de outubro de 1961, o chanceler organiza um almoço no Itamaraty em homenagem aos ex-ministros das relações exteriores e chefes de serviço. Nele compareceram: João Neves da Fontoura; Horácio Lafer; Cyro de Freitas-Valle; Samuel Souza Leão Gracie; Carlos Martins Pereira de Souza; Vasco Leitão da Cunha; Antônio Camillo de Oliveira e Raul Fernandes. A gentileza não foi o suficiente para que os dois primeiros na lista, junto com Vicente Rao e José Carlos de Macedo Soares, publicassem uma nota de reprovação à gestão santiagueana no Itamaraty, contestando principalmente a postura frente a Cuba. Como o leitor pode perceber, todo pensamento autoral está sujeito a contraposições em diferentes graus de animosidade.

Como congressista vocacionado para questões diplomáticas e afins, destacou-se em quatro momentos, ao comentar a Declaração de Santiago do Chile de 1959; no Caso do Santa Maria em 1961; na sua defesa do reatamento diplomático com a URSS; e no caso de Punta Del Este. Neste trabalho o foco recairá nos dois últimos casos, quando ele passou por provações políticas. Na sua passagem pela Câmara, já sob regime parlamentarista, em 23 de novembro de 1961 na 250ª sessão ordinária da casa legislativa (DANTAS, 1983: 403-447), é convocado para falar sobre a Missão para a Argentina e o reatamento de relações com a União Soviética. É marcada por algumas falas de congressistas, que ilustram o espírito da época, o tipo de relação com o ministro e com o trabalhismo em geral; um caso curioso é Horácio Lafer, que situa as decisões santiagueanas como sendo continuações de ações iniciadas em sua gestão. Enquanto os minutos devotados ao acordo com Buenos Aires passam com tranquilidade, há turbulência desde o início da exposição sobre o segundo tema.

O Chanceler enfatiza a importância econômica, militar e cultural do reatamento com o bloco soviético, sendo reforçado por três petebistas com argumentos a favor (Almino Afonso, Bezerra Leite e Fernando Santana) e por quase uma dezena de vozes refratárias, distribuídas em diversos partidos de oposição e de situação. Sustenta a necessidade de aumento comercial, e dos passos ainda no governo JK em direção da relação econômica reatada com a URSS, um mercado que possuía muito potencial para absorver a produção brasileira. Dá destaque às relações americanas, primeiro com os latino-americanos, depois com estadunidenses, situando após esse eixo de prioridade a aproximação com o país euroasiático. Uma base de apoio se expressa entre os da FPN, tão pluripartidária quanto a ADP a vigilante oposição ao petebista.

Em 29 de maio de 1962, San Tiago Dantas está no Congresso para justificar os rumos do Brasil frente ao caso de Punta Del Este envolvendo Cuba (DANTAS, 1983: 337-402); enfrentando ali uma moção de censura. Expõe motivos dentro de uma lógica que a região estava seguindo, próxima de alguns princípios: não-intervenção, preservação da democracia e segurança coletiva. Lembra a todos que esteve presente na V Reunião de Consulta em Santiago do Chile, sendo o redator desse documento interamericano, e que não se furtaria desse documento que reforça a democracia durante a VIII Reunião de Consulta, cujo foco principal foi Cuba. Brasil ao argumentar que cubanos não deveriam ser expulsos da Organização dos Estados Americanos esteve junto com outros países – Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México; mas isso não impediu que outros 14 países encaminhassem a exclusão da pátria de José Martí, Fulgencio Batista e Fidel Castro. O Direito embasava tanto o reconhecimento dos países quanto desaconselhava o afastamento, além disso, só a inclusão estimularia um regime democrático; a decisão de retirar Cuba entregava a ilha nas mãos soviéticas.

O ano de 1962 é de muitas publicações para o autor, e ilustram suas principais atividades públicas. O primeiro livro, lançado em março, que versa sobre aspectos institucionais da Produtividade, já foi mencionado. O segundo é “Figuras do Direito”, lançado em agosto¹⁶⁹, que elenca nove personalidades desde o período colonial até meados do século XX. Em diversos capítulos, observa-se um entrelaçamento entre a discussão jurídica com outras áreas do conhecimento, em que fica mais explícita a importância do Direito e das instituições na conformação do poder para ele, que foi se tornando mais institucionalista quanto mais próximo do suspiro final. Nesta obra, destaca-se o trecho sobre Clóvis Bevilacqua (DANTAS, 1962b: 79-93) e os sobre Rui Barbosa (DANTAS, 1962b: 21-78) que formam um conjunto sobre Direito Comparado, observando como outros pensamentos jurídicos influenciaram a nossa conformação nacional, em especial no Direito Civil e no Direito Internacional. Aqui aparece uma apologia à linhagem liberal, em seu lado apolíneo e encarnada em uma atuação diplomática indissociável do Direito. Essa é a celebrada face grociana de sua visão sobre o globo. O terceiro livro talvez seja sua obra mais aclamada sobre a visão internacional. A divisão interna dessa obra publicada em agosto de 1962 conta com o programa de governo do gabinete Tancredo Neves, com documentos e discursos relacionados voltados para o continente americano e para temas globais (desarmamento, descolonização), bem como subseções sobre as relações do Brasil com países socialistas em geral. Uma grande parte do livro (DANTAS, 1962c) já foi

¹⁶⁹ Considera-se aqui que esse livro veio antes, pois partes dele foram publicadas muito antes dos trechos do livro Política Externa Independente; exemplos disso são os capítulos sobre Rui Barbosa, da década anterior.

explorada anteriormente, por conta disso, poucos assuntos serão abordados agora; nessa obra, como em outras, o autor se repete, reinsertando textos e discursos já de conhecimento público.

Essa é uma tendência em suas publicações. Ao expor a relação do país com o Desarmamento e as visitas da presidência de Goulart ao México e aos Estados Unidos, o que aparece é um país que deseja ser um coordenador de esforços regionais e um paymaster e líder. Aparece também um arco de comunicados que são pilares para acordos, com Bolívia, Uruguai, Polônia, Iugoslávia e Israel. Em terras polonesas obteve homenagem acadêmica.

Em 1962 discursa na ESG novamente sobre a conjuntura internacional (DANTAS, 2014: 255-287), definindo a boa e legítima política externa como aquela que se ajusta às aspirações nacionais. Associa a necessidade de um desenvolvimento intensivo e harmônico no país com a paz e a unidade internos. Para alcançar isso, o Brasil no mundo deveria defender a paz e o desarmamento. Além disso, os países deveriam tomar consciência de que se houvesse um pacto de não interferência recíproca entre as duas nações líderes de blocos, isso esmagaria a liberdade e a democracia de todas as outras que não essas duas, gerando também um quadro de fosso entre os detentores do desenvolvimento e os que são dependentes.

A alternativa para isso seria a convivência entre os blocos, viabilizando relações, contatos, intercâmbios, e negociações entre os países. Para essa alternativa seguir adiante, os países deveriam diminuir de forma progressiva seus armamentos, de tal forma que nenhum tivesse superioridade sobre o outro. O outro eixo que ele destaca é o do aumento do comércio exterior. Nesse sentido, o país buscaria ampliar relações econômicas com outros, em especial na sua região, e a ALALC é exemplo disso. Argumento que fica mais denso dois anos depois.

Não colheu os louros da glória de entrar na Academia Brasileira de Letras¹⁷⁰, não teve tempo de tentar entrar para o Supremo Tribunal Federal, como muitos juristas da época aspiravam. A última derrota foi na candidatura para Primeiro-Ministro em junho de 1962, em que defendeu a importância de reformas de base e de medidas de emergência; mesmo sob as bênçãos da indicação de João Goulart, perdeu para o pessedista Brochado da Rocha (DANTAS, 1983: 157-165). Todavia, foi reconhecido como chanceler, primeiro no México, depois no Brasil. Em 17 de janeiro de 1962, recebeu a condecoração “Águia Azteca” do governo mexicano. No discurso de recepção ele enfatiza que tanto no Brasil quanto no México, democracia e eliminação de desigualdades e injustiças estão conjugadas, e um Ocidente unido

¹⁷⁰ A sucessão de Carlos Magalhães de Azeredo para a cadeira nº 9 foi disputada entre Ernani Lopes, Nilo Bruzzi e San Tiago Dantas, ainda que no 4º escrutínio da eleição em abril de 1964 San Tiago Dantas tenha recebido mais votos que o segundo colocado, não foi eleito. Em segunda eleição, de agosto de 1964, participaram Bruzzi, Antonio Olinto e Celso Cunha, mas novamente não houve candidato eleito. Em terceira eleição, de dezembro de 1964, Marques Rebelo é eleito com 26 votos, vencendo Heitor Fróes, com 6.

e em paz deveria ser aquele em que se enfrenta a subdesenvolvimento. Destaca a importância do intercâmbio cultural para que ambos os países se mantenham na vanguarda do pensamento contemporâneo; assim como a importância da Zona de Livre Comércio assinada em Montevideo em 1960. Antes do último quartil de 1963 obteve o reconhecimento como escritor, recebera o Prêmio Juca Pato de Intelectual do Ano pela União Brasileira de Escritores.

Foi o único Ministro das Relações Exteriores a receber o prêmio “Homem de Visão” em 25 de outubro de 1963, homenagem da Revista Visão. Comentado em dezenas de jornais, seu discurso naquela ocasião virou livro no mesmo ano, pela Editora (então Livraria) José Olympio. Nessa obra (DANTAS, 1963a), ele advoga por uma democracia indissociável de reformas sócio-políticas (aquelas estabelecidas); e a civilização humana é associada à paz, à convivência, à cooperação. Sustenta que:

(...) nenhum projeto nacional é válido, nenhuma política interna auto-sustentável, se não lograr inserir o país no rumo histórico do seu tempo, e superpor harmonicamente o nacional e o universal. (DANTAS, 1963a: 592).

Através de instituições justas encontra-se o caminho para a conciliação, evitando tensões. Para que isso ocorresse de fato, seria necessário um projeto nacional ancorado na harmonia de interesses, evitando os males dos extremismos de direita e de esquerda, e inserindo-se no mundo de forma moderna. Postura análoga ao reconhecimento de virtudes em um político que não era de seu partido nem de sua nação, expressa por Dantas em uma mistura de obituário de John Kennedy com narrativa impressionista. A Revista Fatos & Fotos então tematizava o assassinato do antigo Presidente dos Estados Unidos, e o antigo Chanceler brasileiro exaltava a eficiência, a sinceridade e o preparo no exercício da função, donde emanava a noção de que a “política é a arte do possível”. Mesmo assim, o estadista estadunidense plantara sementes para grandes progressos em sua sociedade.

Como Paraninfo da turma do Instituto Rio Branco que se formou em 1963, retorna ao tema presente em outras homenagens recebidas: a relação entre o desenvolvimento e a política externa. Em 10 de dezembro de 1963 faz seu discurso, enfatizando que três fases caracterizaram a ação internacional do Brasil, primeiro a “idealista” com conceitos isentos de fundamentação no real, em seguida, o “realismo rudimentar”, com soluções fatalistas e sem racionalidade; a fase naquele momento seria a que uniria realismo e idealismo no que tem de melhor. Orientado pelos princípios de anticolonialismo, autodeterminação e não-intervenção, buscava de ancorado na realidade o desenvolvimento, a emancipação e a independência. Uma posição autônoma que

esperava gerar maior coexistência entre as nações e uma maior competitividade para os subdesenvolvidos. E como garantir essa competitividade?

Em discurso para a classe empresarial que se preparava para a II Convenção de Empresários da Associação Latino-Americana de Livre Comércio em 29 de janeiro de 1964, ele dá direções para tanto. Ressalta que a proposta não é nem a união e nem o mercado comum, mas a de livre comércio, o que auxiliaria a diversificação comercial entre países latino-americanos. Naquele tempo, 80% das transações eram feitas com EUA e Europa. Estimular a indústria e a exportação através desse instrumento novo seria o meio de fazer crescer as economias nacionais. Nesse trabalho propõe uma “solução supernacional”, em que diversas áreas nacionais dos países latino-americanos se integrariam, à maneira da atual integração na Europa, para gerar uma alternativa tanto ao monopólio estatal quanto à entrega da economia para as firmas estrangeiras. Ao fim da vida, em 23 de março de 1964, profere palestra no Rotary, e em algum momento entre abril e setembro de 1964 escreveu um texto analisando o governo do Presidente Castelo Branco: são suas últimas análises da conjuntura internacional.

Em discurso no Rotary (DANTAS, 2009a) ele associa a compreensão mundial com a busca pelo desarmamento, a que contrapõe ao ressentimento e ao isolamento – forças que fomentam os conflitos. Aqui, ele sustenta que “O Brasil sempre foi um país amante da paz. (DANTAS, 2009a: 310). Ao analisar o discurso Castalista (DANTAS, 2009b), ele considera que existem interesses concêntricos do Brasil, mas isso não vai contra a autonomia, a independência. Diz que o oposto da postura independente é a de dependência, subordinação, ou a terceira posição, neutralista. A seu ver, a interdependência poderia conviver tranquilamente com o tipo de política externa executada em seu tempo. Questiona a aproximação incondicional aos EUA (danoso no multilateralismo), que não concebia que a polarização mundial se dissolvia e a política externa não se adequava nesse sentido. O último grito de San Tiago Dantas era um clamor da esquerda, da oposição que poderia ter formado uma frente ampla. Sua voz se calava e o câncer o levava para fora da existência terrena, aos 53 anos incompletos.

Marcílio Marques Moreira (1985) traça um perfil do sempre precoce humanista, cuja ensaística e práxis sempre tiveram cinco fios condutores: 1. Agir indissociável do Pensar; 2. Renovação pensada sem rupturas radicais; 3. Equidistância entre o ímpeto e a contemporização; 4. Ciência indissociável do Humanismo; 5. busca pelo divino, por Deus. Pode-se juntar a essa caracterização a versão de Mario Gibson Barboza (2005), que mostra um homem que sabia falar sobre todo tipo de assunto, mesmerizando aos ouvintes, passava por situações em que outros encontrariam o pânico com serenidade e com solução, mas enfrentava crises de lideranças internamente e pressões internacionais severas. Natural soa o epíteto de “homem

político” doado a ele por Tancredo Neves (1985), ao dizer que era talentoso, reformador, nacionalista, e que lhe afirmou pouco antes de morrer em 1964, que o movimento de 1964 se esgotaria, e de seus destroços surgiria uma pátria redimida com nova democracia.

Se por um lado buscava a autonomia do país (e com isso, paz, independência, etc.), por outro buscava o bem-estar da sociedade (e com isso, reformas, fim de desigualdades, etc.), sempre a ênfase no desenvolvimento; próximo do ideário trabalhista de Mangabeira Unger, ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) que enfatiza as reformas e a experimentação nas instituições, com os mesmos objetivos do predecessor (SERRA; TEIXEIRA, 2014). Aproxima-se do também ex-ministro da SAE, Samuel Pinheiro Guimarães, ambos de acordo sobre a necessidade de busca de autonomia e de repensar a inserção do país no sistema internacional (SILVA, 2012). Dantas é o pensador da universalização das relações brasileiras e da mudança de eixo de Leste-Oeste para Norte-Sul, conforme Maria Regina Soares de Lima (2005), dotado de argumentação jurídica e diplomática que deixara legado.

Encontramos a sua singularidade como estrategista, reformista, e criador do conceito “coexistência competitiva”, à procura de melhores condições socioeconômicas na região e no país, de forma a manter a personalidade, e ao mesmo tempo, coexistir competitivamente (PETROCCHI, 2016). Era o pensador de projeto nacional em que as inteligências construiriam um país redivivo, em que o saber serviria ao bem popular (MENDES, 1985). Encontramos também o latino pensador que via o caminho para a autonomia decisória no alargamento comercial e consolidação industrial, nas cooperações e parcerias, na busca da paz e do bem-estar; rota seguida por sucessores (SARAIVA, 2016). San Thiago Dantas foi influente sobre toda uma geração diplomática, cujos primeiros passos foram dados à sombra do mestre.

4.2.2. Pensamento de Tancredo de Almeida Neves

Tancredo de Almeida Neves, de São João Del Rei e nascido nas Gerais de 1910, foi muito influente no período que vai dos anos 1950 aos anos 1980. Pode-se dizer que ele possuía a vocação para a política, pois a ela dedicou 52 anos de sua vida. Ainda na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, de 1928 a 1930 apoiou a Aliança Liberal. Em 1933 no mineiro Partido Progressista, passa ao Partido Republicano Mineiro em 1935, e em 1937 ao Partido Nacionalista Mineiro. Como no Estado Novo os partidos estavam impedidos de existir, entre 1937 e 1945 não esteve filiado a nenhum deles; chegou inclusive a recusar cargo de chefe da polícia mineira

ofertado por Benedito Valadares. O primeiro discurso de impacto dele foi em 1936 como Presidente da Câmara de Vereadores de São João Del Rei, em que elogia o civismo mineiro e a importância dos municípios; tanto nesse discurso como em 1947 como constituinte mineiro evoca a democracia e menciona direta e indiretamente Rui Barbosa (NEVES, 2013, p. 65-74).

A tradição de se fazer política de sua região passava do estilo rebelde/áspero ao estilo negociador/articulador, mas cruzando séculos existia ali o veio modernizante, predominava uma compreensão nele de que era pelo Legislativo que se dava o amadurecimento para os que trabalhavam na coisa pública (CARVALHO, 2010). Em 1945 se filiou ao Partido Social Democrático, de tendência centrista e em 1947 tornou-se deputado estadual com o maior número de votos que um pessedista teve até então. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais formou o “rolo compressor do PSD” em oposição ao governador Milton Campos, agrupamento semelhante à futura “banda de música da UDN” na Câmara Federal. De 1951 a 1953 exerceu mandato de deputado federal, cargo que ocupou com algumas interrupções até 1979. Ocasionalmente foi líder partidário na casa legislativa e/ou da maioria. A primeira experiência executiva foi como Ministro da Justiça, no derradeiro governo de Getúlio Vargas entre junho de 1953 e agosto de 1954. Considerava, conforme observa-se em algumas declarações suas (LIMA, 1986), que o ex-presidente era centralizador, renovador e advindo de uma formação política positivista. Logo, alheia à de Neves. Todavia, isso não lhe impediu louvar o nacionalismo econômico e a redenção das massas, tidos como objetivos supremos da vida política do finado líder (NEVES, 2013: 82-94).

Desde então teve uma série de experiências executivas econômicas. Em 1955 e 1956 ocupou a direção do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, angariando proximidade com JK. De 1956 a 1958 foi diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Nesse contexto fez na ESG, em 1957, um discurso sobre a política monetária/creditícia do Brasil (NEVES, 2010, p. 125-144), identificada como vulnerável por não existir um banco a centralizar as funções espalhadas entre SUMOC, Carteira de Redescontos e Caixa de Mobilização Bancária¹⁷¹, e por tampouco haver uma nítida persecução da estabilidade econômica interna, preterida pela manutenção do valor da moeda. Reverter esse quadro seria, em seus dizeres, o caminho em direção do desenvolvimento; criando igualmente o poder de compra quanto mais crédito for surgindo. Por defender limitações à concessão de crédito/redesconto, pode-se considerar que ele não comunga de postura “emissionista”, mas, por outro lado, ao enfatizar a função nacional em prol do bem-estar vis-à-vis a estabilidade, não se pode chamá-lo de “monetarista”. Vendo

¹⁷¹ O Banco Central Brasileiro surgirá alguns anos após, já na presidência de Humberto Castello Branco.

os impasses, termina advogando por uma reforma bancária que remova deficiências e estimule o desenvolvimento. Em seguida, ocupou o cargo de Secretário de Finanças no governo mineiro de José Francisco Bias Fortes entre 1958 e 1960.

Foi presidente do Conselho de Ministros de 7 de setembro de 1961 a 26 de julho de 1962, e nessa condição tomou algumas posições publicamente. Ao assumir como Primeiro-Ministro, estabelece quatro palavras para sintetizar a gestão futura: desenvolvimento; estabilidade; integração e justiça. Em março de 1962, conclama congressistas a aprovarem reformas de natureza econômica (tributária, orçamentária e cambial) como meio de solucionar a inflação, de melhorar o balanço comercial, de gerar o saneamento das contas públicas (NEVES, 2010, p. 247-288). Nesse momento sublinha que exportar “para o Brasil, é imperativo de sobrevivência nacional”, e, por isso, seria necessário ampliar o mercado a absorver nossos produtos. Três meses depois faz discurso na Exposição Agropecuária (NEVES, 2010, p. 297-301) constatando intranquilidade na produção nacional, mas reconhecendo o destino de grande potência. Para cumpri-lo de fato, dever-se-ia criar uma nação industrializada de “forte base agrícola”. Propunha então a modernização com a ampliação do bem-estar para todos os que estavam vinculados ao campo. Tanto nesse discurso quanto no que fizera sobre a política monetária, e em outros girando em torno das instituições, a principal ideia é a de que qualquer mudança deve ser feita em função do aumento da eficiência, parecendo antecipar ideias administrativas hodiernas. No seu discurso de despedida do cargo, entre as elegias aos feitos da gestão, encontra-se defesa de reformas.

Conhecido por suas habilidades política, após sair do cargo de Primeiro-Ministro, esteve como líder do governo João Goulart e da maioria na Câmara. Integrante incontornável do poder de Minas Gerais na União, pontuaram em suas participações parlamentares elegias a Tiradentes, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, a Bias Fortes, a Milton Campos, a Drummond, a Augusto Viegas, a Juscelino, a Negrão de Lima, e a San Tiago Dantas. Em discurso sobre o último na Câmara dos Deputados (NEVES, 2010, p. 429-434), identifica-o como o douto e sagaz para quem “conciliar era uma tendência natural”, liderança à esquerda que “racionalizava o processo político”. Compara-o com Rui Barbosa e Barão do Rio Branco em sua desenvoltura diplomática. Sobre o formulador da tese da suspensão de testes nucleares na atmosfera, selecionado por OTAN e Varsóvia à cabeça da Comissão de Desarmamento, diz que:

Enfrentou com insólita intrepidez o imperialismo, empunhou impávido e resoluto as bandeiras da autodeterminação dos povos, da não intervenção, do anticolonialismo, do desarmamento atômico, do desenvolvimento autônomo e da legalidade constitucional como expressão a mais elevada da consciência democrática dos povos. (NEVES, 2010, p. 430-431).

Expressões das convicções de Tancredo Neves, algumas das quais mais evidentes com o passar dos anos. Em fevereiro de 1964, faz discurso no Parlamento sobre a situação econômica do Brasil (NEVES, 2010, p. 403-427), em que constata que se gozava de “projeção internacional (...) jamais desfrutada”, por ser nação que presidiu o Conselho de Segurança da ONU, que participou da Comissão dos Oito pelo Desarmamento Mundial, e que foi ativo em instâncias multilaterais hemisféricas e onusianas. Praticava-se, segundo ele, uma política com decência, independência e altivez. O discurso era abafado pela tendência da maioria estar mais interessada em discutir a existência ou não de golpes e/ou de insurgências. Em setembro de 1964 estava a crítica ao regime que se encerraria com a vitória do ex-primeiro-ministro.

Não tinha o hábito de falar muito sobre o contexto internacional, e, quando o fazia era em função de algum tema interno. Tendência próxima da forma de ver o mundo que possuía João Goulart e outros chefes de Estado e de governo da época; a política externa era vista *em função das demandas internas*, mesmo que reconhecidos os constrangimentos externos. Um exemplo disso é a abordagem sobre a dívida externa, após a bem-sucedida campanha oposicionista que encabeçara para a presidência. Em um discurso sobre relações luso-brasileiras, ressalta a importância da cooperação internacional e do desenvolvimento; na OEA, reafirma ambos e situa nos marcos do Direito Internacional as relações entre nações, refutando a política de poder (NEVES, 2010, p. 839-844). Conforme o Padre Beozzo (2000), Tancredo Neves era uma figura religiosa, que, ainda como vereador, vinculou-se com todas as irmandades religiosas cristãs de sua cidade, fato que levou consigo até seus dias finais e que lhe aproximava da Doutrina Social da Igreja. Foi o Primeiro-Ministro a estar presente na coroação do Papa Paulo VI e o presidente eleito a visitar o Papa João Paulo II. No último caso, estava em contexto renegociação da dívida externa, o que incluía países latino-americanos e europeus latinos, a esmagadora maioria então governada por governos progressistas (RIBEIRO, 2015).

Sempre esteve próximo do ideário do Parlamentarismo, tal como transpareceu em documento de setembro de 1981, em que declarou que o momento era ruim para mudança política, mas o sistema parlamentarista era o melhor (NEVES, 1982). Nele, as instituições absorvem melhor as crises, e nele “doutrina-se as elites e esclarece-se o povo”. Com a obrigatoriedade do bipartidarismo em 1966 vai para uma legenda com as mesmas tendências pessedistas, o Movimento Democrático Brasileiro, que ficou conhecido como PMDB desde 1980, mas retornou ao nome original em 2017. Dessa trajetória, pode-se dizer que sempre foi um parlamentar mineiro com relevância. Seus períodos no Executivo limitam-se a 1953-1954, 1956 a 1962 e depois, de 1982 a 1985, momento que morre presidente, dia festivo em memória

de Tiradentes e da Conjuração Mineira. Ele despertou na população a esperança de outro tipo de política e de país, e havia expectativa internacional sobre a transição em direção à democracia. Os filmes “Tancredo Neves: passageiro da liberdade” e “Tancredo Neves: a travessia” mostram o caráter polifacetado que assumiu ao longo dos anos.

De fato, as recepções das ideias de Tancredo Neves são bem plurais. Há aqueles que costumam enfatizar sua habilidade – a de verdadeiro “príncipe civil” – e a forma como costurava alianças, o que se observa na redemocratização do país (FRAGA, 2017). Para Delgado e Silva (1985, p. 26), ele “concebia a política como negociação que se realiza no diálogo, como um permanente processo de trocas entre grupos de interesse que se organizam na sociedade em torno de objetivos e demandas”. As autoras sustentam que nessa concepção a democracia representativa, dominada por espírito liberal e modernizador, destinaria o espaço de conciliação aos âmbitos institucionais (DELGADO; SILVA, 1985). José Augusto Ribeiro (2015) realça sua formação no convívio com Vargas e Kubitschek, líder dos centristas PSD e MDB entre 1946 e 1985, e convicto em seu nacionalismo e compromissado com mudanças socioeconômicas substantivas. Para José Murilo de Carvalho (2010) ele empunhava um Liberalismo Social, jamais alheio à democracia republicana, e herdeiro da tradição parlamentar mineira. As concepções sobre política externa de Tancredo Neves dividem-se.

Entender como era o pensamento internacional do político mineiro supõe ver suas prioridades a partir do que falou e da forma como conduziu determinadas ações com impacto internacional; são exemplos disso discursos e viagens que ele fez. Em périplo por países latinos (europeus e americanos) e visitando os EUA e o Vaticano, buscou apoio para negociar a dívida externa, fomentar reformas socioeconômicas, estreitar relações com países americanos e com a Santa Sé, conforme se vê nos diários da época de Rubens Ricupero (2010). Esperava-se maior proximidade com o espaço lusófono e com a comunidade europeia, e Portugal era visto como país chave; assim como a perspectiva de ser um mediador americano encontrava eco na melhoria de relações com a Argentina. Nessa viagem acompanhou-lhe uma comitiva, composta por familiares, Paulo Tarso Flecha de Lima, Rubens Ricupero, ambos diplomatas, e integravam-se a elas autoridades brasileiras no exterior, principalmente Embaixadores.

Há outra versão que pontua a dimensão “consensual” da visão sobre o internacional em Tancredo Neves. Para quem o interesse nacional era unânime e deveria ser conduzido pelo MRE, ainda que dissídios deveriam ser expressos, e “novos atores” pudessem ser levados em consideração (LOPES, 2017). Aos condutores das decisões caberia estar alinhado com as demandas populares e cobrir-se de “silêncio respeitoso” sobre determinados assuntos que estimulassem conflitos desnecessários. Enquanto um dá ênfase no jeito como Neves percebia a

dinâmica de poder, o segundo mostra o quão relevante fora a instituição – mormente o Itamaraty – na formulação da política pública. Somando as diversas versões sobre o mesmo político, observa-se uma tendência a um processo decisório colegiado, compartilhado, típico de determinadas lideranças congressuais e/ou de sistemas parlamentaristas. Dessa forma, não se obtém uma posição de política externa somente em função de suas crenças, mas elas moldam qualquer tipo de política pública, a ser modelada pelos possuidores das pastas e seus membros. Por conta disso, procurar entender as concepções de Presidentes e Primeiros-ministros é passo vital para compreender como o governo constrói suas posições internacionais, seja através da diplomacia e dos chanceleres, seja através de braços internacionais de outros ministérios. Pode-se pensar, ainda, a influência que ele teve sobre o governo de seu vice, José Sarney. Ambos destacaram a importância de lidar com a dívida externa, ambos fomentaram o multilateralismo, foram bastiões da diplomacia presidencial e zelaram pelas relações hemisféricas (CÔRTEZ, 2010). Por fim, temos a importância dele como zelador da Constituição de 1988.

4.3. **Hermes Lima e Brochado da Rocha**

4.3.1. Pensamento de Hermes Lima

Nas páginas seguintes, mais análise e exposição do pensamento dos tomadores de decisão exemplares estudados nesta tese. Hermes Lima (1902-1978) nasceu em Livramento do Brumado¹⁷², sertão baiano e desde cedo se interessou pelo mundo político. Estudou com Virgílio de Lemos tanto Filosofia quanto Sociologia preparar-se aos exames para universidade, após admitido, trabalhou em “O Imparcial”; o tutor foi da mesma turma de João Mangabeira, e o jornal outrora abrigou o labor de Rui Barbosa. O último pontua em diversas obras de Lima, como se verá, ele apoiou-o na jornada civilista, em 1919, com auxílio logístico e comparecendo aos discursos da “Águia de Haia”. Nos anos 1920 participou do Café Guarani e do Café das Meninas, ambos para discussão literária, e escreveu em revistas a eles vinculadas: Arco e Flexa; Jornal de Ala; Revista da Bahia. Trabalhou também como jornalista no Diário da Bahia. Em

¹⁷² Dados biográficos foram extraídos de sua memória publicada em 1974, pela Revista Brasileira (Ano V, nº 5) de 1979, e pelo DHBB, já citado em outros capítulos.

1924 tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Bahia, tendo passado o ano de 1922 na Faculdade Nacional de Direito, onde conhecera Afonso Arinos.

Devido ao seu perfil, foi alçado ao gabinete pessoal do governador baiano Góes Calmon e em seguida, por dois anos, esteve como deputado estadual. Conforme Bruno Rodrigues de Lima (2017), o recém-bacharel amparava-se no projeto constitucional de Alberto Torres, que fortaleceria o poder da União frente aos entes locais, fazendo uso, por exemplo, da intervenção federal nos Estados. Sob esse tema se debruçara na livre-docência de Direito Constitucional (“O artigo 6º da Constituição”), e para a cátedra de Sociologia ele apresentou a tese “Conceito Contemporâneo de Sociologia”. Na condição de suplente de vereador, assume interinamente a cadeira em 1923 e faz discurso elogiando a retirada do Brasil da Liga das Nações por não concederem assento permanente e por tornar-se tão-somente instrumento de acomodação europeia (LIMA, 1974, p. 34). O Grupo de Estudos sobre Alberto Torres foi fundado por ele em 1925, autor que muito influenciou na sua produção da época, assim como Daudet, Maurras, Pareto, Durkheim, Rui Barbosa e Alberto Torres. As tendências antiliberais marcam essa juventude, e, tal como em San Tiago Dantas, vão esvaecer conforme os anos forem passando. Em 1926 torna-se livre-docente da Faculdade de Direito de São Paulo, dissertando sobre Direito de Revolução e obediência estatal a princípios constitucionais da união; nelas atacava a autonomia estadual e a absorção indistinta de influências estrangeiras (LIMA, 2017).

A partir de então trabalhou como redator em Folha da Noite, Folha da Manhã e Correio Paulistano (nesse, com a coluna “Todas as manhãs”). Filiado ao Partido Republicano Paulista (de 1927 a 1932) foi instrutor das forças públicas paulistas. Se uniu a algumas eminências que questionavam a forma como a instrução pública existia então, e esse grupo formou o Manifesto da Escola Nova¹⁷³, lançado no início de 1932, a propor: educação assegurada como um direito; necessidade de uma escola laica; ensino moderno e dinâmico; escolas e universidades assumindo papel social. O zelo com o educar cruza sua existência, como provam outras publicações. Em 1945 prefaciou o livro de Antonio Carneiro Leão “A Educação para um Mundo Democrático” (LIMA, 1945a), cujas palavras iniciais exortam os ideais democráticos que após triunfarem sobre o fascismo devem ser perpetuados pelo ensino. Sustenta que o livro

¹⁷³ São signatários desse Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: Fernando Azevedo; Afrânio Peixoto; Sampaio Dória; Anísio Teixeira; M. Bergstrom Lourenço Filho; Roquette Pinto; Frota Pessoa; Julio de Mesquita Filho; Raul Briquet; Mario Casasanta; Delgado de Carvalho; Ferreira de Almeida Júnior; J. P. Fontenelle; Roldão Lopes de Barros; Noemy da Silveira; Hermes Lima; Atílio Vivacqua; Francisco Venancio Filho; Paulo Maranhão; Cecília Meirelles; Edgar Sussekind de Mendonça; A. Á. Alberto; Garcia de Rezende; Nobrega da Cunha; Paschoal Lemme; Raul Gomes.

apresenta uma política educacional que forme pessoas livres, autônomas e capazes, que gozem de isonomia, distribuição econômica equânime, e possam participar do governo.

Retorna ao tema educacional, ao biografar Anísio Teixeira (LIMA, 1978), seu amigo desde tempos de ensino básico. Nessa sua última obra, pode-se ver a presença dos dois articulando a reforma da instrução pública na Bahia dos anos 1920, a costura, com outros grandes pedagogos, do Manifesto da Escola Nova, nos anos 1930, e a consonância na busca de um Brasil cujo sistema educacional seja exemplar. Destaca ainda em Teixeira seu caráter humanista e socialdemocrata, e a sua proposta de um ensino laico, gratuito, obrigatório, que crie condições de superação dos problemas nacionais. Tanto o estadista da educação¹⁷⁴ quanto o chanceler foram muito influenciados pelas ideias de John Dewey. No contexto do Manifesto da Escola Nova, Hermes Lima ganhou projeção ao ser chamado por Fernando de Azevedo para lecionar Sociologia no Instituto de Educação Caetano de Campos, e por Antonio Piccarollo para ministrar curso na Escola Livre de Sociologia e Política. Em seguida, foi nomeado pelos insurgentes paulistas como o mediador junto a Góes Monteiro, para negociar rendição pacífica.

Assim como nos anos 1920 entrou na política e na academia, nos anos 1930 lançou o livro que talvez tenha sido seu maior sucesso, o que introduzia as ciências jurídicas¹⁷⁵. Em 1933 lança a primeira edição de “Introdução à Ciência do Direito”, que foi constantemente reeditado, passando assim por revisão e ampliação. Conforme destaca Laila Maia Galvão (2017) o manual unia a discussão jurídica com as teorias sociológicas, aproximando-se do direito positivo e afastando-se do direito natural, mas os contextos foram progressivamente eliminando posições mais contundentes (como a defesa do parlamentarismo, das liberdades, e de uma política “demofílica”) e fazendo dele mais abstrato e geral. Apresentado em versão reduzida para sua disputa pela vaga de professor de Introdução ao Direito (LIMA, 1933b), ele mantém o argumento de que para entender o Direito era necessário compreender sua correlação com a realidade social, ver fenômeno jurídico como um fato social. Ao se aproximar de ideias que põem mais ênfase na coletividade do que no indivíduo, conforme os autores citados nessa obra, ele aproxima-se da defesa de um Estado de Bem-Estar nos moldes corporativos, encontrados em alguns países da Europa de então.

O direito, conforme Lima (1933b) ancora-se na realidade e emana do povo. O jovem jurista postulava uma visão que partia da realidade, do país real, e criticava quem partia de

¹⁷⁴ O subtítulo do livro aponta para uma influência constante de Joaquim Nabuco sobre o Liberalismo Social de Hermes Lima, seja referindo-se indiretamente a “Um Estadista do Império”, seja em suas análises históricas.

¹⁷⁵ Também foi a década em que assumiu pela primeira vez uma função diretiva, em 1934 e 1935, na Universidade do Rio de Janeiro (hoje em dia UFF), como o Diretor da Escola de Economia e Direito.

concepções metafísicas para fundamentar argumentos; isso percorre a maior parte de seus trabalhos antes de tornar-se congressista. Embebido no ethos antiliberal, mas também consciente de seu nacionalismo, analisou a condição judaica em um artigo pouco conhecido hoje em dia. Diz ele que: “Nada mais contrário ao espírito da democracia que as perseguições e privilégios por motivo de raça, côr [sic], ou religião” (LIMA, 1933c, p. 265). Em um livro com diversos artigos de perfil antisemita e antissionista, ele afirma que as atuais perseguições advêm da internacionalização da estrutura socioeconômica, processo que ultrapassa fronteiras. Dedicando-se a outras análises de conjuntura, e reunindo palestras de 1934 e 1935 na capital e em Niterói, cria “Problemas do nosso tempo”, lançado em 1935 pela Companhia Editora Nacional. Pode-se dividir a obra em três partes, o primeiro capítulo é uma análise da conjuntura, o segundo e o terceiro abordam religião e suas relações com o poder e com a ciência, enquanto os dois últimos são discussões culturais.

No primeiro ensaio do livro argumenta que o idealismo nacionalista junto do Direito Internacional, pode gerar na sociedade das nações um mundo sem guerras, mesmo que o capital internacional siga beneficiando-se delas (LIMA, 1935, p. 7-42). No plano interno, nesse mesmo capítulo, ele defende uma modernização logística do país, e reformas administrativas, que possam manter a autoridade e viabilizar autonomias estaduais. Seguem então dois capítulos em que o autor reage às concepções religiosas de sua época. Para ele, as liberdades e direitos socioeconômicos deveriam se verificar também na laicidade do Estado, o que não se dava então pois existia uma tendência conservadora, principalmente no catolicismo de então (idem, p. 43-84). Contrapõe esse reacionarismo à possibilidade de ciência e religião se complementarem, levando em consideração a mutabilidade de ambas (ibidem, p. 85-125).

A menção a Dewey cruza praticamente todo o livro. John Dewey acredita na possibilidade de aperfeiçoamento do homem, através do Pragmatismo, político e pedagógico. Para ele, é necessário que os indivíduos tenham liberdade para desenvolver suas capacidades; e que a política seja moldada por um liberalismo radical que faça as reformas sociais exigidas pela moral das pessoas (DEWEY, 2008). Ele defende a inteligência e não a violência. A primeira seria a base da democracia, e o plano de mudanças se dá desde uma concepção democrática. Se consciência nacional é a mente, o governo é a linguagem. Como a sociedade é orgânica, a unidade prevalece, inexistente distância entre governante e governado. Quando esse poder uno conduz a si pela ética e pela consciência nacional, o ideal que conduz a realidade. A ele recorre no capítulo IV, ao identificar como missão das universidades a geração de condições culturais para o progresso e a democracia (LIMA, 1935, p.127-140). O capítulo final exorta a ciência e a técnica como meios para solução de conflitos e crises, e formas de se aferir hipóteses

experimentalmente, deixando à Filosofia a missão de refletir sobre o conhecimento, livre do compromisso de fortalecer convicções ou crenças (idem, p. 141-156). Mesmo que Hermes Lima pudesse, tal como Dewey, ser considerado um idealista a favor de reformas, e algo consciente de que nação importa, não foi assim que o governo entendeu suas ideias.

Passou quase um ano preso, entre 1935 e 1936. Durante a prisão conheceu Graciliano Ramos (que se refere a ele em Memórias do Cárcere), Herculino Cascardo, e muitos nomes da esquerda. É como detento que escreve “Tobias Barreto, a época e o homem” (LIMA, 1939a). Trata a figura histórica como um constante inconformista, a demandar reformas ou mudanças radicais na realidade, inspirado no liberalismo republicano e popular. Esse cosmopolita encerrado na província de Escada, depois alçado à Escola de Recife, criticava o caráter aristocrático das universidades, das comunicações, da política, das letras, e da religião. Após publicar o livro, concebe o artigo na Revista do Brasil sobre Tobias Barreto (LIMA, 1939b), nele retoma o panorama intelectual onde deficiências e dependências levam os pensadores brasileiros pelear entre si usando teorias estrangeiras, mas, enquanto autores franceses eram hegemônicos aqui, Barreto elegia alemães para seu posicionamento. Imerso no germanismo, ele propunha o direito positivo, cindido com a metafísica; assim como a “democracia seletiva”, em que o evolucionismo era arma para criticar tanto a esquerda quanto a direita de então. Dessa época há um artigo sobre o Positivismo (LIMA, 1939c) em que ele destaca que foi recepcionado no Brasil disputando espaço com o ecletismo e com o voltairianismo; e abrindo caminho para o abolicionismo e o republicanismo. Subdividiu-se em uma versão ortodoxa, na capital com o Apostolado e em uma versão heterodoxa, na Escola do Recife.

Após a soltura, refugiou-se em Caetités, sertão baiano, e desde 1937 publicou um artigo por semana no Correio da Manhã, a convite de Edmundo Bittencourt. Nessa época o Instituto Brasil Estados Unidos (IBEU) publica “A contribuição norte-americana à filosofia da vida”, originalmente um discurso proferido na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em julho de 1941. Para ele concepções estadunidenses de pragmatismo e instrumentalismo influíam sobre o contexto de então (LIMA, 1941). Defende as propostas de Dewey em prol da reforma educacional e da democracia, de filosofias voltadas mais para a prática do que para questões metafísicas. Esse discurso encontra-se em sintonia com o panorama construído no livro de 1935, que opõe o mundo laico, da ciência, progressista, livre, ao mundo da metafísica, da religião, tradicionalista, aristocrático. Nos EUA estavam o otimismo na perfectibilidade do ser humano, e a aposta na democracia, na ciência, na liberdade; e, portanto, neste discurso ele situa-se entre os “aliados” no mundo conflagrado. Dessa época é o prefácio escrito em outubro de 1944 e publicado depois (LIMA, 1947) a um tomo da coletânea de trabalhos de Rui Barbosa.

Nele, elogia a atuação do jovem Rui como defensor do abolicionismo, da liberdade religiosa, do sufrágio direto e contra a conscrição. Para Lima (idem, p. XIII), entre os dias finais do Parlamento imperial e o início do período presidencialista, o político baiano ansiava republicar a Monarquia, e gerar reformas na legalidade. A impossibilidade disso levaria à ruína a ordem instituída que unia monarquia, centralização e escravidão; aos poucos o radicalismo congregou na oposição república, federação e abolição (ibidem, p. XV). Destacavam-se os elementos que configuram a preparação política desse seu ídolo liberal: a capacidade com a linguagem, a acumulada cultura, a educação e a vocação. Escrito em pleno Estado Novo, era um grito do outrora apenado contra a centralização, a louvar ações cívicas nacionais.

Retornou aos estudos ruianos outras três vezes, sempre a enfatizar seu caráter reformista. A primeira em “Notas à vida brasileira” (LIMA, 1945b) - que é o ensaio de 1944, *ipsis litteris*. A segunda em um discurso na Casa de Rui Barbosa, realizado em 1956. Aqui desvela-se a faceta do paladino da modernização econômica republicana, encarnada em sua gestão emissionista, o liberal que empunha o habeas corpus contra arbítrios, o civilista que se insurge contra as máquinas políticas oligárquicas de seu tempo, o brasileiro a favor das “grandes causas” (LIMA, 1958a). A terceira em uma conferência de 1966 na Universidade Federal da Bahia, que reconstitui a biografia de Rui Barbosa a partir dos principais fatos de sua vida (LIMA, 1967). Aqui vemos o ícone do liberalismo democrático e das transformações no país; bem como o constitucionalista, sempre vinculado às instituições.

Suspensão da atividade docente desde abril de 1936, volta-se para seus estudos. É quando publica “Notas à vida brasileira”, composto por panegíricos a determinados vultos históricos e duas tomadas de posição. Neste livro está o discurso publicado em 1941, versando sobre os EUA, e o autor justifica essa inclusão conforme a seguir:

Não estará fora de propósito nestas Notas à vida brasileira incluir-se esta nota à vida norte-americana, principalmente se considerarmos a influência cada vez mais acentuada que, sob todos os aspectos, a civilizações dos Estados Unidos está exercendo no desenvolvimento da civilização dos demais países do Hemisfério. (LIMA, 1945b, p. 158)

Seguindo a crítica à postura cristã no país de então, tal como fizera em 1935, glosa a “questão religiosa” e perfila-se ao lado de Nabuco e Barbosa na crítica à Syllabus e aos seus entusiastas (LIMA, 1945b). Anos depois, isenta o divórcio¹⁷⁶ de qualquer disputa cratológica,

¹⁷⁶ Aqui há dois comentários. O primeiro é que seu casamento, o único em sua vida, foi com a desquitada Maria Moreira Dias, casada em primeiras núpcias com o diplomata chileno Ernesto Torrealba; logo o tema possuía importância pessoal. O segundo é que levaram muitos anos até a lei que aprovou o divórcio, na década de 1970.

pois ele seria mais reflexo de causas sociais do que de corrupções de ideários teológicos ou sociopolíticos (LIMA, 1957a). Sustentando oposição ao cristianismo tal como existia, por um lado, por outro, cruza todo o livro um canto apologético liberal. Os quatro deputados “Luzias” – Feijó, Tavares Bastos, Nabuco, Barbosa – são retratados como artífices do pensamento democrático radical, a defender autonomias, liberdades, e, *cum grano salis*, se o regente representa a faceta conservadora do liberalismo, o *degradé* vai até Caio Prado Júnior e sua interpretação sobre a formação nacional (LIMA, 1945b). Entre o primeiro e o segundo estão os demais. Nesse livro, ele faz uma elegia a alguns nomes da Escola de Recife – Teixeira de Freitas; Farias Brito e Tobias Barreto – por sua importância cultural e seu impacto sociopolítico. Anos depois, isso teve eco em capítulos de outro livro, em que louvava a atuação de homens de letras – Silvio Romero; Nabuco; e Martins Penna – para com questões sociais (LIMA, 1957a).

No maio de 1945, se dá o retorno para a cátedra a qual esteve suspenso, e em sessão solene na Faculdade Nacional de Direito profere o discurso “O povo e a revolução do Desenvolvimento”. Ocorria ali a primeira abordagem sobre um tema que foi um alfa e ômega em sua vida. Após criticar as tendências de oligarquização, de personalismo e de demagogia na vida pública nacional, demanda uma democracia popular, fundada em sufrágio, presença e participação universais. Para que essa proposta funcione, lideranças, técnicos, e partidos devem acercar-se das massas, e com isso assegurar o desenvolvimento. Nesse mesmo ano se envolveu diretamente com a política partidária. Liberal e democrático, vocacionado para os problemas sociais, próximo do ideário de esquerda, foi um dos fundadores da Esquerda Democrática; agregada inicialmente na frente ampla contra o poder estadonovista de Getúlio Vargas. Fundador da ED, da UDN, em 1947 foi um dos fundadores do PSB. Esteve na comissão do Anteprojeto da Constituição de 1946, e, depois, foi constituinte dedicado à ordem econômica e social. Na Legislatura de 1947 a 1951, esteve na base de apoio ao governo Dutra. Abriu os debates em 1948 propondo anteprojeto do Estatuto do Petróleo.

São dos anos 1950 suas primeiras experiências com as relações internacionais. Em 1949, publicou artigo no jornal Vanguarda Socialista, do PSB, afirmando que o partido não tinha conduta marxista, ainda que buscasse a socialização dos meios de produção; e em 1950 define a postura internacional partidária (LIMA, 1974, p. 196-206). No documento feito na convenção nacional pessebista, há um diagnóstico do sistema internacional e proposições para ação. De um ambiente em que democracia era conceito mobilizado por capitalistas e comunistas contra o nazifascismo, costuraram-se uma série de acordos que geraram esferas de influência, e, em seguida, áreas de influência. A política de potência de Estados Unidos e de União Soviética impuseram eixos de segurança nacional aos que se abrigavam em seu compasso de poder,

ampliando o antagonismo entre dois blocos e dificultando a coexistência, ainda possível. Nesse cenário, propõe então que o Brasil atue de acordo com as seguintes condutas: A. defesa da paz (e com isso do comércio exterior, do intercâmbio cultural, das liberdades e de tratados de paz); B. apoio à ONU; C. defesa do socialismo democrático e oposição a contrarrevolução burguesa; D. apoiar a independência de nações e de povos; E. combater a corrida armamentista, agressividades e expansionismo de ambos os blocos.

O documento provavelmente lhe deu ascendência sobre temas internacionais. Em 1951 foi delegado do Brasil na VI Sessão da Assembleia Geral da ONU, cargo que também ocupou¹⁷⁷ em 1952, na VII Sessão. San Thiago Dantas convida Hermes Lima para deixar o PSB em 1953 e ir para o PTB, e, logo após tornar-se petebista, já em 1954, ele vai à X Conferência Interamericana. Nessa ocasião, estivera Dantas como outro delegado do Brasil. A segunda metade dos anos cinquenta são de presença em missões/comissões especiais, onde defendia suas ideias. Até os anos 1950 seus escritos eram apologéticos ou jurídicos (ou ambos); após passam a existir como principais temas: desenvolvimento; nacionalismo; estruturas socioeconômicas e questões jurídico-políticas. Muitos livros misturam essas dimensões.

Em 1953 publicou “Cultura e Civilização”, sob apanágio do governo do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Aqui lemos uma defesa da superestrutura moldada pela consciência e não pela infraestrutura; *et pour cause*, o sistema parlamentar era expressão avançada, doutrina reflexa das forças sociais e seus pensamentos, alheia à escravatura (LIMA, 1953, p. 7-17). Já a civilização vincula-se ao progresso, à modernização técnica e intelectual; no Ocidente, está associado com Razão, Ciência e Conhecimento. O que ele espera do país é uma cultura organizada e independente, junto com uma civilização industrializada, com alta renda per capita, produtiva, com grande mercado interno. Para alcançar esses objetivos, reformas nacionalistas seriam necessárias.

Nessa direção argumentativa segue em 1954, com Lições da Crise, que versa sobre nacionalismo (LIMA, 1954b, p. 53-86), sistema político e assuntos afins (idem, p. 5-18, p. 19-52). Alerta para os males do subdesenvolvimento serem indissociáveis da orientação mais voltada para interesses externos de governantes e empresas. Isso gerou a dependência de mercado externo; utilizar recursos para alterar essa condição seria desafio latino-americano. No Brasil, por um lado, os momentos de belicosidades globais impulsionaram a libertação nativa, assim como a Constituição de 1934. Por outro lado, a ausência de poder do povo, a ostentação

¹⁷⁷ Em 1952 foi da subcomissão da reforma agrária na Câmara, durante o último governo de Getúlio Vargas, que tinha como Ministro da Agricultura João Cleophas. Em 1957 e 1960 também foi delegado do Brasil na ONU; também em 1957, ele foi membro da Delegação brasileira na Conferência Econômica da OEA.

da classe média e a mentalidade rentista da elite obrigavam o Estado a ser proeminente na condução¹⁷⁸ das mudanças. O conceito de nacionalismo em artigo posterior é definido em artigo posterior (LIMA, 1955a) como uma atitude exaltando a independência da pátria, e que rechace qualquer oposição; os direitos são assegurados na soberania. Como o país já possuía recursos, voz e civilização moderna, deveria passar a agir com mentalidade diplomática voltada para negociações que impulsionem a solução de problemas nacionais. Com isso, afirmar-se-ia a cultura política nativa, superar-se-iam os atrasos, criar-se-ia uma transformação estrutural, para chegar ao destino histórico reservado ao Estado e seu povo.

“Ideias e Figuras” (de 1957) possuiu número razoável de artigos publicados antes¹⁷⁹. Deste livro só não foi comentado aqui aquele em que contrapõe “colonizadores” a “nacionalistas” no debate desenvolvimentista (LIMA, 1957a, p. 61-71). De um lado, os capitais e ideias vindas de fora, e progresso atrelado à exportação de matérias-primas, de outro lado, nacionalismo no investimento e nas soluções, com a planificação estatal servindo ao desenvolvimento. Essa antítese apresenta-se em outros textos. Condições naturais para tornar-se país adiantado não eram encontradas na América Latina nem em outras áreas colonizadas, que, de uma situação à mercê das potências passaram a ter consciência e vida pública próprias. Nessa senda, alguns países investiram em educação, ciência e tecnologia, em um quadro de estabilidade institucional, fato louvado pelo autor.

Em 1960 proferiu a aula inaugural na Faculdade Nacional de Direito, a elogiar a tradição jurídica do país, mas a demandar reformas, dizendo-se consoante com alocações prévias de Evaristo de Moraes e de San Thiago Dantas. Para ele, estudos universitários deveriam voltar-se para a realidade e ter aulas práticas, e propunha cursos intensivos de “matérias auxiliares” (LIMA, 1979), algo similar aos cursos de verão e de inverno dos nossos dias. Em discurso de 1962 parece tangenciar a teoria da dependência (sua vertente crítica), em especial no que segue:

No país subdesenvolvido, o clima social para pensar o nôvo, para introduzir reformas não apresenta a densidade de um elemento suficientemente poderoso para estimular o processo transformador. Dada a posição do país subdesenvolvido no relacionamento internacional – posição de dependência, posição caudatária, posição reflexa – a camada dominante entende o desenvolvimento mais como conjunto de medidas para assegurar a sobrevivência do “statu quo” do que como processo para superar quantitativa e qualitativamente a estrutura do estabelecido. Torna-se muito grave, por isto mesmo, para os países subdesenvolvidos, a questão de determinar a natureza da

¹⁷⁸ Os estudos sobre administração e gestão públicas já existiam, provavelmente isso pairava o texto. Ao Estado caberia planejar, executar, verificar, ajustar; o Ciclo PDCA – já conhecido então – aparece como sugestão.

¹⁷⁹ Tratam-se dos capítulos 1, 7, 8 e 9, respectivamente: discurso na ESG em 1955; comparação entre Tobias Barreto e Machado de Assis; o texto de 1944 e o de 1956 sobre Rui Barbosa. Os capítulos 7 e 8 estão em “Notas à vida brasileira”. O capítulo 2 foi publicado sob título homônimo em 1955 nos Cadernos de Nosso Tempo.

opção política que, afinal, prevalecerá no processo de transformação. (LIMA, 1962b, p. 5)

Mais adiante diz que o progresso dos subdesenvolvidos ocorreu historicamente de forma passiva, a reboque dos “países adiantados”. Esse opúsculo endossa diversas posições encetadas anteriormente. Coerente com seu último escrito, sobre Anísio Teixeira, nessa obra menciona que em 1962 existiam 34 universidades, por volta de 430 faculdades e somente 40 das últimas tinham mais de 500 alunos (LIMA, 1962b: 13). Essa percepção talvez tenha se agudizado após ocupar a função de Diretor da Faculdade Nacional de Direito, de 1957 a 1959, na então Universidade do Brasil. Afirma que o ensino superior e o curso técnico podem servir a um projeto nacionalista, que transforme a cadeia produtiva, que reaja aos atrasos. É de opinião otimista com relação à estrutura jurídico-política, pois a considerava caminhando nesse sentido.

O capítulo que inaugura o livro sobre a crise (LIMA, 1954b, p. 5-18), referindo-se à situação existente após o suicídio de Vargas, é uma exaltação do presidente recém-falecido como símbolo do nacionalismo, que trouxe o povo para a vida pública, aplicou a justiça social, fomentou a distribuição de recursos equânime. Diagnostica as mazelas políticas como advindas do presidencialismo, sistema a fomentar personalismo, processo decisório ultracentralizado no líder do Executivo, conflito entre os poderes (idem, p. 53-65). Justamente por essa instabilidade e “conflituosidade”, as Forças Armadas tendem, na América Latina presidencialista, a se politizar para cauterizar feridas abertas pela inépcia sistêmica.

A seu ver (idem, p. 73-86), eleições proporcionais geram fragmentação indesejada, e aprofundam instabilidades. Os partidos e as maiorias se tornam débeis, os gastos de campanha corroem a dinâmica da disputa, e os programas são ignorados em prol de indivíduos irresponsáveis. Ao invés dessa precariedade, apresentava a proposta de um parlamentarismo majoritário, com higidez e “republicanidade”. Em um contrafactual singelo, verificando-se o que ele desejava, provavelmente teríamos um cenário político à moda britânica, mas sem monarquia; os Tories seriam a UDN, os Liberais seriam o PSD, e o Labour seria o PTB.

Analisara a Constituição vigente em palestra de 1952 inserida em uma compilação, verificando as diretrizes que orientam o sistema de legalidade e o funcionamento dos poderes (LIMA, 1954a). De acordo com o autor, a partir da realidade o pensamento gera produtos mentais com impactos individuais e coletivos. Além disso, “É o pensamento político que cria a coesão das forças sociais em torno [sic] dos seus objetivos. Sem pensamento político (...) todo o trabalho administrativo se dispersa, perde em continuidade” (idem, p. 18). A Carta Magna de 1946 foi criada após o Estado Novo e a II Guerra Mundial, por isso prezou liberdades e democracia, em feições ocidentais; afastando reacionários e revolucionários. Isso era provado

pela forma como orçamento e estado de sítio eram abordados nessa Constituição, semelhante de como fora em 1934. Logo, pode-se dizer que ambos documentos legais tiveram o “mesmo espírito”, o de uma Carta-Programa, a viabilizar um poder central que lidere a organização nacional e combata o atraso. Em parte, o argumento é retomado em obra de 1959.

Nela, ele fala sobre a relação entre os Estados e a União, com principal enfoque no período presidencialista estabelecido com o fim da Monarquia (LIMA, 1959c). Sob o Império do Brasil imperava o pensamento centralizador e a unidade, e, após instabilidade e um interregno militar, veio uma fase oligárquica, com os governadores estaduais sobrepondo-se ao poder federal. É Rui Barbosa a voz a insurgir-se contra esse sistema, e propor um presidencialismo menos personalista, menos corrupto. Desde 1930 a União volta a exercer a função organizadora do desenvolvimento, demandando assim a planificação. Neste trabalho vemos muitas das proposições já presentes em seus trabalhos sobre a “Águia de Haia” e que pontuam ao longo de seu percurso intelectual.

Permeiam igualmente palestras na Escola Superior de Guerra vertidas em livros. A primeira e a segunda abordavam o “Poder Nacional” um dos eixos da doutrina esguiana¹⁸⁰. Considera que a cultura política – composta por instituições e representações – é uma dimensão do poder, ela incide sobre os líderes, a lidarem com questões políticas e técnicas, e a buscarem diuturnamente a legitimidade. Para ele, Estado de Direito deveria ter um *jurisdictio*, meio do poder público julgar, e um *imperium*, meio dele ser exercido, e para que isso se dê em uma democracia em que a opinião pública é respeitada, não deve haver migração partidária e nem alianças, deveriam existir somente partidos nacionais (LIMA, 1957b). No capítulo “O Complexo de Ataxerxes” (LIMA, 1957a), de Ideias e Figuras, ele discursa sobre a função no poder, argumentando que a representação é algo feito para ser impessoal, tem certas exigências, há um perfil a se cumprir. Foi um ano que explorou ideais a serem seguidos. Ainda que a análise cratológica mantenha-se em sua terceira obra esguiana, quando discorreu sobre Ciência Política, na ESG o principal assunto foi segurança nacional e internacional.

Asseverava em 1958 a existência de dois sistemas dividindo o mundo – democrático e soviético – mas tendia-se à interdependência, e vislumbrava “(...) uma solução que não custe a humanidade o preço de nova guerra em que as nações terão de experimentar os efeitos de novas e inéditas armas.” (LIMA, 1958b, p. 13). As próximas três participações cruzam as discussões estruturais cratológicas (governo, regimes, ideologias, etc.) com as conjunturais (sobre segurança nacional e internacional). Segurança nacional vincula-se com condições históricas e

¹⁸⁰ Para entender melhor as ideias que são caras à ESG, leitores poderão ler o artigo do autor publicado em 2015.

sociopolíticas; e a ideologia selecionada pela nação tende a considerar ameaça aquela que lhe seja oposta (LIMA, 1959a). Por isso, ele espera do país um Estado cujo governo seja democrático e equânime, logo, que seja legítimo. No mesmo ano em que exerceu a função de Delegado na XV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, analisou as repercussões da segurança nacional na política interna (LIMA, 1960). Argumenta então que os principais problemas no país não giravam em torno da democracia, mas da precariedade do sistema eleitoral e das ameaças totalitárias e ditatoriais.

Em seguida, critica o funcionamento do sistema político, considerando que a proporcionalidade e a aliança de legendas, em contexto do parlamentarismo, tinham resultados insatisfatórios, para resolver esse e outros impasses, manifestações plebiscitárias pareciam ser o caminho (LIMA, 1962a). Nesse trabalho distingue duas políticas. Por um lado, existiu a “política de progresso” de concessões, passiva, ajuda ao desenvolvimento, em que as decisões são tomadas pelos investidores estrangeiros. Por outro lado, parecia surgir a “política de desenvolvimento”, ativa, planejadora, com o Estado à frente das decisões, a favor da industrialização e da manutenção da posse de recursos pela nação.

As poucas palavras na posse como chanceler em setembro de 1962 apontam para o primado da “solidariedade humana e continental, no sentido de oferecer ao povo do mundo inteiro e ao povo da América a paz e a tranquilidade de que tanto necessitam” (LIMA, 2008a). Contra a intranquilidade mundial, o Brasil oferece a face do entendimento, tradicionalmente apresentada pela Casa de Rio Branco. Agregando a obras anteriores, especifica o desenvolvimento como indissociável das reformas, e afirma o Brasil como país neutro, unicamente comprometido com a defesa hemisférica (LIMA, 1963a). Sobre a autonomia defendida na política exterior, suas palavras são as seguintes:

Nosso país guardará sua autonomia de pensamento e de ação política, autonomia que lhe permite iniciativas no campo do desarmamento nuclear, como o projeto de desnuclearização da América Latina apresentado à última Assembléia-Geral das Nações Unidas. Autonomia que lhe possibilita manter relações diplomáticas, comerciais e culturais com todos os povos. Autonomia que lhe impõe tratar dos problemas do comércio exterior à luz de uma formulação de seu mecanismo, de modo que êle [sic] não siga apenas valorizado sob o ângulo das economias industrializadas. É o papel que a próxima Conferência de Comércio e Desenvolvimento terá de preencher, Conferência por cuja realização nos batemos com toda [sic] energia. (LIMA, 1963a, p. 4-5)

Por oposição, o Brasil não deveria admitir a guerra nuclear, nem as intervenções na soberania alheia, tampouco subdesenvolvimentos e alinhamentos. Pois a política externa deveria ser vista como “um instrumento a serviço dos interesses [sic] e ideais da nação

brasileira, no relacionamento internacional em que se integra” (LIMA, 1963a, p. 6). Em janeiro de 1963 instala o COLESTE. No discurso inaugural, afirma que o órgão visa buscar ampliação do comércio exterior com um mercado promissor, mas que demanda coordenação rápida, devido às diferenças estruturais do Brasil com tais países (LIMA, 2008c). Tratava-se de ato de soberania para reverter quadro de intercâmbio econômico deficitário, o Conselho dos Ministros orquestraria a ação em conjunto com a iniciativa privada; colocando o interesse nacional acima de problemas de conflito ideológico entre blocos e facções.

Ao tecer considerações sobre os rumos que estavam sendo dados à chancelaria, ele reafirma o que falara antes, reconstitui a trajetória das relações interamericanas e diz que o país amadureceu ao tentar propor solução ao problema de Cuba, com caráter mais global que regional (LIMA, 1963b). Ao fim, ao se referir a San Thiago Dantas diz que “ninguém exprimiu uma noção tão perfeita da realidade internacional”. Durante o período que foi Chefe do Gabinete Civil de João Goulart (1961) e do que esteve como Ministro do Trabalho (1962), Hermes Lima pouco publicou.

Último Primeiro-Ministro do período parlamentarista (ou presidente do conselho de ministros), esteve no poder em meses situados entre 1962 e 1963; sempre expressou insatisfação com o presidencialismo tal como existia. Da mesma forma, assim que se instalou o sistema parlamentarista, discursou a favor ou de sua substituição ou pela sua efetivação; pois o caráter transitório impedia avanços necessários. Após ser Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro), Deputado Federal, Ministro do Trabalho, e Chanceler, ocupou a função estatal de Ministro do STF, entre 1963 e 1969. A ABL o acolhe em 1968, e em 1969 torna-se Conselheiro da Confederação Nacional do Comércio (CNC), e membro do Instituto de Direito Público e Ciência Política (INDIPO). É importante lembrar que foi afastado do STF por ser considerado uma ameaça ao governo Castello Branco e seus apoiadores. Faleceu em 1º de outubro de 1978, quase dez anos depois de sua ascensão à ABL e de ser afastado do STF.

A recepção sobre Hermes Lima é variada. Conforme Irving Louis Horowitz (1966), Hermes Lima era um dos que defendiam a expansão do comércio rumo ao Oriente, combinado com um fomento à industrialização nacional como meios de se superar problemas socioeconômicos. Para Darcy Ribeiro, o que ocorreu a Hermes Lima também ocorreu com Anísio Teixeira, uma conversão à esquerda ainda nos anos trinta. O primeiro dirige-se ao segundo, em carta de 1978, com os seguintes dizeres:

É extremamente curioso que isso ocorresse justamente naqueles anos 20, em que surge no Brasil o primeiro grupo de intelectuais que se desgarram do anticlericalismo positivista ou liberal para se fazer católicos militantes. Quando Jackson, Alceu e

outros marchavam para a Ação Católica, nosso Anísio como você vinha de volta. Quando a inteligência brasileira se descaminha para a direita que a levaria ao integralismo, Anísio, aferrado à democracia norte-americana, caminha para a esquerda. Você também. Mas quem sabe dessas transas de sua geração é você. (RIBEIRO, 1997, p. 229).

Constantemente ilustram-no como ícone da esquerda brasileira; mas há outras leituras sobre o imortal baiano, e a Academia Brasileira de Letras pode ser elucidativa. Pontes de Miranda em sua posse descreve um intelectual cordato, cheio de urbanidade, amante da democracia e da igualdade; exímio na escrita e nas lides sociopolíticas. Ivan Lins em recepção à Lima na ABL o situa entre “o socialismo de cátedra e o fabianismo britânico”, humilde e sereno em sua excelência como político, jurista, professor. A Sessão da Saudade na Academia Brasileira de Letras e outras ocasiões fornecem parte dessa mirada (ATHAYDE; LACOMBE, 1980). Austregésilo de Athayde o ilustra como amante da liberdade, probo e exímio em seus labores, amante da liberdade, inimigo da tirania. José Honório Rodrigues destaca que ele sempre esteve cômico das necessidades socioeconômicas coletivas e que viveu em prol de superações, como representante do pensamento socialista brasileiro. Antônio Houaiss faz eco a Rodrigues, agregando que o falecido foi homem público de formação sertaneja, e que jamais alheou-se de seu ideal. Alceu Amoroso Lima discursa elogiando a honradez e a lisura de alguém que o venceu em concurso e em embate sobre como deveria ser a educação, em versão aperfeiçoada. A lembrança do professor sempre sorridente, a introduzir o sentido social e político nos estudos constitucionais é o que toca a Miguel Reale. Um livro de um estadista sobre outro, é como Afrânio Coutinho define a obra de Hermes Lima sobre Anísio Teixeira. Barbosa Lima Sobrinho ressalta que era essa mesma obra uma espécie de autobiografia, com o educador dublando o imortal, Viana Moog concorda. Lyra Tavares diz que apesar das divergências quanto às soluções brasileiras, eles muito conversavam, inclusive quando o finado Lima lhe dava carona até sua casa. Aurélio Buarque de Holanda destaca a conjugação do apolíneo com o dionisíaco no ex-chanceler, dos modos polidos e aristocráticos, com o espírito popular e simpático. Quiçá, isso tenha incidido na maneira de decidir dele.

4.3.2. Pensamento de Brochado da Rocha

Francisco Brochado Rocha (1910-1962) nascera no Rio Grande do Sul, em sua capital. Seu primeiro ato na política foi quando, ainda graduando, apoiou em outubro de 1930 o

movimento que levou Getúlio Vargas ao poder. Laureado em seu Bacharelado em Direito na Faculdade de Direito de Porto Alegre, foi procurador e administrador público em sua cidade natal. Assim, antes de entrar para a política publicou seu primeiro livro, uma comparação das constituições de diversos países, mormente da Europa. Em “A Constituição do Estado Novo e os Estatutos fundamentais da Europa” expõe *ipsis litteris* diversas Cartas Magnas, como a brasileira de 1937 e as mais recentes de alguns países europeus, e as antecedendo há uma análise histórica e conjuntural do país em tela (ROCHA, 1940). Abrindo o livro há uma “Explicação Preliminar”, que elucida o porquê de trazê-lo a público:

Já estava concluído êste trabalho, quando instaurou-se, novamente, cruciante, a guerra, na Europa. A conflagração atual determinará, certo, um movimento de revisão das bases políticas dos Estados, beligerantes e neutros, do velho continente. Em nada, porém, êsse fato altera a oportunidade do presente livro. O caráter predominante dêste trabalho é eminentemente nacional. Com êle visei estabelecer os elementos basilares para um proveitoso estudo comparativo da Constituição do Estado Novo com os Estatutos Fundamentais europeus vigentes à época de sua promulgação. Demais, mesmo se estivermos a encerrar um ciclo, e assistir o esboroar de uma cultura e o têrmo de uma civilização, ficarão os textos, seus alicerces, aí, a atestá-las, para o julgamento da posteridade. (ROCHA, 1940, p. IX)

Para ele, todo povo se associa com uma constituição, e quando uma cai, há pessoas a propor outra, como Rui Barbosa que é exaltado pelo autor. Em uma ampla narrativa, mostra que o Brasil pertence ao Ocidente, por isso, segue na tendência de uma ordem mais coletivista, pois o grupo liberal perdia forças. Se, por um lado, retira do rol de democracias tanto o comunismo quanto o nazismo/fascismo; por outro, o Estado é que deveria garantir os direitos, em um feitiço mais corporativista, menos individualista. A vontade popular soberana deve ser a base para que regimes com parlamentos e normas constitucionais possam ser, de fato, democráticos. Em pleno Estado Novo, diz: “O parlamentarismo nasceu como um desenvolvimento histórico do sistema representativo. (...) É o reconhecimento pleno da soberania da nação, representada no parlamento, que a tudo se sobrepõe.” (ROCHA, 1940, p. 29-30). O fim da Primeira Guerra Mundial fez com que a democracia se fizesse na maior parte dos países, mas os conflitos têm exigido adaptação, no sentido de fortalecer o poder Executivo. O jurista parece apostar em novas ordens políticas, e constantemente cita clássicos do republicanismo, como Cícero, Rousseau e Bolingbroke. O tom é laudatório ao documento outorgado em novembro de 1937, mas faz com críticas implícitas e o situa no contexto global.

Findo o Estado Novo, e iniciada nova fase constitucional, começa sua carreira eletiva e administrativa. Em 1946 foi Secretário de Educação e Cultura pelo governo gaúcho. Em 1947 assume como catedrático de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Porto Alegre,

mesmo ano em que se iniciou na Assembleia Legislativa de seu estado. O parlamentar debutante lança livro com seus discursos já em 1948. Seguiu uma vida parlamentar relevante, em geral na comissão de constituição e justiça. Como relator da Lei Orgânica do Estado do Rio Grande do Sul, criticou tudo o que fosse faccioso, radical, unilateral, caudilhesco, e conclama à harmonia entre as diferentes visões para que se mantenha ao longo do tempo aquilo que fora alcançado na constituinte local (ROCHA, 1948, p. 9-36). Será o parlamentar responsável por discursar em homenagem a Osvaldo Aranha, feita pelo Legislativo gaúcho. As últimas palavras são de descortinada louvação que espelha as próprias crenças de quem as profere:

Presentindo, então, a proximidade da borrasca, Osvaldo Aranha abandona Washington e erige o velho e tradicional Itamarati em paládio dos ideais da democracia e da liberdade, renovando nossa fé nos princípios do pan-americanismo, que Joaquim Nabuco, entre nós, tão bem expressou e repetindo as fulgurâncias desse “deus terminus da nacionalidade”, o esplêndido e magnífico Paranhos do Rio Branco. (...) a Conferência dos Chanceleres Americanos, reunidos no Rio de Janeiro, levounos, sem dúvida, à guerra, mas o Brasil ganhou para o mundo a paz, quando Osvaldo Aranha, confirmando os compromissos de solidariedade continental, exclamou que em Pearl Harbor a América tôda fôra agredida e que a América responderia a essa agressão. Nada conheço – Senhores – de mais belo que a evocação feita pelo nosso homenageado de hoje, em horas tão decisivas, da imagem de Rodó, que encarna a alma e o espírito da América naquela mulher, vestida de branco e vestida de espaço, moça e linda, enfrentando o tirano e dizendo-lhe que o domínio de todos os déspotas é efêmero e que o nosso continente, esperança de um mundo desfeito pelos erros da opressão, é terra de luz e de liberdade, onde nunca dominará o poder do arbítrio. (...) Sua vida, sr. Embaixador, na plenitude das forças creadoras do espírito, é hoje, como o poema incompleto de Virgílio, a síntese das glórias da Pátria, e há de ser o exemplo e o paradigma dos artífices da nossa grandeza no futuro. (ROCHA, 1948, p.82-83, sic.).

O principal envolvimento com a dimensão internacional se deu em 1951 ao participar de Missão Cultural no Uruguai, discursando sobre Declaração Universal dos Direitos Humanos. Também esteve em Montevidéu na Jornada Uruguaio-Brasileira de Direito Comparado, a discursar sobre o parlamentarismo latino-americano. Entre 1953 e sua morte foi do Instituto dos Advogados, seção gaúcha. Em 1955 e 1956 foi Consultor Geral da República. Em 1959 foi Secretário de Segurança estatal, e no ano seguinte, também pelo governo estadual foi Secretário do Trabalho, da Administração e da Fazenda. Recolheu os louros de ser presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) por breve período, de 13 de julho a 14 de setembro de 1962 após ser aprovado pelo Congresso por 215 votos contra 58 concedidos a outro candidato.

Diz servir ao desenvolvimento nacional, ao bem-estar e à paz do povo; por isso, considera incontornáveis: a execução de reformas estruturais, o combate da carestia, e a convocação do plebiscito para definir o sistema de governo (ROCHA, 1964, p. 9-22). Para tanto, as reformas deveriam ser sintetizadas em um plano a ser seguido pelo Executivo. Nesse

momento ele demanda uma maior delegação de poder ao gabinete, para que determinadas mudanças possam ocorrer, e, para que isso pudesse se dar, presidência (leia-se João Goulart) e o Congresso deveriam abrir mão de prerrogativas. Como cabeça do Conselho de Ministros, retorna a esse tema, pedindo maior robustez para o Executivo, algo indissociável da consolidação institucional do parlamentarismo (ROCHA, 1964, p. 40-87).

Seu programa de governo (ROCHA, 1964 p. 23-38) gira em torno de três tipos de medidas – estruturais, emergenciais, e complementares às anteriores – e, como a mais crítica era o combate à inflação, propõe redução de gastos públicos e racionalização de tributos. Reformas institucionais e administrativas eram integradas na proposta para gerar mais eficiência. Buscava objetivos polêmicos em alguns meios, como a ampliação de mercado para o comércio exterior, aprofundamento da integração com a América Latina, realização da reforma agrária. Sobre a política exterior, endossa o prosseguimento da política externa iniciada na gestão Jânio Quadros, cujo chanceler era Afonso Arinos. O último reassumia com Brochado da Rocha a liderança do MRE, e o item XIV do programa sinteticamente instava como segue:

No setor de política externa, o Conselho manterá e fortalecerá a política de efetiva soberania, através de uma diplomacia atuante e independente, consciente dos interesses do País e das responsabilidades que nos incumbem no esforço conjunto pela manutenção da paz. Executará uma política de relações amistosas com todos os países e de ampliação dos mercados externos. Dará todo o apoio ao fortalecimento do regime democrático entre as nações do hemisfério, sem quebra do respeito pelo princípio de não intervenção e autodeterminação dos povos. (ROCHA, 1964, p. 37)

Em sua derradeira mensagem aos eleitores, declara que se exonera pelo seu insucesso na tentativa de legitimar o sistema de governo existente e de obter delegação para reformas que viabilizem o desenvolvimento (ROCHA, 1964, p. 119). Faleceu pouco após deixar o cargo de Primeiro-Ministro, em 26 de setembro de 1962, de derrame cerebral. Walter Jobim (1948) exaltou sua capacidade oratória, sua láurea acadêmica. Em notícia do Jornal do Brasil dada no dia do sepultamento há algumas declarações de pessoas que com ele conviveram. Para Hermes Lima, ele foi um brasileiro exemplar em termos de virtudes pessoais e privadas, principalmente para a mocidade. João Goulart destaca a importância de alguém que se orientava pela busca dos interesses nacionais e pelos direitos do povo. Postumamente, a sua viúva Jurema Caruso da Rocha reúne discursos e escritos de seu finado marido e surge “Falando ao Brasil”, que congrega suas falas como Primeiro-Ministro, do início à exoneração. O triste fim de Brochado da Rocha levou o mesmo à beira do ostracismo pelos estudiosos da cratologia brasileira.

4.4. Evandro Lins e Silva e João Goulart

4.4.1. Pensamento de Evandro Lins e Silva

Por conta de seu perfil mais associado com a atividade jurídica – em especial no tribunal do júri – do que com o mundo acadêmico, trabalhar-se-á sobretudo com seus atos profissionais, sua biografia e obras que lidem indiretamente com as questões desta tese. Evandro Cavalcanti Lins e Silva (1912-2002) nascido no Piauí¹⁸¹, mas com laços familiares pernambucanos, próximos de personalidades da política e da imprensa. Desde final do ensino primário na capital como aluno do Colégio Pedro II, formou-se em 1932 pela Faculdade Nacional de Direito (atual UFRJ), já na graduação militar no “Clube da Reforma”, grupo de estudantes de centro-esquerda. Enquanto trabalhava no Diário de Notícias, jornal ao qual se desvinculou em 1934, começou suas experiências no Direito. Montou seu escritório de advocacia em 1932 e advogou praticamente toda a vida, com exceção do período em que esteve trabalhando no poder público e que já gozava da sua aposentadoria.

De 1930 a 1945, cobre matérias e faz entrevistas ligadas ao âmbito judiciário; trabalha sucessivamente nos seguintes jornais: A Batalha; A Esquerda; Diário de Notícias; A Nação; A Gazeta; O Jornal. No último ganhou mais destaque, com o pseudônimo de Lobão, sempre comentando atos do Judiciário. Em 1941 casa-se com Maria Luisa Konder, cuja família foi influente na política brasileira dos anos 1920. Próximo ao prefeito Pedro Ernesto, chegou a filiar-se na União Trabalhista do Distrito Federal, chefiando seu departamento jurídico. Durante o período do Estado Novo defendeu juridicamente quase mil réus opositores do regime¹⁸², tais como os comunistas da Intentona, os membros da Sociedade dos Amigos da América, e outros desafetos de Vargas. Em 1943, faz discurso como se estivesse falando ao finado Magarinos Torres (que sustentou até a morte o apoio brasileiro aos aliados na Segunda Guerra) na inauguração do seu busto no Tribunal do Júri:

¹⁸¹ Os dados biográficos foram obtidos no sítio da ABL, no verbete Evandro Lins e Silva do DHBB (JUNQUEIRA, 2009), na entrevista ao CPDOC (SILVA, 1997) e na compilação do STF (ALVES JR., 2009).

¹⁸² Contumaz frequentador do Tribunal de Segurança Nacional, entre 1936 e 1945, tornou-se crítico da forma como era concebida a ideia de ameaças ao corpo nacional. Nos anos 1980 isso fica mais evidente, conforme pede para que a justiça militar se atenha a crimes dos militares ou cometidos por civis em locais militares; dessa forma temas associados à segurança nacional seriam julgados pela justiça comum (JUNQUEIRA, 2009), algo que não era feito nem no ciclo político de 1937 a 1945, nem no de 1964-1985.

(...) os seus discípulos estamos na estacada, transmitindo aos mais moços as suas lições e os seus exemplos. O Brasil está unido às nações democráticas para exterminar as forças obscurantistas e retrógradas dos bárbaros que subjugarão a velha França, com exílio dos traidores, e que mataram centenas de mulheres e crianças brasileiras, também com o exílio dos traidores. O Tribunal do Júri é uma escola de democracia. Ao lado do busto de Magarinos Torres está o de Evaristo de Moraes, o defensor intransigente das liberdades públicas, o advogado das causas populares de maior repercussão no país, nos últimos cinquenta anos. (SILVA, 1995a, p. 168).

Ainda que seja uma fala no calor do momento, durante o Estado Novo, ela sintetiza bem algumas linhas gerais do que ele acredita, e que será esmiuçado ao longo dessa parte dedicada a ele. Após ser membro fundador da União Democrática Nacional e da Esquerda Democrática, em 1947 funda o Partido Socialista Brasileiro, junto com Hermes Lima e outros. Pesara nessa escolha a sua admiração por outros personagens históricos associados com o partido, como João Mangabeira e Evaristo de Moraes. Como ambos foram próximos de Rui Barbosa, pode-se dizer que o político baiano influenciou na formação do futuro chanceler e juiz do STF, em sua visão sociopolítica. Nesse mesmo ano, foi o correspondente da ONU para questões penais e penitenciárias no Brasil. Entre 1944 e 1995 ocupou o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil¹⁸³, de forma interrupta, mas constante; chegando a receber a Medalha Rui Barbosa¹⁸⁴ pela OAB. Também recebeu a medalha Teixeira de Freitas pelo Instituto dos Advogados Brasileiros. Nas seccionais nordestinas da OAB recebeu o prêmio Helder Câmara (em Pernambuco) e prêmio Clóvis Bevilacqua (em Ceará). Sua defesa da ordem constitucional levou-o a criar, junto com Vitor Nunes Leal e Sobral Pinto a Liga da Defesa da Legalidade, em 1955, para permitir que o vencedor de eleições presidenciais pudesse assumir o cargo sem vetos.

Contratado como professor de Direito Penal na Faculdade de Direito da UEG (atual UERJ), entre 1956 e 1961, desenvolveu ao longo do tempo posição nítida sobre esses temas. Para ele, a pena em si não conduz à transformação do apenado, e as condições socioeconômicas são a origem dos males que conduzem à criminalidade; dessa lógica decorre sua oposição à pena de morte, sua preferência por penas alternativas e sua trajetória no júri como grande advogado de defesa (SILVA, 1997). Nos anos 1960, foi um pessebista muito próximo da alta cúpula petebista, tendo bons laços pessoais com João Goulart; e essa afinidade ideológica expressa-se na sequência de cargos públicos que ocupa entre 1961 e 1969, só encerrada após sua expulsão do STF. À época, PTB e PSB estudavam fundir-se em um só partido; mas o processo foi interrompido antes que lograsse sucesso (BANDEIRA, 1985).

¹⁸³ Entre 1961 e 1969 não esteve vinculado à OAB, devido aos sucessivos cargos públicos que ocupou.

¹⁸⁴ Medalha homônima foi recebida da Fundação Casa de Rui Barbosa quando já estava aposentado.

Desde 1961 sua vida altera-se profundamente, após integrar a comitiva do então vice-presidente João Goulart à União Soviética e à República Popular da China. Em setembro, após quase um mês de viagem, Evandro Lins e Silva ascende à Procurador-Geral da República, cargo que ocupa até fins de janeiro de 1963. Já em regime presidencialista, torna-se o Chefe do Gabinete Civil (atual Ministro da Casa Civil) da Presidência, ocupando o cargo até junho de 1963. Chanceler entre 18 de junho e 14 de agosto de 1963, teve uma passagem breve pelo Itamaraty, mas isso não impediu de tratar de temas relevantes para a política externa brasileira. O principal documento para entender sua visão sobre o internacional é o discurso de posse como Ministro das Relações Exteriores (SILVA, 1995a, p. 283-288). Nesse documento, enumera alguns princípios da política externa então em vigor a serem mantidos:

- Direito de cada povo à independência e ao desenvolvimento.
 - Direito de cada povo de manter relações com os demais povos da terra, sem discriminações de qualquer natureza.
 - Autodeterminação dos Estados e não-intervenção.
 - Reconhecimento das comunidades e das organizações jurídicas internacionais, como imposição de interdependência técnica, econômica e cultural.
 - Defesa intransigente da paz, desarmamento e proibição de armas atômicas.
- Esses princípios estão hoje vitoriosos e configuram uma etapa definitiva e irreversível do processo histórico brasileiro. E, antes, representam uma tomada interna de consciência por parte da comunidade brasileira, no tocante à sua própria identidade, a seus interesses e a seus fins, como agrupamento nacional consciente que não abdica de comandar o seu próprio destino (SILVA, 1995a p. 285).

O caminho para o progresso socioeconômico buscado no plano interno também seria buscado no plano externo; tendo por diretriz a cooperação¹⁸⁵, e mirando a independência, refuta a subordinação e o isolamento. Seguir o interesse do povo e o perfil governamental de João Goulart era praticar o multilateralismo ativo, encetar decisões que empoderem países em situação semelhante. Em um discurso no Itamaraty a diretores de jornais brasileiros, diz que é necessário “alongar o raio de ação da diplomacia brasileira”, estando ao lado dos países afro-asiáticos, com quem se formou “encaminhamento de questões relativas ao desarmamento, ao desenvolvimento e à descolonização” (SILVA, 2008a).

Tanto nessa ocasião do Itamaraty quanto na VI Conferência Brasileira de Comércio Exterior em Belo Horizonte ele ressalta a importância de se criar um conselho nacional para lidar com comércio internacional brasileiro, assim como destaca o quão crucial a ALALC em

¹⁸⁵ Nesse trecho, cita a encíclica *Pacem in Terris* do Papa João XXIII. Evandro Lins e Silva e João Goulart têm diversos discursos em que tangenciam ou falam explicitamente da Doutrina Social da Igreja. O Papado de João XXIII se inicia com sua eleição em outubro de 1958 e entronização no mês seguinte, e tem seu término em 3 de junho de 1963. Suas principais ações foram a convocação do Concílio Vaticano II, e a edição das Encíclicas *Pacem in Terris* e *Mater et Magistra*. O Papa Paulo VI veio em seguida, e manteve a diretriz de congregar o Concílio Vaticano II, em que o Brasil e alguns dos agentes estatais mencionados na tese estiveram presentes.

termos comerciais. Na capital mineira, ainda, critica o quanto o GATT serviu mais para fomentar as relações econômicas dos países mais industrializados, enquanto os subdesenvolvidos não tinham consciência da necessidade de superar o subdesenvolvimento (SILVA, 2008b). Todavia, a emancipação socioeconômica do país dependia da “harmonização de políticas e coordenação de atividades”, no contexto regional e entre países em condições semelhantes ao Brasil. Ele retoma o debate sobre a luta pelo desenvolvimento e o despertar da consciência que ela enceta em entrevista à *Manchete* (SILVA, 2008c), quando explica que a discussão se o país pertence ou não a um bloco é “simplista e bizantina”. Para ele, o essencial seria “definir com precisão os (...) interesses no campo internacional, agindo em função deles e da sua consecução”, de onde se extrai as posições brasileiras no multilateralismo, seja na preparação para a UNCTAD, na crítica ao colonialismo, na proposta de desnuclearização, ou na ideia de criação de uma estrutura internacional que pudesse fomentar a industrialização.

Em 14 de agosto vira Ministro do Supremo Tribunal Federal, tomando posse em 4 de setembro de 1963. Fica na função até 16 de janeiro de 1969, quando é destituído do cargo assim como o são os ministros Victor Nunes Leal e Hermes Lima. Em 1979 assume a defesa de Doca Street, acusado de assassinar Ângela Diniz três anos antes; caso de grande destaque, em que seu réu fora absolvido. Mesmo resultado que ocorreu em caso semelhante, de 1950, quando defendeu Zulmira Galvão Bueno, acusada de assassinar seu marido Stélio. Por possuir uma carreira dedica ao júri por mais de quarenta anos, foi especialista em casos passionais, de defesa da honra e de legítima defesa; todavia, sua atividade profissional de 1979 impediu em 1998 de ocupar na candidatura de Luís Inácio Lula da Silva a vice-presidência, por muitos setores considerarem sua ação ofensiva ao feminismo (JUNQUEIRA, 2009).

Nos anos 1980, foi membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e da Associação Internacional de Direito Penal¹⁸⁶. Em julho de 1985 esteve entre os fundadores do Partido Socialista Brasileiro, cujas atividades se deram entre 1947 e 1965, mas estavam suspensas desde então. Em 1986 candidata-se pelo PSB do Rio de Janeiro, sem sucesso, a uma cadeira no Senado Federal. Em 1992, junto com Marcelo Lavenère (OAB) e com Barbosa Lima Sobrinho (ABI) entrou com ação popular na Câmara dos Deputados Federais para abertura do impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, que percorreu favoravelmente as duas casas legislativas e deu início à gestão presidencial de Itamar Franco.

Constantemente criticava o sistema penal tal como estava constituído, pela impossibilidade de ressocializar os apenados, e pelas brechas – como a privatização das cadeias

¹⁸⁶ Foi participante de Conferências sobre Direito Penal promovidas pela Associação Internacional de Direito Penal (em 1989, em Viena e em 1994 no Rio de Janeiro) e pela ONU (em Havana, em 1990).

– ao crescimento do crime organizado (SILVA, 1995a, p. 231-249). Nestes trabalhos costumava evocar conclusões que endossavam o que ele defendia, de especialistas em congressos dos anos 1980 e 1990 conduzidos pela ONU. Em 1994 foi Presidente de Comissão designada a Reforma do Código Penal, mas continuou imperando o instrumento jurídico de cinquenta anos antes. Em 2000 defendeu José Rainha Júnior, líder do MST, em processo no Tribunal do Júri de Vitória, em que o réu obteve absolvição. Ao longo da vida publicou muito sobre Direito Penal, como suas obras: “Culpa Penal”; “Falsidade ideológica e crimes passionais”. Desafortunadamente, os escritos que mais evidenciam sua forma de entender as relações políticas, dentro ou fora das fronteiras nacionais, estão situados na posteridade ao seu exercício de chanceler. Os principais materiais elucidativos são dos anos 1990.

Ao escrever sobre seu antigo professor Francisco Venancio Filho (SILVA, 1995b) transparece sua perspectiva de uma educação que frutifique na sociedade o amor à ciência, e profere elogios a Anísio Teixeira, Euclides da Cunha, Galileu, entre outros que usaram do saber para viabilizar reformas e/ou revoluções. Fica também seu veio humanista, explanado em conferência de abertura do Ciclo de Conferências Sobral Pinto, pronunciada em 20 de agosto de 1991 em Curitiba, e depois publicada como artigo. Neste texto, advoga por abolição da pena de morte (pois seria incompatível com direitos/garantias individuais) e a favor de substitutivos à prisão – pois ela seria lócus de reprodução da marginalidade (SILVA, 1991). Situa a manobra de implementação desse dispositivo no sadismo que visa mexer com o inconsciente coletivo, levá-lo a se insurgir contra a Constituição de 1988, a Carta da ONU, a Declaração Universal de Direitos Humanos. No ano de sua morte asseverou: “Minha vida foi uma constante atuação em defesa da liberdade humana” (SILVA, 2002, p. 13).

Em entrevista, diz que teve “(...) realmente uma formação liberal” (SILVA, 1997, p. 219), em referência à influência que os pensadores Beccaria, Grammatica e Ferri tiveram sobre suas ideias, bem como teve o Humanismo. Um sistema penal justo e útil era o que pretendia Beccaria (2016), defensor da igualdade perante a lei, e severo crítico da pena de morte, de torturas, de vendettas. Evaristo de Moraes (2016) situa o pensador em um liberalismo em busca da igualdade, que via os crimes originados em injustiças sociais, econômicas e políticas; alinhado com o ideário iluminista deixara um legado recebido por Bentham, Feuerbach e Carrara. A proximidade de Lins e Silva com o liberalismo social encontra-se na sua relação intelectual e profissional com Evaristo de Moraes e com seu filho, ambos do PSB. Tavares Bastos é situado no escopo do Liberalismo Social por Moraes Filho (2001), pois era um ideólogo de reformas para tratar de questões sociais.

Ambos compartilhavam a admiração ruiana¹⁸⁷. Em discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Moraes Filho (1983) demonstra a proximidade entre o existencialismo cristão (de Kierkegaard, de Dostoievski e de Boehme) e o pensamento do imortal baiano. Contra o dogmatismo teocrático, a favor de uma religiosidade que abrace a libertação humana, é nesse sentido que vai o autor de “O Papa e o Concílio”, assim fala Moraes Filho discordando de leituras que viam um Ruy isento de religião. A formação cristã que acompanhou a vida do piauiense que é tema do capítulo seguiu mais direção apontada pelo amigo sobre o bastião do civilismo.

Em um artigo de 2001, Evandro Lins e Silva apresentou suas impressões sobre o líder da delegação brasileira na II Conferência da Paz de Haia, aquele que possuía “condição inata de defensor dos direitos humanos”. Há um elogio, então, do estado democrático de direito, da capacidade moderadora do Supremo Tribunal Federal, da Constituição e da atuação de advogado. Nesse mesmo trabalho (SILVA, 2001a), associa a defesa dos direitos que fazia Barbosa com a moderna concepção de direitos sociais, assim como a defesa dos Direitos Humanos. Critica os atentados contra o que fora estabelecido no documento de 1789 que defendia as causas humanistas, principalmente na primeira metade do século XX, e associa a Declaração Universal de 1948 com a atuação pela paz que seu mestre inspirador tivera. Faz então verdadeira profissão de fé em torno do que Rui Barbosa representava. O trecho a seguir apresenta sua percepção sobre qual “linhagem política” ele pertencia:

Desde cedo incorporei ao meu ideário profissional os conselhos e as diretrizes do nosso incomparável patrono [Rui Barbosa]. Depois, segui os passos de João Mangabeira, seu amado discípulo e biógrafo, de quem fui estafeta e auxiliar na distribuição dos *habeas-corpus* por ele impetrados para os presos em consequência da insurreição comunista de 1935 (...) (SILVA, 2001a, p. 19).

As vinculações subsequentes são interpretadas como decorrentes dessa admiração pelo paladino do civilismo, em uma continuidade expressa da seguinte forma:

Fui muito acusado de ser comunista, mas nunca fui. Sou fundador do Partido Socialista, com João Mangabeira, em 1947. Acho que o socialismo não acabou. O tempo mostrará como é ilusória a euforia neoliberal que anda por aí. O socialismo democrático ainda é a solução para a humanidade. (SILVA, 1997, p. 90). Continuo socialista e achando que o socialismo democrático é a solução para o mundo (idem, p. 438).

¹⁸⁷ Admiração nutrida por Evaristo de Moraes, o pai, que recebera carta de Ruy Barbosa orientando-o profissionalmente, posteriormente publicada com o nome de “O dever do advogado”. Neste documento a “Águia de Haia” postula que todo advogado deve agir em prol de garantias legais a quaisquer cidadãos.

Associado com essa vertente está a influência cristã, como quando nomeia seu livro “Arca de Guardados”. De acordo ele, isso seria referência à Arca de Noé, que resistiu ao dilúvio e manteve vivas espécies, e também à Arca da Aliança, que mostra a indissolúvel conexão popular com o divino. Em seus escritos, apresenta alguns pares de oposição que são típicos de um liberal progressista: Autoritarismo versus Civismo; Liberdade versus Arbítrio; Direitos Humanos versus Obscurantismo (SILVA, 1995a). Nos textos de Evandro Lins e Silva é comum encontrar palavras laudatórias voltadas para personalidades jurídicas e para grandes vultos da história; e isso também marca o livro de 1995, com trechos advindos de momentos variados da vida. Sua fala no centenário de Oswaldo Aranha rememora a importância dele na defesa da democracia (como ao pressionar o governo a ser contra o Eixo), no combate à opressão sofrida pelas minorias (como a judia), na assunção de uma postura de estadista (como na Revolução de 1930, na Era Vargas e na criação do Estado de Israel na ONU) (SILVA, 1995a, p. 143-153).

Em um dos seus últimos artigos (SILVA, 2001b) postula que o surgimento da “guerra ao terror” está associado à ausência de grandes estadistas e da incapacidade dos membros da ONU lidarem coletivamente com o terrorismo associado com o crime organizado transnacional. Propõe o engajamento de todas as nações no combate desse ilícito, bem como ao uso de armas (químicas, biológicas, atômicas e outras), e a instauração de um Tribunal Penal Internacional (TPI). O último entrou em vigor em julho de 2002, pouco antes da passagem do ex-chanceler, ainda que o Estatuto de Roma seja de julho de 1998.

Transparece no seu pensamento todo o louvor por instituições, nacionais e internacionais; e verifica-se que as políticas públicas deveriam pautar-se pelo que as leis ditam e a institucionalidade obriga. Dessa forma, qualquer desvio de seu ideário em termos de política externa deveria sofrer suas críticas, como o tratamento que nações colonizadoras prestavam aos povos oprimidos e sem representação. Fazendo uma analogia, se no júri todo réu merece um advogado de defesa, sua representação frente à instituição jurídica, será necessário assegurar a todo povo uma forma de se fazer presente na organização que representa todos os países do mundo. Terminado o ciclo autoritário de 1964 a 1985, e já sob a Constituição de 1988, Evandro Lins e Silva é lembrado por sua presença marcante na vida jurídica e política nacional. Celebrado como tribuno, paladino de uma justiça progressista, no final de sua vida, ingressa em agosto de 1998 na Academia Brasileira de Letras. Um membro do assento número um que o antecedeu foi defendido por Evandro Lins e Silva com sucesso, em caso levado ao júri em 1974. De fato, muitos portadores do fardão com os louros “Ad Imortalitatem” vieram do Judiciário. Fato lembrado pelo imortal em sua posse (SILVA, 1998), bem como na sua evocação à democracia social de Rui Barbosa e ao papel de seus predecessores.

As recepções sobre a atuação pública dele ora iluminam a sua face humanista, ora sua participação no mundo jurídico. Luís Carlos Martins Alves Júnior (2009) destaca como os “ídolos do ícone Evandro Lins”, em sua memória jurisprudencial do antigo juiz do Supremo, os seguintes juristas: Rui Barbosa; João Mangabeira; Sobral Pinto; Evaristo de Moraes; Mário Bulhões Pedreira; João da Costa Pinto; Roberto Lyra; Nelson Hungria. O mesmo trabalho destaca que sua atuação se mirou nesses exemplos. Parentes, amigos e o próprio aparecem nos documentários “Evandro Lins e Silva – Defensor da Liberdade”¹⁸⁸ da OAB e “Tempo e História – Evandro Lins e Silva”¹⁸⁹ do STF mostrando detalhes de sua vida e fatos associados a ela.

Um representante autêntico da socialdemocracia, em defesa dos Direitos Humanos, da igualdade, da liberdade, do ideal republicano, do Estado de Bem-Estar Social é como Fábio Konder Comparato (1997) avalia o ilustre advogado de defesa. O ministro do STF – e ex-aluno no ISEB e na FND dos anos 1940 – Sepúlveda Pertence (2015) em entrevista identifica o antigo procurador-geral da república com a busca pela liberdade e defesa dos direitos. Ana Maria Machado em discurso de posse na ABL, na mesma cadeira nº1 que outrora pertencera ao ex-chanceler, diz que ele “nunca foi seletivo no combate ao arbítrio” e que colocava o interesse nacional acima de vínculos pessoais. O também acadêmico Alberto Venancio Filho (2012) no centenário de Evandro Lins e Silva¹⁹⁰ destaca, em meio a uma entrevista, a capacidade de trabalho e a coerente defesa dos direitos humanos.

4.4.2. Pensamento de João Belchior Marques Goulart

João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, em 1919, com laços políticos em sua família notáveis; seu pai tinha como sócio o irmão de Getúlio Vargas e a irmã de Jango foi esposa de Leonel Brizola¹⁹¹. Entrou com 16 anos na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre (atual UFRGS) e bacharelou-se em Direito em 1939; desde então administrou fazendas da família no interior gaúcho. A proximidade com Getúlio Vargas inicia-se em 1945, quando Jango vira cabo eleitoral da candidatura Dutra no Rio Grande do

¹⁸⁸ Encontrado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=uMKXwFQ6j-E>. Acesso em 21 de maio de 2017.

¹⁸⁹ Encontrado no link: https://www.youtube.com/watch?v=RY8t_ttpej0. Acesso em 21 de maio de 2017.

¹⁹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mmJsLbv1-Hc>. Acesso: 21 de maio de 2017.

¹⁹¹ Os dados biográficos foram obtidos pelas biografias citadas ao longo do capítulo, o verbete do DHBB (FERREIRA, 2009) e os livros que receberam as ideias e atos de Goulart.

Sul. Desde então manteve contato frequente com Vargas, até assumir como deputado federal (para mandato entre 1951 e 1954), período em que esteve na liderança do PTB no RS, de 1950 a 1954. De sua participação breve no Legislativo gaúcho há rarefeitos atos que mereçam destaque; pois foi deputado estadual de baixíssimo perfil. Talvez o mais importante seja seu discurso de 24 de março de 1947 a favor do crédito às cooperativas agrícolas, como meio de abaixar preços, estimular produtores e minorar qualquer carestia. Já estava aí a preocupação com soluções sistêmicas para problemas populares, alfa e ômega de sua ação política.

Após ocupar a Secretaria de Interior e Justiça no governo estadual gaúcho de Ernesto Dornelles, em 1951 e 1952 voltou à Câmara em 1952 e 1953, com a missão de unificar o PTB e conciliar conflitos partidários e laborais. Em junho de 1953, após administrar os Institutos de Previdência Social, assumiu o Ministério do Trabalho. Prestes a ocupar a função ministerial, esquivava-se de críticas ao seu posicionamento, e asseverava não ser contra o capitalismo, mas sim contra o capitalismo parasitário “(...) exorbitando no ganho e imediatista no lucro, contra o capitalismo cevado à base de especulação, que afinal só contribui para o desajustamento social.” (GOULART, 2004, p. 191). Ao assumir a pasta, dizia que seus objetivos eram “(...) claros e definidos, resumindo-se na conquista de uma ordem social mais justa, sem a mínima quebra das nossas tradições democráticas.” (GOULART, 2004, p. 194). O que no seu entender envolveria a concórdia entre capital e trabalho.

Eivado de confiança na sua decisão de aumentar o salário mínimo em 100% acreditava estar fomentando as transformações cobiçadas, mas, ao elevar desconfianças de mais de oito dezenas de oficiais militares, comprometeu o rumo que dava ao ministério. O montante salarial seria superior ao soldo de tenente e existia desconfiança de proximidades ideológicas com o comunismo e com o justicialismo. Em fevereiro de 1954 ocorreu a reação através do Manifesto dos Coronéis, em que 82 militares pediam a saída do ministro. Já ambientado na presidência do Partido Trabalhista Brasileiro, fez discurso em 26 de agosto de 1954 (GOULART, 2004, p. 185-189) no funeral de Getúlio Vargas em São Borja. Trata de repetir quase trecho por trecho a carta-testamento de seu “padrinho” político, asseverando a importância da nacionalização das riquezas, da redenção socioeconômica da pátria e do povo. É um ato apaixonado em que a única pessoa citada além do finado líder é o ex-chanceler Oswaldo Aranha, que ali também discursara.

Sem presença direta no Legislativo e no Executivo desde então, constrói uma candidatura bem-sucedida a vice-presidência da república, cargo ocupado de 1956 a 1961 em conjunto com a presidência do Senado, conforme a Carta Magna de 1946. Obtém sucesso em candidatura à vice-presidência novamente e assume em fevereiro de 1961, quando faz discurso em defesa das reformas de base, endossando o que San Tiago Dantas sustentara no Parlamento

alguns anos antes. Desde então ocupa sucessivamente o cargo de Vice-Presidente, de Presidente em regime parlamentarista e de Presidente no presidencialismo. Nesse período de 1961 a 1964 se dão seus principais comunicados e elucidações de posições políticas, de seu pensamento como um todo. Na posse da presidência em 7 de setembro de 1961 (GOULART, 1962, p. 9-11) ele diz que ele se inclina “mais a unir do que a dividir”, que prefere “pacificar a acirrar ódios; (...) harmonizar a estimular ressentimentos” e assume compromisso com os princípios da paz e da soberania. Desde o início deixando expressa sua vinculação com a luta contra subdesenvolvimento e contra o pauperismo.

Em 28 de novembro de 1961, como paraninfo dos formandos no Curso de Capacitação em Problemas de Desenvolvimento, promovido pela Cepal em cooperação com o BNDE, ele aborda o desenvolvimento novamente (idem, p. 87-92). Associa reforma agrária e planificação das ações governamentais com o incremento de recursos, a efetivação da justiça social, a modernização do campo e o aumento da produtividade. Nas boas-vindas e no banquete ao chefe de estado uruguaio Victor Haedo, diz que a política do Itamaraty vincula-se com a democracia representativa e os compromissos internacionais assumidos, como a não-intervenção, a autodeterminação e o combate à exploração de uma nação por outra (ibidem, 93-98). Goulart propõe como meio de superar atrasos a diversificação e a sofisticação do comércio exterior.

No ano de 1962, há vários eventos americanos (incluindo relações bilaterais com o México e com os Estados Unidos) em que o Chefe de Estado tem a oportunidade de se expressar (GOULART, 1963, p. 45-55, p. 59-71). Em 23 de março, em almoço da Câmara Norte-Americana de Comércio, ele realça a “necessidade de um estatuto legal que defina e assegure o âmbito de atuação do capital estrangeiro”. Em reunião no Conselho da OEA, reforça a importância da não-intervenção e da cooperação regional, e junto ao Secretário-Geral da ONU, U Thant, eleva a ONU ao meio principal de solução de conflitos mundiais de forma pacífica; ou, mais especificamente diz que “(...) as Nações Unidas têm dado mostras (...) de que, enquanto se mantiver aberta a possibilidade de diálogo, existe no mundo lugar para a esperança” (GOULART, 1963, p. 132).

Recebe em 27 de agosto de 1962 o Grão-Colar da Ordem do Mérito do Chile, das mãos do Embaixador Marcelo Ruiz-Solar, e diz que ambos países buscam desenvolvimento com distribuição de renda, democracia reformista em direção da paz (GOULART, 1963, p. 149). Agrega a essa concepção a ideia de que o Brasil estava “aceitando a responsabilidade de participar de decisões que afetam toda a humanidade. (...) Essa tomada de posição (...) reflete o processo irresistível do amadurecimento político do povo brasileiro” (idem, p. 187). Tal declaração em outubro do mesmo ano, na formatura de diplomatas no Instituto Rio Branco é

acompanhada por uma profissão de fé da autodeterminação, e da “coexistência entre diferentes regimes políticos e sociais”, assim como da democracia representativa e da justiça social. Na LI Conferência Interparlamentar e na VII Conferência Latino-Americana da FAO (ibidem, 195-212), postula pela emancipação político-econômica dos países subdesenvolvidos; dizendo que a mancha do colonialismo deve ser apagada da civilização, e que a política desenvolvimentista de latino-americanos deveria compreender reformas estruturais.

Algumas ideias dele são partilhadas com ideólogos do seu partido, que eram ativos na época. Ele se alinha ao argumento de criar soluções endógenas para problemas nacionais, tal como Guerreiro Ramos, ao projeto de reestruturar a produção de alimentos como forma de superar o atraso, tal como Josué de Castro, ao embate pela legalidade, tal como Brizola, e ao pensamento de San Tiago Dantas como se verá mais à frente. Como alcançar progresso sem lesar direitos? Essa pergunta cara ao civilismo permeia o discurso de novembro de 1963 no Conselho Interamericano Econômico e Social (GOULART, 2008a). Dizia então: “a América Latina deve apresentar ao mundo uma face unificada, uma frente sólida e coesa, na defesa coletiva de interesses comuns” (idem, p. 227), principalmente em direção da industrialização e diversificação econômica. Se isso era o ideal a perseguir na região, de acordo com Jango, isso também deveria constar como posição conjunta em foros multilaterais, como a então mencionada Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento, em vias de surgir.

Esposou um sentido alargado de gestão em entrevista de novembro de 1963 à Manchete – “todos aqueles que detêm uma parcela de responsabilidade pelo destino do país também são do governo” – e em meio a uma análise histórica/econômica mostra que no Brasil em geral crises demandam reformas, que impulsionam nova fase de desenvolvimento (GOULART, 2004, p. 210-221). Aí conjuga-se o engrandecimento econômico com a irradiação das políticas públicas, a viabilizar anseios populares. Retorna ao tema de crise em fevereiro de 1964, em pronunciamento (GOULART, 2009, p. 71-77), que, quase à maneira de um discurso na beira do túmulo, é só elogios ao governo que seria derrubado no mês seguinte. Ali reafirma o compromisso com o combate às dívidas governamentais, a importância de emancipação nacional e os avanços feitos por reformas. Distingue em discurso de fevereiro de 1964 sobre a Lei de Remessas de Lucros dois tipos de capital estrangeiro – o colonizador/imperialista e o colaborador/desenvolvimentista – e a limitação de envio de lucros/royalties ao exterior visa estimular investimentos em prol do progresso nacional, evitando espoliações e abusos (GOULART, 2008b). Para sublinhar o que propõe, vai buscar casos em diversas nações que praticam, cada qual à sua forma, o mesmo tipo de expediente.

No Comício da Central do Brasil, derradeiro ato político antes do golpe, em 13 de março de 1964, reafirma diversos pontos já enunciados nesse capítulo. Associa o governo (cracia) do povo (demos) com as reformas, logo, era democrática a distribuição de terras tal como preconizado na encíclica *Mater et Magistra* de João XXIII, citada por ele. Antidemocrática seria em sua leitura a oposição conservadora que, por ser antipopular, fomentava a especulação. Afirma que o lema de seu governo e de apoiadores é “progresso com justiça e desenvolvimento com igualdade” (GOULART, 2009, p.82), e endossa a Carta das Nações Unidas, em especial na defesa dos direitos humanos. Em um manifesto escrito em 31 de março de 1964 - documento tão importante em termos históricos quanto a carta-testamento de Vargas ou a carta de Jânio Quadros declarando a renúncia - no primeiro parágrafo ele associa sua política externa com outras políticas, na busca pelo interesse nacional:

Numa noite em que forças reacionárias desencadeiam, mais uma vez, o golpe contra as instituições democráticas e contra a libertação econômica da Pátria, reafirmo a minha inabalável decisão de defender esse mesmo povo contra as arremetidas da prepotência da pressão do poder econômico. Sei que o povo ignora o verdadeiro significado das pressões a que meu Governo está sendo submetido desde que, para salvaguardar os mais legítimos interesses da Nação, tive que adotar, no plano internacional, uma política externa independente e, no plano interno, medidas inadiáveis de proteção à sua espoliada economia. Em consequência, arrastei a fúria insensata e odienta dos impatrióticos interesses contrariados. (GOULART, 2004, p. 243).

Findo seu governo, pouco falou, pouco deixou escrito. Restam as recepções sobre Jango. De acordo com Marieta Moraes Ferreira (2006) pode-se dividir a memória sobre João Goulart entre aqueles que percebiam uma aspiração à manutenção no poder a qualquer custo, algo penoso em termos políticos e econômicos; e os que o viam como conciliador nato, favorável às demandas populares e esmagado pelas circunstâncias. Algumas análises vão enfatizar problemas na presidência de Goulart e/ou na sua forma de liderar, outras vão ser elegias e/ou vão reivindicar para si a herança dessa forma de fazer política.

Os diários do General Olímpio Mourão Filho, mencionados por Hélio Silva (1978) mostram que em 1962, o militar acreditava que o político iria “botar fogo no Brasil”, e após “dar golpe no parlamentarismo”, Jango fecharia o Parlamento criando uma república sindicalista. Abelardo Jurema (1964) em narração dos fatos que acabavam de acontecer, explicava que faltou ao Jango dons de líder para atrair, além da esquerda, as classes patronais e os militares, ainda que ele fosse hábil negociador. Para Rafael Duarte Villa (2004), o fato dele possuir traquejo político, não impedia que fosse um presidente fraco, com pouca desenvoltura intelectual e prática. Por outro lado, há aqueles que lembram dele de uma forma positiva.

Para João Pinheiro Neto (2008), Jango era um homem introspectivo e moderado, que possuía as boas estratégias de governo. João Goulart animou a política que lhe foi posterior. Depois da falhada tentativa de construir uma frente ampla contra o governo dos militares, junto com Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, ele mantém-se exilado até sua morte nos anos setenta. Já nos anos oitenta, forças próximas de Brizola recuperam essa tradição. Um exemplo se dá no discurso de João Vicente Goulart (1983), à época deputado estadual no Rio Grande do Sul, que associa a gestão de seu parente com o socialismo democrático do Partido Democrático Trabalhista. Para além do trabalhismo, Goulart tornou-se um ícone utilizado em lutas dos opositores da direita. Jorge Ferreira (2011) na biografia de Jango elucida a importância dessa existência para a esquerda.

4.5. João Augusto de Araújo Castro

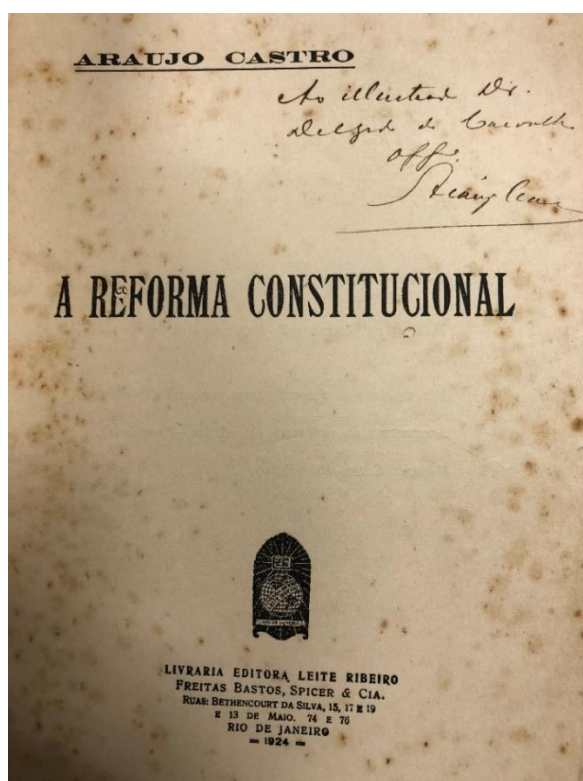
João Augusto de Araújo Castro (1919-1975) foi filho de Raimundo de Araújo Castro com Carmem Viveiros de Castro; de origem familiar maranhense. Seu pai fora jurista estudioso do Direito Constitucional e chegou a juiz federal. Após escrever livros sobre acidente de trabalho, estabilidade dos funcionários públicos, e uns vinte anos antes de publicar sobre a Justiça do Trabalho e a Constituição de 1937, escreve “A Reforma Constitucional”. Delgado de Carvalho¹⁹² era próximo, como atesta a Figura 4, de um exemplar assinado pelo autor.

Trata-se de um livro que defende reformas na ordem jurídica estabelecida em 1891, amparando-se principalmente em contribuições liberais, como Rui Barbosa e sua campanha civilista (CASTRO, 1924). A relação mencionada tem quando no discurso de posse elogia o antecessor, Evandro Lins e Silva, dizendo:

É, agora, Vossa Excelência chamado a exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Não existe no país função mais alta e nobilitante. No Supremo, ao qual me prende pessoalmente uma vinculação afetiva de família, terá Vossa Excelência o coroaamento natural de sua carreira de homem voltado para as coisas do direito e para as grandes causas da liberdade humana. São nossos votos. (CASTRO, 2008e, p. 176).

¹⁹² Um indício de que provavelmente no convívio familiar poderiam existir conversas envolvendo Geopolítica, Sociologia e Relações Internacionais, temas que Delgado de Carvalho era profundamente familiarizado. Seu pai teve carreira jurídica, e o filho cursara Direito, o que aponta para a relevância do Direito Internacional na formação do jovem Araújo Castro. Ainda que não tenham sido encontrados trabalhos acadêmicos dele antes de sua entrada no Itamaraty, pode-se constatar isso pela influência familiar. Algo que pesou, também, na formação de Afonso Arinos, conforme demonstrado antes.

Figura 4 – Obra de Raimundo de Araújo Castro autografada



Fonte: CASTRO, Raimundo de Araújo. A Reforma Constitucional. Rio de Janeiro: LFB, 1924. (capa)

As raízes no mundo jurídico naturalmente levariam ele a se tornar um estudante de Ciências Jurídicas e Sociais. Antes de se graduar na Faculdade de Direito de Niterói (hoje pertencente à Universidade Federal Fluminense) em 1941, ele começou a trabalhar como diplomata e obteve a patente de 2º tenente no Curso Preparatório de Oficiais da Reserva, no Exército Brasileiro. Nesse período de formação, cursou Economia Comparada e Teoria Monetária na Universidade de Nova Iorque (NYU) e conquistou diploma de língua inglesa pela Universidade de Cambridge. Em 1946, nasceu seu filho Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, que também seguiu carreira diplomática. Pouco ficou de seus primeiros passos intelectuais, e, pelo menos até fim dos anos 1950, poucos registros são conhecidos sobre sua atividade diplomática¹⁹³. Como faleceu em dezembro de 1975, enquanto ocupava o cargo de

¹⁹³ Em 1942 foi assessor diplomático na Missão Cooke. Em 1943 serviu nos Consulados brasileiros em Porto Rico e Miami. Ascendeu a Vice-Cônsul na cidade de Madrid, em 1944, e posteriormente foi Cônsul Adjunto em Nova Iorque. Em 1946 foi auxiliar jurídico na Delegação brasileira na Conferência que criou a Organização Mundial de Saúde. Em 1948 foi auxiliar do Chefe do Departamento de Administração e em 1949, auxiliar do Secretário-Geral no MRE. Com exceção da experiência na OMS, são momentos que antecedem atuações multilaterais e de chefia, em que ele teve maior destaque como diplomata.

Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, pode-se dizer que seu pensamento é marcado pela sua circunstância, seu contexto de vida, a Guerra Fria.

Outro ponto a destacar é que, diferente das outras lideranças abordadas anteriormente, ele não tem nenhum engajamento explícito com qualquer corrente partidária, tampouco participou de qualquer experiência eletiva seja no Legislativo, seja no Executivo. Seus contatos com o Judiciário a princípio restringiam-se aos contatos familiares. Somados esses fatores, exclui-se a possibilidade de considerá-lo um “político” em sentido amplo, tal como os antecessores eram. Existia no Brasil uma tendência histórica, desde o Império e cruzando as Repúblicas, de convidar para chanceler aqueles que tinham traquejo com o Congresso e com os líderes do Executivo nacional. A partir dele até a Nova República dos anos 1980 a tendência se consolida e há uma época com o Itamaraty comandado *par lui-même, c’est à dire*.

Em 1951, João Augusto de Araújo Castro torna-se Primeiro-Secretário, servindo na IV Reunião de Consulta dos Ministros de Estado das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, mesmo ano em que trabalhou na Missão do Brasil na ONU. Foi assessor da delegação brasileira nas Nações Unidas em quatro Assembleias Gerais seguidas (IV, V, VI, VII, de 1950 a 1953)¹⁹⁴. Removido para a capital italiana em 1953, segue como conselheiro, mas não foge do multilateralismo. Em novembro desse ano foi delegado brasileiro na VII Sessão da FAO; e entre 1954 a 1956 participou de três Congressos anuais sobre Paz e Civilização Cristãs, em Florença. Quatro anos depois, tornou-se Chefe de Gabinete do Secretário Geral do Itamaraty. Tendo sido assessor de Hildebrando Accioly na ONU em fins dos 1940 e de João Neves da Fontoura no início dos anos cinquenta, tornou-se Chefe de Gabinete do Secretário-Geral José Carlos de Macedo Soares¹⁹⁵ e tornou-se conselheiro em 1957. No ano seguinte e em 1959 foi o Chefe do Departamento Político e Cultural do Itamaraty.

Nessa condição é chamado à Escola Superior de Guerra para fazer palestra sobre as limitações do poder nacional. Aqui apresenta-se um autor que cita diversas monografias apresentadas na instituição, como as de San Thiago Dantas, de Juarez Távora, de Themístocles Cavalcanti e tantos outros. Pontuam clássicos da geopolítica e da teoria realista de Relações Internacionais, com o foco cratológico voltado aos interesses do autor, não tanto aos moldes

¹⁹⁴ De 1951 a 1953, foi assessor do Embaixador João Carlos Muniz.

¹⁹⁵ É importante reconhecer que além de sua formação universitária, contou com uma formação profissional entre Macedo Soares, João Neves da Fontoura, Hildebrando Accioly. Todos tinham suas próprias ideias jurídicas e o último escreveu um influente livro sobre Direito Internacional.

acadêmicos. O laureado¹⁹⁶ diplomata endossa a concepção de poder nacional empregada na ESG, com cinco dimensões – política, psicossocial, militar, científico-tecnológica, econômica – e construída a partir dos meios e recursos disponíveis. Em seguida, aborda as limitações internas impostas ao poder, como fatores geográficos, naturais, sociais e institucionais.

Ao falar sobre as limitações de ordem externa, contrapõe as organizações internacionais, o Direito internacional e a integração, todos de natureza progressista, com a política de poder que permanece. O principal mecanismo limitador, nesse escopo, é o equilíbrio de poder. Aqui ele defende que as Cartas da OEA e da ONU sejam seguidas, de forma a assegurar a soberania nacional e a igualdade entre as nações, uma vez que assim se daria o reto funcionamento das instituições internacionais. Contudo, se existissem então efetivas organizações supranacionais ou mundiais, ocorreriam limitações às entidades estatais partícipes. Existem limitações econômicas com os trustes, os cartéis e os monopólios, pois constituem-se em pressões contrárias aos interesses dos países subdesenvolvidos. Isso vai ao encontro do que expressava antes, como estratégia de ampliação do poder voltada para o caso brasileiro, no mesmo texto:

Para o Brasil o caminho mais rápido, mais direto para o fortalecimento de seu Poder Nacional é o próprio caminho de seu desenvolvimento econômico e expansão industrial. Não podemos desprezar outros fatores, de ordem política, militar ou psicossocial, mas seria, de qualquer maneira, irrealista e temerário desconhecer a preeminência desse fator econômico. (...) Não estamos necessariamente condenados a percorrer todos os estágios de desenvolvimento percorridos por países que se adiantaram a nós na economia e na indústria; a ciência e a tecnologia aplicadas com imaginação e com audácia, na utilização de nossos recursos naturais, poderão levar-nos, num futuro próximo, a uma posição de força no cenário internacional. (CASTRO, 1958, p. 10, sic, grifos do autor).

Poder é relacional e transitório na visão de Araújo Castro, e, por conta disso, as limitações podem ser superadas, pois elas também possuem mutabilidade¹⁹⁷. Isso que explica as constantes análises de conjuntura que pontuam uma série de trabalhos, principalmente os da

¹⁹⁶ Em 1958 possuía a condecoração peruana “Ordem do Sol”, e a “Ordem do Mérito” da República Italiana. Entre 1958 e 1962, ele ganha as seguintes condecorações: “Grande Oficial da Ordem de Orange e Nassau” da Holanda e “Grande Ordem do Sol Nascente” (terceiro grau) do Japão. Assim, mesmo antes de chegar ao mais alto posto diplomático, o de Embaixador, e de alcançar, respectivamente, os mais altos postos dentro do Itamaraty e de comando sob a diplomacia, o de Secretário-Geral e o de Ministro das Relações Exteriores, ele já era reconhecido internacionalmente.

¹⁹⁷ Ele retomou esse tema em discurso de balanço de sua gestão em 31 de dezembro de 1963, quando disse que problemas externos não deviam perturbar a tranquilidade interna, para chegar à condição de independência, de exercer o poder nacional plenamente, seria necessário ter maturidade (CASTRO, 2008). Com isso, a ascensão nacional depende de assumir responsabilidades, maturidade e independência são indissociáveis no pensamento de Araújo Castro. Como considera poder mutável, então aqui ele parece aproximar-se de uma discussão sobre graduação e transição de poder, isto é, da relação entre condições internas/externas com estratégias/comportamentos que assumem os países, conforme apresentado por Lima, Milani e Pinheiro (2017).

primeira metade dos anos setenta. O fechamento da fala sinaliza para alguns aspectos de seu pensar que são retomados em outras ocasiões, em outros contextos e com outras palavras:

Em conclusão, nosso dever consciente é, portanto, o de trabalhar decididamente no sentido do fortalecimento de nossa economia, a recuperação de nosso homem, a modernização de nossas forças armadas, a consolidação e aperfeiçoamento de nossas instituições nacionais, o alongamento do raio de ação de nossa diplomacia e o aperfeiçoamento do sistema regional de segurança coletiva do Hemisfério. E, fazendo isso, não estaremos fazendo mais do que seguir diretrizes seguras de Estratégia Geral, vale dizer, de uma Política de Segurança Nacional. (CASTRO, 1958, p. 30, sic.)

Finda a estadia no Brasil, é removido ao Japão, como Ministro-Conselheiro na Embaixada de Tóquio, entre 1959 e 1961. Enquanto lá esteve, foi o delegado suplente brasileiro na XIII Sessão do GATT em 1959, e depois, observador do Brasil na Reunião do Cairo em 1961, de onde surgiu o Movimento dos Não-Alinhados. A atuação em instâncias multilaterais, quase desde que começou na atividade diplomática, a sua proximidade com tarimbados embaixadores, e o agudo senso analítico fizeram ele paulatinamente ser fator interveniente sobre a tomada de decisões.

Isso está presente, por exemplo, no relatório que entregou em junho de 1961 na condição de observador brasileiro na Conferência do Cairo, onde se reuniram os Não-Alinhados pela primeira vez. Nesse documento, ele revela três concepções sobre o MNA – Índia com a conservadora, Cuba com a socialista, e Iugoslávia e Egito com a ideia de “terceira força” – e que o Brasil, como observador se disse independente e ligado aos seus compromissos e obrigações (CASTRO, 2007a). Recomenda ao governo: É preferível ser o elemento mais avançado de uma corrente de conservadores a ser o elemento mais tímido e reacionário numa assembléia de radicais. (CASTRO, 2007a, p. 112, grifo do autor, sic.)”.

Em 1961 integrou a comitiva do vice-presidente João Goulart em Missão à União Soviética e à República Popular da China. Nesse contexto, envia carta ao amigo San Thiago Dantas (CASTRO, 2007b), a quem apresenta queixumes e soluções relacionadas à política externa do país e um “abraço telegráfico”. Ainda que discordasse do histrionismo do governo Quadros, louvava a entrada da política exterior para a opinião pública. Defendia a política independente, mas sem que fossem feitas coisas “inconvenientes”. Indo além, afirmava: “Enquanto não se estabeleça um sistema de justiça distributiva internacional – assegurada por tribunais adequados – o direito e (...) o dever de cada Estado é proceder à (...) defesa de seus interesses (...) (CASTRO, 2007b, p. 168)”. Termina a carta pedindo uma política orgânica em defesa desses interesses, e pedindo para que o destinatário leia seus relatórios como observador no Cairo e como participante da viagem ao Oriente junto de Goulart e comitiva.

Com a queda de Quadros, é catapultado ao cargo de Secretário-Geral Adjunto para Organismos Internacionais, onde fica de 1961 a 1963. Novamente na Escola Superior de Guerra em 1962, profere palestra e a mesma torna-se uma publicação, de caráter reservado, da mesma forma que a obra de 1958. João Augusto de Araújo Castro jamais foi aquilo que chamariam hoje de “intelectual público” e teve, de certa forma, um baixo perfil. Em parte, isso se deve às condições internas do MRE, que estimulavam o “silêncio respeitoso” (LOPES, 2011), em parte a sua autopercepção como “cientista político frustrado”, que repete em alguns discursos, e, em parte pela própria *phronesis*, inerente à formação clássica de alguns tomadores de decisão. Não se tratava de autoimolação, de institucional excisão de liberdade, tampouco de abdicação do direito de agir, mas de um *ethos* introjetado no corpo diplomático. Estudos recentes mostram que esse *esprit de corps* existe, e tem sua construção desde os primeiros dias na Casa do Barão (MOURA, 2007). O segundo trabalho na ESG tem perfil de análise conjuntural.

Em essência, divide-se em duas partes (CASTRO, 1962). A primeira é sobre o panorama mundial de então (idem, p. 1-13), o segundo é sobre a segurança coletiva (mundial e regional). Expõe as fraturas de um mundo cindido entre democracia e comunismo; industrializados e subdesenvolvidos; armados e não-armados. Ele enfatiza que dentro dos blocos existem dissídios. O caráter parlamentar da ONU se sofisticara conforme asiáticos e africanos entraram, passou de uma Assembleia da grande coligação ocidental para uma “representativa de um estado de espírito universal”. Por outro lado, o que se vê é uma política de poder que prejudica soluções para problemas globais.

Esse é o primeiro trabalho em que critica a teoria de Kissinger para as relações internacionais, algo mais pronunciado nos anos 1970, e prova de que a utilização do Realismo em Araújo Castro é mais *à la carte* do que parece. Dar a entender que o futuro Secretário de Estado estadunidense é simplista e conservador em suas teses reflete uma paixão por um institucionalismo reformista, que dê base para um mundo liberto das mazelas da Realpolitik. Ao analisar o sistema de segurança mundial, aponta a inexistência de um mecanismo que assegure a justiça distributiva, mas constata o compromisso na Carta das Nações Unidas com a paz (ibidem, p. 14-24). Em seguida, no mesmo trabalho, analisa o sistema regional interamericano, ao qual o Brasil pertence, mostrando que ele se mantém compatível com a ONU, mas não subordinado a ela. Difere, portanto, da OTAN e do Pacto de Varsóvia que são blocos políticos-militares, e não sistemas regionais de segurança como é o que se constituiu no seio de OEA e TIAR. Esse ano da publicação foi o de seu retorno como delegado na Conferência do Desarmamento e, em determinado momento, tornou-se chefe. No segundo semestre, atuou como delegado na XVII Assembleia Geral das Nações Unidas.

Tendo se apresentado à Comissão de Relações Exteriores da Câmara em maio de 1963, foi logo em seguida chamado pelo Jornal do Brasil para uma entrevista (CASTRO, 2007a). Abre a conversa conclamando a diplomacia a permanecer na senda de maior representatividade frente à população¹⁹⁸ e apresenta a importância do trinômio desarmamento, desenvolvimento e descolonização. Em seguida, ainda naquele momento na Câmara, afirma existirem três articulações parlamentares nas Nações Unidas, inserindo o país na “esquerda” composta por Ásia, África e América Latina. Ainda constando os neutros ao centro e as superpotências à direita. A versão de uma dualidade, de uma bipolaridade, é contestada pela “parlamentarização da ONU” com correntes, subcorrentes, blocos, sub-blocos e as grandes articulações mencionadas. Ao fim da entrevista, apresenta dados, provando que, em assistência técnica da organização, o país recebera mais do que as contribuições brasileiras às Nações Unidas, apresentando balanço positivo aos leitores do jornal.

Pouco depois ascende ao cargo de Secretário-Geral de Política Exterior. Em 12 de julho faz discurso em cerimônia de posse no cargo (CASTRO, 2008b). Celebrou avanços no desarmamento, conferidos na desnuclearização da América Latina e na proibição parcial de testes atômicos, e louvou a convocação da UNCTAD, com vistas a criar uma “organização internacional do comércio”¹⁹⁹. Em ambos os casos o Brasil atuara como liderança, e, em suas palavras: “A tradição do Itamaraty é uma tradição de renovação (...)” (CASTRO, 2008b, p. 146-147). Em alguns momentos, assumiu como interino do Ministério das Relações Exteriores, até que se tornou chanceler em setembro de 1963.

Antes disso, concedeu duas entrevistas, uma para o Correio da Manhã, a outra para o Jornal do Brasil. Na segunda, ele diagnostica o que deve possuir o país antes de ser independente de fato: “O problema da política externa (...) É (...) um problema de maturidade. Se o país revelar essa maturidade, a independência de sua ação nunca será posta em causa. (CASTRO, 2008d, p. 166)”. Isso é dito para enfatizar a responsabilidade do país no foro para o desarmamento. Na entrevista anterior (CASTRO, 2008c), ele fala pela primeira vez de “tratamento gradualista e pragmático” para o problema do desarmamento, algo que retoma em

¹⁹⁸ A isso se referiu novamente, em entrevista ao mesmo jornal, em 29 de dezembro de 1963; dizendo que o país terá mais autoridade nos “parlamentos mundiais” quanto mais representativo for dos interesses do país (CASTRO, 2008j). Nessa mesma entrevista, defendeu o país como sempre aberto ao diálogo, mas de forma autêntica e madura, buscando reivindicações para a maior parcela da humanidade.

¹⁹⁹ Sem querer, o otimismo transpassava essa declaração. A primeira reunião da UNCTAD se deu em 1964, e a Organização Mundial do Comércio, cujas bases eram mais decorrentes do GATT que da UNCTAD, surgiu somente em 1994 no contexto da Rodada Uruguai do GATT.

outros textos. Em 22 de agosto de 1963 assume como Chanceler e profere um discurso, onde define a essência do que propõe em termos de atuação internacional do Brasil, tal como segue:

Temos pontes naturais para todos os povos e todos os continentes; o que não tínhamos, até há pouco, era o gosto ou a inclinação de utilizá-las. No momento, estamos dispostos a utilizar todas essas pontes, pois um país jovem e vigoroso como o Brasil não pode condenar-se ao isolamento, nem pode querer fechar os portos que foram abertos ainda na era colonial. Não podemos permitir que generalizações apressadas ou falsas opções venham a comprometer esse esforço para ajustar as tendências de nossa ação diplomática à vocação universal do povo brasileiro. O Brasil é, hoje, suficientemente maduro e consciente para que possa negociar e assumir compromissos com quem quer que seja. Aos alarmados e aos descrentes, onde quer que eles se encontrem – no centro, à direita ou à esquerda –, eu peço que tenham um pouco mais de confiança em nosso país e no Itamaraty. Devo frisar, nesta oportunidade, que nunca estivemos tão presentes nem tão atuantes no cenário internacional. (...) a diplomacia brasileira não deixará de bater-se pelos grandes temas do desarmamento, do desenvolvimento econômico e da descolonização. (...) Desarmamento, desenvolvimento e descolonização são temas e objetivos arrolados na Carta das Nações Unidas. Ao reclamarmos uma ação efetiva e continuada nessas três grandes áreas de progresso político e social, não estamos reclamando senão o cumprimento das promessas de São Francisco. (CASTRO, 2008e, p. 176-177).

Remete aos princípios de justiça (social), tolerância e fraternidade como guias da atuação do país, seja na ONU, seja em outra organização. A expansão do comércio e o sistema de consultas às aspirações populares são elencados como tópicos a serem mantidos. Aqui introduz, sutilmente, a conexão entre comércio e desenvolvimento, a ser aprofundada em outros trabalhos. Na posse do Secretário-Geral por ele escolhido, Aguinaldo Boulitreau Fragoso, afirma que política externa e política interna estão vinculadas, e o cargo envolve essa compreensão para amparar as decisões. O desenvolvimento então é apresentado como uma busca em ambas as arenas (CASTRO, 2008g). Pouco antes, em entrevista ao Diário de Notícias, assume para o país a defesa do desarmamento, da descolonização e do desenvolvimento, a ser anunciada na Assembleia Geral da ONU e diz que lutará pela reforma da Carta das Nações Unidas (CASTRO, 2008f). De fato, essas são as bases do “Discurso dos três Ds” (CASTRO, 2008h).

O também conhecido como “discurso do trinômio” apresenta justamente a defesa do que falara em entrevista e em sua posse. O primeiro a discursar na Assembleia de 1963, portou a mensagem de uma mudança que tornasse a organização mais universal, abraçando a diversidade de pensamentos. Isso decorria também pela obsolescência da polarização, e, por conta do contexto, conclama pequenas e médias potências a se unirem em torno de um trinômio desarmamento, desenvolvimento, descolonização. Praticar a independência na política externa

seria defender um reto reger de si e das instituições²⁰⁰. Por conta disso, portar a justiça social, a igualdade jurídica, os direitos humanos, demandaria um caminho de reformas que democraticamente viessem a satisfazer os interesses da maioria das nações. Comércio exterior, investimentos e industrialização deveriam aportar nas terras do Sul²⁰¹. O fim da dominação colonial deveria se dar, para efetivar direitos e eliminar possíveis conflitos dela advindos. Para ele: “*Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização* são as únicas alternativas à morte, à fome e à escravidão. Porque (...) o essencial é assegurar a liberdade humana (idem, p. 210)”.

Ascendendo ao cargo de Embaixador brasileiro nas Nações Unidas em 1968, começou a tecer comentários sobre temas antes não tocados. Exemplar dessa mudança em seu pensamento foi a crítica ao apartheid como crime contra a humanidade (CASTRO, 1982l). Naquele momento, outubro de 1970, era o chefe da delegação brasileira no ECOSOC. Da mesma forma, sofisticou sua abordagem sobre o desenvolvimento, tema bastante explorado por formuladores de políticas nos anos da Política Externa Independente. A 19 de fevereiro de 1964, quando se reuniram ministros para se preparar para a Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento, Araújo Castro discursava expondo a existência de muitos órgãos internacionais a trabalhar com aquilo que seria matéria do conclave (CASTRO, 2008p). Após apresentar a costura para gerar uma coalizão em prol dos interesses de países subdesenvolvidos em alguns órgãos multilaterais, diz que esse grupo deve atuar de forma responsável e incisiva para que suas justas reivindicações sejam atendidas.

Em março de 1964, ainda como chanceler, expressa-se mais detidamente para o grande público sobre a correlação comércio e desenvolvimento em entrevista no Jornal do Brasil (CASTRO, 2008q). Expõe mais uma vez que FAO, FMI, BIRD, OIT, GATT e ONU contemplam as dimensões do desenvolvimento, mas não houve um esforço integrado para gerar

²⁰⁰ Em muitas análises conjunturais de João Augusto de Araújo Castro observa-se o brocado latino “*Narra Mihi Factum Dabo Tibi Jus*”. Ele mostra o fato para provar, no caso, a *inexistência* do Direito no que se configura uma incongruência da realidade *vis-à-vis* as instituições tal como elas se anunciam. O corpus jurídico que delas dever-se-ia derivar não é observado, e nesses momentos, o principal alvo de discursos conjunturais é a política de poder. Por isso, como será melhor abordado em outro capítulo, pode-se inserir o Embaixador no rol de pessoas que defendem as instituições contra o arbítrio, tal como os liberais costumam fazer, e ao contrário da forma como os realistas tendem a buscar. Em entrevista à Manchete em janeiro de 1964, ele diz que a política externa deve-se adaptar ao momento histórico, senão vira somente um exercício acadêmico ou ideológico, e da atuação madura do país que surgiu a proposta de “articulação parlamentar” nas Nações Unidas” em busca do trinômio. A mesma direção encetada para fora serve para o plano doméstico na visão de Araújo Castro, tal como expresso na entrevista.

²⁰¹ Isso é o caminho buscado para a construção de uma posição conjunta e institucionalizada no âmbito da UNCTAD, mas também em sua fala na II Reunião Ordinária do Conselho Interamericano. Naquela ocasião, postulava uma integração maior entre latino-americanos, que subsidiasse o bem-estar econômico, a justiça social e, principalmente, pavimentasse a tomada de decisão em conjunto dos países da América Latina nos foros internacionais (CASTRO, 2008i).

na estrutura econômica mais desenvolvimento. Por isso, a nova organização reorganizaria fluxos de comércio, reformularia medidas, e encerraria a deterioração dos termos de troca. No mesmo mês, declarava que o momento histórico que se desenrolava trazia a consciência para a solução de problemas, saindo da lógica do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, pela qual buscava-se mais a recuperação de países industrializações do que dos demais (CASTRO, 1982a). A abordagem torna-se mais abrangente na década seguinte, com temas como investimento estrangeiro, meio-ambiente, energia e assuntos macroeconômicos.

Em 1972 na Universidade John Hopkins, argumenta que ainda que investidores e países subdesenvolvidos tenham interesses diferentes – os primeiros relacionados a riscos, estabilidade, lucros, os segundos, sobre crescimento econômico, tecnologia e comércio – ambos podem atuar de forma complementar (CASTRO, 1982p). Para ele, deve-se questionar mais os “limites da pobreza” do que os “limites do crescimento”. Em 1974 retorna à mesma para expor que do ponto de vista dos subdesenvolvidos, deve haver mais cooperação internacional, e maior participação no comércio exterior, com maior valorização das matérias-primas; essas são as diretrizes para um contexto com protecionismo, quebra do dólar-ouro e crise energética global (CASTRO, 1982s). Assim falou Araújo Castro: “No Brasil de hoje, a grande mística nacional é a mística do desenvolvimento (...) não podemos renunciar ao futuro.” (idem, p. 268). De volta no ano seguinte, entra em minúcias sobre o II PND, a ser entendido como esforço para o desenvolvimento igualitário e distributivo, glosa o “conglomerado de crises” no mundo e critica as barreiras impostas pelos EUA ao país (CASTRO, 1982u)

Se a maior parte de suas obras foi exposta para seletor público, com exceção das entrevistas, pode-se dizer que o seu artigo sobre desenvolvimento e meio-ambiente em 1972 marca uma tentativa de trazer a mais pessoas suas ideias. Neles, propõe um framework sobre as políticas ambientais, analisando o perfil dos desenvolvidos, provando sua inaplicabilidade ao caso dos subdesenvolvidos (CASTRO, 1972b). Para ser combatida a “poluição da pobreza”, não seria correto deter o crescimento populacional, estancar a renda ou impedir chegada de tecnologia; ao contrário. O mundo deveria parar de tecnicizar a ecologia, alheia ao desenvolvimento socioeconômico, e apartada do ser humano. Para que a ecologia esteja adequada às demandas ao Sul, ele enumera quatro pontos a serem conferidos na prática: 1. Efetivar a soberania e a igualdade jurídica; 2. Construir responsabilidades comuns que atendam às prioridades nacionais; 3. Existência de instituições que viabilizem formular e conduzir decisões; 4. Rejeição das limitações ao bem-estar social, entre elas o controle de natalidade.

Após ter tocado no tema do desarmamento discursos de julho e setembro de 1963, e ter tangenciado o tema em entrevistas, retomou essa discussão em homenagem prestada pelo

Instituto Brasileiro-Judaico de Cultura e Divulgação. Nele, sustenta que a convivência harmônica depende de conhecimento recíproco entre os povos; e que deve haver uma responsabilidade comum entre potências médias e pequenas em prol do desarmamento (CASTRO, 2008n). Aqui ele ressalta que a posição brasileira se mantém conforme delineado por San Thiago Dantas em março de 1962, de aproximação entre posições antagônicas e inconciliáveis. Em fevereiro de 1968, na Comissão de Desarmamento, sustenta que a energia nuclear traz benefícios, e que para acessá-los é preciso não a utilizar para a guerra. É o primeiro momento em que toca no “congelamento”, tema que sofisticava com o passar dos anos:

A institucionalização de um status de dependência seria o equivalente ao congelamento, nos países militarmente não-nucleares, de todos os desenvolvimentos tecnológicos que possam ter qualquer ligação, por mais remota que seja, com a tecnologia específica dos artefatos explosivos nucleares destinados a usos civis. Mais ainda, o congelamento tecnológico imposto às Nações militarmente não-nucleares duraria por um período inicial mínimo proposto como um quarto de século, a despeito de qualquer progresso ou avanço tecnológico que possa ocorrer durante todos esses anos. (CASTRO, 1982b, p.59)

A abordagem sobre o desarmamento, em que defende maior força do multilateralismo é análoga ao que defende de forma prática no Conselho de Segurança da ONU. Durante as crises de 1968, momento em que o Brasil ocupava um assento não-permanente tratou de conjunturas com transições cratológicas. A belicosidade de terrorismo e retaliação no Oriente Médio era lida como uma afronta à autoridade da instância decisória onusiana, e para rebater seria necessário mais peso do direito, da razão e do entendimento no cenário em contenda (CASTRO, 1982c). O *pacta sunt servanda* encarnado na Resolução 242 de novembro de 1967 era a solução para deter a beligerância. Sobre a crise de 1968 da Tchecoslováquia, considera ter começado devido à violação do Direito Internacional e da Carta da ONU (CASTRO, 1982d). Nesse discurso, afirma: “Não aceitamos a teoria das esferas de influência nem repartição do mundo por um novo Tordesilhas, ao longo de certas linhas geográficas. (idem, p. 133)”. Ao abordar a contenda entre Egito e Israel de novembro de 1968 assevera que o problema não é encontrar o culpado, ou quem tem a razão; o esforço teria de ser pela aplicação das resoluções do CSNU e em prol do desarmamento geral e completo (CASTRO, 1982e).

Em seguida, em uma de suas intervenções no Comitê do Desarmamento das Nações Unidas, demanda que o mesmo se torne negociador em prol da comunidade internacional, e não mais um foro consultivo para superpotências (CASTRO, 1982h). Antes de encerrar citando o Eclesiastes, observa que a busca por justiça deve estar presente na ONU, e deve haver mudanças de atitudes de alguns países, para sair da política de poder que impede o desarmamento.

Igualmente em 1969 bate na incidência da Realpolitik sobre as Nações Unidas, fonte de ineficácia e de ineficiência (CASTRO, 1982f). Aqui ele acentua o caráter parlamentar da ONU, tal como visto a seguir:

A Assembleia adquire fisionomia de um verdadeiro Parlamento, com grupos e subgrupos, correntes e subcorrentes, cabala de votos, pressões, *arm-twisting*, barganhas, ameaças, manobras processuais, obstruções, emendas e subemendas, discursos inflamados, pejados de retórica, longos e abstratos arrazoados jurídicos, exórdios e perorações. (CASTRO, 1982f, p. 155)

Decorria disso a existência de cinco grupos político-geográficos na Assembleia Geral: Ocidental; Socialista; Latino-Americano; Africano e Asiático. Os dois últimos geralmente se uniam, e existiam variações sub-regionais (como os exemplos de árabes e escandinavos, fornecidos em discurso). O Brasil tendia a manter-se com as Américas em termos de segurança internacional e com afro-asiáticos e latino-americanos em assuntos socioeconômicos. Embora muitas crises tivessem ocorrido e o CSNU atuasse excessivamente de forma repressiva, para ele o caráter diplomático da ONU e sua atuação para a paz – que deveria integrar restauração, construção e manutenção dela – deveriam ser exaltados. Ele foi crítico do que chamou como “duas datas históricas”, 1945 e 1967, a primeira definiu os membros do Conselho de Segurança na ONU, e a segunda definiu quem poderia ser considerado potência nuclear, impedindo os demais de obter o poder que ambos os grupos de potências detinham (CASTRO, 1982i). Dizia então: “As superpotências parecem inflexíveis em sua determinação de continuarem superpoderes e o Desarmamento, por sua própria natureza, é a negação do Poder como um meio válido a ser usado na busca de objetivos políticos.” (idem, p. 88). Em Comissão das Nações Unidas, em 1969, conclama à revisão da Carta fundadora, e a uma mudança de atitude:

Não há razão para deixar de tentar agora o idealismo, por mais utópico que possa parecer. Em São Francisco esquecemos que o caminho mais seguro para a paz e a harmonia entre as nações é o da justiça, não o do poder. Não cometamos o mesmo erro em nossa próxima tentativa, quando a Carta for revista – como deve ser revista, o mais prontamente possível. (CASTRO, 1982g, pg. 106-107)

No ano seguinte, na mesma comissão, definiu o que seria ONU para ele:

As Nações Unidas são um organismo político integrado por representantes dos Estados, que se dirigem a este foro para obter decisões políticas, por meio da negociação e da compreensão mútua. A ONU é, basicamente, um centro destinado a harmonizar a conduta das nações (CASTRO, 1982j, pg. 116).

Em ambos os casos, imagina um organismo com atuação global que possa pautar-se pela Paz e pela Justiça em maiúsculas, e não mais encerrar-se nas artimanhas do Realismo e do Poder. Assim se garantiria a sobrevivência da humanidade, a segurança coletiva e o efetivo funcionamento da instituição que surgira com o fim da Segunda Guerra Mundial. Um dos mais celebrados trabalhos dele foi “O Congelamento do Poder Mundial”, originalmente²⁰² discurso proferido aos estagiários da ESG em 11 de junho de 1971. Ele consubstancia uma série de discursos e trabalhos anteriores mais voltado para os temas de desarmamento e segurança internacional. A distinção entre a “política externa” – de caráter tático e voltada para si – e a “política internacional” – de caráter estratégico e voltada para demais países – é feita (CASTRO, 1982n); mas ela aparece também em outros trabalhos. Ele define qual deveria ser a conduta do Brasil na Comunidade das Nações, após afirmar que há um destino brasileiro:

Nenhum país escapa a seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza. (...) Ou aceitamos nosso destino como um país grande, livre e generoso, sem ressentimentos e sem preconceitos, ou corremos o risco de permanecer à margem da história, como povo e como nacionalidade. (...) Em uma palavra: a Política Internacional do Brasil tem como objetivo primordial a neutralização de todos os fatores externos que possam contribuir para limitar seu Poder Nacional. (...) O nacionalismo não é, para nós, uma atitude de isolamento, de prevenção ou de hostilidade. É, ao contrário, uma grande vontade de participação internacional. É um esforço para colocar o Brasil no mundo, mediante a utilização de todos os meios e com o concurso de todos os países que queiram colaborar conosco no equacionamento e solução dos problemas mundiais. Esse nacionalismo é uma posição de afirmação e maturidade do Brasil dentro da comunidade das nações. (CASTRO, 1982n, p. 212).

Essa definição bastante significativa de seu pensamento diplomático ficou eclipsada pelo frisson que o termo “congelamento do poder mundial” exerceu na maior parte dos leitores do texto. De fato, é o conceito-síntese da aguda apreciação do ordenamento internacional que o autor faz, e sintetiza a manutenção do status quo do poder em todas as suas dimensões e em todo o mundo. Logo, ela expõe a perpetuação de assimetrias e desigualdades: a. *militares e científico-tecnológicas*, através do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, b. *socioeconômicas e ambiental*, como se vê pela persistente existência do subdesenvolvimento; c. *política*, encarnada na preeminência decisória do Conselho de Segurança sobre a Assembleia.

Em ocasião posterior, constata um “novo Tordesilhas” através do “tácito entendimento das Superpotências”, mas igualmente são observadas fraturas nos dois blocos, nas duas esferas

²⁰² Na ocasião, possuía um caráter confidencial, não tendia a circular fora da atmosfera diplomática e/ou do mundo das Forças Armadas. Todavia, no ano seguinte publicou uma versão em inglês, cujo título poderia ser traduzido como “As Nações Unidas e o Congelamento da Estrutura de Poder Internacional” (CASTRO, 1972a). Essa obra tem a mesma palavra e a mesma configuração da obra de 1971, todavia, nela inexistia a menção à sua proposta tática e estratégica para o Brasil, tampouco análise das relações entre Brasil e EUA.

de influências, tal como provam os casos de Suez e da Tchecoslováquia (CASTRO, 1982o). Outras incongruências são apontadas por ele. Avançou-se em tecnologia, mas problemas sociais se mantiveram; as superpotências usam a seu favor o poder para obter uma “supersoberania”, enquanto os menos desenvolvidos viviam em estado de dependência (CASTRO, 1982r). Por fim, pode-se destacar a abordagem sobre as Américas e os Estados Unidos.

A primeira vez que expôs à população brasileira suas ideias sobre isso foi em janeiro de 1964, no Diário de Notícias (CASTRO, 2008m). Citando alguns casos de conflitos no continente americano, reafirma os compromissos do Brasil com a OEA e a ONU em prol dos princípios de solução pacífica de controvérsias, não intervenção e autodeterminação. Nessa entrevista, diz que para uma política externa ser independente é preciso abandonar a imaturidade e o radicalismo. No Colégio Interamericano de Defesa definiu o que seria a verdadeira unidade nas Américas, tal como se pode ler a seguir:

(...) a América está longe de ser uma abstração. Representa uma postura de liberdade e de soberania frente aos problemas do mundo e uma afirmação da pessoa e dos direitos humanos frente às doutrinas de opressão e de tirania que, repetidamente, nos têm vindo do outro lado do Atlântico e, agora, começam a vir do outro lado do Pacífico. Essa unidade, entretanto, não poderá ser imposta por critérios e por métodos arbitrários. Deve ser uma unidade que pressuponha uma diversidade anterior que se dissolvia na compreensão e no entendimento mútuo e não uma realidade fictícia e imaginária, que não resistiria às condições de nosso tempo e apenas estimularia uma tendência para a diversificação inevitável. (CASTRO, 1982m, p. 165)

Argumenta que o compromisso entre americanos é pela segurança hemisférica e, por conta disso, o Brasil não pode se comprometer com a defesa do ocidente (CASTRO, 1982m). A Carta da ONU e o Direito Internacional, deveriam, para ele, prevalecer sobre os acordos bilaterais e regionais, mas quanto mais universal o entendimento, menos impositivo ele é. Essa é a mesma sina das experiências de supranacionalidade e interdependência, que, se não garantirem a igualdade jurídica e a justiça distributiva, tendem a gerar reações nacionalistas dos países que se sentirem lesados em seus direitos.

Após muito ter trabalhado pelo país na ONU, torna-se Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, entre 1971 e 1975. É nessa prestigiosa função que ele profere o discurso sobre o “congelamento do poder mundial” de 1971 e outros três voltados para as relações entre ambos países, em todos os casos, o público era composto por estagiários da Escola Superior de Guerra. Todas elas apresentam ácidas, irônicas e contundentes críticas à obra de Henry Kissinger e seu ideário, mais um indício de que Araújo Castro não poderia ser vinculado à matriz realista de pensamento internacional, diplomático e político, de uma forma geral. Ao olhar o conjunto da obra saltam aos olhos as severas críticas a grandes nomes (como o estadunidense citado), aos

conceitos, e às estratégias que advém de uma filiação a essa escola. Complementando essa observação, a exaltação dos princípios, do multilateralismo, da justiça e demais tópicos que se aproximam de uma visão liberal de mundo o afastam ainda mais do Realismo. Em maio de 1972, por exemplo, diz que:

Em palestras e conferências realizadas nos Estados Unidos, temos manifestado dúvidas e reservas quanto à viabilidade do “Pentagrama”, que nos parece uma tentativa de transposição de um esquema metternichiano europeu para o plano universal, num momento em que nenhuma das três Grandes Potências Mundiais poderia ser caracterizada como potência europeia. Duvidoso nos parece ressuscitar um modelo político do século XIX para aplicá-lo a um período já avançado do século XX e ainda mais duvidoso nos parece utilizar um modelo pré-nuclear para a presente situação post-nuclear. (CASTRO, 1982q, p. 237)

Nessa mesma palestra, assinala que Brasil e EUA compartilham a solidariedade continental, e ao país aportam muitos investimentos ianques, inclusive auxiliando a industrialização (CASTRO, 1982q). Contudo, a relação melhoraria se houvesse maior apoio à integração regional e menor protecionismo, e se fossem abandonadas as tendências de política de poder em prol da segurança hemisférica. Em 1974 esteve como Delegado brasileiro da Reunião de Chanceleres do continente americano, e Delegado do país no IV período ordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA.

Nesse ano recebera futuros esguianos para analisar novamente as relações “entre os dois maiores países do Hemisfério”. O cenário era de fratura no Terceiro Mundo, surgimento do Quarto Mundo e da “diplomacia do recurso”; mas também de enfraquecimento do neutralismo e dos não-alinhados devido à combinação de crise energética com *détente* (CASTRO, 1982t). Constata que inexistem dramas ou crises, que o Brasil segue em relação de naturalidade com os estadunidenses, o que significa que não tem obrigação nem de concordar nem de discordar dos parceiros. Com relação aos Estados Unidos, a promessa de “diálogo” esbarra na inércia de ações, e as propostas para a “comunidade” americana desmontam-se frente ao protecionismo e ao congelamento. Dizia então que “o Brasil é um país condenado (...) a um grande envolvimento nas coisas do nosso mundo nas coisas do nosso tempo.” (idem, p. 290). Em sua última contribuição, entrelaçou o novo ordenamento mundial com as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos (CASTRO, 1982v), retomando primeiro as teses sobre congelamento e *détente*, mais gerais, e depois a política externa dos dois Estados. Ressaltou um passado de causas comuns, mas com conflitantes perspectivas sistêmicas. Nesse cenário em que demandava “articulações horizontais de países em desenvolvimento”, o que impedia melhores relações

eram sobretudo as condições internas aos Estados Unidos. Prevê a vitória de um candidato Democrata na eleição de 1976, mas não conseguiu sobreviver para conferir o fato.

Tabela 2 - Transformações globais necessárias para Araújo Castro

| Bases vigentes do Sistema Internacional | Bases ideais do Sistema Internacional |
|---|---|
| Poder, balanceamento | Isonomia, soberanias reconhecidas |
| Força | Justiça, instituições |
| Realismo | Princípios |
| Razão de Estado | Legitimidade |
| Pentagrama | Multilateralismo |
| Estratégias de poder das Superpotências | Coalizão do Sul nas Nações Unidas |
| Imobilismo decisório, vetos | Decisões coletivas, eficazes e constantes |
| Restrições à industrialização | Investimentos nos subdesenvolvidos |
| Deterioração dos termos de troca | Comércio Internacional Igualitário |
| Estado “tolerável” de pobreza | Desenvolvimento |
| Corrida armamentista “tolerável” | Desarmamento |
| Colonialismo, Dependência | Descolonização, Direitos Humanos |
| Estado “tolerável” de guerra | Paz |

Legenda: Trabalhos de Araújo Castro.

Fonte: Conjunto de trabalhos de Araújo Castro. Elaboração do autor, 2017.

A reconstituição do pensamento de Araújo Castro na Tabela 2 possibilita tornar nítidas como deveriam ser as reformas para ele. Após falecer no cargo, em dezembro de 1975, permaneceu sendo celebrado mormente pelos discursos de 1963 (três Ds) e de 1971 (congelamento do poder mundial). Ocasionalmente estudiosos que lidaram com a Política Externa Independente e o Pragmatismo Responsável e Ecumênico abordam os trabalhos dele.

A recepção do seu pensamento é plural, assim como os demais chanceleres abordados anteriormente. Ronaldo Sardenberg (2013) nota a ironia na *persona* e na obra de Araújo Castro, a fomentar a sua visão de mundo perceptiva às incongruências, visão essa que incluía um Brasil moderno, democrático, amante da liberdade, e que “expressasse o que efetivamente somos”. Vamireh Chacon (2008) destaca o “idealismo ético” com alguma flexibilidade para alcançar os objetivos desejados. João Augusto Costa Vargas (2013) pontua que Castro imbuído de sua “criatividade conceitual” e seu “apelo retórico” se tornou um “mito” no Itamaraty, moldando a dinâmica institucional em direção da aproximação com países em desenvolvimento e mais participativo no multilateralismo. Uma interessante releitura do discurso do trinômio foi feito em dezembro de 2013. O ex-chanceler Celso Amorim (2013) diz que cinquenta anos depois o país atualizava os 3Ds originais (Desarmamento, Descolonização e Desenvolvimento) nos seguintes: Defesa; Democracia; Desenvolvimento.

4.6. Considerações finais sobre o pensamento dos tomadores de decisão

Antes de encerrar esse capítulo, algumas palavras sobre o conjunto de informação nele disposto. A heterogeneidade evidente dos pensamentos autorais obstaculiza a compreensão sobre as particulares afinidades existentes entre os tomadores de decisão aqui analisados. Existem três “camadas de harmonias” presentes entre eles, grosso modo podendo ser associadas com efeitos espaço-temporais mais duráveis ou menos. A *primeira camada*, mais superficial, é *a da presidência/gabinete*, autopercebido como possuidor das decisões do Executivo por um período específico e atento justamente a esse período. Em geral, pode-se dizer que qualquer pensamento gerado nessa camada superficial é uma “tomada de posição”, e está associado com fatos imediatos que acontecem durante os mandatos. Não foi intenção dessa tese mergulhar fundo nessa camada que, como já dito, é superficial.

Logo, a tese tentou ter maior ênfase nas duas camadas seguintes. Há uma série de fatores *conjunturais/condicionantes*, que não são o núcleo duro da harmonia dos pensadores, por existirem algumas (poucas) diferenças entre os diferentes atores. Há uma série de possibilidades dependendo da harmonia de pensamento a ser analisada, no caso abordado vemos, por exemplo, uma consciência estratégica de longo prazo, em todos. Ela advém de uma tentativa de apreensão das conjunturas em associação com necessidades nacionais; assim, pode-se dizer que todos tinham aspiração por um projeto nacional seguido como “Política de Estado”. A feição dele varia conforme o ator, conforme a obra e conforme a época. Esse projeto seria marcado pelo humanismo, que ora se apresenta de forma laica nos pensadores, ora em modalidade cristã; há aqui uma série de efeitos práticos sobre a condução da política externa. Entre elas pode-se destacar a opção pela moderação e a escolha da mediação ao invés do confronto. As soluções de crises são pensadas de forma flexível e sempre a serviço das pessoas.

Em uma *camada mais estrutural/estruturante*, em que se encontra um quase consenso entre todos eles há uma série de fatores também. Talvez, entre o nível estruturante e o nível condicionante pode-se situar a admiração por Ruy Barbosa. Todos escreveram sobre ele, todos a ele se remetiam, de forma direta ou indireta, mas cada um extraiu dessa figura polissêmica uma lição própria. Os “herdeiros de Ruy” têm pelo menos três fatores de harmonia associados a ele. Inexistiria republicanismo na ausência de instituições fortes acima de ondas carismáticas individuais ou coletivas; são pessoas de partido, de governo, de ministério, etc., mas nunca de si próprias. O zelo pela institucionalidade associa-se com uma visão “grociana”, “jurisdicista”,

em que as feições burocrático-legais importam, até para afastar fantasmas de patrimonialismo, e nisso importa bastante a formação intelectual que tiveram no início de suas carreiras.

Por fim, e talvez mais óbvio, todos esses herdeiros da “Águia de Haia” podem ser associados com o espectro político “Luzia”, que tem representantes distribuídos da esquerda à direita, quase sempre se dissociando dos extremos. O efeito prático do que está exposto no parágrafo é uma opção pelo desarmamento e a crítica da política de poder, tributária da vertente liberal de visão de mundo; está também alocado aqui a ideia de convivência entre os povos isenta de conflitos, em paz, desarmada. Em termos de aproximação das opções jurídicas, pode-se verificar uma percepção de que a autodeterminação é vital, assim como a soberania, e que nenhum colonialismo tem razão de ser, nem nenhuma política meramente unilateral.

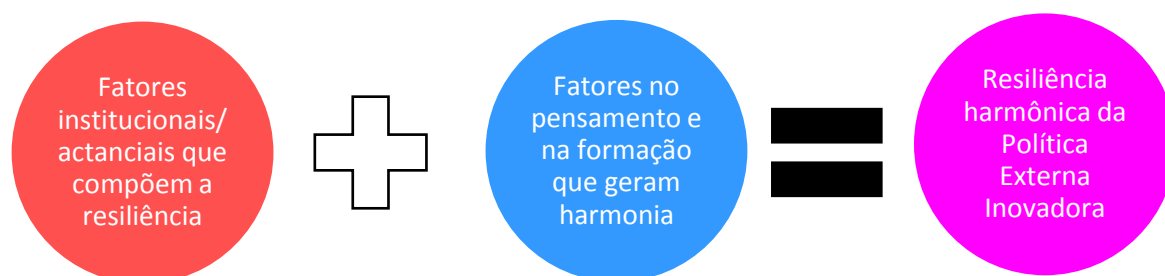
Dois fatores estruturais foram abordados pela bibliografia sobre a Política Externa Independente e merecem ser lembrados. O primeiro é indissociabilidade do desenvolvimento com a política externa, em um país com precariedades materiais e imateriais. A atuação diplomática deveria ser pautada pelo engrandecimento socioeconômico. Conhecida pelos pesquisadores do tema é a independência, até por estar na nomenclatura PEI. É a ideia de que todo o país merece sua autodeterminação e sua autonomia, de que há condições a alcançar para que o Brasil não seja esmagado à sorte de blocos e grandes potências. Os efeitos práticos desses dois fatores levam o país a investir em soluções que venham a trazer melhorias para a população, como um comércio exterior vibrante e a construção de opções infraestruturais e imateriais em conjunção com atores multilaterais e/ou regionais. Levam também a reagir contra a bipolaridade, a ir contra a condição imposta de “fora para dentro” ao país, em tentar articular seu próprio espaço dentro da cena internacional. Ser independente é uma condição existencial do Estado-Nação que vai além de ser neutro, não-alinhado, crítico do bloco A ou B, associado, alinhado ou títere. A cada decisão particular brasileira, isso era sempre levado em conta.

Passados em revista os fatores que permitem identificar proximidades entre os pensamentos autorais e que tornaram viável a permanência da inovação instaurada no MRE, agora o movimento da tese segue em “Coda” (cauda em italiano). Notação musical que serve para retomar algo da imediata seção anterior, que se prolonga para concluir. A fim de entender os fundamentos e as posturas que permitem a sustentação da reorientação da política externa, alguns pontos enunciados serão retomados, incluindo o debate sobre a hipótese anunciada no início da tese e as conclusões possíveis a partir do que se obteve como resultado de pesquisa.

5. FATORES, RESILIÊNCIA HARMÔNICA E POSTURA NA REORIENTAÇÃO SUSTENTADA DA POLÍTICA EXTERNA

Conforme pode ser percebido através do capítulo 2 e em alguns fatores desdobrados dentro do capítulo 3, era uma época de conflitos latentes e dissensões presentes no cotidiano. Os fatores que compõem a resiliência desde o ponto de vista da gestão estiveram presentes na terceira etapa desta tese. Em seguida, mantendo o formato do capítulo anterior, na quarta parte foram apresentados os fatores de pensamento/formação tanto de forma empírica quanto em termos de comentários gerais. Chegar até o capítulo cinco é entender melhor a hipótese da tese, que está apresentada de forma sintética no gráfico a seguir (“Figura 5”).

Figura 5 - O modelo da perpetuação da transmutação²⁰³



Fonte/Legenda: O autor, 2018.

A intenção deste capítulo é desmembrar cada um dos três componentes que estão enunciados no modelo. Qual processo foi traçado no período analisado nesta tese? Em termos da Política Externa Independente, procurou-se olhar para cada momento da política pública, a cada segmento correspondeu uma gestão na chancelaria. Em termos de Pensamento Brasileiro que foi criado por cada um dos tomadores de decisão últimos igualmente se segmentou por cada um dos personagens históricos mais diretamente envolvidos com a PEI. Portanto, da equação

²⁰³ Esse modelo aplica-se a casos de turbulência geral interna (ou externa a afetar domesticamente) dos países, em diferentes escalas e dimensões. Todavia, ele não pode ser usado como fórmula para o momento de grave excepcionalidade, em que a ruptura é mais pronunciada e a resiliência harmônica é praticamente inviabilizada. Assim sendo, ele tem como pressuposto algum grau de estabilidade e segurança das instituições. Da mesma forma, as clivagens sociopolíticas tendem a existir em qualquer sociedade; mas, no caso de países divididos ou Estados falidos, onde as possibilidades de diálogo são vetadas, às vezes sob a ameaça de armas, não se pode observar o modelo. As duas condições que compõem a resiliência harmônica devem existir para que ela seja uma realidade, e isso foi possível apreender a partir da pesquisa.

ilustrada no gráfico acima, foram vistos tanto o primeiro item (em vermelho), quanto o segundo (em azul); e agora a discussão gira em torno do terceiro item, o resultado (em lilás/violeta).

O termo “perpetuação da transmutação” serve como contraponto à dissolução constante de propostas de políticas públicas inovadoras, que morrem antes de darem frutos em meio às condições de turbulência interna e externa. O termo se consubstancia na junção dos dois fatores apresentados no modelo, o da harmonia de pensamento e a da resiliência institucional. Para cada um deles, o capítulo separou um subcapítulo, de forma a analisar de forma mais acurada. Logo, o 5.1 versa sobre as instituições e ações e o 5.2 se debruça sobre o pensamento e a formação. Por fim, a ideia de resiliência harmônica e a postura internacional serão abordados. A tabela 3, a seguir, mostra de antemão um pouco da discussão sobre postura internacional e resiliência harmônica que é tema do subcapítulo 5.3.

Tabela 3 - Quadro de possibilidades (Harmonia X Resiliência) e seus resultados

| | <u>Com Harmonia</u> | <i>Sem Harmonia</i> |
|------------------------|---|---|
| <u>Com Resiliência</u> | <i>Resiliência Harmônica. Uma postura internacional coerente que gera resultados e satisfação.</i> | <i>Manutenção de uma política com crescente insatisfação. Estabilidade ao custo de baixo resultado.</i> |
| <i>Sem Resiliência</i> | <i>Tentativas malsucedidas de criar algo estável. Foco no problema correto, bom resultado que se esvai.</i> | <i>Estado Falido, Clivagens intransponíveis, caos. Sem resultados e sem postura.</i> |

Fonte/Legenda: O autor, 2018.

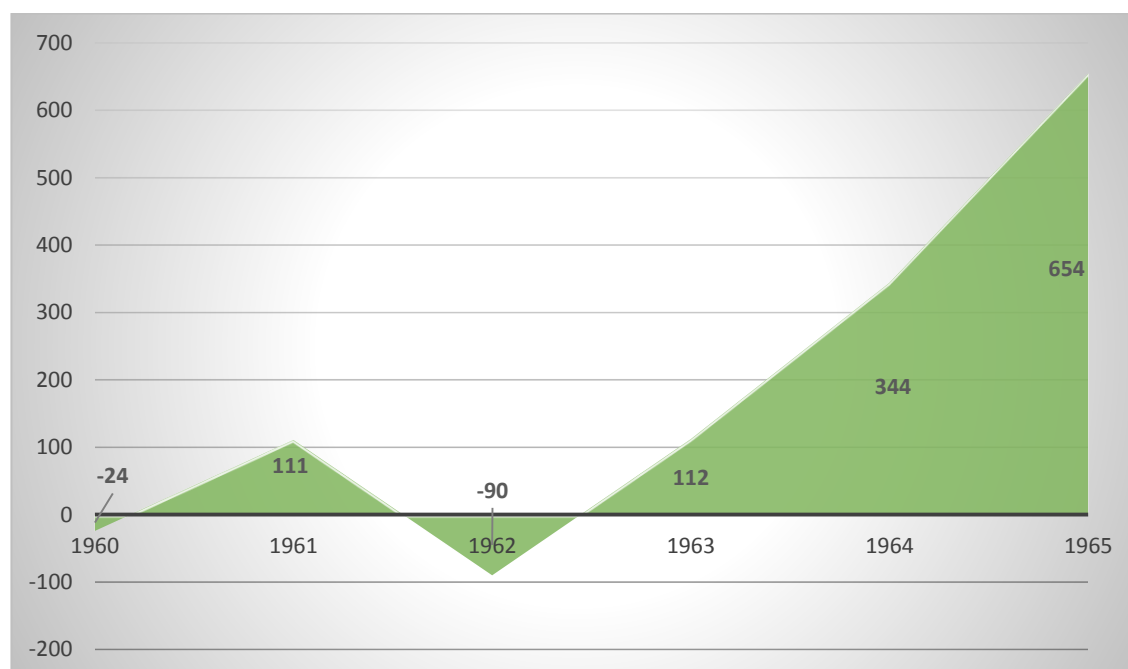
Os debates na academia sobre as condições institucionais e sobre ações que permitem a manutenção de inovações em política externa e/ou política pública são relevantes para o primeiro trecho desse capítulo. As conclusões já vistas no capítulo 3 serão retomadas e expandidas nessa primeira etapa. As perguntas respondidas ali são aquelas em torno da *resiliência*. Debates acadêmicos sobre temas associados à *harmonia*, como a construção de uma rede de significados, os modelos, os paradigmas, etc., estão contemplados no trecho seguinte. Os capítulos anteriores serão subsídios para provar os argumentos que compõem a hipótese e que serão apresentados nas seções subsequentes. O último trecho discorre sobre o conceito de “resiliência harmônica” e sua relação com a postura internacional do país, tendo em vista o que

foi desvelado através de pesquisa. Antes de entrar nos fatores que compõem o modelo da resiliência harmônica, cabe verificar alguns efeitos materiais da assunção de uma postura internacional.

A balança comercial foi se tornando favorável conforme a dependência econômica do país com EUA e alguns países europeus foi se desfazendo. Mantinha-se o perfil de país voltado para a exportação, mas com maior racionalidade nas escolhas de parcerias comerciais. Observa-se também no período uma queda e/ou estagnação das importações, o que pode ser entendido como resultante de um crescimento do mercado interno e da transformação das próprias características do país como um todo. Os efeitos dessa transformação são observados ao olhar o período que vai de 1956 a 1966, nesse espaço de dez anos ocorreram mudanças no Produto Interno Bruto. O PIB do início do governo Kubitschek era da ordem de 14,6 bilhões, e em 1966 ela já assumia o volume de 28,5 bilhões; ao fim de 1963 ela já estava na casa dos 24 bilhões.

O gráfico “Figura 6” se volta para o comércio exterior; mostra que o saldo obtido na véspera do período analisado era negativo e refletia as opções assumidas pelo governo de Juscelino Kubitschek. Ela reflete sobretudo o aumento no volume de exportações.

Figura 6 - Saldo do Comércio Exterior, 1960 a 1965 (ano x bilhões de dólares)



Legenda: O autor, 2018.

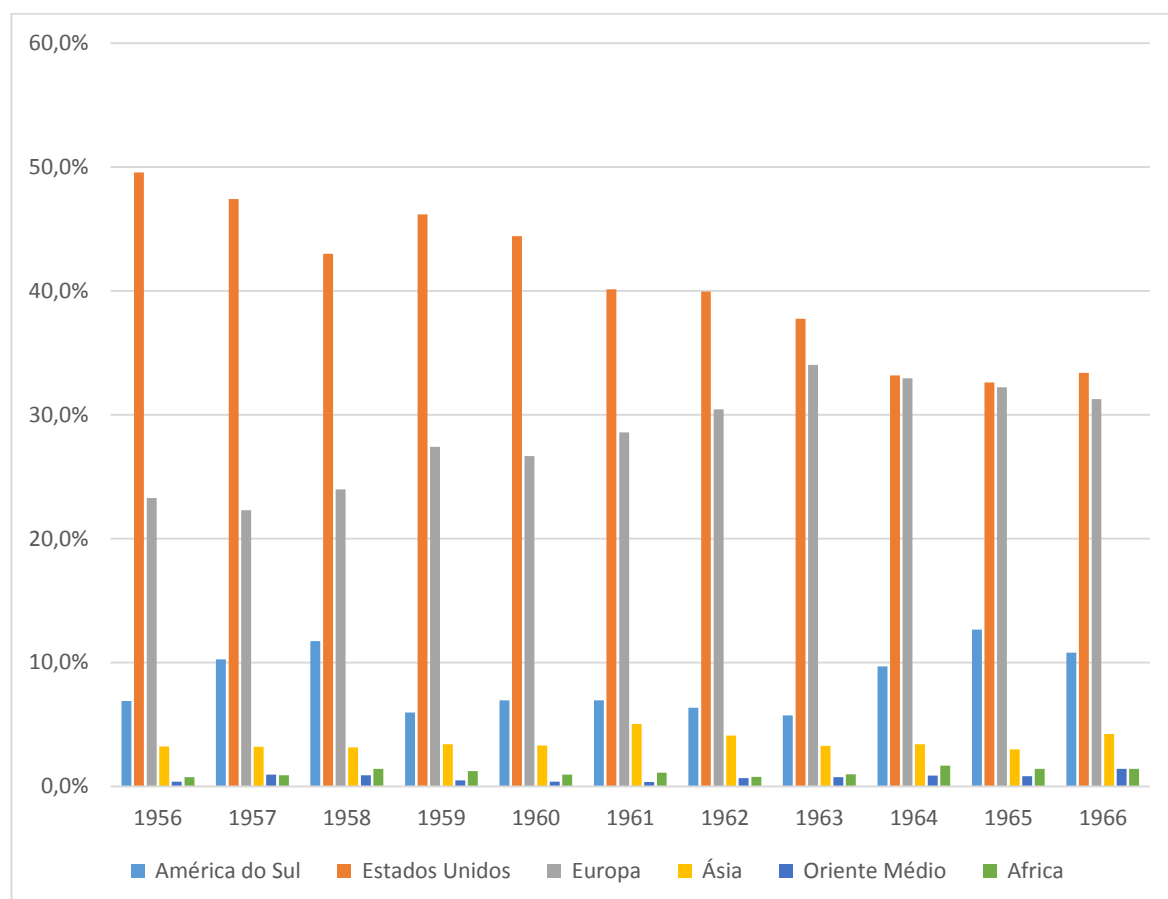
Fonte: Sítio do MDIC, acessado em 2016.

Observando em conjunto o período da Política Externa Independente, verifica-se ganhos reais e absolutos para o país, e esse crescimento paulatinamente foi agregando ao

desenvolvimento nacional. Algo que seria, de variadas formas, mobilizado por governos seguintes, até nossos dias. O Brasil da balança favorável, do PIB pujante e da moeda estável como condição para a implementação de políticas públicas que geram maior bem-estar.

Isso também se relaciona com o gráfico “Figura 7” a seguir. Conforme avançam os anos e a postura internacional se confirma, resulta em menor participação de Estados Unidos e Europa na participação do comércio exterior brasileiro. Um detalhe importante deve ser acrescentado no caso europeu. Ali decresceram as participações da Europa Ocidental e aumentaram (em alguns casos se iniciaram) as relações com a Europa Oriental. Mesmo que alcançando menos da metade do total, o Sul Global passou a ser mais relevante no cômputo geral do comércio exterior nacional se comparado com o início do governo anterior, isso se manteve, de certa forma, nos dois anos subsequentes ao fim do período estudado.

Figura 7 - Distribuição do Comércio Exterior Brasileiro, 1956-1966 (% x Ano)



Legenda: O autor, 2018.

Fonte: AliceWeb, MDIC, acessado em 2016.

Encontra-se no período analisado o início do que posteriormente se chamou de Cooperação Sul-Sul, que encontrou guarida com o chanceler Azeredo da Silveira e o governo

Geisel (LEITE, 2011)²⁰⁴. Outra percepção se dá em torno das lideranças no Sul Global, que se mobilizam por segurança e integração regionais, usando sobretudo poder brando e defendendo instituições (BRAVEBOY-WAGNER, 2016). O tipo de transição rumo à liderança é tema muito discutido. Para Fareed Zakaria, conforme o país se torna mais afluente, obtém mais poder e ascende como potência; o que transforma a política externa, que fica paulatinamente mais vinculada à política doméstica do que às oscilações sistêmicas (ZAKARIA, 1998).

A proposta observa a ascensão de uma potência e há outros estudos que também o fazem, porém com ênfase maior na saída da condição periférica, como faz Marcelo Gullo. Ele parte da noção de que as unidades políticas são marcadas por assimetrias de poder. Um país periférico pode alcançar o umbral de poder e se tornar autônomo conforme se efetive uma insubordinação ideológica em conjunto com impulso estatal para ascender no plano global; essa “insubordinação fundadora” foi processo ao qual passaram Estados Unidos, Alemanha, Japão e China (GULLO, 2016). A meta dessa investigação é mostrar que é possível ampliar o poder nacional desde a periferia. Ainda, pode-se entender uma linha de gradação, da que aceita mais as condições assimétricas até a que se rebela de forma mais consciente – subordinação passiva; subordinação ativa; insubordinação pragmática e insubordinação revisionista – e cabe à unidade política a decisão sobre qual postura assumir, empregando seu poder (GULLO, 2018). Na inflexão entre a superação do caráter subordinado e a capacidade de intervir sobre o sistema internacional, tal como vivia o Brasil na época, esse era assunto candente.

5.1. Fatores das instituições e das ações que comprovam a hipótese

Uma balança comercial que chegava ao fim de 1963 com 113 milhões de saldo positivo e de 343 milhões positivo no ano seguinte, apesar das aproximações de duas dúzias de países africanos com o Mercado Comum Europeu através da Convenção de Yaundé. Apesar das tensões bipolares (como a Crise dos Mísseis), havia comércio com orientais e ocidentais. Quando não havia mais volume, eram melhores as tratativas comerciais. Algumas expostas no capítulo 3 desta tese. Resiliência institucional. Visão comum dos estadistas em prol do desenvolvimento. Assuntos explorados nessa seção (5.1) e na próxima.

²⁰⁴ O Brasil foi sofisticando sua atuação com o fito de propalar o desenvolvimento na periferia, até aferir-se um maleável padrão político-diplomático na sua atuação, se, comparado com a rígida atuação chinesa focada em infraestrutura e com muitas condicionalidades (M'BUNDE, 2018).

Quando se fala em fatores, seja aqui, seja a seguir, ou antes, a tese se refere a todo o conjunto de elementos que compõem um conceito que sintetiza uma das partes do modelo. Desde sua origem, “resiliência” foi um termo polissêmico. Boris Cyrulnik (2006) analisa diversos casos de situações pessoais difíceis e/ou de constantes pressões, e demonstra como em determinados casos foi criada uma superação de traumas e de vivências negativas. Trata a resiliência como espécie de cicatrização mental e social, a resgatar a capacidade individual de decidir sobre o próprio destino e superar o passado. Christine Berndt (2018) associa a resiliência como a força interna que se desenvolve quando afloram talentos pessoais, reforça-se a resistência ao estresse do cotidiano, e se extrai das crises as lições sobre o que deve mudar em si. Ainda nos estudos de Psicologia, alguns autores o consideram como uma espécie de desenvolvimento psicossocial. Em uma definição mais ampla, o conceito é tal como segue:

Metáfora poética quando ela sugere a aptidão para se restabelecer, saltar para além dos dramas, imagem reducionista quando ela evoca a solidez daquele que supera as aprovações, a resiliência é igualmente utilizada para definir cientificamente o processo à partir do qual uma pessoa ou grupo manifesta sua capacidade a se desenvolver bem, a continuar a se projetar no porvir em presença de elementos desestabilizantes, de condições de vida difíceis, de traumas severos e/ou repetidos ou para identificar o mecanismo complexo que sinaliza uma reprise do desenvolvimento após um fracasso. (DESMET; HUMBEECK; POURTOIS, 2012, p. 7, tradução nossa).

Indo além, seria possível identificar quatro eixos que caracterizam o fenômeno – afetivo; cognitivo; social; conativo (de valores) – mobilizados para ir além da situação negativa, quando existe a propensão de florescimento de competência, quando se preservam as capacidades originais e quando se decide por uma estratégia de superação (DESMET; HUMBEECK; POURTOIS, 2012). Dadas as condições, observada a feição do fenômeno e sua proximidade com o conceito de resistência, ela tem sido igualmente abordada em estudos de Física. Nesse caso, trata-se de uma característica material que permite a preservação do objeto; ser resistente/resiliente significa ter as capacidades necessárias para manter-se apesar de variações de condições externas e de eventuais interveniências sobre o material. Dito de forma simples, uma folha não aguenta o fogo e nem suporta pesos sem enrugar ou rasgar; porém, uma placa de titânio é resiliente/resistente a ponto de aguentar o peso e o fogo. A robustez seria sinônimo. Existe também a visão ambiental, ecológica sobre a resiliência.

As interações entre populações na natureza geram um comportamento sistêmico, que pode resultar na impossibilidade de equilíbrio; todavia, contanto que existisse resiliência, não haveria colapso do ecossistema (HOLLING, 1973). Assim, para Holling (1973, p. 17) a resiliência “determina a persistência dos relacionamentos dentro de um sistema e é uma medida

da habilidade desse sistema a absorver mudanças” das variáveis e parâmetros e “ainda assim persistir”. Na era do “Antropoceno”, os regimes socioecológicos sofrem transformações profundas, conforme alguns fenômenos conduzem ao aumento dos riscos e reduzi-los conduz à maior sustentabilidade, assim como maior resiliência (BIGGS; PETERSON; ROCHA, 2015).

Entrecortados pelas escolhas intertemporais que se impõe, seres humanos produziram propostas de conciliação entre o desenvolvimento para a humanidade e o cuidado para com o meio-ambiente. De acordo com pesquisadores de Estocolmo, o pensamento resiliente enfoca o desenvolvimento de capacidades sistêmicas que no longo prazo aumentam as capacidades para lidar com incertezas, crises e vulnerabilidades (MOBERG; SIMONSEN, 2017). Isto é, governança e estudos de desenvolvimento e meio-ambiente estão ligados. Para obter-se uma gestão que tenha a característica realçada neste trecho, seria necessário: aumentar o entendimento sobre os componentes e processos socioecológicos e criar opções administrativas adequadas; preparar o ambiente para eventos inesperados criando abordagens para eles; aumentar a capacidade de resposta provendo diversidade de opções e diferentes ações para as escalas correspondentes (ANDERIES; BIGGS; SCHLÜTER; SCHOON; ROBARDS, 2015). Além a visão ambiental, há a das Políticas Públicas.

Muitas vezes a literatura olha para a persistência de uma política pública como um jogo entre grupos de interesse e políticos que desejam se manter no poder, e, ocasionalmente observa-se como determinante o momento de equilíbrio que viabiliza a implementação inicial (COATE; MORRIS, 1999). Assim, as políticas continuariam por “dependência da trajetória” (PIERSON, 2000) e/ou pelo equilíbrio, ou por ausência de oposição a elas. Estas maneiras de encarar o governo em ação ignoram as fissuras que surgem conforme observado pelos teóricos do “equilíbrio pontuado” – já abordados anteriormente – e igualmente a reflexão sobre resiliência. Ainda assim, são muito influentes. Uma abordagem que se aproxima da percepção sobre uma política resiliente é a que aborda as capacidades estatais. Margaret Weir e Theda Skocpol (1985) ao recomendarem “trazer o Estado de volta”, veem as capacidades estatais – fatores geopolíticos, socioeconômicos e organizacionais – como um dos pilares de sustentação das políticas realizadas; o segundo pilar é a autonomia, o quanto estrutural e funcionalmente o sistema governamental é capaz de agir em prol de seus objetivos. Congregar organizações para administrar, obter meios, e criar condições humanas são elementos da capacidade estatal, basilares para que a ação estatal seja efetiva (FINEGOLD, SKOCPOL, 1982).

Seguindo em linha semelhante, Sikkink (1993) acrescenta a importância de fatores procedimentais e de formação da burocracia para que existam capacidades que conduzam efetivamente à autonomia. Acrescido a isso, existe a importância dos líderes na formação de

coalizões que conferem estabilidade e servem para lidar com problemas, ameaças e desafios (LEFTWICH, 2010). Logo, capacidade estatal pressupõe no mínimo a existência de um governo. A saber, o exercício de poder soberano, legítimo, e/ou pressupõe a governabilidade (efetivação da adaptabilidade pública, da estabilidade institucional e da participação), ou ainda a governança, essa regular e efetiva utilização dos mecanismos estatais (LESSA, 2015).

Na contemporaneidade, discute-se formas de fazer com que surja um governar orientado por resultados, a gerar valor público e maior confiança da sociedade para com as instituições (MARINI; MARTINS, 2014)²⁰⁵. Retomando alguns dos pontos elaborados na parte teórica de forma telegráfica, pode-se dizer que os aspectos do fenômeno podem ser trabalhados de três maneiras (individual, interativa ou sistêmica). Então sob o ponto de vista dos atores que tomavam as decisões, pode-se dizer que existia a proeminência dos chanceleres que, dada a configuração institucional do país, poderiam – mas no caso não passaram por isso – sofrer intervenções ou vetos advindos dos chefes de governo. Esse fator organizacional coaduna-se com a excelência do corpo diplomático que conduzia a política externa; assim sendo, pode-se dizer que internamente existiam capacidades estatais e ambiente burocrático favorável.

Em termos individuais, os chanceleres mantiveram-se na postura de tentar lidar com os problemas apesar de todo um jogo de pressões que existia, em níveis domésticos, intermésticos e internacionais. Que de fato havia uma consciência harmônica expressa de forma variada²⁰⁶, algo a ser mais explorado no item 5.2, a seguir. Em termos sistêmicos, observa-se que algumas das concepções harmônicas foram de fato buscadas, e que existiam assim condições de manter a política externa em sua complexidade. Recursos foram mobilizados de forma a interagir com o contexto e produzir os resultados desejados, não sendo mero exercício inócuo de poder político. Apresentava-se uma visão institucional afável ao republicanismo, que encetava reformas para obter condições nacionais ambicionadas pela maioria da população.

Reformista nas relações, reformista nas instituições. É o país proponente de novas modalidades para agregar justamente aqueles que por muitas décadas eram olvidados ou imperiosamente ignorados. Sujeito de criação de integrações com a América Latina, com o caráter de observador entre os não-alinhados, com postura crítica sobre determinados desdobramentos de segurança internacional quando nas Nações Unidas, de expansão de

²⁰⁵ A modelagem institucional pode (re)criar o processo decisório de forma a gerar o desejável, o viável e o realizável e produzir novas formas de governança (MARTINS, 2014); mas isso está invariavelmente amparado no pensamento dos gestores.

²⁰⁶ Um dos polos de atração de consensos entre esse grupo de gestores era o corpo de ideias de Rui Barbosa, e com isso a percepção de que as instituições e os aspectos jurídicos eram relevantes na condução da coisa pública.

possibilidades para com parceiros antigos. Costurava-se uma nova situação, em que o Brasil poderia influir sobre os regimes internacionais e ser um partícipe respeitado.

Reformista para consigo. Assim o vemos com as informações obtidas em circulares, que reforçam o quanto se estava disposto a reconstruir o próprio Itamaraty. Articula-se uma diplomacia cultural mais robusta, conforme ela se propunha a atuar para além dos compromissos multilaterais tal como se afirmou ainda nos anos quarenta. São introduzidas regras, normas, diretrizes para melhor se lidar com dados internos uma vez que a época era da Guerra Fria, e o país poderia ser acossado por ameaças as mais diversas. Cargos novos se consolidaram – como o de Oficial de Chancelaria – e foram criadas novas segmentações da atividade diplomática. Ocorria a reforma do acervo, da biblioteca e de infraestruturas. O sentido de todas essas ações era ampliar a capacidade estatal e dar mais musculatura ao ministério.

Entender melhor a política externa de então depende de realçar o caráter institucionalista que as gestões no Itamaraty assumiram. Seria ver o jogo de poder na cena internacional como passível de transformações, ao invés de considera-lo inflexivelmente dominado pelas grandes potências. Isso será nítido ao ler as críticas de Araújo Castro a Kissinger e sua atuação em foros multilaterais alertando mecanismos de consolidação das assimetrias entre as nações. Todavia, está igualmente presente na busca por maiores relações com países de Ásia, África e América Latina, talvez como um embrião das atuais relações Sul-Sul, ou do Sul Global. Afere-se pelos números do comércio exterior uma grande transformação, do país cafeeiro voltado para Europa – e com o tempo, mais para os EUA que para os europeus – e para o norte em geral, passa a ser o país que cria laços com Estados sem preconceitos ideológicos e/ou sem ter como pré-requisito uma longa proximidade histórica. Buscava-se autonomia e universalismo, que tem sido reiterados como temas relevantes pelos intelectuais brasileiros na contemporaneidade (RIBEIRO, 2006). No cenário dos 1960 com volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade a política externa projetava um país resiliente e coerente com suas demandas.

5.2. Fatores do pensamento e da formação que comprovam a hipótese

A música enquanto arte de combinação sonora traz alguns insights para a presente tese, e as definições a seguir são úteis:

MÚSICA é a arte de combinar os sons simultânea e sucessivamente, com ordem, equilíbrio e proporção dentro do tempo. As principais partes de que a música é constituída são:

- 1) MELODIA – conjunto de sons dispostos em **ordem sucessiva** (concepção horizontal da música).
- 2) HARMONIA – conjunto de sons dispostos em **ordem simultânea** (concepção vertical da música).
- 3) CONTRAPONTO – conjunto de melodias dispostas em ordem simultânea (concepção ao mesmo tempo horizontal e vertical da música).
- 4) RITMO – ordem e proporção em que estão dispostos os sons que constituem a melodia e a harmonia.
(MED, 1996, p. 11, grifos do autor).

Há ainda a concepção de campo harmônico, que é composto por notas que agrupadas fazem o que se chama de acorde, e, na maior parte das vezes eles são consonantes. Por oposição, há a dissonância, que representa notas que são dispostas gerando uma sensação de tensão e uma necessidade de que outro intervalo melódico a resolva. Há em Astrologia as interrelações entre os planetas assim como na música se inter-relaciona os sons. Um sêxtil e uma conjunção são exemplos de relações harmônicas e quadraturas e oposições representam relações desarmônicas. São muitos os estudos em diversas áreas do conhecimento sobre a harmonia e a interrelação positiva entre duas ou mais unidades.

Tanto em astrologia quanto na música, cada elemento tem sua própria identidade e ele integra o todo de forma a gerar ou relações produtivas ou relações infrutíferas. Olhar para o panorama intelectual de uma época pode ser visto “de forma melódica”, ou como Bevir (1999) diz a “explicação diacrônica” ou pode-se olhar “de forma harmônica”, para o mesmo autor a “explicação sincrônica”. De certa forma, a melodia individual de cada um dos chanceleres ou chefes de governo, a explicação diacrônica de seus pensamentos, mostrando como eles se relacionavam com alguns dilemas e crenças, está contemplada em cada um dos trechos que a eles foi dedicada nesta tese. Depreendeu-se durante os capítulos as intencionalidades fracas dos autores, seus atos de fala e performances, suas posições frente à uma concepção histórica total.

Trabalhando com as interações que emanam das vertentes individuais dos pensamentos em conjunção com seus locais e épocas, seguindo uma História do Político, demandava utilizar suas obras e entender o que transparecia em documentos. Ao tentar entender os significados, o “pensamento autoral”, alguns ensaios de apresentação de um pensamento coletivo foram feitos. Também foram apresentados ao longo da análise contextual os dilemas que um produtor de ideias poderia passar naquela época. As clivagens giravam em torno das disputas das coletividades públicas e privadas que pertenciam ao país, e que foram tipificadas pelos estudos de Pensamento Político de foram variada, mas sempre em dois ou mais grupos em contenda. Posicionar-se naquela época era, invariavelmente, ser posicionado dentro ou fora de um desses

blocos em contenda. Ao mesmo tempo, internacionalmente Oriente e Ocidente se opunham em modelos universalizantes de economia/política/cultura/et cetera. Declarar opinião, mesmo que neutra, naquela ocasião atrairia juízos de quem estivesse mais apeado a um ou a outro.

Como debelar-se dessas turbulências? A solução individual aos dilemas apareceu em cada um dos capítulos. Outra solução coletiva, como gestores, transpareceu em parte no capítulo sobre a gestão da Política Externa Independente. Ali desvelou-se a força institucional do Itamaraty, que viabilizou arranjos institucionais para traduzir as concepções em atos; em geral, os chanceleres e chefes de governo apresentavam ideias que serviam como “mapas de estrada” ou “pontos focais” (GOLDSTEIN; KEOHANE, 2003). Em geral, eles ilustravam um pensamento nacional voltado para melhores condições socioeconômicas do país. Entre as opções que cruzam os ministérios que foi contemplado no futuro inconcebível naqueles anos estava a defesa permanente do desenvolvimento²⁰⁷. Sergio Paulo Rouanet (2004) fala de seis fases do nacionalismo brasileiro, em que a primeira seria mais cultural e duraria até os anos 1950, quando o foco vira o desenvolvimento, até a radicalização reformista nos 1960. A maior parte das pessoas pensantes da época se entregou à polarização, contudo, não foi o caso dos atores que conduziam a política externa; ao contrário, usavam as ondas advindas de direções variadas para fazer navegar a nau da diplomacia em meio ao alto-mar ou o mar alto. Não seria errado considerar esse um traço da ação externa do país.

Há aqui um fator de formação importante. O convívio deles com o mundo jurídico lhes proporcionou, enquanto bacharéis, uma visão moderada do jogo político. Essa visão de moderação era mais perceptível em suas concepções humanistas, cada qual a expressando de forma própria. Praticar a política externa estaria, para eles, mais próximo do exercício de uma temperança a serviço do espraiamento de relações, da reformulação do destino nacional, de uma prudente e paulatina construção dos objetivos primevos. Se a temperança e a prudência podem ser verificadas na formação e nos atos desses gestores, ela o é igualmente no espírito dos gabinetes, tal como o autor da tese foi capaz de perceber da leitura dos documentos. De uma formação apolínea cresceria uma prática política igualmente solar.

E que tipo de humanismo surgia desses bacharéis? A compreensão mais cerebral, mais espiritual, está enunciada de alguma forma nas páginas que antecederam essa. Há ainda uma dimensão dos atos, da forma como eles se relacionavam no cotidiano, que o pesquisador que

²⁰⁷ Essa concepção política atravessava ministérios. Em uma das reuniões do gabinete Tancredo Neves, a Aliança para o Progresso é discutida. Ao redor desse tópico giram temas diferentes como construção de infraestrutura, negociações internacionais, programas de abastecimento alimentar, projetos educacionais, e, conforme também se observa nas anotações do secretário Humberto Salles, projetos urbanistas para atuar sobre comunidades brasileiras.

escreveu essa tese pode perceber através da leitura de entrevistas, biografias e pelo contato direto e indireto com pessoas que conviveram com esses tomadores de decisão. Por um lado, é uma concepção que vê centralidade da pessoa humana, realçando as condições éticas de sentir a situação outra, as condições alheias não lhe são emocionalmente distantes, em uma palavra, há simpatia (SCHELER, 1943). Da mesma forma, percebia-se o outro como um sujeito a ter suas experiências, e a constituição dos atos construía-se a partir da convivência intersubjetiva, havia ali a empatia (STEIN, 2005). Em suma, eram pessoas que tratavam as diferenças com simpatia e empatia, ainda que tenham ao longo de sua vida marcadas atuações em defesa daquilo que acreditavam e consideravam de melhor agrado ao país. A capacidade de poder dialogar era um pressuposto que levavam desde sua formação e que viabilizava a manutenção de laços cotidianos dentro das práticas de governo.

Ao falar de linhagem, de contextualismo dessa língua política, a chave de entendimento estaria no espectro “luzia”, do jurisdicismo, da política externa universalista, que aplaude as instituições nacionais e internacionais. Assim, cruza o período turbulento um consenso governativo, dentro da política externa, do que poderia ser considerado um Liberalismo flexível, ora mais à direita, ora mais à esquerda. Um dos maiores indícios dessa afirmativa é a reverência prestada pelos chanceleres a Ruy Barbosa, igualmente reverenciado pelos chefes de governo da época. A harmonia no pensamento deles se vê nos livros dos anos 1950 e 1960 de Afonso Arinos, nos livros escritos por San Tiago Dantas em 1949 e 1951, o político conciliador evocado por Tancredo Neves, o democrata progressista para Hermes Lima e João Goulart, o mobilizador das leis para Brochado da Rocha, o lutador da Democracia Social e dos Direitos Humanos em Evandro Lins e Silva, o articulador de críticas à política de poder tal como fizera Araújo Castro. É o herói que evoca o peso das instituições, a criação de uma sociedade de afluência igualitária, os pilares constitucionais, a interminável discussão política em direção do bem-comum, a política de projeção do Brasil no mundo, feixes variados que se congregam em um único prisma de orientação liberal. Todos são herdeiros da Águia de Haia.

Em meio ao turbilhão, o Direito Internacional e o institucionalismo seguiam como vitais no jogo político. A concepção de uma política democrática onde se verificaria o reto reger da coisa pública, a expressão de um poder que emana virtudes, a ideia de que a gestão governamental é para servir o povo, e toda uma série de características explícitas e implícitas mostram que se sedimentava na proposta uma vertente do Republicanismo Democrático. Dirimir-se-ia os conflitos através de uma postura republicana, criar-se-ia uma nova realidade na política internacional em que as coisas públicas prevalecessem sobre as privadas, ou seja, que os regimes, as instituições globais prevalecessem sobre a mesquinhez de necessidades

imediatas de países. Sai a política de poder conservadora e tradicional e entra a política republicana e liberal, e nesse movimento estava rompido o paradigma praticado até os anos 1950. Adormecida pelo esfacelamento das instituições tal como existiam, essa concepção retorna desperta em meados da década seguinte, encarnando-se em outros nomes, com a mesma percepção universalista de antanho. Terminar de percorrer o modelo do gráfico “Figura 5: O modelo da perpetuação da transmutação” evidenciará seu resultado final, a postura internacional inovadora sendo sustentada pela resiliência harmônica.

5.3. Sobre a resiliência harmônica e a postura internacional

Assim chega-se à etapa final da reconstituição do modelo anunciado no início do capítulo. Ela anuncia que existem duas classes de fatores que combinados viabilizam um resultado específico. Então, qual a postura internacional que é sustentada através da resiliência harmônica? No caso analisado, a resiliência foi exposta no item 5.1. e a harmonia foi exposta no item 5.2. Assim sendo, em 5.3. decorre uma discussão sobre o modelo universalista de então. Pode-se definir o paradigma da época da seguinte forma:

Em meio a esse quadro [de mudanças] um Itamaraty não apenas mais profissional, mas igualmente mais denso em suas ideias sobre o lugar do Brasil no sistema internacional, trouxe para a política externa brasileira uma alternativa ao *americanismo*. (...) As bases dessa proposição mais uma vez se assentavam numa visão realista das relações internacionais (...) a despeito do reconhecimento da anarquia do sistema, se reconhecia também que ele era normativamente regulado e que os Estados agiam não apenas em busca de ganhos relativos, mas também absolutos.

(...) a essa concepção se somaria a crítica nacionalista ao *americanismo* desenvolvida no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), órgão engajado na criação e promoção de uma ideologia nacional-desenvolvimentista. Finalmente, coroando uma visão que abandonava o alinhamento automático aos Estados Unidos como eixo da política externa, seguiam-se as teses da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), órgão subordinado ao Conselho Econômico e Social da ONU, criado em 1948, que, numa reação coletiva à hegemonia do centro, unia os latino-americanos por suas especificidades nacionais e os diferenciava dos países desenvolvidos. Um novo paradigma de política externa se delineava: o *globalismo*. Concebido como uma alternativa ao anterior, esse paradigma contrapunha à tese de que a maior aproximação de Washington elevaria os recursos de poder do país, aquela que elegia a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para o aumento do seu poder de barganha do mundo, inclusive junto aos Estados Unidos. Além disso, a nova proposta de inserção internacional do país iria buscar na tradição do Itamaraty outros fundamentos importantes: o princípio da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, a tese da igualdade jurídica das nações, a fidelidade às normas de solução pacífica de controvérsias, etc.

Registrados os componentes de natureza política, não se pode ignorar a adequação do novo paradigma ao modelo vigente de desenvolvimento. (PINHEIRO, 2004, p. 33-35, passim).

Existem duas vertentes do mesmo paradigma explorado no excerto anterior. Enquanto os hobbesianos adotavam um pragmatismo envolto em distanciamento e uma visão peculiar sobre ser ocidental; os grotianos enfatizavam “uma estratégia multilateral a fim de, pragmaticamente, diminuir os custos de transação na busca da maximização de ganhos absolutos” (PINHEIRO, 2004, p. 67). Logo, os inspirados em Grotius (ou Grocius) são justamente os que conduziram a política externa no período analisado nesta tese.

O que acontece durante as gestões analisadas aqui é a transformação da postura internacional, com um país mais industrializado, ousando ter posições próprias, e se relacionando com todos – inclusive com os países recém-descolonizados. Ocorre então uma transformação nos padrões de relação, de mais propensos a seguir os Estados Unidos (como forma de assegurar benesses e/ou como autoafirmação ideológica) passa-se a uma modalidade mais global de relações. Trata-se, seguindo o quadro a seguir, extraído e levemente adaptado (e traduzido) de caso de “graduação”.

Tabela 4 - Padrões esperados de comportamento estatal

| | GRADUAÇÃO | NÃO-GRADUAÇÃO |
|------------------------------------|-----------------------|----------------------------|
| Categoria de Ambição | Tornar-se proeminente | Seguir |
| Tipo de Papel | Criador de regras | Seguidor de regras |
| Perspectiva nas relações Norte-Sul | Visão Geopolítica | Imperativos de curto prazo |
| Relação com a Região | Integração | Interação |

Fonte: LIMA; MILANI, PINHEIRO, 2017, p. 591, elaboração adaptada/traduzida do autor, 2018.

Os termos encontram-se na Tabela 4, e expressa a contínua ação para redefinir sua posição em um sistema internacional em transformação, sendo solidário com os países que não são superpotências e criando melhores oportunidades multilaterais na região (LIMA; MILANI; PINHEIRO, 2017). Todavia, há incertezas e custos, podem ocorrer resistências de potências consolidadas e é possível que as assimetrias impeçam a ascensão do país (idem, p. 594-59). A questão que se coloca na tese é como esse curso de anseio pode permanecer existindo em meio

às constantes inflexões da dinâmica e da estrutura da política. Há influências coletivas sobre as opções tomadas politicamente, conforme cada coletividade demanda um direcionamento mais próximo de seus anseios. Há influências individuais sobre as escolhas das pessoas que tomam decisões, que partem não só do contexto, como do próprio convívio entre elas. Assim, a composição ministerial é definidora de como determinados assuntos serão conduzidos, até porque uma situação pode ser do interesse de mais de um líder público. O fato do problema público estar constantemente na agenda e existirem formas interministeriais de se lidar com ele auxilia na perpetuação do mesmo no debate interno dos governos, independentemente de quem for assumir. Se o problema está posto, e não foi resolvido, ele ainda merece atenção. Para problemas complexos, as soluções devem estar à altura, e para tanto é necessário resiliência.

Isto é, há fatores institucionais a serem efetivados, tal como explorado em 5.1. Da mesma forma, as discussões devem ser temperadas com os fatores anunciados em 5.2., os da harmonia. A base da manutenção de uma rota inovadora de política externa tem ligação com a chegada de um consenso administrativo. A forma de expressar isso, pela literatura é variada. Pode ser observado quando as instituições absorvem ideias compartilhadas pela elite decisória, e com o tempo essas crenças permanecem e ganham força no seio das organizações (YEO, 2010). Expressa, ainda, a instalação no poder de um grupo político que compartilha um mesmo paradigma como os americanismos (LIMA, 1994; SILVA, 1998), os globalismos e os institucionalistas pragmáticos (PINHEIRO, 2000), o nacionalismo autonomista (SARAIVA, 2010), as tradições brasileiras (JAGUARIBE, 2005) ou sistema de crenças de uma forma geral (ELGSTRÖM, 2000; SNYDER, 1991). Nesta tese trabalha-se com a ideia de que um mesmo paradigma manteve-se ao longo do tempo (o globalismo grotiano) e que, em que pese suas diferenças e peculiaridades internas, ele demonstra similitudes entre os que conduziam a política externa então. Tanto em práticas quanto em pensamento.

A modernidade foi traduzida desde meados dos anos 1940 como a busca por afluência a negar o conjunto material e imaterial existente anteriormente, negar-se era desenvolver-se. Todavia, é preciso revisar a concepção de desenvolvimento para chegar até soluções nacionais para problemas nacionais, e estimular atos dos países periféricos (ESCOBAR, 1995). Muitas vezes premidos pelas circunstâncias, países periféricos são instados a optar entre a ênfase na busca por justiça através de coordenada ação em prol da redistribuição de poder ou na ênfase por ordem como Estados (AYOUB, 1989). Em seus impasses, podem ser surpreendidos com conflitos, assombrosa miséria, e/ou demais armadilhas que impedem a ascensão. Paul Collier afirma que deve haver uma unidade de propósito para esquivar-se das armadilhas que mantêm as precárias condições nacionais, e para tanto é necessário melhorar as relações

interinstitucionais e a governança, assegurar lei e paz domésticas, fazer bom uso de cooperações (COLLIER, 2007). Aqui entra a importância da harmonia do pensamento nacional, em prol da superação das condições internas que geram o atraso e do rechaço aos impositivos que se assomam de fora para dentro. Observa-se ao longo do capítulo 3 a solução para o problema brasileiro, conduzida pelos gestores últimos da política externa. A forma de pensar a nação e de fazer com que ela aja em prol de si está nos escritos analisados.

No debate sobre como conduzir as relações em função das assimetrias de poder, há uma literatura vasta. Muitos trabalhos seguiam os trabalhos de Easton, Parsons, e outros teóricos mais estruturalistas. Nessa leitura, os recursos disponíveis são mobilizados durante o processo decisório pelos tomadores de decisão, realizando a alocação de poder de acordo com interesses e objetivos, sejam nacionais ou governamentais (MODELSKI, 1962). Seguindo um padrão de análise análogo, pode-se extrair do sistema o tipo de comportamento do Estado, é o que faz Carsten Holbraad. Se o foco for o sistema, e ele for a parte mais determinante, as potências médias encontram papéis correspondentes à configuração; quando unipolar ou adere-se a aliança anti-hegemônica ou a uma potência dominante; na multipolaridade as opções principais são a balança de poder e o isolacionismo (HOLBRAAD, 1984). Face aos problemas prementes, o comportamento de um Estado depende do tamanho de seu poder, e em geral o caráter conflitivo permanece nos menos favorecidos, mormente em termos verbais; assim, quanto mais claudicante, maior a possibilidade de ser revisionista (DUVAL; THOMPSON, 1980).

De novo, aqui a lição é a de que potências médias, para manter seus espaços de proposição, precisam de resiliência, precisam trabalhar seus fatores institucionais; até para irem além do verbalismo e construir soluções efetivas, seja individual, seja coletivamente. No caso analisado, um dos espaços de proposição disponíveis para o grau de capacidades estatais que possuía o Brasil estava justamente no multilateralismo e na formação de novas relações com outros países. Quando se observa o Sul Global, o que inclui o caso brasileiro, entra em jogo a questão do desenvolvimento. Em outra ocasião, expus como podem ser desenvolvidos mecanismos para fomentar a mediação entre as culturas, mormente com as temporadas culturais (AGUIAR, 2017b). Ali foi tratado um caso de relações Norte-Sul, mas hodiernamente abundam os estudos sobre ações simbióticas intraperiféricas, que também criam seus mecanismos, mais voltados para fatores econômicos do que culturais.

Através do rastreamento do processo que foi feito sobre a política externa brasileira e sobre a constituição de um pensamento próprio por parte dos chanceleres e chefes de governo, verificou-se que, de fato, existiu uma harmonia entre os que decidem mesmo em meio às tensões e às disputas. A resiliência foi provada pela gestão que era ativa multilateralmente, a

que se expandia política e economicamente, que buscava uma imagem internacional positiva e independente, que costurava acordos a subsidiar os interesses nacionais e o bem comum internacional, entre outras provas que são encontradas lendo o capítulo 3. A harmonia foi encontrada no pensamento como se pode ver na segunda parte, quando se observa o pendor republicano, liberal, a ênfase nas instituições, a defesa de um Brasil no mundo alheia aos blocos e com comprometimento às soluções globais, e muitas outras características observadas ao longo do capítulo 4. Observa-se que a postura internacional que se move no sentido de ampliação das possibilidades internacionais, que se ancora na autonomia e no desenvolvimento, que visa afirmar-se na condição de país influente no sistema internacional.

Por outro lado, as grandes estratégias, assume Peter Trubowitz, são elaboradas conforme fatores geopolíticos e partidários se tornam mais pronunciados em determinada direção. Para ele seriam quatro perfis estratégicos – expansionismo, balanceamento, satisfação, fracasso – condicionados pela visão interna se é mais importante ser belicoso ou afluente, e de acordo com percepções sobre ameaças internacionais (TRUBOWITZ, 2011). Ainda que seja mais próximo do debate sobre defesa e segurança, ele pode ser entendido como pertencente ao escopo da forma como o país relaciona-se com o mundo, o mesmo pode-se dizer do trabalho de Ole Elgström. Nele observamos quatro estratégias dos estados médios e/ou pequenos em termos de poder nacional – balanceamento (equidistância), distanciamento ativo, fuga (esconder-se), conciliação, agrado (cortejar) – no caso de eles quererem assumir postura não-alinhada (ELGSTRÖM, 2000). A decisão de seguir determinada estratégia funda-se nas imagens de si, dos demais (em especial as potências mais próximas), e do contexto. Há assim opções dentro da própria postura de independência, tal como assumia o país na PEI; e, por conta disso, é possível dizer que existe um limite flexível para a autopercepção e para a ação da PEI.

Aprende-se então que para cada ação autônoma há um pensamento resiliente, para cada ação resiliente, há um pensamento autônomo. Não se pode dissociar esses dois pilares sob pena de fazer desabar todo o condomínio de visões e atos que se observou em páginas anteriores. A resiliência harmônica pressupõe ajustes e mudanças de forma a adaptar-se a impactos endógenos e exógenos à postura internacional encetada. Assim sendo, ao mudar a cena internacional, é alterada a forma de aplicação do ideário que conforma a política externa e, eventualmente, a forma de agir se tornará mais adequada através de uma modernização. O corpo de discussões englobado nessa tese advém de muitas origens, mas em especial aquelas que consideram que existe organicidade na humanidade. Isto é, pelo fato de serem vivos e senscientes, é possível que interações reorganizem ações e decisões, e, da mesma forma, a realidade molda o pensamento e é moldado por ele. Constructos que servem como insumos para

tomadores de decisão hoje podem não ser amanhã, e gerações são responsáveis tanto pelo que organiza o ciclo de políticas – mormente o pensamento político/internacional – quanto pela efetiva administração e gestão das ações do país.

Não é possível reificar os conceitos como se eles fossem pessoas. Por conta disso, é preciso reafirmar ao leitor que essa síntese – do que foi submetido aos processos metodológicos, das opções teóricas e que nasceu a partir dos dados – é produto explicativo, organizador e ferramenta a ser usada em casos semelhantes. Todavia, não se trata da única explicação possível, uma vez que a tese presente não exclui o fator da imprevisibilidade e do caráter às vezes inexplicável que pessoas e realidade têm. A parte abstrata é fornecida pela tese, porém, a parte real somente pode ser fornecida aos leitores pelos praticantes da arte de liderar publicamente programas governamentais. Que possam outros investigadores trazer ao público e aos tomadores de decisão mais e mais explicações, descrições, hipótese e teorias.

CONCLUSÃO

Centrando-se no Brasil da primeira metade dos anos 1960, a tese foi construída vendo como se dava o processo de manutenção de um paradigma. Para tanto olhou fatores dinâmicos, como os próprios atos de governo, e fatores mais estruturais, como o corpo do pensamento político dos tomadores de decisão. A tentativa de rastrear o processo de manutenção de um paradigma de política externa recém-inaugurado, apesar de fatores desestabilizadores, foi feita através do amparo teórico advindo sobretudo de três áreas politológicas: Análise de Política Externa; Pensamento Político e Políticas Públicas. Tentou-se apresentar como se davam as decisões, através da reconstituição e análise a partir de dados primários. A tese pretendeu provar a hipótese de que é a sustentação do paradigma inovador dadas algumas condições e percebida a harmonia ao longo do tempo e no mesmo setor de ação pública. Observou-se a precedência dos chanceleres sobre a pasta, decorre disso que as similitudes entre os ministros que se sucedem são bases de manutenção. A ordem de disposição dos dados é cronológica, seja no momento de discussão da ação ministerial e governamental, seja na parte mais individual, biográfica e de pensamento.

Os dois capítulos iniciais dedicaram-se mais longamente sobre a tese, as discussões teóricas a ela afeitas, e o contexto (interno e externo) do momento analisado. Os óbices, os elementos desestabilizadores, as dificuldades que poderiam ter feito o paradigma instaurado ser

abandonado ainda em sua origem foram desvelados na leitura dessa parte inicial. Turbulências e desafios advindos de questões domésticas em curso e/ou da dinâmica do sistema internacional foram os principais assuntos tocados, juntos com uma discussão teórica e metodológica que trazia a quem lia noções basilares aos dois capítulos seguintes.

Em seguida, o capítulo três apresentou em ordem cronológica a ação exterior do país. Cada subcapítulo refletia uma gestão, ressaltando a atuação ministerial uma vez que a prerrogativa da política externa estava centrada no Itamaraty. O processo decisório em contexto presidencialista e em contexto parlamentarista diferem bastante, e, por conta disso, tentou-se trazer algo sobre a forma como desenrolavam os atos oficiais. Mostrou como se passou de uma estratégia com foco no Atlântico Norte a uma concepção de relacionamento mais global. No redirecionamento mantido, os traços de fôlego maior no multilateralismo não são acompanhados por abandono das opções bilaterais; ao contrário, muitas vezes o país foi mediador, construtor de maior comércio exterior, articulações de novas possibilidades antes não exploradas. No terceiro capítulo estavam mostrados os processos tal como ocorreram, e para tanto, documentos da época subsidiaram a comprovação empírica das hipóteses sustentadas, em especial a principal.

O quarto capítulo percorreu a formação, fatores biográficos e o pensamento dos chanceleres e chefes de governo. Foram exploradas então algumas camadas de harmonia entre o que os tomadores de decisão pensavam, em torno de uma consciência humanista, desenvolvimentista, estratégica, republicana e grociana. Diferentes facetas de uma formação liberal que pensava uma nova forma de se conduzir as relações políticas. Os “herdeiros de Ruy Barbosa” afirmavam a necessidade da integridade institucional, seja em termos de sistemas políticos nacionais, seja nas opções de integração regional e multilateralismo existentes então. Para eles, os ganhos de transformações propostas seriam compartilhados caso efetivados; assim, o desenvolvimento nacional era, ao mesmo tempo, forma de conquistar maiores capacidades na América Latina e assegurar o crescimento dos municípios, estados e regiões.

Tendo por finalidade montar o corpo das ideias de cada um dos que conduziam a política externa, foi necessário buscar suas publicações. Nelas, observava-se as posições públicas sobre temas caros às práticas de poder no país e dele com o exterior. A ênfase principal foi sobre obras consubstanciadas em livros e artigos, não selecionando tanto as tomadas de posição por jornais. Discursos também foram utilizados, uma vez que expressavam visões sobre questões conjunturais candentes, e, em alguns casos eram arcos de ligação com ideias mais complexas presentes nas obras. Buscou-se confirmar as hipóteses após ter realizado todo o mapeamento dos processos práticos e das construções das ideias de cada um. Criavam-se condições para a

busca de ganhos coletivos que beneficiassem de fato o Brasil. Consideravam então positiva a luta pela paz mundial via desarmamento, pelo desenvolvimento através de métodos variados, pela autodeterminação e não-intervenção que acabavam por sedimentar o apoio à descolonização. Unidos os fatores coletivos a serem enriquecidos conforma-se uma nova gama de possibilidades relacionais com o mundo abaixo da Linha do Equador, que, anteriormente, ou estavam sob outros domínios ou eram ignorados.

As perguntas que levaram à hipótese principal e suas hipóteses subsidiárias foram respondidas ao longo da tese, e no quinto capítulo evidenciou-se um pouco mais aqueles resultados obtidos. O quinto capítulo perfaz a tarefa conclusiva ensaiada a cada etapa, agregando novas dimensões de discussão. Ele resume os resultados obtidos através da pesquisa fatorial, que rastreou o processo de manutenção do paradigma recém-implantado e trouxe afirmação da hipótese. Por um lado, o capítulo vai mais à fundo na discussão sobre a resiliência da política pública, mirando as razões práticas para tanto, por outro lado, aprofunda a investigação sobre a harmonia dos pensamentos. A partir disso, integrou-se ambas as discussões em termos do que foi chamado de “postura internacional”, em consonância com as estratégias de médio/longo prazo que o país tenha para consigo. Por fim, lança-se a discutir questões referentes à interação das unidades estatais com o sistema, tal como o debate sobre a autonomia, a condição de potência média, ou as visões de mundo que emanam de autopercepções.

Espera-se com essa tese estimular o debate sobre as formas de conduzir a política externa no Brasil e em países de perfil semelhante. Não há forma correta ou errada de se praticar ações exteriores, mas talvez o mais adequado seja aquilo que viabilize benefícios nacionais sem ser lesivo aos demais países. A crença de que isso é possível é compartilhada entre os falecidos ícones políticos estudados aqui e deles com o autor da tese. Comparar os anos estudados com o período atual seria um anacronismo fora do propósito afirmado de fidelidade aos documentos. Não se propõe isso nesta conclusão. Todavia, fica a lição histórica do quão é possível criar novas formas de se conduzir uma política pública e fazer com que ela continue trazendo seus frutos inovadores. Igualmente, observa-se que é viável criar uma melhor posição para o país, independentemente de suas condições e capacidades. O grau de sucesso pode ser condicionado por fatores exógenos, mas o empenho não. Dessa forma, encerra-se esta tese almejando novas pesquisas que sigam trilhas parecidas com as que foram tomadas nessa tese, e que com isso sejam alcançados melhores horizontes para o país analisado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira et al. (Orgs). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2009.
- ACCIOLY, Hildebrando. *A Evolução do Pan-Americanismo e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947.
- ADOLINO, Jessica; BLAKE, Charles. *Comparing Public Policies: issues and choices in industrialized countries*. Washington D.C.: CQ Press, 2011.
- AGUIAR, João Catraio. Since Imperial Viscounts until Republican Barons: ‘region’ at the conservative diplomatic lineage at Itamaraty (1840s to 1930s). *Revista NEIBA – Cadernos Argentina-Brasil*, v. 4, p. 24-33, abr. 2015a.
- AGUIAR, João Catraio. Las mutaciones de la razón de estado en el pensamiento y practica internacionales del Brasil (desde 1922 hasta el 1944). In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, VII, 2015, Lima. *Anais do VII Congresso Latinoamericano de Ciência Política*. Lima: ALACIP, 2015b.
- AGUIAR, João Catraio. Relações Sutis: Escola Superior de Guerra, Pensamento Político Brasileiro e Política Externa Brasileira em dois “momentos autonomistas” (Política Externa Independente e Pragmatismo Responsável e Ecumênico). *Revista da Escola Superior de Guerra*, Vol. 28, n. 57, p. 149-178, ago. 2015c.
- AGUIAR, João Catraio. Partidos Políticos e Política Externa: atores “redescobertos” na realidade brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO NUCLEAS, V, 2016, Rio de Janeiro. *Anais do V Congresso Internacional do Nucleas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2016a.
- AGUIAR, João Catraio. Afonso Arinos de Melo Franco nos anos 1930: Idealismo e Realismo nas suas obras de juventude. In: ENCONTRO DA ABCP, X. 2016, Belo Horizonte. *Anais do X Encontro da ABCP*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Ciência Política, 2016b.
- AGUIAR, João Catraio. To be a rock but not to roll: the capability to sustain a change in foreign policy in Argentina, Great Britain, India and USA during the Cold War. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 6º, 2017, Belo Horizonte. *Anais do 6º Encontro da ABRI*. Belo Horizonte: ABRI, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2017a.
- AGUIAR, João Catraio. *Paralelas e Perpendiculares: as temporadas culturais no início do século XXI*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017b.
- AGUIAR, João Catraio. A influência legislativa sobre a política externa de Jânio Quadros. *E-legis, Rev. Eletr. do Prog. de Pós-Grad. da Câmara dos Deputados*, n. 25, p. 7-28, jan. 2018a.
- AGUIAR, João Catraio. Tradición, agonía y consenso en la Geopolítica brasileña entre 1930 y 1964. *Geopolítica(s): Revista de Estudios sobre Espacio y Poder*, Vol. 9, p. 87-111, abr. 2018b.

AGUIAR, João Catraio. A produção sobre processo decisório nas pós-graduações de Ciência Política & Relações Internacionais (CP&RI) no Brasil (1987-2017). In: ENCONTRO NACIONAL DA ABCP, XI, 2018, Curitiba. *Anais do XI Encontro Nacional da ABCP*. Curitiba: ABCP, Universidade Federal do Paraná, 2018c.

AGUIAR, João Catraio. Fiat imperium et pereat mundus: Pensamento Internacional na Revista Cultura Política (1941-1945). *Revista Política Hoje*, vol. 27, p. 61-84, ago. 2018d.

AGUIAR, João Catraio. El Pensamiento Internacional del Laborista San Tiago Dantas. In: SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ABRI, IV, 2018, Foz do Iguaçu. *Anais do IV Seminário de Relações Internacionais da ABRI*. Foz do Iguaçu: ABRI, Universidade da Integração Latino-Americana, 2018e.

AGUIAR, João Catraio. *Políticas Públicas na Era Vargas (1930-1945): um olhar sobre o econômico, o social, o externo e a defesa*. Curitiba: Prismas, 2018f.

AGUIAR, João Catraio. Joaquim Nabuco, Afonso Arinos e o Liberal-Republicanismo brasileiro em suas obras biográficas. In: MARTINS, Ricardo (Org.). *Literatura e Vida Social*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, p. 329-343, 2018g.

AGUIAR, João Catraio. *Pensamento Internacional: um ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2018h.

AGUIAR, João Catraio. Relações esguianas, o pensar e agir autônomo no Pragmatismo Responsável e Ecumênico (1974-1979). In: LYNCH, Christian et al. (Orgs.). *Pensamento Político Brasileiro: Temas, Problemas e Perspectivas*. Curitiba: Appris, 2019. p. 309-333.

ALBERIGO, Guisepppe. *Breve história do Concílio Vaticano II*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2006.

ALDEN, Chris; AMNON, Aran. *Foreign Policy Analysis – New Approaches*. Londres: Routledge, 2012.

ALDEN, Chris; MORPHET, Sally; VIEIRA, Marco Antonio. *The South in World Politics*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010.

ALENCASTRE, Amilcar. *Oswaldo Aranha: o mundo afro-asiático e a paz*. Rio de Janeiro: NAP, 1961.

ALLISON, Graham; ZELIKOW, Philip. *Essence of decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Harlow: Longman, 1999.

ALMEIDA, Antonio José de. *ABC do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas, 2015.

ALMOND, Gabriel. Research Note: A Comparative Study of Interest Groups and the Political Process. *The American Political Science Review*, vol. 52, n. 1, p. 270-282, mar. 1958.

AMORIM, Celso. Democracia, desenvolvimento e defesa, 28/12/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/democraciadesenvolvimentodefesa11160260>. Acesso em: 28/12/2013.

ANDERIES, Jonh; BIGGS, Reinetete; SCHLÜTER, Maja; SCHOON, Michael; ROBARDS, Martin. Reflections on building resilience – interactions among principles and implications for governance. In: _____. (Eds.). *Principles for building resilience: sustaining ecosystems services in social-ecological systems*. Cambridge: C.U.P., 2015. p. 251-282.

ARINOS FILHO, Afonso. *Diplomacia independente: um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ARINOS FILHO, Afonso. *Afonso Arinos de Melo Franco: cadeira 25, ocupante 5*. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

ARROW, Kenneth. A Difficulty in the Concept of Social Welfare. *The Journal of Political Economy*, Vol. 58, N. 4, p. 328-346, ago. 1950.

ATHAYDE, Austregésilo de; LACOMBE, Américo Jacobina, et al. [1978] “Adeus a Hermes Lima. Sessão da Saudade na Academia Brasileira de Letras dedicada à memória do acadêmico Hermes Lima”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Ano 78, Vol. 136, p. 154-204, 1980.

ALVES JR., Luís Carlos Martins. *Memória Jurisprudencial: Ministro Evandro Lins*. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2009.

AYOOB, Mohammed. The Third World in the System of States: Acute Schizophrenia or Growing Pains? *International Studies Quarterly*, Vol. 33, n. 1, p. 67-79, mar. 1989.

AZEVEDO, Arthur Schreiber. *Conflito, argumento e negociação: San Tiago Dantas e a Conferência de Punta Del Este*. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton. Decisions and Nondecisions: An Analytical Framework. *The American Political Science Review*, Vol. 5, n. 3, p. 632-642, Set. 1963.

BALEEIRO, Aliomar. A Constituição de 1946. In: BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Comentários de Aliomar Baleeiro e Barbosa Lima Sobrinho. 3ª Ed. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 9-23

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Trabalhismo e Socialismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

BARBÉ, Esther. *Relaciones Internacionales*. Madrid: Ed. Tecnos, 1995.

BARBOSA, Carlos Alberto Leite. *Desafio Inacabado: a política externa de Jânio Quadros*. 2ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2013.

BARBOSA, Elaine Senise; MAGNOLI, Demétrio. *O Leviatã Desafiado: Volume 2, 1946-2001*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

BARBOZA, Mario Gibson. Política Externa Independente de San Tiago Dantas. In: MOREIRA, Marcílio Marques; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (Orgs.). *Atualidade de San Tiago Dantas*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, ACRJ, Instituto San Tiago Dantas. São Paulo: Lettera.doc, 2005. p. 48-55.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introduction to contemporary history*. Londres: Pitman Publishing Limited, 1964.

BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil (1912-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BARRETO, Vicente; PAIM, Antonio (org.). *Evolução do Pensamento Político Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 1989.

BAUMGARTNER, Frank; LEECH, Beth. Interest Niches and Policy Bandwagons: Patterns of Interest Groups Involvement in National Politics. *Journal of Politics*. v. 63, n. 4, p. 1191-1213, nov. 2001.

BEASLEY, Ryan; SNARR, Michael. Domestic and International Influences on Foreign Policy. In: BEASLEY, Ryan; KAARBO, Juliet; LANTIS, Jeffrey; SNARR, Michael (Eds). *Foreign Policy in Comparative Perspective: Domestic and International Influences on State Behavior*. Washington, D.C.: CQ Press, 2002. p. 321-347.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENNETT, Alvin LeRoy; OLIVER, James K. *International Organizations: Principles and Issues*. Upper Saddle River, N. J.: Prentice Hall, 2002.

BEOZZO, Padre Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*. São Paulo: Paulinas, 2005.

BEOZZO, Padre Oscar. Entrevista do Padre Oscar Beozzo. In: DINES, Alberto; FERNANDES JÚNIOR, Florestan; SALOMÃO, Nelma (Orgs.). *Histórias do Poder: 100 anos de política no Brasil*. Volume 2: Ecos do Parlamento. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 39-66.

BERNAL-MEZA, Raúl. Contemporary Latin American thinking on International Relations: theoretical, conceptual and methodological contributions. *Revista Brasileira de Política Internacional*, V. 1(e005), n. 59, p. 1-32, jan. 2016.

BERNANOS, Georges. *Os grandes cemitérios sob a Lua: um testemunho de fé diante da guerra civil espanhola*. São Paulo: É Realizações, 2015.

BERNDT, Christine. *Resiliência: o segredo da força psíquica*. Petrópolis: Vozes, 2018.

BEVIR, Mark. *The Logic of the History of the Ideas*. Cambridge: C.U.P., 1999.

BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. *Brasil-Cuba: Relações Político Diplomáticas no Contexto da Guerra Fria (1959-1986)*. Brasília: Funag, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIGGS, Reinette; PETERSON, Garry; ROCHA, Juan C. Regime Shifts in the Anthropocene: Drivers, Risks, and Resilience. *Plos One*, Vol. 10, n. (8):e013439, p.1-16, ago. 2015.

BITTENCOURT, André Veiga. *O Brasil e suas diferenças: uma leitura genética de Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2011.

BÔAS, Gláucia Villas. *A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional, 1945-1966*. Rio de Janeiro: FBN, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BRANCO, Carlos Castello. *Introdução à Revolução de 1964, 2º Tomo: A queda de João Goulart*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

BRANCO, Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo. A Sociologia dos Conceitos e a História dos Conceitos: um diálogo entre Carl Schmitt e Reinhart Koselleck. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, p. 133-168, jan./abr. 2006.

BRAGA, Cláudio da Costa. *A Guerra da Lagosta*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha do Brasil, 2004.

BRAGA, Roberto Saturnino. *O curso das ideias: História do pensamento político no mundo e no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, Publisher Brasil; 2009.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. *DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 48, n. 2, p. 231-269, abr./jun. 2005.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, DF: Assembleia Constituinte, 1946. In: SENADO FEDERAL (org.). *Constituições Brasileiras, Volume V: 1946*. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 2012.

BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline. Conclusion: Lessons Learned. In: _____. (Org.). *Diplomatic Strategies of Nations in the Global South: The Search for Leadership*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2016. p. 425-438.

BREUNING, Marijke. *Foreign Policy Analysis: a comparative introduction*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.

BRUCK, Henry; SAPIN, Burton; SNYDER, Richard. [1954] Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics. In: _____. (Eds.). *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics*. Glencoe, IL: The Free Press of Glencoe, 1962. p. 14-185.

BURNS, E. Bradford. *A Aliança não escrita: O Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

CARDIM, Carlos Henrique. *A raiz das coisas. Rui Barbosa: O Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento: JK, JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, Bruno Sciberras. *A Escolha Racional como Teoria Social e Política: uma interpretação crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

CARVALHO, José Murilo de. Tancredo Neves e a tradição política mineira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 171, v. 448, p. 199-213, jul./set. 2010.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *1808-2008, Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty. Volume 1: 1808-1979*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CASTRO, Hugo Agra de. *Brasil e México no período da Política Externa Independente*. 2015. 24f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. (IRI-UNB). Brasília, 2015.

CASTRO, João Augusto de Araújo. *O Poder Nacional: Limitações de Ordem Interna e Externa*. Rio de Janeiro: ESG, 1958.

CASTRO, João Augusto de Araújo. *Panorama mundial: sistemas mundiais e regionais de segurança*. Rio de Janeiro: ESG, 1962.

CASTRO, João Augusto de Araújo. The United Nations and the Freezing of the International Power Structure. *International Organization*, Vol. 26, n. 1, p. 158-166, jan. 1972a.

CASTRO, João Augusto de Araújo. Environment and Development: The Case of the Developing Countries. *International Organization*. Vol. 26, n. 2, p. 401-416, mar. 1972b.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1964] Comércio Internacional e Desenvolvimento. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. UnB, 1982a. p. 43-49.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1968] O problema da proliferação nuclear. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. UnB, 1982b. p. 53-60.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1968] A crise do Oriente Médio. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982c. p. 129-131.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1968] A crise da Tchecoslováquia. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982d. p. 133-134.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1968] Problemas em Suez. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982e. p. 135-136.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1969] As Nações Unidas e a Política de Poder. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. UnB, 1982f. p. 139-164.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1969] Fortalecimento da Segurança Internacional (I). In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982g. p. 99-107.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1969] Desarmamento, intervenção de Araújo Castro no debate geral da 1962ª Reunião do 1º Comitê das Nações Unidas. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982h. p. 61-84.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1970] As Nações Unidas e o Desarmamento. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982i. p. 83-90.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1970] Fortalecimento da Segurança Internacional (II). In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982j. p. 109-117.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1970] Apartheid: um crime contra a Humanidade. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982l. p. 121-125.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1970] O Continente Americano na Problemática Mundial. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. UnB, 1982m. p. 165-196.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1971] O Congelamento do Poder Mundial. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982n. p. 197-212.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1971] O Fim do Pós-Guerra. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982o. p. 213-225.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1972] Desenvolvimento Nacional e Investimento Estrangeiro. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. UnB, 1982p. p. 227-233.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1972] Relações Brasil-Estados Unidos. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982q. p.235-261.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1973] A visão brasileira de um mundo em mudança. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982r. p. 91-98.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1974] O Brasil e o Mundo em 1974. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982s. p. 263-268.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1974] Relações Brasil-Estados Unidos da América à luz da Problemática Mundial. In: AMADO, R. (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. UnB, 1982t. p. 269-290.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1975] O Brasil anos à frente. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982u. p. 291-297.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1975] Relações Brasil-Estados Unidos e o Novo Ordenamento Mundial. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. UnB, 1982v. p. 299-321.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1961] Relatório do ministro João Augusto de Araújo Castro, observador do Brasil à Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados. In: FRANCO, A. da C. (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume I*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2007a. p. 94-115.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1961] Carta do ministro João Augusto de Araújo Castro para o ministro de Estado San Tiago Dantas. In: FRANCO, A. da C. (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume I*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2007b. p. 165-169.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1963] Entrevista concedida pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro ao “Jornal do Brasil”, em 2 de junho de 1963. In: FRANCO, A. da C. (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008a. p. 118-127.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1963] Discurso do embaixador João Augusto de Araújo Castro, na cerimônia de posse no cargo de secretário-geral de Política Exterior, em 12 de julho de 1963. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008b. p. 144-148.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1963] Entrevista concedida pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro ao Correio da Manhã, sobre o Tratado Parcial de Proscrição das Experiências Nucleares, em 26 de julho de 1963. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008c. p. 161-163.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1963] Entrevista concedida pelo secretário-geral do Itamaraty, João Augusto de Araújo Castro, ao Jornal do Brasil, em 3 de agosto de 1963. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008d. p. 166-167.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1963] Discurso de posse do embaixador João Augusto de Araújo Castro no cargo de ministro das Relações Exteriores. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008e. p. 175-180.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1963] Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro ao “Diário de Notícias”, em 2 de setembro de 1963. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008f. p. 183-185.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1963] Discurso do chanceler João Augusto de Araújo Castro, na solenidade de posse do secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Aguinaldo Boulitreau Fragoso, em 11 de setembro de 1963, In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008g. p. 186-187.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1963] Discurso do embaixador João Augusto de Araújo Castro na abertura da XVIII sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 17 de setembro de 1963. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008h. p. 188-211.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1963] Discurso do chanceler João Augusto de Araújo Castro na inauguração das sessões de nível técnico da II Reunião Anual Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, em 30 de outubro de 1963. In: FRANCO, A. da C. (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008i. p. 220-225.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1963] Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro ao “Jornal do Brasil”, em 29 de dezembro de 1963. In: FRANCO, A. da C. (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008j. p. 240-247.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1963] Discurso pronunciado pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro, em 31 de dezembro de 1963. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008l. p. 248-249.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1964] Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro ao “Diário de Notícias”, em 5 de janeiro de 1964. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008m. p. 250-253.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1964] Discurso do ministro João Augusto de Araújo Castro, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelo Instituto Brasileiro-Judaico de Cultura e Divulgação, em 24 de janeiro de 1964. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008n. p. 263-267.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1964] Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro à revista “Manchete”. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008o. p. 268-276.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1964] Discurso do chanceler João Augusto de Araújo Castro na sessão de instalação da Comissão Interministerial Preparatória da Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento, em 19 de fevereiro de 1964. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008p. p. 282-294.

CASTRO, João Augusto de Araújo. [1964] Artigo do ministro João Augusto de Araújo Castro, publicado no “Jornal do Brasil”, em 15 de março. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008q. p. 322-326.

CASTRO, Raimundo de Araújo. *A Reforma Constitucional*. Rio de Janeiro: LFB, 1924.

CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012.

CASTRO, José Viriato de. *O fenômeno Jânio Quadros*. 3ª Edição. São Paulo: José Viriato de Castro, Palácio do Livro, 1959.

CENTENO, Miguel Angel. *Blood and Debt: war and the nation-state in Latin America*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Políticos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHACON, Vamireh. *Araújo Castro*. Brasília: FUNAG, Thesaurus Editora, 2008.

CHAMBERS, Simone; KOPSTEIN, Jeffrey. Civil Society and the State. In: DRYZEK, John, HONIG, Bonnie; PHILLIPS, Anne (Orgs.) *The Oxford Handbook of Political Theory*. Londres: Oxford University Press, 2006. p. 363-365.

CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

CLARKE, Michael. Foreign Policy Analysis: A Theoretical Guide. In: HILL, Christopher; STAVRIDIS, Stelios. (Org.). *Domestic Sources of Foreign Policy: Western European Reactions to the Falklands Conflicts*. Oxford: Berg, 1996. p. 19-39.

COATE, Stephen; MORRIS, Stephen. Policy Persistence. *The American Economic Review*, Vol. 89, n. 5, p. 1327-1336, dez. 1999.

COELHO, Pedro Motta Pinto. Observações sobre a visão Argentina da política internacional de 1945. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Argentina: visões brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000. p. 89-208.

COHEN, Michael; MARCH, James; OLSEN, Johan. Garbage Can Model of Organization Choice. *Administrative Science Quarterly*, Vol. 17, n. 1, p. 1-25, mar. 1972.

COLLIER, Paul. *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can Be Done About It*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. Evandro Lins e Silva, ou o Ministério Público da Advocacia. In: SILVA, Evandro Lins e. *O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, Nova Fronteira, 1997. p. 9-15.

CÔRTEZ, Octávio Henrique Dias Garcia. *A política externa do governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção do Brasil sob o signo da democracia*. Brasília: FUNAG, 2010.

COSTA, Virgílio. *Apresentação de Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal, 2009.

COSTIGLIOLA, Frank. US foreign policy from Kennedy to Johnson. In: LEFFLER, Melvyn; WESTAD, Odd Arne (Orgs.). *The Cambridge History of the Cold War, Volume II – Crises and Détente*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 112-133.

COX, Gary. *The efficient secret: the cabinet and the development of political parties in Victorian England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CUNHA, Eleonora; SILVA, Fábio. Process-tracing e a produção de inferência causal. *Teoria e Sociedade*, v. 22, n.2, p. 104-125, jun. 2014.

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em Alto-Mar - depoimento ao CPDOC*. Entrevista a Aspásia Camargo, Zairo Cheibub, Luciana Nóbrega; edição de texto Dora Rocha; pesquisa e notas Alexandra de Mello e Silva, Leticia Pinheiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CYRULNIK, Boris. *Falar de amor à beira do abismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DABÈNE, Olivier. *The Politics of Regional Integration in Latin America: Theoretical and Comparative Explorations*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.

DAHL, Robert. *Análise Política Moderna*. Brasília, DF: Editora UNB, 1988.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. [1938] Manuscrito do Curso “História Política Brasileira”, ministrado na Universidade de Montevidéu em 1938. In: ARQUIVO NACIONAL (Org.). Fundo Q.8 (San Tiago Dantas), Caixa 16, Pacote 1.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. A Revolução Franceza. *Revista do Brasil*, Anno II, 3ª phase, n. 13, jul. 1939, p. 7-16.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *A influência inglesa no Brasil e no mundo moderno, seguida da resposta do Embaixador britânico Sir Noel Charles*. Rio de Janeiro: FNFI, Universidade do Brasil, 1943.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. [1947] Humanismo e Direito. Discurso na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mimeo.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. [1947] O tema de nosso tempo: a crise. In: ARQUIVO NACIONAL (Org.). Fundo Q.8 (San Tiago Dantas), Caixa 1, Pacote 1.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Dom Quixote: um apólogo da alma ocidental*. Rio de Janeiro: Agir, 1948.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Rui Barbosa e o Código Civil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. Investimentos estrangeiros no Brasil. *Digesto Econômico*, a. VI, n. 62, p. 8-24, ago. 1950.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Dois momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1951.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. [1955] “Xº Aniversário da Carta das Nações Unidas”, discurso proferido a 3 de julho de 1955 na Faculdade Nacional de Direito. In: ARQUIVO NACIONAL (Org.). Fundo Q.8 (San Tiago Dantas), Caixa 4, Pacote 1.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. [1957] “A Política dos Estados Unidos para América Latina”, discurso proferido em Buenos Aires a 14 de agosto de 1957. In: ARQUIVO NACIONAL (Org.). Fundo Q.8 (San Tiago Dantas), Caixa 40, Pacote 1.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Reformas de Base*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Discurso de Posse do Senhor San Tiago Dantas como Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Brasília, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. [1961] Discurso pronunciado, em Buenos Aires, pelo chanceler San Tiago Dantas na Academia Nacional de Direito (13/11/1961). In: ARQUIVO NACIONAL (Org.). Fundo Q.8 (San Tiago Dantas), Caixa 36, Pacote 3.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. [1962] Discurso proferido pelo Chanceler San Tiago Dantas, por ocasião da entrega da condecoração “Águia Azteca”, conferida pelo governo mexicano – jantar realizado na Embaixada do México, em 17/1/1962. In: ARQUIVO NACIONAL (Org.). Fundo Q.8 (San Tiago Dantas), Caixa 36, Pacote 3.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. [1962] Alocução do Chanceler San Tiago Dantas na “Voz do Brasil”: Cinquentenário do falecimento do Barão do Rio Branco (13/02/1962). In: ARQUIVO NACIONAL (Org.). Fundo Q.8 (San Tiago Dantas), Caixa 36, Pacote 3.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Produtividade: aspecto institucional*. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Brasil, 1962a.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Figuras do Direito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962b.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962c.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. [1963] Política Exterior e Desenvolvimento: Discurso de paraninfo pronunciado em 10 de dezembro de 1963. In: ARQUIVO NACIONAL (Org.). Fundo Q.8 (San Tiago Dantas), Caixa 46, Pacote 1.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Idéias e Rumos para a Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963a.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. Como eu o vi. *Revista Fatos & Fotos*, n. 149, Ano III, dez. 1963b, p. 59.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. A ALALC e o neo-subdesenvolvimento. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano VII, n. 27, p. 535-555, set. 1964.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Discursos Parlamentares*. Seleção e introdução por Marcílio Marques Moreira. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. Compreensão Mundial: Conferência pronunciada no Rotary Club. In: HOLLANDA, Cristina Buarque de; LESSA, Renato (Orgs.). *San Tiago Dantas: coletânea de textos sobre Política Externa*. Brasília: FUNAG, 2009a. p. 307-310.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. San Tiago analisa pronunciamento de Castelo. In: HOLLANDA, Cristina Buarque de; LESSA, Renato (Orgs.). *San Tiago Dantas: coletânea de textos sobre Política Externa*. Brasília: FUNAG, 2009b. p. 311-315.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Poder Nacional, Cultura Política e Paz Mundial: Conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. (1931) Posição dos Moços. In: DANTAS, F. C. San Thiago. [1929-45] *Escritos Políticos, 1929-1945*. Organização de P. Dutra. São Paulo: Singular, 2016a. p. 69-80.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. (1931) Justiça de classe. In: DANTAS, F. C. San Thiago. [1929-45] *Escritos Políticos, 1929-1945*. Organização de P. Dutra. São Paulo: Singular, 2016b. p. 127-129.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. (1934) Salário mínimo. In: DANTAS, F. C. San Thiago. [1929-45] *Escritos Políticos, 1929-1945*. Organização de P. Dutra. São Paulo: Singular, 2016c. p. 369-372.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. (1941) A Encíclica “Rerum Novarum”. In: DANTAS, F. C. San Thiago. [1929-45] *Escritos Políticos, 1929-1945*. Org. de P. Dutra. São Paulo: Singular, 2016d. p. 457-465.

DANTAS, Raimundo Souza. Depoimento de Raimundo Souza Dantas, ex-Embaixador do Brasil em Gana. In: COSTA, Haroldo (Org.). *Fala, Crioulo!* Record: 1982. p. 225-232.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: Brazil and the challenge of African Decolonization, 1950-1980*. Durham: Duke University Press, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO, Lucilia de A. Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 127-154.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. *Tancredo: A trajetória de um liberal*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

DESMET, Huguette; HUMBEECK, Bruno; POURTOIS, Jean-Pierre. *Les Ressources de la résilience*. Introdução por Boris Cyrulnik. Paris: P.U.F., 2012.

DESNOYERS, Charles; SIVERS, Peter von; STOW, George. *Patterns of World History Since 1750*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

DEWEY, John. [1928]. *The later works, 1925-1953. Volume III: 1927-1928*. Illinois: Southern Illinois University, 2008.

DODDS, Anneliese. *Comparative Public Policy*. London: Palgrave Macmillan, 2013.

DOGAN, Mattei; HIGLEY, John. Elites, Crises, and Regimes in Comparative Analysis. In: DOGAN, Mattei; HIGLEY, John (Orgs.). *Elites, Crises, and the Origins of Regimes*. Nova York: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 1998. p. 3-27.

DOMINGUEZ, Jorge. Cuba since 1959. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Cuba: a short history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 95-148.

DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*. Nova York: Harper & Row, 1957.

DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anaïs. Pelo que é nosso! Naissance et développements de la diplomatie culturelle brésilienne au XXe siècle. *Relations Internationales*, n. 137, p. 61-75, jan. 2009.

DUROSELLE, Jean-Baptiste; KASPI, André. *Histoire des relations internationales: de 1945 à nos jours*. 14^a Ed. Paris: Armand Colin, 2004.

DUTRA, Pedro. *San Tiago Dantas – a razão vencida, Volume I - 1911-1945*. São Paulo: Editora Singular, 2014.

DUVAL, Robert; THOMPSON, William. Reconsidering the Aggregate Relationship between Size, Economic Development, and Some Types of Foreign Policy Behavior. *American Journal of Political Science*, Vol. 24, n. 3, p. 511-525, ago. 1980.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

EASTON, David. Categorias para a análise de sistemas em política. In: EASTON, David (Org.). *Modalidades de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 185-199.

ELGSTRÖM, Ole. *Images and Strategies for Autonomy: Explaining Swedish Security Policy Strategies in the 19th Century*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2000.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Ensino e a Pesquisa sobre Política Externa no Campo das Relações Internacionais do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, III, 2011, São Paulo. *Anais do III Encontro Nacional da ABRI*. São Paulo: ABRI, USP, 2011.

FELDMAN, Luiz. Soberania e modernização no Brasil: pensamento de política externa no Segundo Reinado e na Primeira República. *Contexto Internacional*. V. 31, n. 3, p. 535-592, set./dez. 2009.

FERNANDES, Luis. *A Revolução Bipolar: a gênese e derrocada do socialismo soviético*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Mauricio Grabois, 2017.

FEREJOHN, John. External and internal explanation. In: SHAPIRO, Ian; SMITH, Rogers; MASOUD, Tarek (Orgs.). *Problems and Methods in the Study of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 144-164.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 7-30.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Verbete “João Goulart”. In: ABREU, Alzira; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2009. p. 2610-2629.

FERREIRA, Oliveiros. A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro. In: CRIPPA, Adolpho (Coord.). *As idéias políticas no Brasil, Volume II*. São Paulo: Editora Convívio, 1979. p. 249-288.

FERREIRA, Valdivino Pereira. *Afonso Arinos: um intelectual na política*. Rio de Janeiro: Litteris Ed.; Quártica, 2006.

FIEDERLEIN, Suzanne; INGRAM, Helen. Traversing Boundaries: a Public Policy Approach to the Analysis of Foreign Policy. *Political Research Quarterly*, n. 41, p. 725-745, abr. 1988.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FINEGOLD, Kenneth; SKOCPOL, Theda. State Capacity and Economic Intervention in Early New Deal. *Political Science Quarterly*, Vol. 97, n. 2, p. 255-278, jul. 1982.

FLÉCHET, Anaís. As partituras da identidade: O Itamaraty e a música brasileira no século XX. *Escritos: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, Ano 5, n. 5, p. 227-256, jan. 2011.

FONSECA, Gelson., Jr. *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FONSECA, Gelson Jr. Os colóquios da Casa das Pedras: argumentos da diplomacia de San Tiago Dantas. *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática*. ano 6, n. 11, Rio de Janeiro: FUNAG, CHDD, 2007. p. 349-395.

FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *RBPI*, v. 48, n. 2, out. 2005. p. 129-151.

FRAGA, Plínio. *Tancredo Neves: O Príncipe Civil*. São Paulo: Objetiva, 2017.

FRANCISCO, Paula Vedoveli. *Continuidade e mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: Uma Análise da Construção da Tradição*. 2010. 203f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1933] *Introdução à realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1934] *Preparação ao nacionalismo (Carta aos que têm vinte annos)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1936] *Conceito de Civilização Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1937] *O índio brasileiro e a revolução francesa – as origens da teoria da bondade natural*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1938] *Síntese da história econômica do Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, Universidade da Bahia, 1958.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1939] *Terra do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1941] *Política Cultural Pan-Americana*. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante do Brasil, 1941.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1942] *Um Soldado do Reino e do Império (Vida do Marechal Calado)*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Biblioteca Militar, 1942.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1944] *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2005.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1944] *Homens e Temas do Brasil*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1944] *História do Banco do Brasil, primeira fase (1808-1835)*. Rio de Janeiro: AGGS, 1979.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1945] *La literatura del Brasil - algunos aspectos de la literatura brasileña*. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 1945.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1955] *Um Estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo), Volume I – Fase Provincial*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955a.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1955] *Um Estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo), Volume II – Fase Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1955b.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1955] *Um Estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo), Volume III – Fase Internacional*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1955c.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1961] *A Alma do Tempo: memórias (formação e mocidade)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1963-1965] *Evolução da Crise Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965a.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1965] *A Escalada: memórias*. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio Editora, 1965b.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1968] *Planalto: memórias, 3*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1975] *Problemas Políticos Brasileiros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1976] *A Câmara dos Deputados: síntese histórica*, Brasília: Câmara dos Deputados, 1976a.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1950] Discurso de Posse na Cátedra de Direito Constitucional. *Revista de Ciência Política*, vol. 24, n. 2, p. 3-8, mai./ago. 1981a.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Não existe democracia relativa”, entrevista a Lourenço Dantas Mota, Villas Boas Correa e Marçal Versiani em 19 de março de 1978. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *A História Vivida (I): Entrevistas*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981b. p. 99-122

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Afonso Arinos por ele mesmo. In: UNB (Org.). *Afonso Arinos na UnB*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981c. p. 67-84.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1983] *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Organização por Aspásia Camargo et al. Brasília: Senado Federal, Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1983.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Discurso na XVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (1961). In: FUNAG (org.). *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995*, Brasília: Funag, 1995. p. 141-146.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Discurso na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados (17/05/1961). In: ARINOS FILHO, Afonso. (Org.). *Afonso Arinos no Congresso: cem discursos parlamentares*. Brasília: Senado Federal, 1999a. p. 719-726.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Discurso no Senado Federal (06/06/1961). In: ARINOS FILHO, Afonso. (Org.). *Afonso Arinos no Congresso: cem discursos parlamentares*. Brasília: Senado Federal, 1999b. p. 726-740.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Discurso na Câmara dos Deputados (28/07/1961). In: ARINOS FILHO, Afonso. (Org.). *Afonso Arinos no Congresso: cem discursos parlamentares*. Brasília: Senado Federal, 1999c. p. 740-758.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1973] *Rodrigues Alves: Apogeu e Declínio do Presidencialismo. Volume I*. Brasília: Senado Federal, 2000.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1973] *Rodrigues Alves: Apogeu e Declínio do Presidencialismo. Volume II*. Brasília: Senado Federal, 2001.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. [1962] A questão angolana na ONU. In: DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 189-195.

FRANCO, Afonso Arinos de; PILA, Raul. [1958] *Presidencialismo ou Parlamentarismo?* Brasília: Senado Federal, 1999.

FRIEDEN, Jeffrey A. *Global Capitalism: its fall and rise in the Twentieth Century*. New York: W. W. Norton & Company Inc., 2007.

GALVÃO, Laila Maia. Os percursos de um livro: uma análise das diferentes edições de Introdução à ciência do direito de Hermes Lima. In: JORNADA DE PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO, II, 2017, RJ. *Anais da II Jornada de Pensamento Político Brasileiro*. Rio de Janeiro: Iesp-Uerj, 2017.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 40, n. 1, p. 18-40, abr. 1997.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O sexto membro permanente: o Brasil e a criação da ONU*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

GOMES, Ângela Maria de Castro. População e sociedade. In: GOMES, Angela de Castro (Ed.). *História do Brasil Nação (1808-2010), Volume 4: Olhando para dentro, 1930-1964*. Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 41-89.

GONÇALVES, Williams. *O Pensamento Estratégico Brasileiro: o Discurso de Golbery*. 1984. 116f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

- GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GORMLEY, William, Jr. Regulatory issue networks in a Federal System. *Polity*, Vol. 18, n. 4, nov. 1986. p. 595-620.
- GOULART, João Belchior Marques. *Desenvolvimento e Independência 1: Discursos, 1961*. Brasília: Casa Civil, 1962.
- GOULART, João Belchior Marques *Desenvolvimento e Independência 2: Discursos, 1962*. Brasília: Casa Civil, 1963.
- GOULART, João Belchior Marques *Perfis, discursos, depoimentos (1919-1976)*. Organização por Kenny Braga et al. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.
- GOULART, João Belchior Marques [1963] Discurso do presidente João Goulart na inauguração das sessões em nível ministerial da II Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008a. p. 226-232.
- GOULART, João Belchior Marques Discurso do presidente João Goulart sobre a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, em 20 de janeiro de 1964. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática, 2008b. p. 255-262
- GOULART, João Belchior Marques *Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Organização por Wanielle Brito Marcelino. Brasília: FUNAG, 2009.
- GOULART, João Vicente. *Jango, Governo do Povo*. Porto Alegre: ALERGS, 1983.
- GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. *Elites parlamentares e a dupla arte de representar: interseções entre “política” e “cultura” no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2016.
- GROSSMAN, Jonathan. Impartiality as Lack of Interest: Israel, Brazil, the Jewish Diaspora, and the Question of Jerusalem. *Israel Studies*, n.23, v.1, p. 152-176, jan. 2018.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Memorando sobre a situação de Cuba. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume I*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: C.H.D.D., 2007. p. 64-74.
- GULLO, Marcelo. *La insubordinación fundante: breve historia de la construcción del poder de las naciones*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2016.
- GULLO, Marcelo. *Relaciones Internacionales: una teoría crítica desde la periferia sudamericana*. Buenos Aires: Ed. Biblios, 2018.
- GUIMARÃES, César. Envolvimento e ampliação: A política externa dos estados unidos. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Estados Unidos: visões brasileiras*. Brasília: IBRI; FUNAG, 2000, p. 09-64.

GUIMARÃES, César. Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobras e Brasília. In: CARVALHO, Maria Alice R. de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 155-175.

GUNNEL, John. *Teoria Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

HALL, Peter. Policy Paradigms, Social Learning, and the State: The case of Economic Policymaking in Britain. *Comparative Politics*, Vol. 25, n. 3, p. 275-296, abr. 1993.

HECLO, Hugh. Issue Networks and the Executive Establishment. In: KING, A.(Org.). *The New American Political System*. Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1995. p. 115-124.

HERMANN, Charles; HERMANN, Margaret. Who Makes Foreign Policy Decision and How: An Empirical Inquiry. *International Studies Quarterly*. v. 33, n. 4, p. 361-387, dez. 1989.

HILL, Christopher. *Cabinet decisions on foreign policy: The British experience, October 1938 – June 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. Londres: Palgrave, 2003.

HIME, Maria Aparecida Alves; LIMA, Maria Regina Soares de. *Processo decisório em organizações complexas*. Relatório de Pesquisa ao Convênio CEBRAE/PNTE-IUPERJ. Rio, maio, 1977.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de. Contexto internacional, democracia e política externa. *Política Externa*, vol. 11, n. 2, p. 78-98, set./out./nov. 2002.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

HOLBRAAD, Carsten. *Middle Powers in International Relations*. Basingstoke: Macmillan Press, 1984.

HOLLANDA, Cristina Buarque de (org.). *Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 11-21.

HOLLING, Crawford Stanley. Resilience and Stability of Ecological Systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, Vol. 4, nov. 1973, p. 1-23.

HOUAISS, Antonio. Relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS: saldo positivo. In: MARTINS, Franklin (Org.). *Brasil-URSS: 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1985. p. 7-19.

IBESP. Para uma Política de Desenvolvimento Nacional. *Cadernos de Nosso Tempo*, n. 5, p. 47-188, jan./mar. 1956.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. *Introdução às relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

JAGUARIBE, Helio. [1958] *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Cândido Mendes, 2005.

JASMIN, Marcelo Gantus, FERES JR. João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo Gantus, FERES JR. João (org). *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola, IUPERJ, 2006. p. 9-39.

JOBIM, Walter. Prefácio. In: ROCHA, Francisco Brochado da. *Discursos Parlamentares*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1948. p. 5-7.

JUNQUEIRA, Eduardo. Verbetes “Evandro Lins e Silva”. In: ABREU, Alzira; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio (Orgs). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2009. p. 3230-3232.

JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13: os últimos dias do Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy – the emergence of the cartel party. *Party Politics*, v. 1, n. 1, p. 5-28, jan. 1995.

KAUFMAN, Edy. *The Superpowers and their Spheres of Influence: The United States and the Soviet Union in Eastern Europe and Latin America*. Londres: Croom Helm, 1976.

KEMPE, Frederick. *Berlim: 1961, Kennedy, Kruschów e o lugar mais perigoso do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KESSLER, Marie-Christine. La politique étrangère comme politique publique. In: CHARILLON, Frédéric. (dir.). *Politique étrangère – nouveaux regards*. Paris: Presses de Science Po, 2002.

KINGDON, John. *Agendas, Alternatives, and Public Policy*. Essex: Pearson, 2014.

KIRCHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Eds.). *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, 1966. p. 177-200.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova York: Simon & Schuster, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. *Aceleración, prognosis y secularización*. Valencia: Pre-Textos, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio Editora, 2006.

LACOSTE, Yves. *Os Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LAFHEY, Mark; WELDES, Jutta. Decolonizing the Cuban Missile Crisis. *International Studies Quarterly*, v. 52, n. 3, p. 555-577, set. 2008.

LAMOUNIER, Bolívar. Rui Barbosa e a construção institucional da democracia brasileira. In: Casa de Rui Barbosa (Org.). *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 49-127.

LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LASSWELL, Harold. Agenda for the Study of Political Elites. In: MARVICK, Dwaine (Ed.). *Political Decision-makers*. Glencoe, IL: The Free Press, 1961. p. 264-288.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: IUPERJ, Revan, 2012.

LEFTWICH, Adrian. Beyond Institutions: Rethinking the Role of Leaders, Elite and Coalitions in the Institutional Formation of Developmental States and Strategies. *Forum for Development Studies*, v. 37, n. 1, p. 93-111, mar. 2010.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LENTNER, Howard. Public Policy and Foreign Policy: divergences, intersections, exchange. *Review of Policy Research*, v. 23, n. 1, p. 169-181, jan. 2006.

LESSA, Antônio Carlos de Moraes. *A parceria bloqueada: as relações entre França e Brasil, 1945-2000*. 2000. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2000a.

LESSA, Antônio Carlos de Moraes. Israel e o mundo árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil. In: SANTOS, Norma Breda dos. *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000b. p. 149-186.

LESSA, Antônio Carlos de Moraes. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). *RBPI*, vol. 48, n. 2, 2005. p. 169-184.

LESSA, Mônica Leite. A política cultural brasileira e a sociedade das nações. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 22ª, 2002, Rio de Janeiro. *Anais da 22ª Reunião da SBPH*. Rio de Janeiro: SBPH, 2002.

LESSA, Renato. Governabilidade/Governança, Governo. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, FUNDAP, 2015. p. 417-422.

LIMA, Bruno R. de. O pensamento constitucional do jovem Hermes Lima (1924-1926). In: JORNADA DE PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO, II, 2017, Rio de Janeiro. *Anais da II Jornada de Pensamento Político Brasileiro*. Rio de Janeiro: Iesp-Uerj, 2017.

LIMA, Hermes. *Introdução à Ciência do Direito*. São Paulo: Editora Nacional, 1933a.

LIMA, Hermes. *Material para um Conceito de Direito*: these para concurso. São Paulo: Revista dos Tribunaes, 1933b.

LIMA, Hermes. A democracia e os judeus. In: *POR que ser anti-semita?: um inquerito entre intellectuaes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933c. p. 265-267.

LIMA, Hermes. *Problemas de nosso tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

LIMA, Hermes. *Tobias Barreto, a época e o homem*. São Paulo: Editora Nacional, 1939a.

LIMA, Hermes. Variações sobre Tobias Barreto. *Revista do Brasil*. Anno II, n. 13, 3ª Phase, p. 1-6, jul. 1939b.

LIMA, Hermes. O Positivismo e a República. *Revista do Brasil*. Anno II, n. 17, 3ª Phase, p. 31-36, nov. 1939c.

LIMA, Hermes. *A contribuição norte-americana à filosofia de vida*. Rio de Janeiro: IBEU, 1941.

LIMA, Hermes. Prefácio. In: LEÃO, Antonio Carneiro. *A Educação para um Mundo Democrático*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1945a. p. 18-21.

LIMA, Hermes. *Notas à vida brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1945b.

LIMA, Hermes. [1944] Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa, Vol. XVI, 1889: Queda do Império, Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, DF: Ministério da Educação e Saúde, 1947. p. IX-XX.

LIMA, Hermes. *Cultura e Civilização*. RJ, DF: Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1953.

LIMA, Hermes. [1952] Espírito da Constituição de 1946. In: INDIPO-FGV (Org.). *Estudos sobre a Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro, DF: FGV, 1954a. p. 11-18.

LIMA, Hermes. *Lições da Crise*. Livraria José Olympio Editora, 1954b.

LIMA, Hermes. *A Cultura Política como Fator do Poder Nacional*. Rio de Janeiro, DF: ESG, 1955a.

LIMA, Hermes. Significação do nacionalismo. *Cadernos do Nosso Tempo*, n. 3, vol. 4, abr./ago. 1955b. p. 85-100.

LIMA, Hermes. *Ideias e Figuras*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Imprensa Nacional, 1957a.

LIMA, Hermes. *Representação. Partidos Políticos. Administração*. Rio de Janeiro, DF: Escola Superior de Guerra, 1957b.

LIMA, Hermes. *O Construtor, o Crítico e o Reformador na Obra de Rui Barbosa*. (Separata de “Conferências” – V). Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958a.

- LIMA, Hermes. *Panorama atual da Ciência Política*. Rio de Janeiro: ESG, 1958b.
- LIMA, Hermes. *Estado e Governo. Regimes Políticos e Relações com a Segurança Nacional. O Poder do Estado*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1959a.
- LIMA, Hermes. *As ideologias e a segurança nacional*. Rio de Janeiro: ESG, 1959b.
- LIMA, Hermes. *Federalismo e presidencialismo*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1959c.
- LIMA, Hermes. *Democracia, Socialismo, Totalitarismo: repercussões na segurança nacional particularmente no campo da política interna*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1960.
- LIMA, Hermes.. *Síntese da conjuntura nacional, campo político, estrutura política brasileira*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1962a.
- LIMA, Hermes. *Aspectos da atualidade brasileira: aula inaugural dos cursos de 1962 da Universidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1962b.
- LIMA, Hermes. *Aula inaugural: panorama mundial e segurança nacional*. Rio de Janeiro: ESG, 1963a.
- LIMA, Hermes. *Política Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1963b.
- LIMA, Hermes. *Presença de Rui nas idéias de reforma*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Editora Beneditina Ltda., 1967.
- LIMA, Hermes. *Travessia: memórias*. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 1974.
- LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira, estadista da educação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LIMA, Hermes. [1960] Aula inaugural na Faculdade Nacional de Direito. *Revista Brasileira*. Fase VI, Ano V, n. 5, p. 96-99, jan.-dez. 1979.
- LIMA, Hermes. [1962] Palavras do ministro Hermes Lima ao receber o cargo de ministro das Relações Exteriores. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: Funag; Rio de Janeiro: C.H.D.D., 2008a. p. 35.
- LIMA, Hermes. Nota oficial do presidente do Conselho de Ministros, distribuída à imprensa, em 24 de outubro de 1962, acerca do voto do Brasil sobre a questão de Cuba, no Conselho da OEA. In: FRANCO, A. da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: Funag; Rio de Janeiro: C.H.D.D., 2008b. p. 41.
- LIMA, Hermes. [1962] Discurso do ministro Hermes Lima, na instalação do COLESTE, em 27 de dezembro de 1962. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: Funag; Rio de Janeiro: C.H.D.D., 2008c. p. 71-74.
- LIMA, Hermes; LINS, Ivan. [1968] Recepção na Academia Brasileira de Letras. *Revista Brasileira*. Fase VI, Ano V, n. 5, p. 101-141, jan.-dez. 1979.

LIMA, Maria Regina Soares de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. *América Latina Internacional*, v. 1, n. 2, p. 27-46, abr. 1994.

LIMA, Maria Regina Soares de. Relações Internacionais e políticas públicas: a contribuição da análise de política externa. In: MARQUES, E.; FARIA, Carlos A. P. de (Orgs.). *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: UNESP, 2013. p. 127-153.

LIMA, Maria Regina Soares de; MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. Brazil's foreign policy and the "graduation dilemma". *International Affairs*, v. 93, n. 3, p. 585-605, mai. 2017.

LIMA, Olavo Brasil de., Jr. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962. *Dados*, n. 17, p. 29-52, jan.-abr. 1978.

LIMA, Olavo Brasil de., Jr. *Partidos Políticos Brasileiros: a experiência federal e regional: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMA, Olavo Brasil de., Jr.; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Esquema geral para a análise de políticas públicas: uma proposta preliminar. *Revista de Administração Pública*. V. 10, n. 2, p. 241-256, abr.-jun.1976.

LINDBLOM, Charles. The Science of "Muddling Through". *Public Administration Review*, v. 19, n. 2, p. 79-88, set. 1959.

LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOPES, Dawisson Belém. "A política externa brasileira e a 'circunstância democrática': do silêncio respeitoso à politização ruidosa". *RBPI*, v. 54, n. 1, p. 67-86, jan. 2011.

LOPES, Dawisson *A ONU entre o passado e o futuro: a política da autoridade*. Curitiba: Appris, 2012.

LOPES, Dawisson Existe um pensamento internacional brasileiro? *Revista Estudos Políticos*, v. 6, n. 2, p. 317-320, set. 2016.

LOPES, Dawisson *Política Externa na Nova República: os primeiros 30 anos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

LOWI, Theodore J. American Business, Public Policy, Case-Studies, and Political Theory. *World Politics*, Vol. 16, N. 4, p. 677-714, jul. 1964.

LUCAS, Fábio. As ciências humanas segundo Afonso Arinos de Melo Franco. *Revista Brasileira*, Fase VII, Ano XII, n. 47, p. 135-143, mai.-jun. 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político. In: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 9-35.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Saquaremas e Luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. *Insight Inteligência*, v. 55, p. 21-37, out.-dez. 2011.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que *pensamento* e não *teoria*? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*, V. 56, N. 4, p. 727-767, out.-dez. 2013.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 15, p. 279-314, set.-dez. 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Questão de urgência nacional – o Rio como (2º) Distrito Federal. *Insight Inteligência*, Ano XIX, n. 76, p. 18-42, mar. 2017.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Pensamento Político Brasileiro: temas, problemas e perspectivas. In: LYNCH, Christian et al. (Orgs.). *Pensamento Político Brasileiro: Temas, Problemas e Perspectivas*. Curitiba: Appris Editora, 2019. p. 309-333.

LYRA, Roberto. *Contribuição para a história do primeiro governo de esquerda no Brasil (Conselho de Ministros Brochado da Rocha, 1962)*. Rio de Janeiro: Sophia Rosa Editora, 1980.

MAIA, Jorge. *O Brasil no Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1968.

MAJZOUB, Ismail. Desenvolvimento das relações árabe-brasileiras. In: FUNAG (Org.). *Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas*. Brasília: Funag, 2001. p. 55-79.

MANCUSO, Wagner Pralon; OLIVEIRA, Andréa Cristina. *Lobby e políticas públicas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MANNHEIM, Karl. *Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge*. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.; Henley-on-Thames: Broadway House, 1936.

MARINI, Caio; MARTINS, Humberto Falcão. Governança pública contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. *Revista do TCU*, n. 130, p. 42-53, mai.-ago. 2014.

MARTINS, Ana Luiza. *Itaú Unibanco, 90 anos: uma história muito além dos números*. Rio de Janeiro: Scriptorio, Itaú Unibanco, 2014.

MARTINS, Humberto Falcão. Rethinking the governance design: design thinking applied to governance. In: CONGRESSO DO CLAD SOBRE REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, XIX, 2014, Quito, Equador. *Anais do XIX Congresso do CLAD sobre reforma do Estado e da Administração Pública*. Quito: CLAD, 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 97-126.

MASTNY, Vojtech. Soviet foreign policy, 1953–1962. In: LEFFLER, Melvyn; WESTAD, Odd Arne (Orgs.). *The Cambridge History of the Cold War, Volume I – Origins*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 312-333.

MATTOS, Pablo de Oliveira de; MEIHY, Murilo Sebe; PARADA, Mauricio. *História da África Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Pallas, 2013.

M'BUNDE, Timóteo Saba. *As políticas externas brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014): Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

MCMAHON, Robert. US national security policy from Eisenhower to Kennedy. In: LEFFLER, Melvyn; WESTAD, Odd Arne (Orgs.). *The Cambridge History of the Cold War, Volume I – Origins*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 288-311.

MED, Bohumil. *Teoria da Música*. Brasília, DF: Musimed, 1996.

MENDES, Cândido. San Tiago Dantas e a inteligência nacional. In: JAGUARIBE, Helio et al. *San Tiago Dantas – Um seminário na Universidade de Brasília*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1985. p. 5-20.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

MESQUITA, Bruce Bueno de; MORROW, James; SIVERSON, Randolph; SMITH, Alastair. *The Logic of Political Survival*. Cambridge, MA: The M.I.T. Press, 2003.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora UnB, 1982.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. The Politics of Brazilian Foreign Policy and Its Analytical Challenges. *Foreign Policy Analysis*, V. 13, I. 3, p. 278-296, abr. 2016.

MILLS, Charles Wright. *The power elite*. Oxford: Oxford University Press, 1968.

MOBERG, Fredrik; SIMONSEN, Sturle Hauge. *What is resilience? An introduction to social-ecological research*. Estocolmo: Stockholm Resilience Centre, 2017.

MODELSKI, George. *A Theory of Foreign Policy*. Nova York: Frederick A. Praeger, 1962.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 241-271.

MORAES, Evaristo de. Prefácio. In: BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 9-14.

MORAES FILHO, Evaristo de. *Rui Barbosa e a Filosofia Existencial Cristã*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Petrópolis: Vozes, 1983.

MORAES FILHO, Evaristo de. *As idéias fundamentais de Tavares Bastos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MOREIRA, Marcílio Marques O veio humanista na reflexão de San Tiago. In: COELHO, J. V. et al (orgs.). *San Tiago Dantas – vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 23-28.

MOSCA, Gaetano. *The ruling class (Elementi di Scienza Politica)*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1939.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MOURA, Cristina Patriota de. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 47-96.

NEUMANN, Sigmund. En torno a un estudio comparativo de los partidos políticos. In: NEUMANN, Sigmund (Ed.). *Partidos políticos modernos: iniciación al estudio comparativo de los sistemas políticos*. Madrid: Editorial Tecnos, S.A., 1965. p. 595-632.

NEVES, Tancredo. É o melhor sistema, mas não para este momento. In: MOTA, Lourenço D. (Org.). *A História Vivida (III): Entrevistas*. São Paulo: Estado de São Paulo, 1982. p. 359-367.

NEVES, Tancredo. San Tiago Dantas, homem político. In: JAGUARIBE, Helio et al. *San Tiago Dantas – Um seminário na Universidade de Brasília*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1985. p. 71-81.

NEVES, Tancredo. *Tancredo Neves: Perfil Parlamentar*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

NEVES, Tancredo. *Tancredo Neves: pensamentos e fatos*. Organização por Liana Bach Martins et al. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2013.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Veto Players. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, FUNDAP, 2015. p.1020-1022.

- NYE, Joseph. *Soft Power: the means to success in world politics*. Nova York: PublicAffairs, 2004.
- OLSON, Mancur [1965]. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.
- O'NEILL, Jim. *Building Better Global Economic BRICs*. Global Economics Paper, N.66. Nova York: Goldman Sachs, 2001.
- ONOFRE, Gabriel da Fonseca. *Em busca da esquerda esquecida: San Tiago Dantas e a Frente Progressista*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. São Paulo: Elsevier, 1990. p. 171-195.
- OSÓRIO, Miguel Álvaro. Trecho do relatório preparado pelo ministro Miguel Álvaro Osório de Almeida, sobre os trabalhos da segunda comissão, item 36 da agenda, da XVII sessão da Assembléia Geral da ONU: Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento. Ofício Confidencial n. 149, de 22 de janeiro de 1963. In: FRANCO, A. (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: Funag; Rio de Janeiro: C.H.D.D., 2008. p. 89-91.
- OSTROGORSKY, Michel. *Democracy and the organization of political parties*. Londres: Macmillan & Co., 1902.
- PALIER, Bruno; SUREL, Yves. Les « trois i » et l'analyse de l'état en action. *Revue Française de Science Politique*, Vol. 55, n. 1, p. 7-32, jan. 2005.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.
- PARETO, Vilfredo. *Compendio di sociologia generale*. Turim: Einaudi Editore, 1978.
- PEIXOTO, Antonio Carlos. O clube militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 71-113.
- PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Organização, estrutura e trajetória do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 253-260.
- PERTENCE, Sepúlveda. *História Oral do Supremo (1988-2013)*, v. 3: Sepúlveda Pertence. Coordenado por: Fernando de Castro Fontainha; Angela Moreira Domingues da Silva; Izabel Nuñez. Rio de Janeiro: Escola de Direito da FGV-RJ, 2015.

PETROCCHI, Renato. A “coexistência competitiva” de San Tiago Dantas: uma singularidade na política externa independente. In: FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (Orgs.). *San Tiago Dantas e a Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: LCAC, 2017.

PIERSON, Paul. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics. *The American Political Science Review*, Vol. 94, n. 2, p. 251-267, jun. 2000.

PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.) *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964). Volumes I, II e III*. Brasília: FUNAG, 2013.

PINHEIRO, Leticia. Brasil, Portugal e descolonização africana (1946-1960). *Contexto Internacional*, Ano 5, n. 9, p. 91-111, ago. 1989.

PINHEIRO, Leticia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto Internacional*, vol. 22, n. 2, p. 305-335, ago. 2000.

PINHEIRO, Leticia. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PINHEIRO, Leticia. Autores y actores de la política exterior brasileña. *Foreign Affairs Latinoamérica*, V. 9, N. 2, p. 14-24, abr.-jun. 2009.

PINHEIRO, Leticia; SALOMÓN, Mónica. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 1, p. 40-59, jan. 2013.

PINHEIRO, Leticia; VEDOVÉLI, Paula. Caminhos cruzados: diplomatas e acadêmicos na construção do campo de estudos de Política Externa Brasileira. *Revista Política Hoje*, V. 21, n. 1, p. 211-254, jan. 2012.

PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PINTO, José Filipe. *O ultramar secreto e confidencial*. Coimbra: Almedina, 2010.

POCOCK, John Greville Agard. *Virtue, Commerce and History: Essays on Political Thought and History, Chiefly in the Eighteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

POCOCK, John Greville Agard. *Political Thought and History: Essays on Theory and Method*. Cambridge: CUP, 2009.

POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2013.

PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. Brasília: Senado Federal, 2003.

PRESBICH, Raúl. Aspectos econômicos da Aliança para o Progresso. In: WILCOX, Francis (Org.). *Aliança para o Progresso: problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. p. 55-102.

PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola. “Going Global”: An Organizational Study of Brazilian Foreign Policy. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 51, n. 1, p. 28-52, jan. 2008.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and Domestic Politics. The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, V. 42, p. 427-460, jul. 1988.

QUADROS, Jânio. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília: Congresso Nacional, 1961a.

QUADROS, Jânio. Brazil’s New Foreign Policy. *Foreign Affairs*, Vol. 40, n. 1, p. 19-27, set. 1961b.

QUADROS, Jânio. *O Pré-Descobrimento; portugueses, índios e africanos*. Volume I de História do Povo Brasileiro, organizado por Afonso Arinos de Melo Franco e Jânio Quadros. São Paulo: J. Quadros Editôres Culturais S.A., 1968a.

QUADROS, Jânio. *A defesa do território; primórdios do nativismo*. Volume II de História do Povo Brasileiro, organizado por Afonso Arinos de Melo Franco e Jânio Quadros. São Paulo: J. Quadros Editôres Culturais S.A., 1968b.

QUADROS, Jânio. *Legado colonial; declínio do domínio luso*. Volume III de História do Povo Brasileiro, organizado por Afonso Arinos de Melo Franco e Jânio Quadros. São Paulo: J. Quadros Editôres Culturais S.A., 1968c.

QUADROS, Jânio. *Os dois mundos das três Américas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972.

QUADROS, Jânio. Bilhetes do presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores. *Cadernos do CHDD*, Ano V, n. 8, p. 313-484, jan. 2006.

QUADROS, Jânio. *Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros*. Brasília: FUNAG, 2010.

RAFAELLI, Marcelo. A Guerra da Lagosta: um episódio das relações diplomáticas Brasil-França (1961-1964). *Cadernos do CHDD*, Ano II, n. 3, p. 361-397, jul. 2003.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Ideologias e segurança nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *O processo nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1959.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. 2006. 375f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

RIBEIRO, José Augusto. *Tancredo Neves: a noite do destino*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

RICUPERO, Rubens. *Diário de bordo: a viagem presidencial de Tancredo Neves*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

ROUANET, Sergio Paulo. Nacionalismo e Desenvolvimentismo. In: CABRAL, Severino (Org.). *5 décadas em questão: 50 anos da Livraria Leonardo Da Vinci*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p. 39-45.

ROCHA, Francisco Brochado da. *A Constituição do Estado Novo e os Estatutos fundamentais da Europa*. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Livraria Glôbo; Barcellos, Bertaso & Cia., 1940.

ROCHA, Francisco Brochado da. *Discursos Parlamentares*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1948.

ROCHA, Francisco Brochado da. *Falando ao Brasil*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1964.

RODRIGUES, José Honório. *África e Brasil: outro horizonte (relações e política brasileiro-africana)*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 2 Volumes. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

RODRIGUES, Marta Assumpção. *Políticas Públicas*. São Paulo: PubliFolha, 2013.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. O pensamento político brasileiro contemporâneo (1970-2011). *Carta Mensal da Confederação Nacional do Comércio*, n. 691, p. 24-96, out. 2012.

ROSENAU, James. Comparative Foreign Policy: Fad, Fantasy, or Field? *International Studies Quarterly*, V. 12, n. 3, p. 296-329, set. 1968.

ROSS, Cesar. India, Latin America, and the Caribbean during the Cold War. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 56, n. 2, p. 23-44, mai. 2013.

SABATIER, Paul; WEIBLE, Christopher. The Advocacy Coalition Framework: Innovations and Clarifications. In: SABATIER, Paul (Ed.). *Theories of the Policy Process*. Boulder, CO: Westview Press, 2007. p. 189-220.

SANTOS, Norma Breda dos. O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao Pós(?) -Sionismo. In: SANTOS, Norma Breda dos. *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: Editora UnB, 2000. p. 19-70.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A imaginação político-social brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 2, n. 3, 1967. p. 182-193.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1970) Raízes da imaginação política brasileira. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A imaginação política brasileira: cinco ensaios de história intelectual*. Organização de Christian Lynch. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2017. p. 83-117.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Do silêncio à afirmação: as relações do Brasil com a África. In: CERVO, Amado Luiz (Org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. p. 263-331.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Entre a retórica e o realismo: o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005). In: CERVO, Amado Luiz; SOMBRA SARAIVA, José Flávio (Orgs.). *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005. p. 53-144.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968). In: SOMBRA SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 197-230.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A Política Externa Independente (PEI) e o Histórico Brasileiro de Autonomia: um caso de renovação na conservação. In: FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (Orgs.). *San Tiago Dantas e a Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: LCAC ed., 2016. p. 31-50.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. *Mural Internacional*, Ano I, n. 1, p. 45-52, jan.-jun. 2010.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. João Augusto de Araújo Castro: diplomata. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *Pensamento diplomático brasileiro. Volume III*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 1063-1099.

SARNEY, José. Afonso Arinos, Parlamentar. In: UNB (Org.). *Afonso Arinos na UnB*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 35-52.

SARTORI, Giovanni. Da Sociologia da Política à Sociologia Política. In: LIPSET, Seymour (Org.). *Política e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. p. 106-148.

SAVRANSKAYA, Svetlana; TAUBMAN, William. Soviet foreign policy, 1962–1975. In: LEFFLER, Melvyn; WESTAD, Odd Arne (Orgs.). *The Cambridge History of the Cold War, Volume II – Crises and Détente*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 134-157.

SCHELER, Max. *Esencia y formas de la simpatía*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1943.

SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SHELLEY, Bruce. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar; TEIXEIRA, Carlos Sávio. As dimensões interna e externa da Política no pensamento político de San Tiago Dantas e Mangabeira Unger. In: ENCONTRO DA ABCP, IX, 2014, Brasília, DF. *Anais do IX Encontro da ABCP*. Brasília, DF: ABCP, 2014.

SHEPSON, Kenneth. On the Size of Winning Coalitions. *American Political Science Review*, vol. 68, n. 2, p. 505-518, jun. 1974.

SHILS, Edward. The Study of the Primary Group. In: LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold (Eds.). *The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method*. Stanford: Stanford University Press, 1959. p. 44-69.

SIKKINK, Kathryn. Las capacidades y la autonomía del Estado en Brasil y la Argentina. Un enfoque neoinstitucionalista. *Desarrollo Económico*, V. 32, N.128, p. 543-574, jan.-mar. 1993.

SILVA, Alexandra de Mello e. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. *Revista Brasileira Política Internacional*, v. 41, n. 2, p. 139-158, jun. 1998.

SILVA, Evandro Lins e. Pena de Morte. *Revista Forense*, n. 314, p. 7-11, jan. 1991.

SILVA, Evandro Lins e. *Arca de Guardados: vultos e momentos nos caminhos da vida*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995a.

SILVA, Evandro Lins e. Lembrança de Francisco Venancio Filho, um grande professor. In: VENANCIO FILHO, Alberto (Org.). *Francisco Venancio Filho: Um Educador Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995b. p. 170-172.

SILVA, Evandro Lins e. *O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC*. Entrevista e notas por Marly Motta e por Verena Alberti. Rio de Janeiro: FGV, Nova Fronteira, 1997.

SILVA, Evandro Lins e. *Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras em 1998*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/evandrolinsesilva/discursodeposse>>. Acesso em 21 mai. 2017.

SILVA, Evandro Lins e. O advogado Rui Barbosa. In: CAMARGO, Margarida Maria Lacombe (Org.). *Atualidade de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001a. p. 11-22.

SILVA, Evandro Lins e. Procuram-se Estadistas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 Set. 2001b. Primeira página (manchete), pg. 1; Opinião, pg. 9.

SILVA, Evandro Lins e. No júri adquiri o vício da liberdade, entrevista de Evandro Lins e Silva ao Jornal do Magistrado. *Jornal do Magistrado*, p. 12-13, jun.-out. 2002.

SILVA, Evandro Lins e. [1963] Discurso do chanceler Evandro Lins e Silva no almoço que ofereceu aos diretores de jornais brasileiros, no Palácio Itamaraty, em 11 de julho de 1963. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008a. p. 138-141.

SILVA, Evandro Lins e. [1963] Discurso do chanceler Evandro Lins e Silva, no encerramento da VI Conferência Brasileira de Comércio Exterior, realizada em Belo Horizonte, no dia 20 de julho de 1963. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: CHDD, 2008b. p. 149-154.

SILVA, Evandro Lins e. [1963] Entrevista concedida pelo chanceler Evandro Lins e Silva à revista “Manchete”, em 10 de agosto de 1963. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente, volume II*. Brasília: FUNAG; Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática, 2008c. p. 168-171.

SILVA, Hélio R. da. *1964: Golpe ou Contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, Magno Klein. *Independência, o Norte: A noção de política externa autônoma para San Tiago Dantas e Samuel Pinheiro Guimarães*. 2012. 93f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SILVEIRA, Joel. *Viagem com o presidente eleito*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). *Armaments and Disarmament in the Nuclear Age: A Handbook*. Atlantic Highlands, N.J.: Humanities Press Inc.; Estocolmo: Almqvist & Wiksell, 1976.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV Editora; UFRJ Editora, 1996. p. 231-269.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas, *History and Theory*, Vol. 8, N. 1, p. 3-53, jan. 1969.

SKINNER, Quentin. On Performing and Explaining Linguistic Actions, *The Philosophical Quarterly*, Vol. 21, N. 82, p. 1-21, jan. 1971.

SKOCPOL, Theda; WEIR, Margaret. State Structures and the Possibilities for “Keynesian” Responses to the Great Depression in Sweden, Britain, and the United States. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Orgs.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 107-168.

SNYDER, Jack. *Myths of Empire: Domestic Politics and International Ambition*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David (Org.). *Os partidos políticos no Brasil. Volume 1*. Brasília: Editora UNB, 1981. p. 7-24.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

SOUSA, Elizeu Santiago Tavares de. O Longo Século XIX: Pensamento Político e Política Externa no Brasil Imperial. In: ENCONTRO DA ABCP, X, 2016, Belo Horizonte. *Anais do X Encontro da ABCP*. Belo Horizonte: ABCP, 2016.

SOUZA, Carmo Antônio de. *A Escola Superior de Guerra como importante centro de estudos de problemas brasileiros*. 2011. 66f. Monografia (Curso de Altos Estudos em Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra (ESG). Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Evolução e crise do sistema partidário. In: FLEISCHER, David (Org.). *Os partidos políticos no Brasil. Volume 1*. Brasília, DF: Editora UnB, 1981. p. 63-90.

STEIN, Santa Teresa Benedicta de La Cruz, Edith. *Obras Completas, Vol II. Escritos Filosóficos (Etapa fenomenológica: 1915-1920)*. Orgs. Julen Urkiza, Francisco Javier Sancho. Madrid: Editorial de Espiritualidad, Editorial Monte Carmelo, Ediciones El Carmen, 2005.

SUPPO, Hugo Rogelio. A importância do chamado soft power no paradigma realista clássico. *Mural Internacional*, Ano II, n. 2, p. 47-51, dez. 2011.

TILLY, Charles. *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1990*. Cambridge, Massachusetts: Basil Blackwell, 1990.

TOKATLIÁN, Juan Gabriel; MERKE, Federico. Instituciones y Actores de la Política Exterior como Política Pública. In: ACUÑA, Carlos (org.). *Dilemas del Estado Argentino. Política Exterior, Económica y de Infraestructura en el Siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014, p. 245-293.

TRACHTENBERG, Marc. The Social Interpretation of Foreign Policy. *The Review of Politics*, vol. 40, n. 3, p. 328-350, jul. 1978.

TRUBOWITZ, Peter. *Politics and Strategy: Partisan Ambitions & American Statecraft*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

TSEBELIS, George. Decision-Making in Political Systems: Veto Players in Presidentialism, Parliamentarism, Multicameralism and Multipartyism. *British Journal of Political Science*, Vol. 25, N. 3, p. 289-325, jul. 1995.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

UNIDIR (Org.). *The United Nations and Disarmament: 1945-1985*. Nova York: O.N.U., 1985.

VAÏSSE, Maurice. *Les Relations Internationales depuis 1945*. Paris: Armand Colin, 2008.

VALENTE, Nelson. *Face a Face com a renúncia*. São Paulo: Editorial Panorama, 1997.

VAN EVERA, Stephen. *Guide to methods for students of Political Science*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

VAN KLAVEREN, Alberto. Entendiendo las políticas exteriores latino-americanas: modelo para armar. *Estudios Internacionales*. A. XXV Vol. 25, n. 98, p. 169-216, abr.-jun. 1992.

VARGAS, João Augusto Costa. *Um mundo que também é nosso: o pensamento e a trajetória diplomática de Araújo Castro*. Brasília: FUNAG, 2013.

VENANCIO FILHO, Alberto. *Depoimento do Acadêmico Alberto Venancio Filho no Centenário de Evandro Lins e Silva, em 12 de junho de 2012*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mmJsLbv1-Hc>>. Acesso em 21 mai. 2017.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

VIDAL, César. *Pontífices: de las persecuciones a Benedicto XVI*. Barcelona: Ediciones Península, 2007.

VILLA, Rafael Duarte. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

VOLCHEK, Boris. URSS-Brasil: 40 anos de relações diplomáticas: saldo positivo. In: MARTINS, Franklin (Org.). *Brasil-URSS: 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1985. p. 21-39.

WROBEL, Paulo. A diplomacia nuclear brasileira: a não-proliferação nuclear e o tratado de Tlatelolco. *Contexto Internacional*, vol. 15, n. 1, p. 27-56, jan.-jun. 1993a.

WROBEL, Paulo. Aspectos da Política Externa Independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba. *Estudos Históricos*, vol. 6, n. 2, p. 191-209, jul. 1993b.

YEO, Andrew. Ideas and Institutions in Contentious Politics: Anti-U.S. Base Movements in Ecuador and Italy. *Comparative Politics*, vol. 42, n. 4, p. 435-455, jul. 2010.

ZAKARIA, Fared. *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ZIMMERMAN, William. Issue and Foreign-Policy Process: A Research Note in Search of a General Theory. *The American Political Science Review*, vol. 67, n. 4, p. 1204-1212, dez. 1973.

ZULINI, Jaqueline Porto. Facciosismo, rachas intrapartidários e capacidade decisória na democracia brasileira de 1946. *DADOS*, vol. 58, n. 4, p. 1017-1056, out. 2015.

ARQUIVOS CONSULTADOS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biblioteca Lúcio de Mendonça.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biblioteca Rodolfo Garcia.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY, Rio de Janeiro, Correspondência Especial, Maços 14 a 20 (1961-1964).

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY, Relatórios anuais do MRE.

ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro. CODES. Fundo Conselho de Ministros Parlamentarista (1T), 1961-1963.

ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro. CODES. Fundo Santiago Dantas (Q.8), 1838-1991.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. Diários da Câmara dos Deputados (online).

SENADO FEDERAL. Anais do Senado Federal (online).

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatutos e Programas de partidos políticos (1945-1964) (online).